



DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO DE ÍLHAVO

2020

“Para agir, é preciso conhecer;
Para conhecer, é preciso diagnosticar!”

In Diagnóstico Social – Teoria, Metodologia e Casos Práticos

Conteúdo

Índice de Tabelas.....	4
Índice de gráficos	8
Índice de figuras.....	11
Lista de siglas.....	12
Introdução	15
Enquadramento e Contextualização.....	17
Rede Social de Ílhavo.....	17
Objetivos.....	19
Princípios	19
Perspetiva da Análise	19
Dimensão Metodológica.....	20
Caracterização do Concelho.....	22
Cultura	24
Turismo.....	25
Custo de vida	27
Associativismo, Equipamentos Desportivos, Lúdicos e Recreativos.....	28
Demografia.....	34
Rede de Acessibilidades.....	53
Rede Viária.....	53
Mobilidade e Transportes	53
Problemas e Diagnóstico	62
Educação e Formação de Adultos	63
O Sistema Educativo em Ílhavo.....	63
Caracterização e Evolução do 1º Ciclo em Ílhavo.....	72
Caracterização e Evolução do 2º Ciclo em Ílhavo.....	73
Caracterização e Evolução do 3º Ciclo em Ílhavo.....	74
Caracterização e Evolução do Ensino Secundário em Ílhavo.....	75
Ensino Profissional em Ílhavo	77
O Papel do Município na Educação Extraescolar.....	78
Preocupações apresentadas na Carta Educativa de Ílhavo.....	82
Ação Social Escolar	85
Problemas e Diagnóstico	88
Saúde.....	89
Instrumentos estratégicos de Promoção de Saúde.....	90
Plano Nacional de Saúde	90
Plano Local de Saúde.....	90

A Saúde em Ílhavo.....	92
Consumos de substâncias aditivas	102
Problemas e Diagnóstico	113
Deficiência	114
Problemas e Diagnóstico	119
Ação Social	120
Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados.....	122
Rendimento Social de Inserção	127
Núcleo Local de Inserção Social de Ílhavo.....	131
Plano Operacional Apoio às Pessoas Mais Carenciadas	140
Rede Local de Inserção Social.....	142
Instituições Particulares de Solidariedade Social de Ílhavo	150
Grupos sócio caritativos	159
Infância e Juventude	161
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.....	161
Programa Municipal de Ocupação de Tempos Livres.....	167
Programa Vocação	167
Cartão Família.....	168
Gabinete de Apoio à Família	168
Problemas e Diagnóstico	170
Segurança	171
Violência Doméstica	174
Problemas e Diagnóstico	177
Emprego e Formação Profissional / Atividades Económicas	178
Desemprego em Ílhavo.....	178
Emprego em Ílhavo	181
Formação Profissional	182
Atividades económicas.....	183
Recursos Locais para a Promoção da Empregabilidade.....	183
Serviço de Apoio à Formação e Emprego	183
Gabinete de Inserção Profissional.....	184
PCI – Parque de Ciência e Inovação.....	184
Política Municipal de Incentivo ao Emprego.....	185
Problemas e Diagnóstico	187
Envelhecimento Ativo.....	189
Ílhavo Amigo da Pessoa Idosa.....	192
Problemas e Diagnóstico	196

Igualdade de Género.....	197
Problemas e Diagnóstico	203
Diversidade cultural	204
Comunidade Cigana	205
Problemas e Diagnóstico	212
Contactos	213
Ação Social.....	213
Educação.....	215
Associações de Pais	215
Ensino Privado Pré-escolar	218
Ensino Profissional	219
Ensino Público	220
Emprego	225
Família e Comunidade.....	225
Saúde	226
Farmácias	226
Hospitais.....	227
Unidade de Cuidados Continuados	228
USF - Unidades Saúde Familiar e Extensões de Saúde	228
Bibliografia	230
Anexos.....	234

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Despesas da Câmara Municipal em atividades culturais, criativas e desporto, dezembro 2018	25
Tabela 2 - Evolução na área do turismo no concelho de Ílhavo	26
Tabela 3 - IpC, PPC e FDR, 2015	27
Tabela 4 - Evolução da população residente no concelho de Ílhavo	34
Tabela 5 - Indicadores de população, 2017	35
Tabela 6 - Comparação de índices de dependência no concelho de Ílhavo	36
Tabela 7 - Evolução da Esperança de Vida na Zona Centro	37
Tabela 8 - Evolução da Taxa de Natalidade no Concelho de Ílhavo	37
Tabela 9 - Indicadores de população por território, 2017	37
Tabela 10 - Evolução da população por faixa etária no concelho de Ílhavo.....	39
Tabela 11 - Evolução do número e composição dos agregados familiares no concelho de Ílhavo.....	40
Tabela 12 - Retrato da evolução de casamentos e divórcios no concelho de Ílhavo	41
Tabela 13 - Comparação de indicadores de população por território	42
Tabela 14 - Evolução da Taxa Bruta de Natalidade por território	43
Tabela 15 - Indicadores de população por território, 2017	44
Tabela 16 - Indicadores de população por território, 2017	45
Tabela 17 - Evolução de Nados-vivos no concelho de Ílhavo	46
Tabela 18 - Evolução das migrações no concelho de Ílhavo	48
Tabela 19 - Evolução da mortalidade no concelho de Ílhavo	51
Tabela 20 - Principais causas de morte no concelho de Ílhavo.....	51
Tabela 21 - Caracterização de alojamentos no concelho de Ílhavo	57
Tabela 22 - Alojamentos familiares ocupados por instalações existentes, no concelho de Ílhavo.....	58
Tabela 23 - Evolução do parque habitacional de cariz social no concelho de Ílhavo... 59	
Tabela 24 - Rede pré-escolar solidária no concelho de Ílhavo	63
Tabela 25 - Distribuição das diferentes escolas e jardins-de-infância pelos agrupamentos de escolas do concelho de Ílhavo.....	64
Tabela 26 - Distribuição de matrículas por agrupamento de escolas do concelho de Ílhavo	65
Tabela 27 - Evolução da Taxa de Analfabetismo segundo os Censos, por total, localização e género	66
Tabela 28 - Taxa de analfabetismo por Freguesia no concelho de Ílhavo	67
Tabela 29 - População residente com 15 e mais anos segundo os Censos: total e por nível de escolaridade completo mais elevado no concelho de Ílhavo.....	67
Tabela 30 - Distribuição da população, com mais de 15 anos, residente no concelho e em cada freguesia de acordo com as habilitações académicas.....	68
Tabela 31 - Estabelecimentos de ensino por nível de ensino, no concelho de Ílhavo ..	69
Tabela 32 - Evolução de alunos matriculados por nível de ensino no concelho de Ílhavo.....	69
Tabela 33 - Indicadores de Educação por território	71
Tabela 34 - Indicadores de Educação por território	71
Tabela 35 - Caracterização do 1º Ciclo ao longo dos últimos anos no concelho de Ílhavo.....	72
Tabela 36 - Caracterização do 2º ciclo ao longo dos últimos anos no concelho de Ílhavo.....	73

Tabela 37 - Caracterização do 3º ciclo ao longo dos últimos anos no concelho de Ílhavo.....	74
Tabela 38 - Caracterização do Ensino Secundário ao longo dos últimos anos no concelho de Ílhavo	75
Tabela 39 - Distribuição de Atividades de Enriquecimento Curricular por ano letivo no concelho de Ílhavo	79
Tabela 40 - Recursos existentes na área de saúde por território	93
Tabela 41 - Caraterização da população por unidade de saúde.....	95
Tabela 42 - Fontes de referência para equipa de prevenção, de acordo com freguesia no concelho de Ílhavo	107
Tabela 43 - Fonte de referência para equipa de tratamento, por freguesia, no concelho de Ílhavo.....	108
Tabela 44 - Identificação de limitações existentes no Concelho de Ílhavo, por freguesia	114
Tabela 45 - Evolução anual das marcações e atendimentos em sede do ASI, no concelho de Ílhavo	122
Tabela 46 - Evolução do número de requerimentos e deferimentos no âmbito do FMAFIC ao longo dos últimos anos	125
Tabela 47 - Nº de beneficiários de RSI no concelho de Ílhavo, por escalão etário	130
Tabela 48 - Motivo de cessação dos processos de RSI no concelho de Ílhavo por ano	135
Tabela 49 - Caraterização da capacidade de resposta das instituições com a Resposta Social de Creche no concelho de Ílhavo	152
Tabela 50 - Caraterização da capacidade de resposta das instituições com Resposta Social de Educação Pré-escolar no concelho de Ílhavo	152
Tabela 51 - Caraterização da capacidade de resposta da instituição com a Resposta Social de Centro de Atividades de Tempos Livres no concelho de Ílhavo.....	153
Tabela 52 - Caraterização da capacidade de resposta da instituição com a Resposta Social de Creche familiar no concelho de Ílhavo.....	151
Tabela 53 - Caraterização da capacidade de resposta das instituições com a Resposta Social de Centro de Atividades Ocupacionais no concelho de Ílhavo.....	154
Tabela 54 - Caraterização da capacidade de resposta das instituições com a Resposta Social de Lar Residencial no concelho de Ílhavo	154
Tabela 55 - Caraterização da capacidade de resposta das instituições com Resposta Social de Serviço Domiciliário de Apoio às Famílias no concelho de Ílhavo	154
Tabela 56 - Caraterização da capacidade de resposta das instituições com a Resposta Social de Centro de Dia no concelho de Ílhavo	155
Tabela 57 - Caraterização da capacidade de resposta das instituições com a Resposta Social de Serviço de Apoio Domiciliário no concelho de Ílhavo	156
Tabela 58 - Caraterização da capacidade de resposta das instituições com a Resposta Social de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas no concelho de Ílhavo.....	156
Tabela 59 - Caraterização da capacidade de resposta das instituições com a Resposta Social de Centro Comunitário no concelho de Ílhavo.....	157
Tabela 60 - Caraterização da capacidade de resposta das instituições com a Resposta Social de Cantina Social no concelho de Ílhavo	157
Tabela 61 - Caraterização da capacidade de resposta das instituições com a Resposta Social de CAFAP no concelho de Ílhavo.....	157
Tabela 62 - Caraterização da capacidade de resposta das instituições com a Resposta Social de Lar de Menores no concelho de Ílhavo	158

Tabela 63 - Caraterização da capacidade de resposta das instituições com a Resposta Social de Casa Abrigo no concelho de Ílhavo.....	158
Tabela 64 - Caraterização da capacidade de resposta das instituições com a Resposta Social de Formação Profissional no concelho de Ílhavo.....	158
Tabela 65 - Caraterização da capacidade de resposta das instituições com a Resposta Social de Emprego Protegido no concelho de Ílhavo	158
Tabela 66 - Caraterização da capacidade de resposta das instituições com a Resposta Social de RSI no concelho de Ílhavo	158
Tabela 67 - Evolução de sinalizações na CPCJ de Ílhavos por ano e entidade sinalizadora	163
Tabela 68 - Evolução das problemáticas diagnosticadas na CPCJ de Ílhavo	164
Tabela 69 - Evolução do número de crimes por ano e território.....	171
Tabela 70 - Taxa de criminalidade (%) por Localização geográfica e Categoria de crime; anual.....	172
Tabela 71 - Registo de sinistralidade no concelho de Ílhavo.....	173
Tabela 72 - Mortos por 100 acidentes de viação com vítimas por localização geográfica.....	174
Tabela 73 - Caraterização de desempregados no concelho de Ílhavo com inscrição no IEFP de 2013 a 2014	179
Tabela 74 - Diferença entre o salário mínimo nacional e remuneração base média mensal	180
Tabela 75 - Distribuição de alunos matriculados no Ensino Básico Geral, no ano letivo 2016/2017, por idade.....	235
Tabela 76 - Distribuição de alunos matriculados no Ensino Básico Geral, no ano letivo 2016/2017, por idade.....	236
Tabela 77 - Taxa de retenção ou desistência dos alunos matriculados no ensino básico geral, por ano letivo e ano de escolaridade	237
Tabela 78 - Percentagem de alunos, por escola, que concluem o 1º ciclo do ensino básico geral em quatro anos	238
Tabela 79 - Percentagem de alunos, por escola, que concluem o 1º ciclo do ensino básico geral em quatro anos	239
Tabela 80 - Distribuição dos alunos matriculados no ensino básico geral no ano letivo 2016/17, por sexo	240
Tabela 81 - Distribuição de alunos matriculados no Ensino Básico Geral, por ano letivo e ano curricular.....	241
Tabela 82 - Número de alunos matriculados no ensino básico geral e artístico por ano letivo e ano curricular.....	242
Tabela 83 - Número de alunos matriculados no ensino básico geral e artístico por ano letivo e por idade	242
Tabela 84 - Taxa de retenção ou desistência dos alunos matriculados no ensino básico geral e artístico, por ano letivo e ano de escolaridade.....	242
Tabela 85 - Percentagem de alunos que concluem o 2º ciclo de ensino básico em dois anos	243
Tabela 86 - Distribuição de alunos matriculados no 2º ciclo do ensino básico geral e artístico no ano letivo 2016/2017, por sexo	243
Tabela 87 - Número de alunos matriculados no 3º Ciclo do ensino básico geral e artístico por ano letivo, ano curricular	244
Tabela 88 - Número de alunos matriculados no 3º Ciclo do ensino básico geral e artístico por ano curricular e por idade.....	244
Tabela 89 - Taxa de retenção ou desistência no 3º ciclo por escola e ano letivo.....	245

Tabela 90 - Distribuição dos alunos matriculados no 3º Ciclo do Ensino Básico Geral e Artístico no ano letivo 2016/17, por sexo	245
Tabela 91 - Numero de alunos matriculados por curso.....	246
Tabela 92 - Numero de alunos matriculados por ano letivo e ano curricular	246
Tabela 93 - Distribuição dos alunos matriculados no ano letivo 2016/17 por ano letivo e idade	246
Tabela 94 - Taxa de retenção ou desistência dos alunos matriculados em Cursos Científico-Humanísticos, por ano letivo e ano escolar	247
Tabela 95 - Indicador do alinhamento das classificações internas atribuídas pela escola face às classificações atribuídas pelas outras escolas a alunos com resultados semelhantes nos exames.....	247
Tabela 96 e 98 - Percursos diretos de sucesso: percentagem de alunos que obtêm positiva nos exames nacionais do 12º ano após um percurso sem retenções no 10º e 11º anos	248
Tabela 97 - Resultados das escolas no indicador global dos percursos diretos de sucesso: cursos científico-humanísticos do ensino secundário	249
Tabela 98 - Distribuição dos alunos matriculados em Cursos Profissionais no ano letivo 2016/17, por idade e escola.....	249
Tabela 99 - Percentagem de alunos que concluem o ensino profissional em 3 anos ou menos	250
Tabela 100 - Percentagem de alunos que concluem o ensino profissional em 3 anos ou menos no ano letivo 2014/15	250
Tabela 101 - Percentagem de alunos que concluem o ensino profissional em 3 anos ou menos no ano letivo 2015/16	251
Tabela 102 - Percentagem de alunos que concluem o ensino profissional em 3 anos ou menos no ano letivo 2016/17	252

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Distribuição da População Residente por Freguesia	34
Gráfico 2 - Evolução do envelhecimento no concelho de Ílhavo	38
Gráfico 3 - Evolução do movimento da população do concelho de Ílhavo	50
Gráfico 4 - Modalidades de Ensino em que os alunos do Concelho estão matriculados no ano letivo 2016/17, no concelho de Ílhavo	76
Gráfico 5 - Caracterização dos recursos humanos pelas diferentes unidades de saúde de Ílhavo.....	94
Gráfico 6 - Caracterização da população em consultas de Prevenção, por género no concelho de Ílhavo	103
Gráfico 7 – Caraterização da população em consultas de Tratamento, por género no concelho de Ílhavo	103
Gráfico 8 - Caraterização da população em consultas de Prevenção, por idade no concelho de Ílhavo	104
Gráfico 9 - Caracterização da população em consultas de Tratamento, por idade no concelho de Ílhavo	104
Gráfico 10 - Caracterização da população em consultas de prevenção, por habilitações literárias no concelho de Ílhavo	104
Gráfico 11 - Caracterização da população em consultas de tratamentos, por habilitações literárias no concelho de Ílhavo	105
Gráfico 12 - Caracterização da população em consultas de tratamento, por estado civil no concelho de Ílhavo	105
Gráfico 13 - Caracterização da população em consultas de prevenção, por situação profissional no concelho de Ílhavo.....	106
Gráfico 14 - Caracterização da população em consulta de tratamento, por situação profissional no concelho de Ílhavo.....	106
Gráfico 15 - Principal droga consumida por utente em equipa de prevenção, por freguesia, no concelho de Ílhavo.....	109
Gráfico 16 - Principal droga consumida por utente em equipa de tratamento, por freguesia no concelho de Ílhavo.....	109
Gráfico 17 - Evolução de consultas de alcoologia na UCC Laços de Mar e Ria.....	110
Gráfico 18 - Caraterização por género e faixa etária da população em acompanhamento na consulta de alcoologia na UCC Laços de Mar e Ria	111
Gráfico 19 - Caraterização por género e ocupação da população em acompanhamento na consulta de alcoologia na UCC Laços de Mar e Ria	111
Gráfico 20 - Caraterização por género e fonte sinalizadora da população em acompanhamento na consulta de alcoologia na UCC Laços de Mar e Ria.....	112
Gráfico 21 - Caraterização da população com retaguarda institucional no concelho de Ílhavo, de acordo com a área de residência, por serviço/resposta social	115
Gráfico 22 - Caraterização da população com retaguarda institucional no concelho de Ílhavo de acordo com o serviço/resposta social, por género.....	116
Gráfico 23 - Caraterização da população com retaguarda institucional no concelho de Ílhavo de acordo com o serviço/resposta social, por faixa etária.....	116
Gráfico 24 - Caraterização da população com retaguarda institucional no concelho de Ílhavo, de acordo com o serviço/resposta social, por dificuldade/deficiência/área afetada	117
Gráfico 25 - Nº de beneficiários com processamento de RSI, por freguesia, no concelho de Ílhavo	128

Gráfico 26 - Nº de requerimentos de RSI no concelho de Ílhavo, por freguesia	128
Gráfico 27 - Beneficiários com processamento de RSI no concelho de Ílhavo, de acordo com o sexo	129
Gráfico 28 - Nº de agregados no concelho de Ílhavo de acordo com a sua dimensão	129
Gráfico 29 - Caraterização de beneficiários de RSI no concelho de Ílhavo por escalão etário/ano	131
Gráfico 30 - Tipologia de Famílias beneficiárias de RSI no concelho de Ílhavo, por ano	132
Gráfico 31 - Caraterização de famílias beneficiárias de RSI no concelho de Ílhavo de acordo com a dimensão, por ano	132
Gráfico 32 - Caraterização dos agregados beneficiários de RSI no concelho de Ílhavo, de acordo com os rendimentos, por ano	133
Gráfico 33 - Caraterização das famílias beneficiárias de RSI do concelho de Ílhavo de acordo com o escalão de RSI, por ano	133
Gráfico 34 – Número e tipologia de requerimentos de RSI que deram entrada no concelho de Ílhavo, por ano	134
Gráfico 35 – Número de processos de RSI cessados no concelho de Ílhavo por ano	134
Gráfico 36 - Caraterização de beneficiários de RSI no concelho de Ílhavo de acordo com o género, por ano	136
Gráfico 37 - Evolução das ações de inserção no concelho de Ílhavo por ano	136
Gráfico 38 - Caraterização de beneficiários de RSI no concelho de Ílhavo por escalão etário.....	138
Gráfico 39 - Caraterização dos beneficiários de RSI no concelho de Ílhavo por tipologia de família	138
Gráfico 40 – Caraterização dos beneficiários de RSI no concelho de Ílhavo de acordo com o escalão de RSI	139
Gráfico 41 - Número de processos familiares novos em acompanhamento no concelho de Ílhavo.....	143
Gráfico 42 - Distribuição de processos familiares, por freguesia no concelho de Ílhavo	144
Gráfico 43 – Diligências realizadas no concelho de Ílhavo no âmbito dos atendimentos realizados até 2019	144
Gráfico 44 - Diligências realizadas no concelho de Ílhavo no âmbito dos acompanhamentos realizadas até junho 2019	145
Gráfico 45 - Motivos de cessação dos acordos no concelho de Ílhavo.....	146
Gráfico 46 – Distribuição dos utentes acompanhados pela RLIS de Ílhavo por faixa Etária	146
Gráfico 47 – Caraterização de agregados acompanhados pela RLIS de Ílhavo de acordo com a tipologia do agregado familiar.....	147
Gráfico 48 - Habilitações da população de Ílhavo em acompanhamento, do género feminino	148
Gráfico 49 - Habilitações da população de Ílhavo em acompanhamento do género masculino	148
Gráfico 50 - Situação profissional dos beneficiários acompanhados pela RLIS de Ílhavo.....	149
Gráfico 51 - Evolução do número de candidatos para respostas sociais de apoio à infância no concelho de Ílhavo.....	153
Gráfico 52 - Evolução do número de candidatos para Respostas Sociais de apoio à deficiência no concelho de Ílhavo	155

Gráfico 53 - Evolução do número de candidatos para as respostas sociais de apoio ao envelhecimento no concelho de Ílhavo	156
Gráfico 54 - Fluxo processual de 2013 a 2018 na CPCJ de Ílhavo.....	161
Gráfico 55 - Caraterização das crianças/jovens com processo na CPCJ de Ílhavo, por idade	162
Gráfico 56 - Evolução de acordo com a categoria do crime no concelho de Ílhavo...	173
Gráfico 57 - Caracterização das vítimas do concelho de Ílhavo por faixa etária e género	175
Gráfico 58 - Percentagem de encaminhamentos no concelho de Ílhavo de acordo com a entidade que encaminha	175
Gráfico 59 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem por sexo no ano de 2013 de acordo com a localização	180
Gráfico 60 - Evolução do acompanhamento a desempregados no concelho de Ílhavo	186
Gráfico 61 - Taxa de Analfabetismo (%,) por sexo segundo os Censos 2011	198
Gráfico 62 - População residente com 15 ou mais anos sem o ensino secundário segundo os Censos, por sexo (%).....	198
Gráfico 63 – Ganho médio mensal por género no ano de 2013 Gráfico.....	199
64 – Taxa de atividade segundo os Censos 2011, por sexo	199
Gráfico 65 - Taxa de desemprego segundo os Censos 2011, total e por sexo	200
Gráfico 66 - Desempregados por 100 empregados segundo os Censos 2011, total e por sexo	200
Gráfico 67 - Taxa de inatividade segundo os Censos 2011, total e por sexo (%).....	201
Gráfico 68 - Caraterização da população de etnia cigana no concelho de Ílhavo por idade	206
Gráfico 69 - Distribuição dos agregados de etnia cigana no concelho de Ílhavo por tipo de família.....	206
Gráfico 70 - Caraterização da população de etnia cigana no concelho de Ílhavo, por ocupação.....	207
Gráfico 71 - Caraterização da população de etnia cigana a viver no concelho de Ílhavo em regime de arrendamento, por idade	209
Gráfico 72 - Caraterização dos agregados em regime de arrendamento privado/habitação social, por tipo de família no concelho de Ílhavo.....	209
Gráfico 73 - Caraterização da população em regime de arrendamento privado/habitação social, em Ílhavo, por ocupação	210

Índice de figuras

Figura 1 - Divisão territorial da região: NUTS III e Municípios	22
---	----

Lista de siglas

AC – Acompanhamento à Colocação
ACES - Agrupamento de Centros de Saúde
ACM – Alto Comissariado para as Migrações
APC – Acompanhamento Pós-colocação
ARSC - Administração Regional de Saúde do Centro
ASI - Atendimento Social Integrado
CAO – Centro de Atividades Ocupacionais
CASCI – Centro de Ação Social do Conselho de Ílhavo
CDT – Comissão Dissuasão da Toxicodependência
CEI – Contrato Emprego e Inserção
CERCIAB – Cooperativa para a Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Aveiro
CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
CIT – Certificado de Incapacidade Temporária
CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes
CLAS – Conselho Local de Ação Social
CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CRI – Centro de Respostas Integradas
CRP – Centro de Reabilitação Profissional
CV - Cardio Vascular
DM - Diabetes Mellitus
DPOC - Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica
ECCI - Equipa de Cuidados Continuados Integrados
EEE - Estabelecimentos de Educação e Ensino
EN - Estrada Nacional
ENLCD – Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga
ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
FEAC – Fundo Europeu de Apoio a Carentes
FEINPT – Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros
FMAFIC – Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carentes
GIP – Gabinete de Inserção Profissional

HTA - Hipertensão Arterial

IAOQE – Informação, Avaliação e Orientação para a Qualificação e o Emprego

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IPO – Instituto Português de Oncologia

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

LAAR – Lar Residencial

NAVVD – Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica

NLI - Núcleo Local de Inserção

OE – Orçamento de Estado

OMS – Organização Mundial de Saúde

PA - Pressão Arterial

PCAAC – Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados

PES – Promoção e Educação para a Saúde

PF – Processos familiares

PLA – Problemas Ligados ao Álcool

PLS – Plano Local de Saúde

PNAI – Plano Nacional para a Inclusão

PNI – Plano Nacional para a Igualdade

POAPMC - Programa Operacional Apoio às Pessoas Mais Carenciadas

PORI – Plano Operacional de Respostas Integradas

PPRSI – Prestação Processada Rendimento Social de Inserção

PRI – Programa de Respostas Integradas

PRO – Valor provisório

RCV - Risco Cardio Vascular

RLIS - Rede Local de Intervenção Social

RMAD – Rede Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade

RNCCI - Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

RSI – Rendimento Social Inserção

SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

SAFE – Serviço de Apoio à Formação e Emprego

SDAF – Serviço Domiciliário de Apoio às Famílias

TPA – Terminal de Pagamento Automático

TPC – Trabalhador por Contra Própria

TPO – Trabalhador por Conta de Outro

UCC - Unidade de Cuidados na Comunidade

UCSP - Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados

UE – União Europeia

USF'- Unidade de Saúde Família

VD – Visita Domiciliária

Introdução

O documento que se apresenta constitui uma atualização do Diagnóstico Social do Concelho de Ílhavo e foi realizado de acordo com os dados estatísticos existentes no presente momento relativamente aos eixos, previamente definidos.

O Diagnóstico Social “é um processo de elaboração, sistematização de informação que implica conhecer e compreender os problemas e necessidades dentro de um determinado contexto, as suas causas e a evolução ao longo do tempo, assim como os fatores condicionantes e de risco e as suas tendências previsíveis; permitindo uma discriminação dos mesmos consoante a sua importância, com vista ao estabelecimento de prioridades e estratégias de intervenção, de forma que se possa determinar de antemão o seu grau de viabilidade e eficácia, considerando tanto os meios disponíveis como as forças e atores sociais envolvidos nas mesmas” (Idáñez & Ander-Egg, 2007)

Face à complexidade e dimensão que engloba a intervenção social e comunitária, trata-se de um documento extremamente importante no âmbito do desenvolvimento estratégico de Ílhavo em termos sociais, facilitador da interação, cujos dados introduzidos permitem uma visão mais lata do Concelho, tornando-se assim um guião orientador e estruturante que sistematiza, organiza a ação e direciona o seu planeamento.

Com o intuito de dar a entender problemas e contextos que condicionam cada situação, permite conhecer os recursos e meios disponíveis no território para resolver essas mesmas questões. Permite também conhecer os fatores mais significativos que influenciam, condicionam e determinam a situação e os atores sociais implicados na mesma. Facilita a compreensão das tendências previsíveis no futuro, a sua evolução e as diferentes estratégias de intervenção, quais as decisões que devem ser tomadas através de uma hierarquização de prioridades e estratégias de intervenção e ainda, permite conhecer os fatores contingentes que possam condicionar a viabilidade e eficácia da intervenção social necessária.

Para além deste conhecimento, deve ser valorizado por se tornar no elemento chave e impulsionador do Plano de Desenvolvimento Social, que se pretende ser resposta para as carências, necessidades, problemas e aspirações detetadas neste Diagnóstico, certos de que só conhecendo a realidade é possível agir com eficácia, pois

através deste diagnóstico social será possível criar um quadro situacional que nos permitirá selecionar as estratégias de intervenção mais adequadas que serão explanadas no Plano de Desenvolvimento Social.

Enquadramento e Contextualização

Rede Social de Ílhavo

A Rede Social, criada na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro, e do Despacho Normativo n.º 8/2002 de 12 de fevereiro, que regulamenta o Programa de Apoio à sua implementação, “impulsionou um trabalho de parceria alargada incidindo na planificação estratégica da intervenção social local, abrangendo atores sociais de diferentes naturezas e áreas de intervenção, visando contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social ao nível local. Este trabalho de parceria tem vindo a ser alvo de uma enriquecedora atualização também na perspetiva da promoção da igualdade de género”¹.

Regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho, que define o seu funcionamento, competências, princípios e regras subjacentes aos instrumentos de planeamento que lhe estão associadas, “a rede social pretende constituir um novo tipo de parceria entre entidades públicas e privadas, atuando nos mesmos territórios, baseada na igualdade entre parceiros, no respeito pelo conhecimento, pela identidade, potencialidades e valores intrínsecos de cada um, na partilha, na participação e na colaboração, com vista à consensualização de objetivos, à concertação das ações desenvolvidas pelos diferentes agentes locais e à otimização dos recursos endógenos e exógenos ao território”²

A Rede Social de Ílhavo, assume-se assim como “um modelo de organização e de trabalho em parceria que traz uma maior eficácia nas respostas sociais e rapidez na resolução dos problemas concretos dos cidadãos e das famílias”³.

Com o intuito de alcançar os objetivos e concretizar as ações previstas no âmbito da Rede Social, foi implementado no concelho de Ílhavo, em 2000, o Conselho Local de Ação Social (CLAS). O CLAS é uma entidade de âmbito concelhio que visa articular as iniciativas e ações de todos os agentes que têm intervenção nas áreas social e de solidariedade, tendo sido criado no âmbito do Programa de Apoio à Implementação da Rede Social (Despacho Normativo n.º 8/2002, de 12 de fevereiro),

¹ Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho

² Id.

³ Id.

criando as bases para a existência de uma Rede Social que contribua para a consciência pessoal e coletiva dos problemas sociais e que promova a participação e a concertação de esforços por parte de todas as entidades envolvidas, no sentido da solução destes problemas.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho, “o processo de planeamento integrado de intervenção no âmbito da Rede Social tem como objetivos a cobertura equitativa e adequada de serviços e equipamentos e a rentabilização dos recursos locais e tem como finalidade o desenvolvimento social local” através, entre outros, do Diagnóstico Social.

Entende-se por Diagnóstico Social, um “instrumento dinâmico sujeito a atualização periódica, resultante da participação dos diferentes parceiros, que permite o conhecimento e a compreensão da realidade social através da identificação das necessidades, da deteção dos problemas prioritários e respetiva causalidade, bem como dos recursos, potencialidades e constrangimentos locais” (Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho).

Volvidos dez anos sobre a concretização do segundo Diagnóstico Social do concelho de Ílhavo, foi constatada a necessidade de se proceder a uma atualização da informação nele explanada.

Para tal, será utilizada a metodologia de abordagem sistémica, uma vez que “cada facto, fenómeno ou processo que se analisa e cada ação ou intervenção que se propõe, deve ser considerada como um aspeto do todo social da qual faz parte”, e uma abordagem ecológica, por se considerar que os “problemas sociais têm que ter em conta que nada acontece de modo isolado” (Idáñez & Ander-Egg, 2007).

Pretende-se também a utilização de um modelo dialético, com enfoque holístico em que “o todo determina a natureza das partes, e as propriedades destas são explicadas a partir das propriedades do todo, sem que isto esgote a explicação das partes”, onde também se valoriza, tendo em consideração a intervenção social prevista, a superação da dicotomia teoria e prática como se fossem elementos contrapostos e não interrelacionados. Será valorizado o pensamento crítico, visto que a realidade vai além do que nos é dado, sendo também o que nos é possível propor e realizar com o intuito de pensar um futuro diferente (Idáñez & Ander-Egg, 2008).

Objetivos

- ✓ Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral;
- ✓ Combater a pobreza e exclusão social, através da promoção da inclusão e coesão sociais;
- ✓ Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos ao nível local;
- ✓ Integrar os objetivos da promoção da igualdade de género, constantes no Plano Nacional para a Igualdade (PNI), nos instrumentos de planeamento;
- ✓ Promover o desenvolvimento social integrado, que potencie sinergias, competências e recursos;
- ✓ Assegurar o conhecimento dos objetivos do Plano Nacional para a Inclusão (PNAI).

Princípios

- | | | |
|-------------------|-------------|---------------|
| ✓ Subsidiariedade | ✓ Igualdade | ✓ Articulação |
| ✓ Integração | de Género | ✓ Inovação |
| ✓ Participação | | |

Perspetiva da Análise

Numa sociedade em constantes mudanças, com novas exigências sociais e de consumo, e por consequência diferentes problemas sociais, um dos maiores desafios dos gestores da intervenção social é a implementação de políticas que conduzam à operacionalização dos conceitos de desenvolvimento sustentável e coesão social.

Se por um lado “exige uma lógica sistémica, que se sustente em vários olhares, e várias formas de abordagem enraizadas em saberes e práticas integradas de construção de soluções”, por outro lado, “a resolução de problemas sociais não obedece a um receituário social” uma vez que esta complexidade conduz a uma dificuldade acrescida de apresentar uma única resposta para o problema colocado. A própria terminologia “problema” prevê a “existência de uma solução, o que nem sempre é fácil de obter, face às vicissitudes da complexidade social” que por sua vez, tem intrínseca “uma dinâmica muito peculiar de atores sociais, cujos interesses, perspetivas e lógicas de entendimento sobre o assunto nem sempre são convergentes (Fialho, Silva, & Saragoça, 2017).

Neste contexto, o Diagnóstico Social torna-se uma ferramenta útil e com opções estratégicas que, para além de permitirem decompor esta complexidade social, pretendem tornar o concelho de Ílhavo num território que proporciona bem-estar económico-social e consequente qualidade de vida à sua população.

Elaborar um diagnóstico social é criar uma radiografia sobre o social em “determinado momento, e face a um contexto delimitado”, sendo por isso “um processo apuradamente complexo de descrição do sentido da realidade sobre um problema social, uma dada situação de um grupo, comunidade, território, etc”, tratando-se por isso de desmontar a complexidade da realidade social (Fialho, Silva, & Saragoça, 2017).

Pretende-se com este diagnóstico apresentar uma proposta de conteúdo com carácter estratégico e transversal, cuja implementação exige grande envolvimento das várias entidades com responsabilidade social presentes no concelho.

Dimensão Metodológica

“Sempre que se pensa na intervenção social, o uso das lógicas de planear está intrínseco. O planeamento é uma função inerente a toda a ação, a qual sustenta um conjunto de atividades e, através da articulação das quais, se pretende atingir um conjunto de objetivos” (Idáñez & Ander-Egg, 2007).

Considerando os objetivos que se pretendem atingir com o Diagnóstico Social, é necessário planear para se conseguir passar da situação inicial para a situação que se pretende alcançar, tendo presente que “planear pressupõe a escolha do melhor caminho para alcançar os objetivos” (Idáñez & Ander-Egg, 2007).

Desta forma, a elaboração do Diagnóstico Social foi planeada de acordo com os seguintes procedimentos:

- ✓ Analisar os documentos existentes sobre diagnóstico social – estudos, bibliografia, diagnósticos sociais existentes anteriores e de outros concelhos;
- ✓ Analisar documentos que abordem os conceitos-chave e tendências dominantes nas problemáticas trabalhadas;
- ✓ Aferir os indicadores de avaliação da situação social do concelho de Ílhavo, nas suas variadas vertentes;
- ✓ Realizar reflexões e análises em grupos de trabalho com o intuito de priorizar as problemáticas mais prementes, passíveis de intervenção.

Estes procedimentos permitirão a “maturação da informação, para que o conhecimento construído seja o mais fiel possível e aproximado da realidade” (Fialho, Silva, & Saragoça, 2017), razão pela qual exige:

- ✓ Identificação de necessidades, problemas e situações ávidas de resolução;
- ✓ Estabelecimento de um prognóstico da situação a resolver a curto ou a médio prazo;
- ✓ Identificação dos recursos e meios existentes para a resolução da situação/problema;
- ✓ Enumeração e hierarquização dos problemas identificados com respetiva identificação dos que podem ser resolvidos;
- ✓ Análise das contingências que podem influenciar o processo de intervenção social de forma negativa ou positiva.

Devendo ter sempre presente, e para qualquer problema, a contextualização da situação problema, referenciando os antecedentes, o problema em si e o prognóstico. Desta forma, e tal como advogam Idáñez e Andre-Egg (2007) “trata-se de realizar um estudo com a finalidade de obter conhecimentos para produzir mudanças introduzidas e/ou planificadas. Ou com o propósito de resolver problemas, satisfazer necessidades, desenvolver potencialidades, ou agir sobre algum aspeto da realidade social.”

Caracterização do Concelho

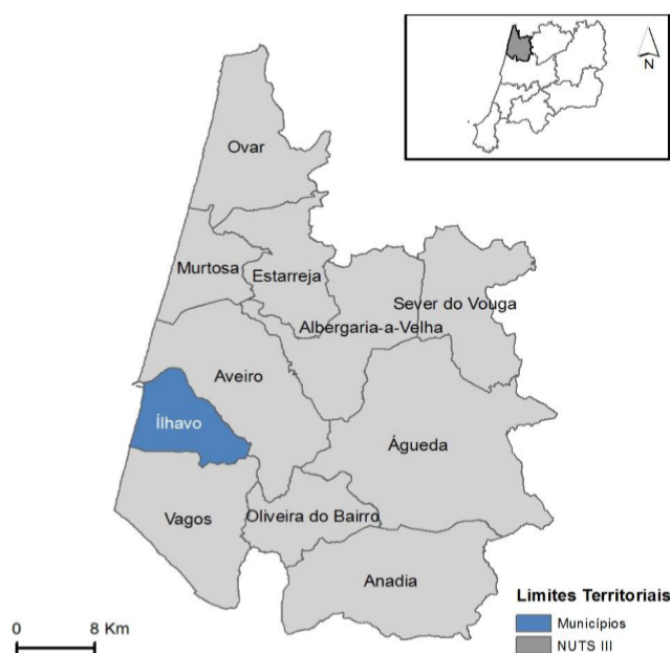


Figura 1 - Divisão territorial da região: NUTS III e Municípios⁴

O Concelho de Ílhavo situa-se no Distrito de Aveiro, região Centro e sub-região do Baixo Vouga. Geograficamente, pode dizer-se que é limitado a Norte e a Este por Aveiro, a Sul por Vagos e a Oeste pelo Oceano Atlântico que banha as suas praias, o que o distingue dos demais quer pela sua geografia, quer pela sua história.

Ílhavo é reconhecido por muitos autores como sendo descendente de lendários navegadores, provavelmente fenícios, gregos ou antigos navegadores dos mares do Norte e Romanos, que vieram pela foz do Vouga, aproveitando as suas margens para se estabelecerem, sendo o povo Ilhavense um misto de várias raças, como comprovam os cerca de nove séculos e meio de vida documentada. Sabe-se que a primeira referência escrita à “vila iliauo”, se encontra no cartulário do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, designado por Livro Preto da Sé de Coimbra e remonta ao século XI. Este território enquadra-se em terras baixas embebidas pelos canais da ria de Aveiro, condição que arrastou a sua população para atividades como a agricultura melhorada

⁴ Fonte: INE, Retorno de Informação Personalizada dos Municípios, Dezembro 2018

com moliço proveniente da ria, a produção de sal e a faina da pesca, sendo a do bacalhau mais desenvolvida e ainda hoje imagem de marca do concelho, como é visível no seu Museu Marítimo. É também conhecido mundialmente pela sua ligação à arte, com as porcelanas da Vista Alegre. No âmbito gastronómico, pelos pratos confeccionados com bacalhau e seus derivados, pela forma ainda tradicional e artesanal de confeccionar o Pão de Vale de Ílhavo, os Folares e o Pão com chouriço. Culturalmente, destaca-se o Festival do Bacalhau, para além das típicas festas populares e festivas. As praias do concelho, o seu farol e os seus museus são, no campo do turismo, a principal atração.

Com uma densidade populacional, de acordo com o INE, de 523.3 hab/km², em 2017, Ílhavo é aquele que apresenta a maior densidade populacional da Região de Aveiro.

De acordo com os dados dos Censos 2011, Ílhavo regista uma população residente constituída por 38.598 indivíduos, sendo 18.407 do sexo masculino e 20.191 do sexo feminino. Subdivide-se em quatro freguesias: São Salvador, sede do Concelho, (16.597 habitantes), Gafanha da Nazaré, da qual faz parte a Praia da Barra (14.756 habitantes), Gafanha da Encarnação, da qual faz parte a praia da Costa Nova (5.487 habitantes) e a Gafanha do Carmo, a menos povoada (1.785 habitantes).

Destaca-se que a população residente tem vindo a aumentar a sua densidade populacional em 12% entre 1991 e 2001 e 3,73% entre 2001 e 2011, onde se denotou um refreamento. Tal crescimento deve-se não só ao facto de ser um concelho periférico com grande função residencial, mas também devido a intensos movimentos migratórios, principalmente de população jovem e com menores rendimentos que neste reconhece fatores favoráveis para encontrar uma resposta habitacional e de trabalho.

No que se reporta à distribuição da população por grupos etários, o grosso da população encontra-se na faixa etária entre os 25 e os 64 anos. Seguem-se os indivíduos com mais de 65 anos e só depois aqueles que se encontram entre os 0 e os 14 anos.

Relativamente à população, é perceptível a disposição para uma população cada vez mais envelhecida, reforçado pelo decréscimo do número de nascimentos contraposto com o número de adultos e idosos. Como consequência deste facto, é importante destacar a necessidade de investir em estruturas de suporte à pessoa idosa, recorrendo nomeadamente às respostas institucionais, estas já muito enraizadas,

diversificadas e com dinâmicas de parceria que permite entre elas uma resposta mais adequada e mais próxima das necessidades existentes.

Cultura

Iluminado pelo Farol da Barra, com um raio de 23 milhas, Ílhavo vê irradiada a sua luz nos principais espaços culturais: o Laboratório das Artes, a Fábrica das Ideias, a Casa da Cultura e o Cais Criativo.

Pelas suas características territoriais e socioculturais, é um concelho com intensa atividade cultural e desportiva, estando esta retratada na diversidade de eventos que deixam abertas as portas a todos os que o queiram visitar, mobilizando não só a própria região, mas todo o país, tornando-se já um atrativo para estrangeiros.

Pela sua proximidade ao mar e toda a sua Cultura Marítima e da Pesca de Bacalhau, esta temática inspira não só os seus espaços culturais como os seus festivais, nomeadamente o Festival do Bacalhau, o Ria a Gosto – Festival de Marisco da Costa Nova, o Marolas, o Festival Rádio Faneca, o Festival Cabelos Brancos, a Rota das Padeiras, entre outras atividades à disposição de toda a comunidade.

Aproveitando ao máximo os recursos naturais e o bom tempo característico da região, valorizando a cultura marítima, o concelho oferece ao longo de todo o ano uma variada oferta de atividades de carácter lúdico, cultural e desportivo, pensadas para todas as idades e gostos. Da Música ao Cinema, passando pelo Teatro, Folclore, Exposições, Atividades Desportivas e de Sensibilização Ambiental, Bibliotecas de Praia, Festivais Gastronómicos, entre outras que confirmam ser este um concelho culturalmente ativo.

Ílhavo é também rico em arte e outras referências arquitetónicas. Conhecido pelos palácios e capelas que remontam aos séculos XVII e XVIII, tem também exemplares de Arte Nova, que reforçam a forte ligação ao mar ao terem sido influenciados pelas viagens dos capitães ilhavenses na odisseia da pesca do bacalhau.

Podemos ainda encontrar em alguns lugares das diferentes freguesias exemplos de arquitetura vernácula, caracterizada pela vivência dos povos da beira mar e beira ria.

É também rico em arquitetura contemporânea, como se pode verificar nos mais recentes edifícios públicos, mas também no restauro e construção de algumas casas particulares.

A arte está de tal forma enraizada na cultura do povo Ilhavense, que ninguém consegue ficar indiferente à perícia técnica dos artesãos. Enfatizando a sua ligação à vida marítima e às influências multiculturais que marcam esta gente, a arte para além da vertente decorativa, era também um recurso utilitário, variando desde a tecelagem das redes de pesca, às peças decorativas e aos produtos alimentares tradicionais.

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, podemos verificar na tabela abaixo o valor disponibilizado pela autarquia para financiamento de atividades culturais, criativas e desportivas.

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
Em atividades culturais e criativas (milhares €)	1 498	17 262	108 688	450 127	8,7
Património	726	3 124	20 856	94 214	23,2
Bibliotecas e arquivos	282	2 281	18 467	70 648	12,4
Artes do espetáculo	469	8 486	30 727	114 892	5,5
Atividades interdisciplinares	0	2 732	26 851	125 035	0,0
Em atividades culturais e criativas por habitante (€/hab.)	39,0	47,5	48,7	43,7	-
Em atividades e equipamentos desportivos por habitante (€/hab.)	20,5	36,0	33,0	28,8	-

Tabela 1 - Despesas da Câmara Municipal em atividades culturais, criativas e desporto, dezembro 2018⁵

Turismo

O turismo é uma das áreas em expansão no concelho, podendo verificar-se na tabela que se segue, que no período compreendido entre 2013 e 2017, se regista o aumento do número de alojamentos, a duplicação do número de camas, assim como um aumento significativo dos proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros.

⁵ Fonte: INE, Retorno de Informação Personalizada dos Municípios, dezembro 2018

Anos			2013	⊥ 2014	2015	2016	2017
Dormidas por 100 habitantes	Dormida - Rácio - %		77,9	⊥ Rv 85,3	Rv 93,6	169,6	197,9
	Estabelecimentos		7	⊥ Rv 6	Rv 7	8	11
Alojamentos Turísticos	Camas		380	⊥ Rv 332	Rv 340	515	640
	Proveitos totais						
dos estabelecimentos hoteleiros	(Euro - Milhares)		1.054	⊥ Rv 1.206	Rv 1.411	3.376	3.946

Tabela 2 - Evolução na área do turismo no concelho de Ílhavo⁶

Mundialmente é reconhecido por ser o berço da Fábrica da Vista Alegre desde 1824, que tem a sua presença marcada em várias mesas de casas reais europeias e que, através do seu Museu, transporta os visitantes pela história da cerâmica ao longo dos últimos anos, valorizando cada criação artística.

Outra possibilidade é uma viagem pela história da Pesca do Bacalhau à linha, possível de ser vivenciada no Museu Marítimo de Ílhavo e no Navio Museu Santo André que conta a vida do arrasto.

É um destino apetecível pela grande oferta desportiva, desde as atividades náuticas, à pesca e à observação das aves entre outros valores naturais. Também as suas praias, da Barra e da Costa Nova, oferecem diferentes oportunidades e vivências, com o Farol da Praia da Barra e os típicos Palheiros da Costa. Já os apreciadores de gastronomia tendem a visitar o concelho pela experiência onde o peixe, de forma geral, e o bacalhau, de forma muito particular, assumem a base de inúmeros pratos. A refeição pode ser acompanhada pelo pão de Vale de Ílhavo, ainda hoje cozido em forno a lenha, mantendo a receita histórica e confeccionado de forma artesanal pelas mãos das tradicionais padeiras, e adoçada com o arroz doce à moda de Ílhavo ou com as papas de abóbora.

⁶ Dados obtidos em <https://www.pordata.pt> a 08-03-2019

Custo de vida

O custo de vida é o valor, em dinheiro, necessário para fazer face um certo nível de vida, e inclui diferentes despesas básicas. É um valor importante para comparar o custo de viver num local comparativamente a outro. Neste Diagnóstico Social, optou-se por se fazer referência apenas a algumas despesas como a habitação, transporte e cultura, enquanto exemplos de uma imagem global do concelho.

Ílhavo encontra-se em 81º lugar relativamente ao **poder de compra per capita**⁷ (num total de 308 municípios), apresentando em 1993 um poder de compra per capita de 74,2%, e em 2015 um poder de compra per capita de 88,2%, o que revela um valor acima da média na tabela nacional.

No que reporta à **proporção do poder de compra**⁸, posiciona-se em 71º lugar com uma proporção de poder de compra que evoluiu de 0,2% (1993) para 0,3% (2015).

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Fator Dinamismo Relativo
Portugal	100	100	-0,009
Continente	100,7	95,814	-0,006
Região de Aveiro	91,9	3,237	-0,238
Águeda	86,13	0,39	-0,399
Albergaria-a-Velha	83,72	0,198	-0,463
Anadia	79,58	0,215	-0,079
Aveiro	125,13	0,93	-0,13
Estarreja	82,49	0,21	-0,481
Ílhavo	88,24	0,327	-0,219
Murtosa	69,4	0,07	-0,029
Oliveira do Bairro	80,99	0,185	-0,288
Ovar	89,63	0,473	-0,271
Sever do Vouga	74,08	0,085	-0,335
Vagos	68,96	0,153	0,103

Tabela 3 - IpC, PPC e FDR, 2015⁹

⁷ Este indicador compósito pretende traduzir o poder de compra em termos *per capita*. É um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes municípios ou regiões.

⁸ Este indicador compósito reflete o peso do poder de compra de cada município ou região no total do país para o qual a proporção de poder de compra assume o valor 100%.

⁹ Fonte – INE

Em relação ao valor médio de avaliação bancária dos alojamentos, encontra-se em 69º lugar, com um valor médio em 2009 de 1,07€ por m², que reduziu em 2017 para 1,02€.

De acordo com o INE, o valor médio dos contratos de arrendamento assinados a nível nacional em 2017 situa-se nos 3,91€ por m². No caso do arrendamento em habitação social, o INE destaca no ano de 2015 um custo médio de um fogo de 53,00€.

De acordo com dados da Câmara Municipal de Ílhavo, no ano de 2018, o preço médio da renda da habitação social foi de 46,12€.

O acesso à cultura nas salas de espetáculos, eventos, museus ou exposições pode ser feito a título gratuito ou pode variar entre 1,00€ e 25,00€, de acordo com os preços aplicados no período compreendido entre 2013 e 2018, nestes espaços.

Relativamente à mobilidade, o concelho está munido de transportes urbanos, com um custo por viagem que varia entre os 0,95€ e 3,35€¹⁰ dependendo do trajeto, com facilidade de acesso à estação ferroviária de Aveiro.

A mobilidade é possível pelo recurso a táxis, com um serviço urbano com a bandeirada em período diurno de 3,25€ e no período noturno, feriados e fins de semana com um custo de 3,90€ e o preço das frações de percurso e tempo tem um acréscimo de 20%.

Associativismo, Equipamentos Desportivos, Lúdicos e Recreativos

“A expressão associativismo designa, por um lado a prática social da criação e gestão das associações (organizações providas de autonomia e de órgãos de gestão democrática: assembleia geral, direção, conselho fiscal) e, por outro lado, a apologia ou defesa dessa prática de associação, enquanto processo não lucrativo de livre organização de pessoas (os sócios) para a obtenção de finalidades comuns. (...)”

O associativismo, enquanto forma de organização social, caracteriza-se pelo seu caráter, normalmente, de voluntariado, por reunião de dois ou mais indivíduos, usado como instrumento da satisfação das necessidades individuais humanas (nas suas mais diversas manifestações)”¹¹.

Em Ílhavo, as associações são reconhecidas pela importância que assumem no desenvolvimento das comunidades residentes nas diferentes freguesias, ocupando um

¹⁰ Dados retirados do site da Transportadora Transdev

¹¹ In <https://pt.wikipedia.org/wiki/Associação>, consultado a 03.06.2019

lugar de grande relevo na dinâmica do movimento associativo, dinamizando iniciativas culturais, recreativas, desportivas e sociais no concelho.

A intervenção das associações prende-se com o apoio e organização de novas iniciativas, dinamização de práticas regulares de desenvolvimento e a interligação e cooperação associativa. Assim, as Autarquias procuram desenvolver a sua estratégia cultural, desportiva e social em consonância com o desempenho das associações, através da promoção da cooperação, solidariedade, responsabilização e intervenção dos cidadãos nas mais variadas dimensões da vida social, tornando-se um importante meio de exercício de cidadania.

Em Ílhavo as diferentes associações culturais promovem atividades diferenciadas, sendo exemplo a música, o teatro, a dança folclórica, a promoção e manutenção de tradições. São estas:

- ✓ Amigos do Museu Marítimo de Ílhavo;
- ✓ Associação Cultural e Recreativa “Os Baldas”;
- ✓ Associação Cultural e Recreativa “Os Palheiros” da Costa Nova;
- ✓ Associação Amigos da Malha da Carvalheira;
- ✓ Associação Bacalhoeiros de Portugal;
- ✓ Associação Cultural da Gafanha do Carmo;
- ✓ Associação Recreativa e Cultural “Chio Pó-Pó”;
- ✓ Auroque – Associação Cultural;
- ✓ Banda dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo “Música Nova”
- ✓ Bússola Partilhada;
- ✓ Casa do Povo da Gafanha da Nazaré;
- ✓ Coletividade Popular da Coutada;
- ✓ Confraria Camoniana de Ílhavo - Associação;
- ✓ Confraria Gastronómica do Bacalhau;
- ✓ Cooperativa Cultural e Recreativa da Gafanha da Nazaré;
- ✓ Escola de Música Gafanhense;
- ✓ Filarmónica Gafanhense;
- ✓ GRAL – Grupo Recreativo Amigos da Légua;
- ✓ Grupo de Danças e Cantares da Gafanha do Carmo;
- ✓ Grupo Folclore “O Arrais”
- ✓ Grupo de Teatro Ribalta;

- ✓ Grupo Etnográfico da Gafanha da Nazaré;
- ✓ Núcleo de Marinheiros da Armada de Aveiro;
- ✓ Orfeão Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo;
- ✓ Os Cardadores de Vale de Ílhavo – Associação Cultural e Recreativa;
- ✓ Pestinhas – Grupo de Dança – Associação Cultural;
- ✓ Rancho Folclórico “As Ceifeiras” da Gafanha da Encarnação;
- ✓ Rancho Regional Casa do Povo de Ílhavo.

Existem também várias associações de solidariedade social que procuram, para além de complementar o papel das famílias e responder às necessidades sociais, defender e assegurar o respeito pela dignidade da pessoa humana e o espírito comunitário, promovendo também a proteção social dos cidadãos na falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho. Nomeadamente:

- ✓ Associação Aquém Renasce;
- ✓ Associação de Solidariedade Social da Gafanha do Carmo;
- ✓ Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo;
- ✓ Cooperativa para a Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Aveiro - C.E.R.C.I.A.V – Centro de Reabilitação Profissional;
- ✓ Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo – CASCI;
- ✓ Centro Paroquial de Assistência e Formação D. Manuel Trindade Salgueiro;
- ✓ Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Nazaré;
- ✓ Centro Social Padre José Kentenich;
- ✓ Centro Social Paroquial da Gafanha da Encarnação;
- ✓ Conferências S. Vicente de Paulo de Ílhavo;
- ✓ Cordis;
- ✓ Grupo Cáritas Paroquial da Gafanha da Encarnação;
- ✓ Grupo Cáritas Paroquial da Gafanha da Nazaré;
- ✓ Grupo Cáritas Paroquial da Gafanha do Carmo;
- ✓ Lions Clube de Ílhavo;
- ✓ Núcleo Regional da Liga Portuguesa Contra o Cancro;
- ✓ Obra da Providência;
- ✓ Património dos Pobres da Freguesia de Ílhavo;

- ✓ Rotary Club de Ílhavo;
- ✓ Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo.

Ílhavo é caracterizado também pelo movimento associativo jovem, forte e dinâmico, onde os jovens se assumem como parte indispensável na decisão coletiva, podendo identificar-se:

- ✓ Grupo de Jovens “A Torre”;
- ✓ Grupo de Jovens “A Tulha”.

“Poucos municípios dispõem de anfiteatros naturais adequados à prática de tão diversas modalidades desportivas ao ar livre, ao que se juntam os equipamentos desportivos entretanto construídos para melhorar o estilo de vida da população local e dos visitantes. Aqui não há “desporto rei”, mas o desporto impera” (Ílhavo, Equipamentos Desportivos, 2019).

Ílhavo é um território rico em marinas, ancoradouros, piscinas e com frente marítima e lagunar da Ria, o que proporciona uma oferta variada de desportos náuticos.

Para os amantes de desportos terrestres, Ílhavo oferece uma extensa rede de ciclovias, um skate park, circuitos de manutenção, campos de minigolfe, recintos especializados e polivalentes.

Destacam-se as associações e clubes que disponibilizam uma diversidade de práticas desportivas que vão desde a vertente lúdica, à formação e alta competição. As modalidades disponíveis são, entre outras:

- | | | | |
|-----------------|----------------|---------------|--------------------|
| ✓ Andebol; | ✓ Futebol; | ✓ Mergulho; | ✓ Stand Up Paddle; |
| ✓ Atletismo; | ✓ Futsal; | ✓ Minigolfe; | ✓ Sueca; |
| ✓ Basquete; | ✓ Ginástica de | ✓ Modelismo; | ✓ Surf; |
| ✓ Boccia; | manutenção; | ✓ Natação; | ✓ Ténis; |
| ✓ Bodyboard; | ✓ Ginástica | ✓ Orientação; | ✓ Triatlo; |
| ✓ BTT; | Rítmica; | ✓ Pesca; | ✓ Vela; |
| ✓ Caminhada; | ✓ Judo; | ✓ Petanca; | ✓ Xadrez |
| ✓ Ciclismo; | ✓ Karaté; | ✓ Pilates; | |
| ✓ Columbofilia; | ✓ Kickboxing; | ✓ Remo; | |
| ✓ Dança; | ✓ Kite Surf; | ✓ Snooker; | |

Estas modalidades podem ser praticadas nas diferentes associações e clubes do concelho. A saber:

- ✓ Associação Desportiva Cultural e Recreativa Senhora dos Campos;
- ✓ Associação Cultural e Desportiva “Os Ílhavos”;
- ✓ Associação de Pesca Desportiva Costa Azul;
- ✓ Associação de Surf de Aveiro;
- ✓ Associação Desportiva Costa Nova Futebol Clube;
- ✓ Associação Náutica e Recreativa Gafanha da Nazaré;
- ✓ Associação Náutica Gafanha da Encarnação;
- ✓ Bússola Partilhada - Associação;
- ✓ Clube Associação de Pais da Gafanha da Encarnação - CAPGE;
- ✓ Clube de Vela da Costa Nova;
- ✓ Clube Natureza e Aventura de Ílhavo - CNAI;
- ✓ Clube Náutico Boca da Barra - CNBB;
- ✓ Grupo Columbófilo da Gafanha;
- ✓ Grupo Desportivo Beira Ria;
- ✓ Grupo Desportivo da Gafanha;
- ✓ Grupo Desportivo da Gafanha de Aquém;
- ✓ Grupo Desportivo do Carmo;
- ✓ Ílhavo Andebol Clube;
- ✓ Iliabum Clube;
- ✓ Marina Clube da Gafanha;
- ✓ Minigolf Clube de Ílhavo;
- ✓ Novo Estrela Gafanha da Encarnação – NEGE;
- ✓ Núcleo Sportinguista de Ílhavo;
- ✓ Ria de Aveiro Kite Clube;
- ✓ Sharpie Club;
- ✓ Sociedade Columbófila de Ílhavo;
- ✓ Sporting Clube da Vista Alegre;
- ✓ Truques & Engenhocas Associação de Modelismo – TEAM;
- ✓ Vedetas d’Outono – Clube.

Não obstante, existem também os ginásios de cariz privado, distribuídos pelas diferentes freguesias.

Existe também uma grande variedade de equipamentos de natureza mista ou educativa que em muito contribuem para a formação cívica dos residentes e visitantes:

- ✓ Escola Municipal de Educação Rodoviária - EMER;
- ✓ Serviço Educativo Municipal de Ílhavo - SEMI;
- ✓ Museus;
- ✓ Biblioteca e respetivos polos de leitura.

Para além destes equipamentos, podemos destacar também a prática do Escutismo. Os Escuteiros, instituição de educação não-formal, reconhecida de Utilidade Pública pelo Governo Português, apartidária e sem fins-lucrativos, que em Ílhavo, distribuem-se pelas diferentes freguesias em agrupamentos, nomeadamente:

- ✓ Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 1021 S. João Baptista (Gafanha da Nazaré – Praia da Barra);
- ✓ Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 1024 (Gafanha da Encarnação);
- ✓ Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 189 N. S.^a Rosário (Ílhavo);
- ✓ Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 531 (Gafanha do Carmo);
- ✓ Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 588 (Gafanha da Nazaré);
- ✓ Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 878 Escuteiros Marítimos da Costa Nova (Gafanha da Encarnação);
- ✓ Fraternidade Nuno Álvares Núcleo Ílhavo.

Demografia

No âmbito da realização do Diagnóstico Social do Concelho de Ílhavo, estudar a população nele residente torna-se indispensável.

Desta forma, procuramos neste capítulo compreender a densidade, dinâmicas, distribuição e estatísticas básicas (nascimentos, casamentos, doenças, mortes, etc.) ao longo dos últimos anos.

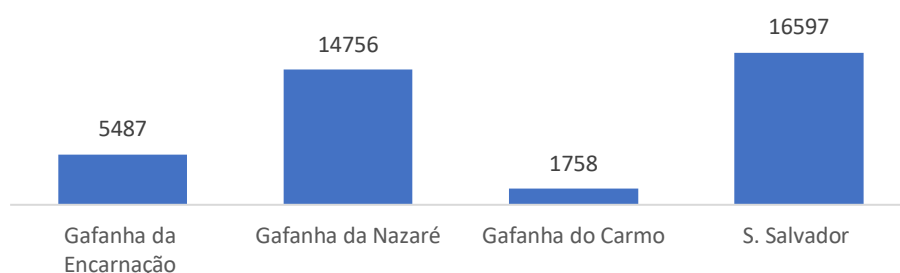


Gráfico 1 - Distribuição da População Residente por Freguesia

Embora a caracterização do concelho tenha sido já apresentada, de acordo com os Censos 2011, o número de residentes e sua distribuição pelas diferentes freguesias, reconhece-se a pertinência de estudar valores mais atualizados, que nos remetem para uma visão mais próxima da realidade atual. Deste modo, recorreu-se ao Anuário Estatístico da Região Centro, 2017, não só para caracterizar o concelho, como para o enquadrar numa visão regional e nacional.

Na tabela que se segue, pode analisar-se a evolução da população residente no período compreendido entre os anos de 2013 e 2017, no concelho de Ílhavo.

Anos	2013	2014	2015	2016	2017
N.º médio de indivíduos por Km ²	523,4	521,8	521,5	522,4	523,0
População residente	38.456	38.342	38.320	38.387	38.430
População residente dos 0-14 anos (%)	15,0	14,7	14,4	14,1	14,0
População residente dos 15-64 anos (%)	67,8	67,7	67,6	67,5	67,2
População residente com 65 ou mais anos (%)	17,2	17,7	18,0	18,4	18,8

Tabela 4 - Evolução da população residente no concelho de Ílhavo¹²

¹² Dados obtidos em <https://www.pordata.pt> a 12-03-2019

Numa primeira análise não se verificam muitas alterações nos últimos anos no que concerne ao número de indivíduos por Km², ou na variação da população residente.

Esta última intimamente relacionada não só com os movimentos migratórios, de entradas e saídas de população, como também com os comportamentos ao nível da fecundidade e mortalidade. Destaca-se que a distribuição da população por grupos etários demonstra-nos que o concelho de Ílhavo segue as tendências do país, uma vez que é evidente o duplo processo de envelhecimento populacional, tanto na base como no topo. Se por um lado a população mais jovem tem vindo a diminuir, por outro, as pessoas com 65 ou mais anos estão a aumentar.

Por sua vez, enquadrando o concelho numa visão mais alargada, de acordo com a tabela 5, é perceptível que Ílhavo detém uma **densidade populacional**¹³ bastante acima da apresentada por Portugal, Continente, Centro ou a Região de Aveiro.

	Densidade populacional N.º/km²	Taxa de crescimento efetivo %	Taxa de crescimento natural %	Taxa de crescimento migratório %	Taxa bruta de mortalidade de ‰	Índice de renovação da população em idade ativa N.º	Relação de masculinidade de N.º	População estrangeira a quem foi concedido título de residente por 100 habitantes N.º
Portugal	111,6	-0,18	-0,23	0,05	10,70	78,70	89,80	0,60
Continente	109,9	-0,17	-0,23	0,06	10,70	77,50	89,70	0,61
Centro	79,1	-0,56	-0,54	-0,02	12,50	73,70	90,00	0,39
Região de Aveiro	214,5	-0,18	-0,26	0,08	10,60	77,80	90,20	0,33
Ílhavo	523,3	0,12	-0,07	0,19	9,10	79,90	88,80	0,26

Tabela 5 - Indicadores de população, 2017¹⁴

A análise da tabela supra reforça esta realidade uma vez que apenas em Ílhavo se verifica uma **Taxa de Crescimento Efetivo**¹⁵ positiva e uma **Taxa de Crescimento**

¹³ Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (expressa em número de habitantes por Km²)

¹⁴ INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2017

¹⁵ Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 ou 1 000 habitantes)

Natural¹⁶ superior às outras regiões, o que em parte pode ser justificado pelos movimentos migratórios de população jovem, pelo facto de o número de nascimentos não ser suficiente para compensar o número de mortes.

Ílhavo apresenta uma densidade populacional elevada também por fatores como uma **Taxa de Crescimento Migratório**¹⁷ superior e uma **Taxa Bruta de Mortalidade**¹⁸ inferior às regiões comparadas.

É um concelho com elevado **Índice de Renovação da População em Idade Ativa**¹⁹ e com mais população feminina do que masculina (88,8 homens por cada 100 mulheres), como se pode verificar pela **Relação de Masculinidade**²⁰.

	2013	2014	2015	2016	2017
Índice de dependência total (%)	47,4	47,8	47,9	48,2	48,9
Índice de dependência de jovens (%)	22,1	21,7	21,2	20,9	20,8
Índice de dependência de idosos (%)	25,3	26,1	26,7	27,2	28

Tabela 6 - Comparação de índices de dependência no concelho de Ílhavo²¹

De uma análise aos índices de dependência de jovens e de idosos, denotamos que o aumento que se tem verificado no índice de dependência total se deve ao aumento significativo do **Índice de Dependência de Idosos**²² e à diminuição do **Índice de Dependência de Jovens**²³, concluindo-se uma tendência para o envelhecimento

¹⁶ Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 ou 1 000 habitantes)

¹⁷ Saldo migratório observado durante um período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 ou 1000 habitantes)

¹⁸ Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1 000 habitantes)

¹⁹ Relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 55 -64 anos).

²⁰ Quociente entre os efetivos populacionais do sexo masculino e os do sexo feminino (habitualmente expresso por 100 mulheres)

²¹ Dados obtidos em <https://www.pordata.pt> a 18-03-2019

²² É o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa, ou seja, com 15 a 64 anos

²³ É o número de menores de 15 anos por cada 100 pessoas em idade ativa, ou seja, com 15 a 64 anos

populacional em Ílhavo. Consequência da redução da taxa de natalidade e aumento da esperança média de vida à nascença, tal como é possível confirmar nas tabelas que retratam a evolução da esperança de vida à nascença e da taxa de natalidade.

	2013	2014	2015	2016	2017
Esperança de Vida à Nascença em anos	80,6	80,8	81,0	81,1	

Tabela 7 - Evolução da Esperança de Vida na Zona Centro²⁴

	2013	2014	2015	2016	2017
Taxa Bruta de Natalidade ‰	7,9	7,7	9,1	8,4	(R) 8,4

Tabela 8 - Evolução da Taxa de Natalidade no Concelho de Ílhavo

Assim, a **Esperança de Vida à Nascença**²⁵ e a **Taxa Bruta de Natalidade** para a zona Centro, entre o ano 2013 e 2016 não registam alterações relevantes.

Ílhavo não foge à realidade das sociedades modernas do século XXI, vivenciando também o fenómeno do envelhecimento da população, um fenómeno preocupante pelos reflexos de âmbito socioeconómico com impacto no desenho das políticas sociais e de sustentabilidade, bem como nas alterações de índole individual através da adoção de novos estilos de vida. Vejamos na tabela que se segue o enquadramento a nível nacional de alguns indicadores.

	Índice de longevidade N.º	Esperança de vida aos 65 anos (2015-2017)	Índice de envelhecimento N.º	Índice de dependência de idosos
Portugal	48,40	19,45	155,40	33,30
Continente	48,60	19,62	158,30	33,90
Centro	51,80	19,61	194,00	33,70
Região de Aveiro	47,90	19,76	160,80	31,90
Ílhavo	46,20	X	137,10	28,50

Tabela 9 - Indicadores de população por território, 2017²⁶

²⁴ Dados obtidos em <https://www.pordata.pt> a 18-03-2019

²⁵ Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar para viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento

²⁶ INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2017

Não obstante, comparativamente às regiões tidas como ponto de comparação, Ílhavo é o concelho com o **Índice Envelhecimento**²⁷ mais baixo e, consequentemente, um **Índice de Longevidade**²⁸ e um **Índice de Dependência de Idosos**²⁹ também mais baixo. No entanto, denota-se o predomínio da população idosa sobre a população jovem, que tende a acentuar.

Para uma visão mais clara da evolução do envelhecimento em Ílhavo, apresenta-se abaixo, um gráfico de barras que permite comparar ao longo dos últimos anos o crescimento quer do **Índice de Longevidade**, como também do **Índice de Dependência de Idosos** e o **Índice de Envelhecimento**.

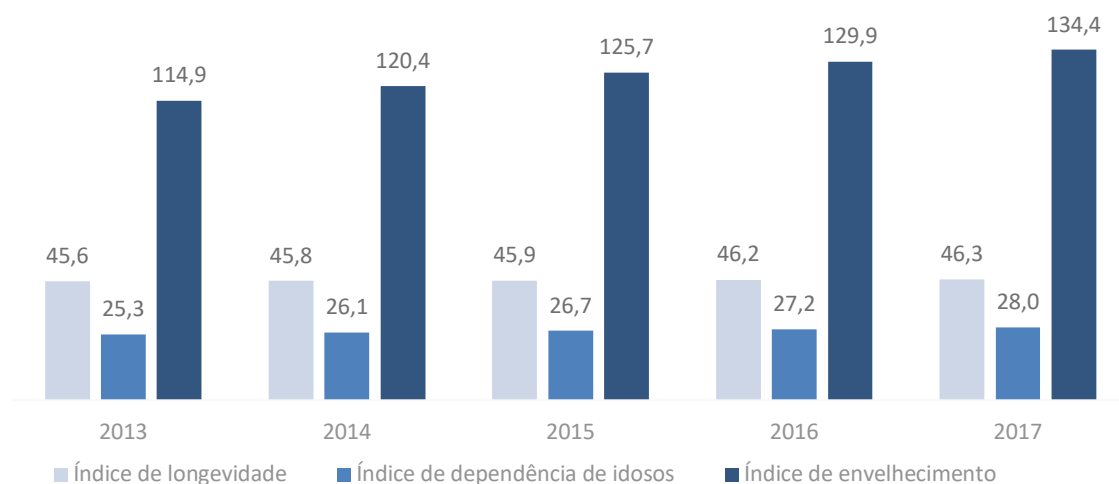


Gráfico 2 - Evolução do envelhecimento no concelho de Ílhavo

Do mesmo modo, e tornando mais perceptível a variação da população de acordo com a faixa etária, considerou-se pertinente apresentar a distribuição da população por idades e respetiva evolução ao longo dos últimos anos.

²⁷ Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas dos 0 aos 14 anos)

²⁸ Relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 65 ou mais anos)

²⁹ Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos)

	2013	2014	2015	2016	2017
População total	38.410	38.273	38.367	38.406	38.453
0-4 anos	1.667	1.603	1.609	1.637	1.610
5-9 anos	1.923	1.885	1.857	1.790	1.772
10-14 anos	2.103	2.065	1.979	1.983	1.970
15-19 anos	2.119	2.142	2.206	2.152	2.151
20-24 anos	2.110	2.098	2.107	2.126	2.116
25-29 anos	2.146	2.050	2.087	2.090	2.084
30-34 anos	2.544	2.517	2.387	2.299	2.227
35-39 anos	3.008	2.898	2.843	2.726	2.626
40-44 anos	3.200	3.137	3.108	3.107	3.074
45-49 anos	3.107	3.142	3.150	3.173	3.176
50-54 anos	2.950	2.997	3.006	3.014	3.051
55-59 anos	2.537	2.597	2.680	2.756	2.816
60-64 anos	2.295	2.299	2.372	2.428	2.442
65-69 anos	1.992	2.073	2.079	2.097	2.191
70-74 anos	1.646	1.632	1.686	1.727	1.756
75-79 anos	1.469	1.478	1.458	1.473	1.480
80-84 anos	953	1.005	1.059	1.084	1.116
85 ou mais anos	641	655	694	744	795

Tabela 10 - Evolução da população por faixa etária no concelho de Ílhavo³⁰

Na tabela onde explanamos esta evolução, é notório por exemplo:

- ✓ redução da população entre os 0 e os 44 anos;
- ✓ aumento da população com 45 e mais anos.



Famílias

Para um diagnóstico social mais realista, é importante estudar a forma como as famílias se formam, evoluem e dissolvem, uma vez que este facto nos permitirá compreender a evolução do conceito e o diferente impacto que este tem no progresso das sociedades e nas dimensões económica e demográfica da comunidade.

³⁰ Dados obtidos em <https://www.pordata.pt> a 18-03-2019

Sabe-se que o conceito de família atual tende a ser diferente do conceito tradicional, consequência das grandes mudanças nos modos de vida dos últimos tempos que tem enfraquecido o papel da família tradicional e conduzindo-nos cada vez mais para a definição de família enquanto *household-dwelling concept*, isto é, a família enquanto conjunto de pessoas que reside num determinado alojamento, independentemente das relações entre as pessoas.

Consequência do aumento da população é o aumento do número de famílias que de 6.537 famílias (1960) passou para 14.597 no ano de 2011. Destaca-se, no entanto, que apesar deste aumento, é significativa a diminuição do número de famílias com seis ou mais elementos ao longo dos anos e de famílias com três a cinco elementos no período de 2001 a 2011.

Logo, apesar do aumento do número de famílias, é clara a redução no seu tamanho, reforçado pelo aumento da percentagem de famílias clássicas unipessoais³¹ e agravado pelo facto de este tipo de famílias com um elemento de 65 ou mais anos ter sofrido um aumento considerável e que reforça o quanto o concelho se está a tornar envelhecido, como se pode verificar na próxima tabela.

Anos	1960	1981	2001	2011
Total de famílias	6.537	8.633	12.628	14.597
Dimensão média das famílias	3,8	3,6	2,9	2,6
Total de indivíduos nas famílias clássicas	25.037	31.261	36.891	38.242
Com 1 elemento	600	850	1.680	2.794
• De 65 ou mais anos		479	838	1.239
Com 2 elemento	1.209	1.682	3.496	4.662
Com 3 a 5 elementos	3.548	4.984	7.049	6.871
Com 6 ou mais elementos	1.180	1.117	403	270
Famílias clássicas unipessoais (%)	9,2	9,8	13,3	19,1

Tabela 11 - Evolução do número e composição dos agregados familiares no concelho de Ílhavo³²

³¹ Famílias compostas por um indivíduo calculado tendo em consideração a fórmula (Famílias clássicas com um indivíduo / Total de famílias clássicas) * 100

³² Dados obtidos em <https://www.pordata.pt> a 19-03-2019

Da análise é perceptível a diminuição do número de famílias numerosas e o aumento das famílias pequenas, o que pode, em certa parte, ser justificado pela instabilidade e precaridade laboral e/ou pelas dificuldades em conciliar a vida familiar e a vida profissional.

Casamentos e Divórcios

Quando abordamos a demografia de um concelho, não podemos descurar a importância que os eventos como o casamento e divórcio assumem nesta análise.

À semelhança do que acontece no país, em Ílhavo o casamento tem vindo a diminuir, acontecendo cada vez mais tarde em consequência, por exemplo, do prolongamento da escolaridade, das dificuldades de iniciar uma vida profissional estável, e consequentemente, da saída tardia da casa dos pais. Vejamos como evoluíram ao longo dos últimos anos na tabela que se segue.

	2013	2014	2015	2016	2017
Casamentos	96	81	89	80	86
Casamento por civil	55	50	49	41	60
Casamento católico	41	30	40	38	24
% casamentos não católicos	57,3	63,0	55,1	52,5	71,8
Casamentos por nacionalidade dos cônjuges	96	81	89	80	86
Ambos os cônjuges portugueses	86	74	82	80	73
Um cônjuge português e outro estrangeiro	10	7	7	0	13
Ambos os cônjuges estrangeiros	0	0	0	0	0
Casamentos dissolvidos por morte	(R) 140	157	171	(R) 140	153
Divórcios	Pro 97	Pro 91	Pro 98	Pro 90	Pro 91
Divórcios por 100 casamentos	Pro 101,0	Pro 112,3	Pro 110,1	Pro 112,5	Pro 105,8
Divórcios entre pessoas do sexo oposto	Pro 97	Pro 91	Pro 98	Pro 90	Pro 91
Divórcios entre pessoas do sexo oposto (civil)	Pro 48	Pro 28	Pro 43	Pro 49	Pro 33
Divórcios entre pessoas do sexo oposto (católico)	Pro 49	Pro 63	Pro 55	Pro 40	Pro 58
Taxa bruta de divórcio	Pro 2,5	Pro 2,4	Pro 2,6	Pro 2,3	Pro 2,4
Taxa bruta de nupcialidade	2,5	2,1	2,3	2,1	(R) 2,2

Tabela 12 - Retrato da evolução de casamentos e divórcios no concelho de Ílhavo³³

³³ Dados obtidos em <https://www.pordata.pt> a 19-03-2019

Verifica-se uma ligeira oscilação do número de casamentos realizados, mais acentuada nos casamentos católicos, comparativamente aos casamentos por civil ou não católicos.

Este fenómeno deve-se, em parte ao surgimento de novas crenças religiosas e integração de outras culturas/nacionalidades no concelho, como se pode confirmar também pelo aumento de casamentos entre um cônjuge português e outro estrangeiro.

Ao observarmos a **Taxa Bruta de Divórcio** ³⁴ e a **Taxa Bruta de Nupcialidade** ³⁵ verifica-se que não se registam alterações estatisticamente relevantes.

Comparativamente com a Região onde o concelho está integrado e mesmo ao nível nacional, Ílhavo apresenta a taxa bruta de nupcialidade mais baixa e a taxa bruta de divórcio mais alta, uma percentagem de nados-vivos fora do casamento mais elevada, maior proporção de casamentos entre portugueses/as e estrangeiros/as e uma menor proporção de casamentos católicos, o que vem reforçar os dados explanados, como se pode ver na tabela que se segue.

	Taxa bruta de nupcialidade ‰	Taxa bruta de divórcio ‰	Nados-vivos fora do casamento %	Proporção de casamentos entre portugueses/as e estrangeiros/as %	Proporção de casamentos católicos %
Portugal	3,30	2,10	54,9	14,0	33,7
Continente	3,20	2,10	55,20	14,20	33,8
Centro	3,20	2,00	52,10	10,90	39,0
Região de Aveiro	3,40	2,20	53,10	13,50	32,9
Ílhavo	2,20	2,40	59,40	15,10	28,2

Tabela 13 - Comparação de indicadores de população por território³⁶

³⁴ Número de divórcios observados durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de divórcios por 1 000 habitantes)

³⁵ Número de casamentos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de casamentos por 1 000 habitantes)

³⁶ Dados obtidos em <https://www.pordata.pt> a 18-03-2019



Nascimentos e Fecundidade

Em Portugal, desde o início dos anos 80 que os nascimentos ocorrem tendencialmente mais tarde, a média de idade no ano de 2017 para ter o primeiro filho era de 30 anos (26 em 2001)³⁷. Também a **Taxa Bruta de Natalidade**³⁸ apresentou ao longo das últimas décadas um decréscimo significativo em Portugal (15,5 em 1981 para 8,4 em 2017) e Ílhavo não foge a esta realidade.

Destaca-se, no entanto, que esta tendência poderá vir a alterar-se se tivermos em consideração os dados dos últimos anos, que, como se verifica na tabela 14, demonstra tendência crescente.

Anos	2013	2014	2015	2016	2017
Portugal	7,9	7,9	8,3	8,4	(R) 8,4
Continente	7,9	7,9	8,2	8,4	(R) 8,4
Centro	6,9	6,8	7,1	7,2	(R) 7,1
Região de Aveiro	7,6	7,5	7,7	7,9	(R) 8,0
Ílhavo	7,9	7,7	9,1	8,4	(R) 8,4

Tabela 14 - Evolução da Taxa Bruta de Natalidade por território³⁹

No que reporta à Taxa Bruta de Natalidade, no concelho em análise nascem 8,4 crianças por cada 1.000 residentes, valor que tem vindo a reduzir significativamente desde 1981 (17,2‰), tendo-se verificado no ano de 2014 (7,7‰) e em 2013 (7,9‰) os decréscimos mais significativos.

Na tabela que se segue, podemos observar que no ano de 2017, Ílhavo apresentava uma Taxa Bruta de Natalidade na linha dos valores de Portugal e do Continente. Não existem, no entanto, dados desagregados sobre a esperança de vida à nascença e a idade média das mulheres ao nascimento do primeiro filho, pelo que se assumirá os dados apresentados para a Região de Aveiro, onde Ílhavo está integrado.

³⁷ Dados obtidos em <https://www.pordata.pt> a 20-03-2019

³⁸ Número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 habitantes)

³⁹ Dados obtidos em <https://www.pordata.pt> a 20-03-2019

	Taxa bruta de natalidade ‰	Esperança de vida à nascença - anos (2015-2017)	Idade média das mulheres ao nascimento do primeiro filho – anos
Portugal	8,40	80,78	29,6
Continente	8,40	80,99	29,7
Centro	7,10	81,07	30,0
Região de Aveiro	8,00	81,10	29,7
Ílhavo	8,40	x	X

Tabela 15 - Indicadores de população por território, 2017⁴⁰

Tais dados são também consequência direta de uma redução na **Taxa de Fecundidade Geral**⁴¹, que tem também vindo a oscilar de ano para ano, com tendência para diminuir desde o ano de 2001 (41,3‰) para o ano em análise (35,5‰), tal como aconteceu com o **Índice de Fecundidade Geral**⁴² que reduziu de 2001 (1,39 ‰) para 1,36‰ no ano de 2017⁴³.

O aumento dos níveis de educação da população e a participação das mulheres no mercado de trabalho, entre outros fatores, têm vindo a alterar os padrões de fecundidade e de conjugalidade e consequentemente a gerar impactos ao nível demográfico, económico e social.

Como se pode ver na tabela 16, Ílhavo encontra-se na linha do Centro, com a taxa de fecundidade geral mais baixa. No que reporta ao índice de fecundidade não se verificam alterações significativas entre as zonas comparadas. De destacar que a referência assumida para a taxa de fecundidade na adolescência é 6,20‰ (dado da Região Centro), por não existirem dados que contemplem apenas o Concelho de Ílhavo.

⁴⁰ INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2017

⁴¹ Número de nados-vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1 000 mulheres em idade fértil)

⁴² Número de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente ano civil).

⁴³ Dados obtidos em <https://www.pordata.pt> a 15-03-2019

	Taxa de fecundidade geral ‰	Índice sintético de fecundidade N.º	Taxa de fecundidade na adolescência ‰
Portugal	37,20	1,37	8,0
Continente	34,4	1,38	7,80
Centro	33,0	1,22	5,80
Região de Aveiro	34,8	1,30	6,20
Ílhavo	33,5	1,36	X

Tabela 16 - Indicadores de população por território, 2017⁴⁴

Reconhecendo que Ílhavo é um concelho envelhecido, através da análise da tabela 17, denota-se que esta tendência poderá estar a ser invertida (não obstante os resultados efetivos demorarem gerações até serem manifestados), se repararmos no aumento de nados-vivos⁴⁵ que se tem vindo registar.

Destaca-se a tendência da mulher ilhavense para ser mãe cada vez mais tarde, como retrata a redução de nascimentos em mães com idade inferior a 34 anos e o aumento de nascimentos em mães com idades superiores a 35 anos, como se pode verificar na tabela que se segue.

⁴⁴ INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2017

⁴⁵ O produto de nascimento vivo

Anos		2013	2014	2015	2016	2017
Nados-vivos nº		302	295	349	323	323
	10-14 anos	1	0	0	0	0
	15-19 anos	11	9	9	8	8
	20-24 anos	34	40	31	40	38
Nados-vivos de acordo com a idade das mães	25-29	65	56	78	68	69
	30-34 anos	101	113	126	126	106
	35-39 anos	74	62	83	65	80
	40-44 anos	16	15	22	16	21
	45-49 anos	0	0	0	0	1
Nados-vivos de acordo com a nacionalidade das mães	Portuguesa	295	281	334	313	307
	Estrangeira	7	14	15	10	16
	Sem nível de escolaridade	5	2	6	1	0
	Básico / 1º ciclo	6	7	7	7	11
Nados-vivos de acordo com o nível de escolaridade das mães	Básico / 2º ciclo	32	24	26	18	(R) 20
	Básico / 3º ciclo	55	65	69	73	58
	Secundário	78	74	80	92	95
	Superior	126	122	161	132	(R) 138
Nados-vivos de acordo com o sexo	Feminino	152	130	164	176	180
	Masculino	150	165	185	147	143
Nados-vivos fora do casamento – total		154	149	196	189	192
	Com coabitação dos pais	111	111	152	130	130
	Sem coabitação dos pais	43	38	44	59	62

Tabela 17 - Evolução de Nados-vivos no concelho de Ílhavo⁴⁶⁴⁶ Dados obtidos em <https://www.pordata.pt> a 20-03-2019

 **Movimento da População**

Explorar as migrações no Diagnóstico Social torna-se pertinente não só para ajudar a compreender e enquadrar a demografia do concelho, mas também para facilitar a compreensão dos impactos no desenvolvimento económico e nas mudanças sociais.

Permite simplificar questões relacionadas com os indicadores socioeconómicos, tornando-se importante por facilitar a “gestão” do envelhecimento populacional ao compensar a diminuição da população ativa, assegurar as necessidades de força de trabalho ou a manutenção de rácios populacionais sustentáveis entre pessoas dependentes e ativas.

No caso de Ílhavo denota-se um decréscimo do número de pessoas estrangeiras com estatuto legal de residente, predominando o número de mulheres estrangeiras com tal estatuto.

Parte significativa dos estrangeiros que escolhem viver em Ílhavo provêm do Brasil, da Ucrânia e outros países europeus.

De destacar que Ílhavo, mais do que um destino atrativo, é um concelho em que a população depois de se acomodar, já não troca de residência, tal como se pode ver na tabela 18.

Anos	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
População estrangeira com estatuto legal de residente nº	1.184	1.176	1.105	1.054	1.038	997	956	921	924	950
Homens estrangeiros com estatuto legal de residente	597	587	546	504	498	465	431	413	429	438
Mulheres estrangeiras com estatuto legal de residente	587	589	559	550	540	532	525	508	495	512
Espanha	26	23	28	32	33	35	35	31	34	41
França	29	27	28	26	26	34	40	35	37	42
Reino Unido	5	5	5	7	6	6	5	6	7	13
Ucrânia	206	195	173	166	144	136	124	115	125	122
Roménia	95	97	95	97	82	76	72	77	77	75
Moldávia	47	44	37	26	22	19	16	14	14	13
Outros países europeus	165	161	156	135	137	139	135	127	130	131
Angola	39	37	29	27	33	34	32	33	27	22
Cabo Verde	7	7	7	8	8	9	10	11	14	10
Guiné-Bissau	53	55	51	51	47	49	43	47	52	50
Moçambique	4	8	9	12	11	7	8	8	7	8
São Tomé e Príncipe	4	6	10	8	8	7	8	10	11	9
Outros países africanos	14	14	11	10	9	9	10	7	7	15
Brasil	374	377	350	332	337	307	284	268	252	262
Outros países americanos	73	67	62	69	70	64	65	68	67	71
China	33	43	46	43	57	59	62	57	56	60
Índia	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Nepal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros países asiáticos	9	9	7	4	5	5	4	4	4	3
População residente	-	-	-	38.598	-	-	-	-	-	-
População que não mudou de município	-	-	-	36.863	-	-	-	-	-	-
Imigrantes provenientes de outro município	-	-	-	1.034	-	-	-	-	-	-
Imigrantes provenientes de outro país	-	-	-	260	-	-	-	-	-	-
Emigrantes para outro município	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-

Tabela 18 - Evolução das migrações no concelho de Ílhavo⁴⁷⁴⁷ Dados obtidos em <https://www.pordata.pt> a 21-03-2019

A análise do movimento da população é também indispensável quando procuramos delinear o Diagnóstico Social, principalmente depois de se verificar que Ílhavo tem a sua população cada vez mais envelhecida.

As transformações demográficas também podem influenciar negativamente o funcionamento e o desenvolvimento económico das sociedades, condicionando, por exemplo, a capacidade de a população adquirir novas competências, a dimensão da população ativa e a sua produtividade e a sustentabilidade das responsabilidades do Estado para com os seus cidadãos.

Ao nível europeu, a imigração emerge como um dos fatores que mais tem contribuído para equilibrar a demografia nos países que se depararam com o seu envelhecimento contínuo.

A sustentabilidade demográfica do concelho, poderá ficar comprometida pelas consequências inerentes ao envelhecimento, nomeadamente a capacidade de manter de forma equilibrada a relação entre o perfil e a capacidade de crescimento da população, e a não possibilidade de manter ou melhorar as suas características socioeconómicas em termos de educação, qualificação ou atividade profissional.

Denota-se assim a necessidade das sociedades se adaptarem à evolução das tendências demográficas e Ílhavo não foge a esta realidade, razão pela qual é necessário refletir e considerar o ritmo a que estas transformações acontecem e de que forma se pode contribuir para que a transição seja gradual.

Desta forma, é preciso prestar atenção aos movimentos migratórios pela influência que assumem nas trajetórias e no ritmo do processo de envelhecimento populacional e respetiva sustentabilidade demográfica, económica e político-social do concelho.

De acordo com o gráfico 3, verifica-se que os movimentos da população no concelho são muito inconstantes, com tendência para resultados negativos consequência do baixo **Saldo Natural**⁴⁸ e elevado **Saldo Migratório**⁴⁹. De destacar o ano de 2010, em que o **Saldo Total**⁵⁰ foi mais elevado pelo facto de se verificarem neste ano mais nascimentos face ao número de óbitos. No ano 2012, o Saldo Total tornou-se positivo em resultado não só do aumento do Saldo Natural, mas também pelo

⁴⁸ Diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos num dado período de tempo

⁴⁹ Diferença entre a imigração (entrada) e a emigração (saída) numa determinada região durante o ano (por conseguinte, o saldo migratório é negativo quando o número de emigrantes excede o número de imigrantes)

⁵⁰ População no final do ano civil - População no início do ano civil

aumento do Saldo Migratório, tendo o concelho registado mais imigrantes do que emigrantes, tal como aconteceu, e de forma mais significativa no ano 2015. Já o ano de 2017, embora registe um saldo natural positivo, este foi mais influenciado pelo saldo migratório do que pelo saldo natural, uma vez que faleceram mais pessoas comparativamente ao número de nascimentos.

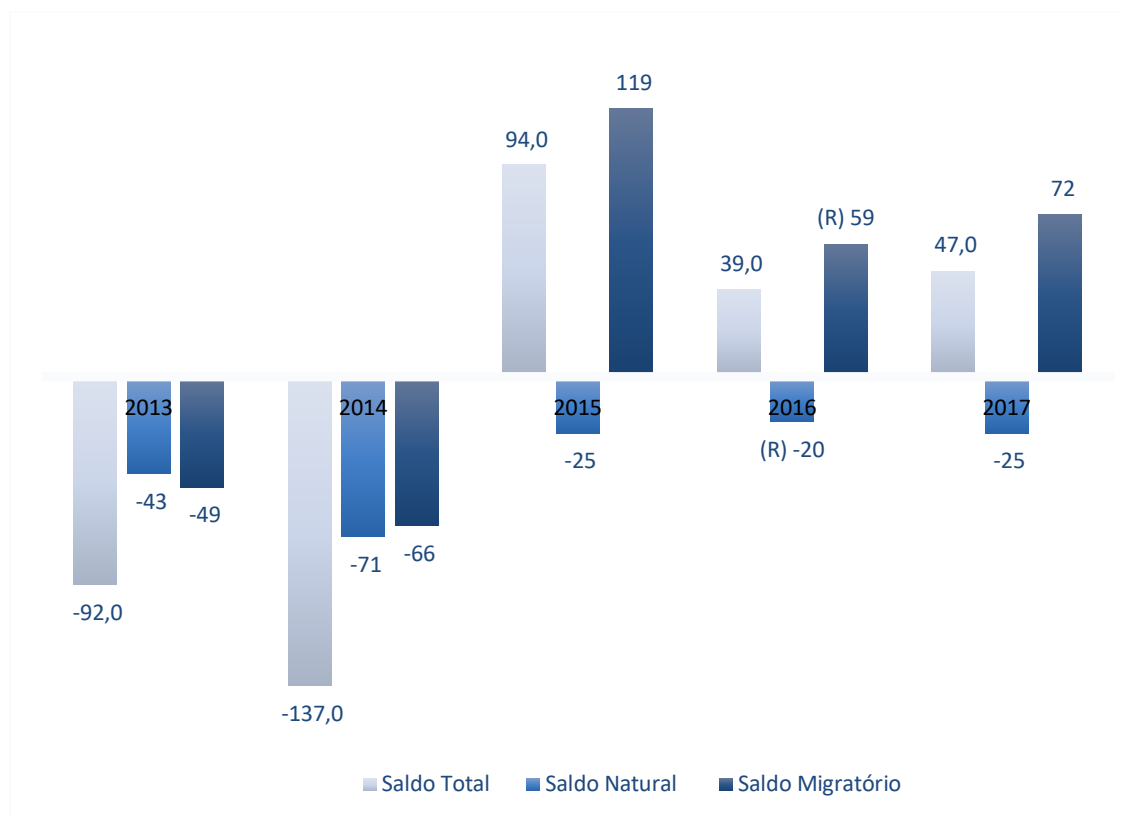


Gráfico 3 - Evolução do movimento da população do concelho de Ílhavo⁵¹

⁵¹ Dados obtidos em <https://www.pordata.pt> a 25-03-2019

Óbitos

Procurando analisar a mortalidade em Ílhavo, denota-se que não há grandes variações no número de óbitos⁵² total e consequentemente na **Taxa Bruta de Mortalidade**⁵³, como retrata a tabela que se apresenta.

	2013	2014	2015	2016	2017
Óbitos Total	345	366	374	(R) 343	(R) 348
Taxa bruta de mortalidade	9,0	9,5	9,8	(R) 8,9	(R) 9,1
Taxa de mortalidade infantil	9,9	3,4	5,7	(R) 0,0	(R) 0,0
Neonatais em % dos óbitos no primeiro ano de vida	100,0	100,0	50,0	-	(R) 100,0
Óbitos perinatais	4	1	1	(R)	(R) 3
Óbitos neonatais	3	1	1	(R)	(R) 3
Óbitos com menos de 1 ano	3	1	2	(R)	(R) 3

Tabela 19 - Evolução da mortalidade no concelho de Ílhavo⁵⁴

Por sua vez, denota-se uma redução significativa da **Taxa de Mortalidade Infantil**⁵⁵ havendo inclusivamente anos em que não se registaram mortes.

No que se reporta à taxa de mortalidade, na tabela infra apresentamos as principais causas de morte registadas em Ílhavo.

	2013	2014	2015	2016	2017
Diabetes	17	20	5	Pro 7	9
Doenças do aparelho circulatório	91	98	67	Pro 78	77
Doenças do aparelho digestivo	12	12	13	Pro 9	16
Doenças do aparelho respiratório	44	42	65	Pro 49	49
SIDA	2	...	0	Pro 1	1
Suicídio	2	2	3	Pro 2	1
Tuberculose	1	0	0	Pro 1	0
Tumores malignos	84	100	100	Pro 92	91

Tabela 20 - Principais causas de morte no concelho de Ílhavo⁵⁶

⁵² Cessação irreversível das funções do tronco cerebral

⁵³ Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em óbitos por 1000 (10^3) habitantes)

⁵⁴ Dados obtidos em <https://www.pordata.pt> a 26-03-2019

⁵⁵ A taxa de mortalidade infantil é o número de crianças que morre antes de completar um ano de idade por cada 1000 crianças nascidas com vida

⁵⁶ Dados obtidos em <https://www.pordata.pt> a 26-03-2019

Aprofundando as principais causas de morte no concelho, percebe-se que os tumores malignos, as doenças do aparelho circulatório, respiratório e digestivo são as que apresentam maior relevância.

Rede de Acessibilidades

Rede Viária

A rede viária é uma área fundamental para o desenvolvimento do concelho de Ílhavo, uma vez que interfere tanto no dia a dia quer dos habitantes, como dos visitantes, por ser essencial nos acessos “de e para”. Por sua vez, este conhecimento é indispensável para o planeamento de novas vias ou intervenções de melhoria nas já existentes.

No que reporta à rede viária de Ílhavo, esta é definida pela EN109 e por estradas nacionais transversais que asseguram as ligações a Sul e Nascente a outros aglomerados vizinhos e às vias coletoras e arteriais que atravessam o território, com especial destaque para a A25 (Gafanha da Nazaré) e para a A17 (Ílhavo).

Com proximidade à autoestrada A1 (Lisboa – Porto), permite o acesso ao território no sentido Sul – Nordeste.

Na Gafanha da Nazaré existe a A25 que facilita o acesso à cidade de Aveiro (capital de Distrito), às praias do concelho e planícies da Beira Litoral ao planalto beirão e a Espanha, atravessando Aveiro, Viseu e Guarda.

Com o intuito de ligar Ílhavo aos principais centros regionais e as vias de hierarquia superior, de construção recente, surge a A17. Permite a ligação de Ílhavo à Marinha Grande, passando junto à Figueira da Foz.

Mobilidade e Transportes

Atendendo ao número de habitantes (38 453, INE – Estimativas Anuais da População Residente, 2017) e às características do território considera-se que, com maior ou menor frequência/variedade de horários, o concelho tem o seu território satisfatoriamente coberto pela rede de transportes públicos.

É de referir que algumas carreiras se realizam apenas em Período Escolar (dias úteis, de setembro a junho, interrompendo o serviço nos períodos de férias escolares), pelo que se verifica que a cobertura da rede de transporte público (em autocarro) fica mais débil no período de férias escolares, já que em período escolar a necessidade de transporte dos alunos viabiliza ofertas que de outra forma não seriam viáveis. Os horários noturnos e os fins-de-semana e feriados são, também por isso, mais escassos.

O concelho é servido por onze carreiras (pertencentes a um operador privado) que realizam o serviço público de transporte de passageiros.

De forma a complementar o serviço de transporte de passageiros regular, a Câmara Municipal de Ílhavo implementou, desde 1 de junho de 2016, um serviço de transporte em mini autocarro que visa ligar várias localidades à sede do concelho, tendo como principal objetivo o reforço das ligações intramunicipais, numa aposta de serviço de dia a dia essencialmente direcionado para os munícipes, em particular para a população com mais restrições de mobilidade.

Trata-se de uma solução que constitui uma alternativa de transporte, económica e incluíva, que liga várias localidades ao centro urbano de Ílhavo, que se realiza ao longo de todo o ano, nos dias úteis, de forma regular, isto é, com circuitos e paragens fixos. Nos meses de verão, de junho a setembro, a oferta é alargada à vertente turística do concelho de Ílhavo, vocacionando também o serviço para as praias e para os museus.

Pretende-se assim captar novos públicos e reforçar as ligações entre as periferias e a sede do concelho, entre a sede do concelho e as praias da Barra e da Costa Nova, entre estas e o Museu Vista Alegre e o Museu Marítimo de Ílhavo e, ainda, a mobilidade no centro urbano de Ílhavo, que reúne um importante conjunto de atividades de comércio e serviços.

As redes de transporte público, com horários e rotas fixas, em particular numa situação em que não conhecemos a procura efetiva, deparam-se com um problema quando aplicadas a território como o nosso (dimensão populacional/grau de urbanidade) e, muitas vezes, não se coadunam com necessidades esporádicas de utilização de transportes, como por exemplo, deslocações a serviços de saúde, administrativos, etc. A introdução do serviço Ílhavo IN surge com o intuito de colmatar essa lacuna, no entanto, os valores operacionais revelam-se aquém do expectável, o que parece antever que a solução poderá passar por uma mudança de paradigma, através da introdução do transporte flexível e a pedido que, tal como referido, se encontra em estudo para aferir a sua exequibilidade.

A ligação às principais cidades portuguesas pode também ser feita com recurso a autocarros expresso, com paragem no centro da cidade de Ílhavo.

Existe facilidade de acesso a comboios, uma vez que a estação ferroviária se encontra aproximadamente a 10km, em Aveiro, permitindo a ligação direta às

principais cidades portuguesas, nomeadamente Lisboa e Porto, onde se localizam os principais aeroportos nacionais, mas também, com acesso a ligações que fazem transbordos com Madrid, Paris e Vigo. De capacidade mais reduzida, mas também na proximidade do concelho existe o apeadeiro das Quintãs, em Oliveirinha – Aveiro, no qual efetuam paragens os comboios regionais Aveiro – Coimbra.

Pode recorrer-se também à utilização de Táxis, existindo no concelho um total de 20 táxis distribuídos pelas diferentes freguesias (1 na Gafanha do Carmo, 2 na Gafanha da Encarnação, 6 na Gafanha da Nazaré e 11 em S. Salvador).

No âmbito fluvial, é possível fazer a travessia do Canal de S. Jacinto através do serviço de ferry-boat, que assegura com carácter regular a travessia de pessoas e veículos, complementando a ligação rodoviária que liga as duas margens.

Nos meses de verão a oferta é reforçada/alargada à vertente turística de Ílhavo, vocacionando também o serviço para as praias, para os museus e para um conjunto de atividades de comércio e serviços.

Habitação e Infraestruturas de Saneamento Básico

Considerando a habitação como um direito fundamental constitucionalmente consagrado (n.º 1 do artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa: “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoa e a privacidade familiar.”), e a base para uma sociedade justa, equilibrada, estável, coesa e o suporte para a construção de condições inerentes ao acesso a outros direitos fundamentais como a educação, saúde e emprego, torna-se pertinente abordar esta área no Diagnóstico Social.

No que se reporta à habitação, Ílhavo está cada vez mais povoado, com menos casas disponíveis, e com valores de arrendamento cada vez mais elevados. Este aumento dos preços leva a que a habitação seja uma preocupação atendendo à importância que assume no combate à pobreza e exclusão social. Na tabela que se segue, explanamos alguns dos principais dados de caracterização do alojamento em Ílhavo e respetiva evolução.

		1981	2001	2011
Alojamentos familiares clássicos		-	18.611	21.910
Alojamentos familiares clássicos	Ocupados	-	17.080	19.553
	Vagos para aluguer	-	316	263
	Vagos outros casos	-	1.215	2.094
	Nº médio de residentes nos alojamentos	3,6	2,9	2,7
Alojamentos familiares clássicos de residência habitual segundo os Censos		-	12.413	14.370
Nº de divisões	1 divisão	-	42	42
	2 divisões	-	272	162
	3 divisões	-	1.028	1.005
	4 divisões	-	3.166	3.433
	5 divisões	-	3.785	3.837
	6 ou mais divisões	-	4.120	5.891
Ocupação	Ocupantes proprietários	67,0	81,6	77,7
	Inquilinos e outros	33,0	18,4	22,3
Alojamentos familiares não clássicos		100	85	45
Barracas		38	37	5
Outro tipo de alojamento		62	48	40
Alojamentos coletivos		16	21	26
Hotéis		4	7	11
Convivências		12	14	15

Tabela 21 - Caraterização de alojamentos no concelho de Ílhavo⁵⁷

Reforçando a elevada densidade populacional, denota-se um aumento significativo do número de alojamentos familiares clássicos⁵⁸ no concelho, assim como um aumento dos alojamentos familiares ocupados, uma redução do número de alojamentos vagos para arrendamento e, um aumento no alojamento de residência habitual. O número de residentes nos alojamentos também baixou a acompanhar a redução da dimensão das famílias.

⁵⁷ Dados obtidos em <https://www.pordata.pt> a 26-03-2019

⁵⁸ Alojamento familiar clássico - casa onde moram as pessoas; Ex: apartamentos ou das moradias.

De destacar os efeitos sociais e qualidade de vida desta população. Facto denotado pela redução considerável de alojamentos não clássicos (barracas ou outro tipo) e o aumento de alojamentos coletivos (hotéis e convivências).

Também com efeitos diretos na qualidade de vida da população estão as melhorias significativas relativamente às instalações existentes nos alojamentos familiares, como demonstra a tabela infra. Salvaguarda-se, no entanto, que grandes melhorias foram efetuadas nos últimos anos, no âmbito do saneamento público, nas Freguesias da Gafanha da Nazaré e Gafanha da Encarnação.

	1981	2001	2011
Total	8.555	12.498	14.415
Água canalizada	7.013	12.397	14.344
Duche / Banho	5.784	12.195	14.268
Instalações sanitárias	8.150	12.244	14.338
Eletricidade	8.345	12.468	X
Cozinha	8.361	12.396	X
Esgoto	6.457	12.405	14.357

Tabela 22 - Alojamentos familiares ocupados por instalações existentes, no concelho de Ílhavo

No âmbito da habitação, o Concelho tem implementadas políticas habitacionais como “habitação social, a conservação desta, a habitação a custos controlados e, mais recentemente (...) a comparticipação em renda de casa do mercado privado e nos empréstimos para aquisição de habitação, assim como no apoio na melhoria das condições de habitabilidade e a comparticipação em situações de crise” (Divisão Ação Social e Saúde, 2018).

A medida de comparticipação na renda de casa ou empréstimo para aquisição de habitação é implementada em regime de parceria com as IPSS do concelho e tem-se revelado “uma medida inovadora e de grande importância, pois contribui de forma relevante para uma melhor integração dos agregados apoiados, assim como para a dinamização do mercado de arrendamento” (Divisão Ação Social e Saúde, 2018),

contribuindo também para a dignificação das condições habitacionais através da comparticipação das faturas de água, saneamento e resíduos sólidos.

Em Ílhavo a disponibilização de imóveis, pela autarquia, foi feita por construção e posterior venda a custos controlados, e a habitação social em regime de arrendamento, existindo neste momento 36 fogos em regime de arrendamento apoiado, destacando-se que os/as locatários/as usufruem de acompanhamento social. Existem ainda outros 3 fogos que de momento não estão arrendados pela necessidade de se proceder a obras de manutenção e reabilitação.

Tipo de habitação social	Década de Construção	Localização	N.º de Fogos
Venda a custos controlados	1980	Lagoa, S. Salvador	11
Arrendamento	1980	Lagoa, S. Salvador	39
Arrendamento	1980 a 1990	Dispersas pelo Município	14
Venda a custos controlados	1990	Bebedouro, Gafanha da Nazaré	18
Arrendamento	1990	Bebedouro, Gafanha da Nazaré	12
Arrendamento	2000	Lagoa, S. Salvador	6
Venda a custos controlados	2000	Lagoa, S. Salvador	39
Venda a custos controlados	2000	Ílhavo	6
Arrendamento	2009	Avenida dos Bacalhoeiros	6
Total			151

Tabela 23 - Evolução do parque habitacional de cariz social no concelho de Ílhavo⁵⁹

Apesar de inicialmente se terem construído 77 imóveis para arrendamento, de acordo com o interesse dos arrendatários, 36 imóveis foram vendidos em regime de propriedade resolúvel, dos quais 34 são já propriedade plena dos seus residentes, estando apenas dois ainda em pagamento.

Acresce-se que à data (31/05/2019) o valor médio do arrendamento apoiado era de 27,92€ e que a média das prestações de renda resolúvel era de 212,69€.

Como é visível (tabela 21) Ílhavo não foge ao paradoxo da realidade portuguesa, pois se por um lado apresenta um elevado número de propriedades vagas

⁵⁹ Fonte: Câmara Municipal de Ílhavo – Reunião do Conselho Municipal de Segurança de Ílhavo, 14 novembro 2018 – Ponto 3

para outros casos (2.094) e casas livres para arrendar (263), por outro lado existe a dificuldade de acesso das famílias a uma habitação adequada às suas posses e necessidades.

Urge assim a necessidade de repensar as medidas para a habitação, procurando chegar a mais famílias que vivem em situação de grave carência habitacional através da dinamização do mercado público de arrendamento, com uma bolsa dinâmica de alojamento capaz de dar resposta às necessidades mais graves e urgentes de forma célere, eficaz e justa, através da medida de arrendamento apoiado no mercado privado.

Em resposta a esta necessidade, o concelho tem implementada uma medida, o Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, implementado a 11/06/2010 que, para além de permitir o arrendamento apoiado, engloba outras medidas como o apoio ao empréstimo à aquisição de habitação, à melhoria das condições habitacionais com obras, quotas de condomínio e apoio na fatura de água, saneamento e resíduos sólidos.

Esta medida permite promover a inclusão social e territorial, assim como a oportunidade de escolhas habitacionais, apostando em abordagens integradas e participativas, com mais proximidade e acompanhamento da população mais desfavorecida, com situações de desemprego, rendimentos intermédios, sem que o acesso à habitação implique uma sobrecarga sobre o seu orçamento familiar.

Trata-se de uma medida com as áreas de intervenção devidamente definidas, assim como as condições de elegibilidade, as obrigações e os deveres a cumprir e os procedimentos, pretendendo-se contribuir para um efetivo desenvolvimento social, numa perspetiva de intervenção social pró-ativa.

As atividades de abastecimento público de água às populações, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos urbanos constituem serviços públicos de carácter estrutural, essenciais ao bem-estar geral, à saúde pública e à segurança coletiva das populações, às atividades económicas e à proteção do ambiente.

Ílhavo defende que o cuidado e prevenção é fundamental para contribuir para um planeta melhor e assim dar continuidade às condições de manutenção da vida na Terra.

Neste sentido, continua a investir na consciencialização para a reciclagem e tratamento de lixos, desde a infância (através do programa ECO ESCOLAS, onde é considerado um dos melhores concelhos do país) à população adulta (sensibilizando

para a reciclagem em festivais e na área da restauração com o recente programa Eco Restaurante).

Atualmente, está dotado de 141 conjuntos de Ecopontos, a que corresponde um rácio de aproximadamente 1 ecoponto por cada 274 habitantes (a União Europeia estabelece como meta: 1 Ecoponto/500 habitantes), e 42 vidrões isolados. Destacam-se ainda campanhas como “Um aluno um ecoponto”, dotando assim o máximo de famílias com recursos para procederem à reciclagem, assim como campanhas para a valorização de roupas e óleos usados.

Problemas e Diagnóstico

Problemas identificados

Análise SWOT

Pontos fortes	Pontos fracos
○	○ ○
Oportunidades	Ameaças
○ ○	○ ○

Educação e Formação de Adultos

A educação é a razão principal e base de formação de Capital Humano devendo ser incentivada e promovida num território que pretende ter um desenvolvimento que implique não só o crescimento económico, mas também o progresso social, a diminuição das desigualdades sociais e cuidados com o meio ambiente, passando a integrar a transformação sociocultural como um fator essencial no progresso global e coerente com as comunidades e necessidades humanas.

Em Portugal a Educação Escolar contempla o **Pré-escolar, Ensino Básico, Secundário e Superior**.

O Sistema Educativo em Ílhavo

Em Ílhavo, a educação é essencialmente decorrente de políticas públicas. O domínio privado verifica-se apenas no ensino pré-escolar (36% dos estabelecimentos⁶⁰, explanados na tabela que se segue).

Centro Social e Paroquial da Gafanha da Encarnação	Gafanha da Encarnação
Jardim de Infância do CASCI - Costa Nova	
Centro Infantil da Gafanha da Nazaré – Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo	Gafanha da Nazaré
Jardim de Infância da Obra da Providência	
Jardim de Infância do CASCI - Praia da Barra	
Centro Infantil da Lagoa - Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo	Ílhavo
Centro Infantil de Ílhavo - Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo	
Jardim de Infância do CASCI – Ílhavo	
Jardim de Infância do Centro Paroquial de Assistência D. Manuel Trindade Salgueiro	

Tabela 24 - Rede pré-escolar solidária no concelho de Ílhavo

Ílhavo, apresenta uma Rede Escolar constituída por três unidades orgânicas – Agrupamento de Escolas da Gafanha da Encarnação, Agrupamento de Escolas de

⁶⁰ Fonte: PORDATA, Estabelecimentos públicos em % do total de estabelecimentos nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: por nível de ensino, consultado a 03-04-2019

Ílhavo e Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré, sendo que estes dois últimos Agrupamentos agregaram, a Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes e a Escola Secundária Gafanha da Nazaré, respetivamente.

No que reporta à gestão, cada agrupamento é dirigido por um Conselho Geral, ordenado de acordo com o definido no n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, contando com a participação de “representantes do pessoal docente e não docente, dos pais e encarregados de educação, dos alunos, do município e da comunidade local”.

Apresenta-se, na tabela infra, as diferentes modalidades de ensino de acordo com o agrupamento a que correspondem.

	Jardim de Infância	1.º Ciclo	2.º/3.º Ciclos	Secundário	Total de escolas ⁶¹
Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré	5	6	1	1	10
Agrupamento de Escolas da Gafanha da Encarnação	4	5	1	0	8
Agrupamento de Escolas de Ílhavo	7	7	2	1	9

Tabela 25 - Distribuição das diferentes escolas e jardins-de-infância pelos agrupamentos de escolas do concelho de Ílhavo⁶²

No que se reporta ao ano letivo 2018/19, o Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré teve em funcionamento 9 salas de ensino Pré-escolar, 24 turmas do 1º Ciclo, 13 turmas do 2º Ciclo, 21 turmas do 3º Ciclo e 13 turmas de Ensino Secundário, onde estão incluídos os cursos profissionais.

No Agrupamento de Escolas da Gafanha da Encarnação, tendo por referência o mesmo ano letivo, este contemplou 6 salas de ensino pré-escolar, 15 turmas do 1º Ciclo, 8 turmas do 2º Ciclo e 11 turmas do 3º Ciclo.

Na Freguesia da Gafanha da Encarnação não é lecionado o Ensino Secundário, pelo prosseguimento dos estudos dos jovens desta freguesia poderá ser efetuado na

⁶¹ O total não corresponde à soma dos valores das restantes colunas porque há escolas básicas que integram jardins-de-infância

⁶² Fonte: Revisão da Carta Educativa de Ílhavo, abril 2016

Gafanha da Nazaré ou em S. Salvador, de acordo com a área de estudos pretendida.

Em última instância, face à inexistência de opção estudar em outras localidades.

No Agrupamento de Escolas de Ílhavo, no ano de referência o mesmo teve em funcionamento 8 salas de ensino Pré-escolar, 28 turmas do 1º Ciclo, 12 turmas do 2º Ciclo, 19 turmas do 3º Ciclo (uma das quais Cursos de Educação e Formação), e 14 turmas de Ensino Secundário, 6 das quais de cursos profissionais.

Apresentamos na próxima tabela a distribuição de matrículas por cada agrupamento e nível escolar, para o ano letivo de 2018/19.

Agrupamentos	Gafanha da Encarnação	Gafanha da Nazaré	Ílhavo
Total	706	1952	1634
Educação Pré-Escolar	91	211	175
Ensino Básico - 1º Ciclo	278	534	550
Ensino Básico - 2º Ciclo	136	267	244
Ensino Básico - 3º Ciclo	201	441	358
Ensino Secundário	---	499	307

Tabela 26 - Distribuição de matrículas por agrupamento de escolas do concelho de Ílhavo ⁶³

Salvaguarda-se que no Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré, dos 499 inscritos no Ensino Secundário, 119 estão integrados em ensino profissional, 14 em Cursos de Educação e Formação para Jovens (CEF) e 50 em Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA - Secundário).

Por sua vez, no Agrupamento de Escolas de Ílhavo, das 307 matrículas registadas, 106 dizem respeito a ensino profissional.

Destaca-se que existem também no concelho, integradas na rede de respostas às necessidades educativas especiais, unidades de referência. No Agrupamento de Escolas da Gafanha da Encarnação, para as crianças com perturbações do espectro do autismo, e no Agrupamento de Escolas de Ílhavo, para ensino bilingue.

⁶³ Dados disponibilizados pela representante da Educação no Núcleo Local de Inserção de Ílhavo (Ano letivo 2018/2019)

Abordando a **Taxa de Analfabetismo**⁶⁴ (tabela infra) da população total residente na Região de Aveiro, denota-se que esta tem vindo a diminuir gradualmente, atingindo o valor mínimo de 4,2% em 2011, sendo apenas ultrapassada pela taxa de analfabetismo da Área Metropolitana de Lisboa (3,2%). No resto do país, a taxa média de analfabetismo ronda os 5,2%.

	Total		Masculino		Feminino	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	9,0	5,2	6,3	3,5	11,5	6,8
Continente	8,9	5,2	6,1	3,4	11,5	6,8
Norte	8,3	5,0	5,5	3,2	10,9	6,6
Centro	10,9	6,4	7,3	4,0	14,2	8,5
Oeste	11,1	6,1	8,9	4,6	13,1	7,5
Região de Aveiro	7,1	4,2	4,3	2,5	9,6	5,6
Ílhavo	5,4	3,2	3,5	2,0	7,2	4,3
Região de Coimbra	10,0	5,9	5,9	3,2	13,7	8,2
Região de Leiria	10,8	6,5	6,6	3,7	14,8	9,0
Viseu Dão Lafões	11,6	7,1	7,6	4,5	15,4	9,4
Beira Baixa	18,2	10,7	13,1	7,1	22,8	14,0
Médio Tejo	11,0	6,3	6,7	3,7	14,9	8,6
Beiras e Serra da Estrela	14,2	8,8	10,5	6,1	17,6	11,2
Área Metropolitana de Lisboa	5,7	3,2	3,6	1,9	7,7	4,4
Alentejo	15,9	9,6	12,5	7,2	19,1	11,8
Algarve	10,4	5,4	9,2	4,6	11,6	6,1
Região Autónoma dos Açores	9,4	4,7	10,0	5,1	8,9	4,3
Região Autónoma da Madeira	12,7	7,0	10,5	5,7	14,6	8,1

Tabela 27 - Evolução da Taxa de Analfabetismo segundo os Censos, por total, localização e género⁶⁵

⁶⁴ Taxa definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considera-se que essa idade corresponde aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário.

⁶⁵ Fonte: PORDATA, Taxa de analfabetismo segundo os Censos: total e por sexo, consultado a 04-04-2019

É notório que Ílhavo tem a população cada vez mais escolarizada, sendo no sexo feminino que se denotam mais situações de analfabetismo. Reforça-se que em trinta anos, a taxa de analfabetismo do concelho reduziu em 74%, passando de 12,2% para metade da média da Região Centro, nomeadamente 3,2%.

Destaca-se que as freguesias são afetadas de forma diferente, sendo a freguesia da Gafanha do Carmo a que apresenta uma taxa mais elevada de analfabetismo (5,7%) e a freguesia de S. Salvador a que apresenta a taxa mais reduzida (2,9%), como se pode ver na tabela que se apresenta.

	Total	Homens	Mulheres
Concelho de Ílhavo	3.2	2.0	4.3
Gafanha do Carmo	5.7	4.5	6.9
Gafanha da Encarnação	3.5	1.8	5.1
Gafanha da Nazaré	3.1	1.8	4.2
S. Salvador	2.9	1.9	3.8

Tabela 28 - Taxa de analfabetismo por Freguesia no concelho de Ílhavo⁶⁶

Reforçando este facto, há também um aumento do nível de escolaridade, com especial destaque para o crescimento no âmbito do 3º Ciclo e Ensino Superior, como retrata a tabela infra.

Anos	1960	1981	2001	2011
Total	20.961	22.633	30.749	32.643
Sem nível de escolaridade	14.049	7.111	4.569	2.602
Básico 1º ciclo	6.217	10.021	9.652	9.022
Básico 2º ciclo	X	2.557	4.945	4.449
Básico 3º ciclo	X	1.488	5.324	6.551
Secundário	618	⊥ 573	3.517	4.761
Médio	X	331	197	⊥ 310
Superior	77	492	2.545	4.948

Tabela 29 - População residente com 15 e mais anos segundo os Censos: total e por nível de escolaridade completo mais elevado no concelho de Ílhavo⁶⁷

⁶⁶ Fonte: INE, Recenseamento da habitação e população 2011

⁶⁷ Fonte: PORDATA, População residente com 15 e mais anos segundo os Censos: total e por nível de escolaridade completo mais elevado, consultado a 04-04-2019

De forma mais pormenorizada, em todas as freguesias cerca de um terço dos residentes está habilitado até ao 1º Ciclo, mas a sua percentagem relativamente à população residente varia entre os 27,5% da freguesia da Gafanha da Nazaré e os 37,2% da freguesia da Gafanha do Carmo, como se pode verificar na tabela apresentada.

	Concelho	Gafanha do Carmo	Gafanha da Encarnação	Gafanha da Nazaré	S. Salvador
Total	100%	100%	100%	100%	100%
Nenhum nível de escolaridade	4.1%	6.4%	4.6%	3.9%	3.8%
Ensino Básico	55.8%	65.9%	59.7%	54.0%	55.0%
1º ciclo	30.1%	37.2%	31.8%	27.5%	31.0%
2º ciclo	9.6%	13.8%	11.1%	9.5%	8.7%
3º ciclo	16.1%	15.0%	16.8%	16.9%	15.2%
Ensino Secundário	19.7%	18.1%	18.4%	21.6%	18.5%
Ensino Pós Secundário	1.1%	1.2%	1.0%	1.2%	1.0%
Ensino Superior	19.4%	8.4%	16.3%	19.3%	21.6%

Tabela 30 - Distribuição da população, com mais de 15 anos, residente no concelho e em cada freguesia de acordo com as habilitações académicas⁶⁸

É perceptível que S. Salvador é a freguesia com população com um nível de formação mais elevado, apresentando a maior percentagem de população com curso superior (21,6%), e a Gafanha do Carmo a menor percentagem de população com a mesma formação (8,4%). Por outro lado, destaca-se a freguesia da Gafanha da Nazaré com a maior percentagem de população habilitada com o ensino secundário e no âmbito do ensino pós-secundário, a Gafanha da Encarnação e S. Salvador com a menor percentagem.

Verifica-se, como demonstra a tabela que se apresenta, um aumento dos estabelecimentos de educação Pré-escolar e uma diminuição dos estabelecimentos de Ensino Básico do 1º e 3º Ciclos.

⁶⁸ Fonte: INE, Recenseamento da habitação e população 2011

Anos		2013	2014	2015	2016	2017
Estabelecimentos por nível de ensino	Educação Pré-Escolar	24	24	25	25	25
	dos quais são privados	8	8	9	9	9
	Ensino Básico - 1º Ciclo	19	19	18	18	18
	Ensino Básico - 2º Ciclo	3	3	3	3	3
	Ensino Básico - 3º Ciclo	5	5	4	4	4
Ensino Secundário		2	2	2	2	2

Tabela 31 - Estabelecimentos de ensino por nível de ensino, no concelho de Ílhavo⁶⁹

A integração na resposta de ensino Pré-escolar configura-se com uma necessidade crescente, atendendo ao reconhecimento do desenvolvimento integral das crianças e do contributo para um acesso mais facilitado à escola, como também para libertar os pais/educadores de modo a responderem mais facilmente às exigências do mercado de trabalho.

O número de alunos matriculados por nível de ensino tem vindo a reduzir ao longo dos últimos anos, tal como é possível analisar na tabela infra.

Anos	2013	2014	2015	2016	2017	2018 ⁷⁰
Total	5.152	4.932	4.788	4.636	4.619	4.292
Educação Pré-Escolar	906	940	939	905	882	477
dos quais são no privado	378	391	415	410	418	-
Ensino Básico - 1º Ciclo	1.497	1.476	1.409	1.355	1.332	1362
Ensino Básico - 2º Ciclo	758	745	720	666	699	647
Ensino Básico - 3º Ciclo	1.191	1.063	1.057	1.032	991	1000
Ensino Secundário	1.084	1.202	1.068	983	901	800

Tabela 32 - Evolução de alunos matriculados por nível de ensino no concelho de Ílhavo⁷¹

⁶⁹ Fonte: PORDATA, Estabelecimentos nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: por nível de ensino, consultado a 04-04-2019

⁷⁰ De acordo com a informação recolhida nas escolas do município para o ano letivo 2018/2019

⁷¹ Fonte: PORDATA, Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino, consultado a 08-04-2019

A redução da Taxa de Natalidade tem vindo a estar na origem do decréscimo de inscrições/matrículas de acordo com o nível de ensino. Este decréscimo não se encontra associado ao incumprimento da escolaridade obrigatória. De acordo com a informação prestada pelos agrupamentos de escolas do concelho, não existem situações de abandono escolar, destacando-se que apenas deixam a escola, antes do período obrigatório, os alunos que emigram com as suas famílias.

Em Portugal, no ano de 2017, a duração média do ensino pré-escolar era de 2,81 anos, referência que tem vindo a aumentar significativamente se compararmos com o ano 2000 em que era de 2,20 anos ou 0,4 anos em 1961, o que se deve à menor disponibilidade dos pais para acompanharem os filhos após o nascimento bem como a uma maior oferta de equipamentos com esta resposta.

De acordo com o Anuário Estatístico da Região Centro, 2017, e como se pode verificar na próxima tabela, Ílhavo apresentava uma **Taxa de Pré-escolarização**⁷² de 90,9%, a mais baixa comparativamente à região de Aveiro, Centro, Continente e Portugal. A evolução tem sido significativa se compararmos com os anos anteriores (71,4% em 2004 ou 69,8% em 2009) e deve-se em parte ao conjunto de melhorias e ampliação que decorreu essencialmente no período de 2007 e 2015 e que permitiu o aumento do número de salas dos jardins-de-infância e a entrada de crianças, na educação pré-escolar com 3 anos de idade, que anteriormente ficavam a aguardar a existência de vaga.

⁷² Relação percentual entre o número de alunos matriculados em ensino pré-escolar e a população total residente dos 3 aos 5 anos

	Taxa de Pré-Escolarização	Taxa bruta de escolarização		Taxa de retenção e desistência			
		Ensino Básico	Ensino Secundário	Total	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo
Portugal	94.5	108.9	118.4	5.5	3.0	5.8	8.5
Continente	94.5	108.8	119.0	5.4	2.9	5.9	8.4
Centro	97.7	107.9	116.4	4.8	2.7	4.7	7.4
Região de Aveiro	99.3	109.4	115.4	4.5	2.4	3.9	7.5
Ílhavo	90.9	87.2	54.4	5.5	2.9	6.4	8.6

Tabela 33 - Indicadores de Educação por território⁷³

	Taxa de transição/conclusão do Ensino Secundário			Proporção de mulheres no ensino secundário
	Total	Cursos Gerais / científico-humanísticos	Cursos Tecnológicos /profissionais	
Portugal	84.9	82.5	89.1	49.2
Continente	85.1	82.6	89.5	49.0
Centro	86.5	84.1	90.3	49.4
Região de Aveiro	86.6	84.6	89.6	50.2
Ílhavo	82.9	82.9	82.8	50.1

Tabela 34 - Indicadores de Educação por território

Também relativamente à **Taxa Bruta de Escolarização**⁷⁴, Ílhavo apresenta os valores mais baixos o que se deve essencialmente ao facto de ser fácil o acesso a escolas de Aveiro, nomeadamente por existirem muitos residentes do concelho a exercer

⁷³ De acordo com o anuário estatístico da região centro 2017

⁷⁴ Relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo.

atividade profissional naquela cidade. Por outro lado, aquando da transição para o ensino secundário, muitos dos jovens do concelho optam por continuar o seu percurso académico em outras localidades.

De notar que a necessidade de alguns jovens se deslocarem para concelhos vizinhos se deve à reduzida oferta formativa neste concelho. Há uma redução de alunos no Ensino Secundário uma vez que a oferta disponibilizada nem sempre corresponde às necessidades e expectativas dos residentes.

De reforçar que para muitos jovens que procuram concluir a escolaridade obrigatória, a alternativa é encontrada nos concelhos de proximidade como Aveiro e Vagos, pela grande oferta disponibilizada nas escolas profissionais:

- ✓ Escola Profissional de Aveiro;
- ✓ Escola Profissional de Turismo de Aveiro;
- ✓ Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Vagos.

Caracterização e Evolução do 1º Ciclo em Ílhavo

Existem em Ílhavo 18 escolas com alunos matriculados no 1º Ciclo do Ensino Básico Geral no ano letivo 2016/2017.

		2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
Alunos matriculados	1º ano	321	333	324	327
	2º ano	390	360	362	352
	3º ano	359	354	323	332
	4º ano	359	362	346	321
	Total	1429	1409	1355	1332
Taxa de retenção ou desistência	1º ano	0%	0%	0%	0%
	2º ano	11%	12%	10%	7%
	3º ano	4%	3%	2%	2%
	4º ano	2%	1%	1%	2%
Percentagem de alunos que concluem o 1º ciclo em 4 anos	Alunos de Ílhavo		80%	79%	81%
	Alunos do país com perfil socioeconómico semelhante		83%	83%	86%

Tabela 35 - Caracterização do 1º Ciclo ao longo dos últimos anos no concelho de Ílhavo

Denota-se que existe um decréscimo de alunos nos últimos anos, como se pode verificar na tabela apresentada, é no segundo ano onde se verifica a maior taxa de retenção. Existe uma grande percentagem de alunos que concluem o 1º ciclo de ensino básico geral em quatro anos, embora em valores inferiores aos da média nacional.

Em 2016/2017 dos alunos que frequentaram o 1º ciclo Ílhavo tem uma percentagem de alunos estrangeiros (2%) inferior à média nacional (4%)⁷⁵.

Mais informações podem ser consultadas no Anexo I.

Caracterização e Evolução do 2º Ciclo em Ílhavo

Existem em Ílhavo três escolas com alunos matriculados no 2º Ciclo do Ensino Básico Geral no ano letivo 2016/2017.

		2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
Alunos matriculados	5º ano	362	338	342	341
	6º ano	361	349	324	334
	Total	723	687	666	675
Taxa de retenção ou desistência	5º ano	12%	11%	9%	7%
	6º ano	12%	6%	7%	6%
Percentagem de alunos que concluem o 2º ciclo em 4 anos	Alunos de Ílhavo		88%	86%	86%
	Alunos do país com perfil socioeconómico semelhante		84%	87%	90%

Tabela 36 - Caracterização do 2º ciclo ao longo dos últimos anos no concelho de Ílhavo

Denota-se um decréscimo de alunos nos últimos anos, assim como um decréscimo da taxa de retenção ou desistência no decorrer dos anos, não obstante, tende a ser superior à média nacional. Por sua vez, existe ainda uma diferença muito grande entre a percentagem de alunos que concluem o 2º ciclo em dois anos, comparativamente ao quadro nacional de alunos com perfil socioeconómico semelhante.

⁷⁵ <http://infoescolas.mec.pt/1ciclo/> consultado a 18 de abril de 2019

Em 2016/2017 dos alunos que frequentaram o 2º ciclo, em Ílhavo, apenas 2% dos alunos eram de nacionalidade estrangeira, uma percentagem inferior à média nacional (4%).

Informações mais detalhadas podem ser analisadas no anexo II.

Caracterização e Evolução do 3º Ciclo em Ílhavo

Existem no concelho quatro escolas com alunos matriculados no 3º Ciclo do Ensino Básico Geral no ano letivo 2016/2017.

		2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
Alunos matriculados	7º ano	363	359	365	331
	8º ano	340	288	303	314
	9º ano	287	308	274	289
	Total	990	955	942	934
Taxa de retenção ou desistência	7º ano	21%	20%	13%	11%
	8º ano	14%	10%	7%	8%
	9º ano	16%	7%	9%	6%
Percentagem de alunos obtêm positiva nas provas nacionais do 9º ano após percurso sem retenção nos 7º e 8º anos	Alunos de Ílhavo			34%	44%
	Alunos do país com perfil socioeconómico semelhante				
				34%	45%

Tabela 37 - Caracterização do 3º ciclo ao longo dos últimos anos no concelho de Ílhavo

Denota-se também neste nível de ensino um decréscimo de alunos no decorrer dos anos.

Atendendo à taxa de retenção ou desistência neste ciclo, é no 7º ano que se registam os valores mais elevados. Embora de uma visão geral apresente uma diminuição nesta taxa ao longo dos anos e nos diferentes níveis de ensino em análise, esta é ainda significativa, sendo superior à média nacional em vários momentos.

Por sua vez, a percentagem de alunos que obtêm positiva nas provas nacionais do 9º ano, após percurso sem retenção nos 7º e 8º anos, é muito semelhante à percentagem nacional. A percentagem de percursos diretos de sucesso entre alunos da

região é superior à média nacional para o ano letivo 2017/2018 (46% para a região de Ílhavo e 43% para o restante país), vindo a melhorar uma vez que nos anos letivos de 2015/2016 e 2016/2017 os valores da região estavam em linha com a média nacional.

No que reporta à nacionalidade dos alunos que frequentam o 3º Ciclo, apenas 2% dos alunos são estrangeiros (média nacional é de 4%).

No 3º Ciclo, para além do ensino básico geral, com uma relevância de 94,2% dos alunos, existem também, com impacto pouco significativo, mas igualmente importante, a possibilidade de frequentar cursos vocacionais (2,9% dos alunos) ou os cursos de educação e formação, que no ano letivo de 2016/2017 foram frequentados por 2,8% dos alunos matriculados no 3º Ciclo.

No anexo III pode ser analisada informação complementar.

Caracterização e Evolução do Ensino Secundário em Ílhavo

O ensino Secundário em Ílhavo é lecionado em dois estabelecimentos escolares que disponibilizam cursos científico humanísticos em três áreas. No ano letivo 2016/2017 foi a área das Ciências e Tecnologia a mais frequentada, com 54,6% das inscrições (256 alunos), seguindo-se a de Línguas e Humanidades com 40,3% de inscrições (189 alunos) e por fim, com apenas 24 alunos, a área das Ciências Sócio Económicas (5,1%), o que se justificará pelo facto de esta oferta formativa ter lugar em apenas um dos estabelecimentos de ensino e configurar apenas uma turma.

A distribuição de alunos por curso e escola pode ser consultada no Anexo IV deste documento.

		2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
Alunos matriculados	10º ano	174	155	194	170
	11º ano	152	153	125	171
	12º ano	166	146	172	128
	Total	492	454	491	469
Taxa de retenção ou desistência	10º ano	13%	14%	9%	20%
	11º ano	10%	5%	11%	5%
	12º ano	37%	39%	27%	30%

Tabela 38 - Caracterização do Ensino Secundário ao longo dos últimos anos no concelho de Ílhavo

É no 12º ano que se verifica a maior taxa de retenção ou desistência, sendo esta sempre superior à média nacional, com exceção para o ano letivo 2015/2016 (27% em Ílhavo e 30% ao nível nacional).

Destaca-se que a taxa de retenção ou desistência no ensino secundário nos últimos anos tem sido de forma geral, inferior à média nacional.

No que reporta à nacionalidade dos alunos, apenas 1% dos alunos são estrangeiros, valor inferior à média nacional que é de 4% de alunos estrangeiros a frequentar este ciclo escolar.

Para além dos cursos científico humanísticos, existe ainda a possibilidade de optar por seguir o percurso académico pela vertente profissional ou vocacional.

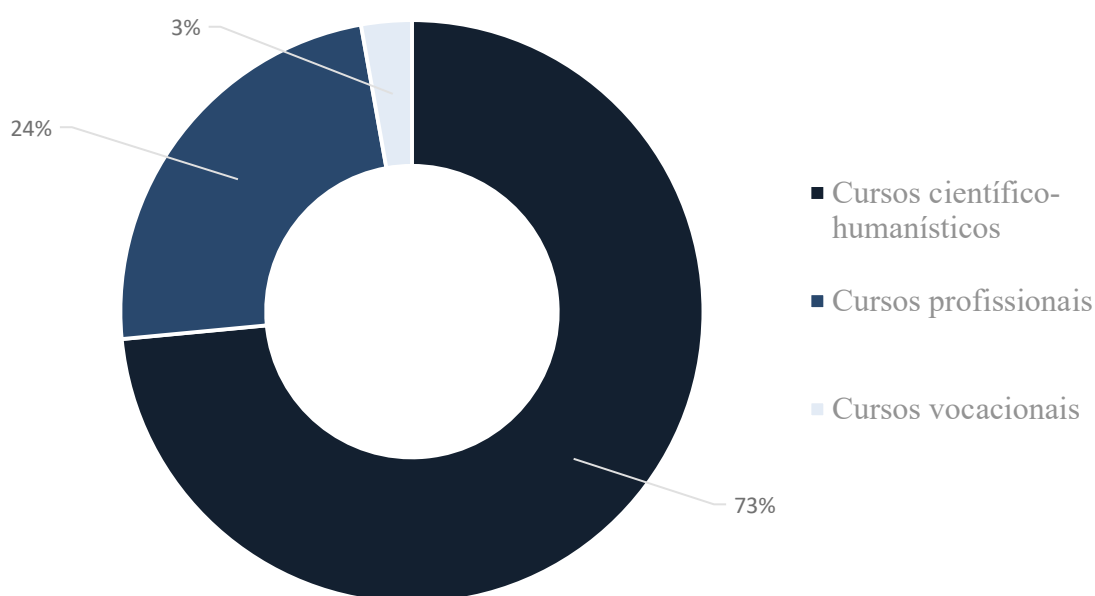


Gráfico 4 - Modalidades de Ensino em que os alunos do Concelho estão matriculados no ano letivo 2016/17, no concelho de Ílhavo

Atualmente, nas duas escolas secundárias existe a possibilidade de frequência de cursos profissionais em Ílhavo, embora com pouca adesão dos alunos, podendo destacar-se que no ano letivo 2013/2014 estes cursos foram frequentados por 155 alunos, 147 no ano letivo de 2014/2015, 149 no ano letivo 2015/2016 e por 151 alunos no ano letivo 2016/2017.

No ano letivo de 2016/2017 os alunos tiveram a possibilidade de frequentar cursos profissionais em áreas como Hotelaria e Restauração (51 matrículas), Eletrónica

e Automação (50 matrículas), Desporto (21 matrículas), Comércio (19 matrículas) ou Ciências Informáticas (10 matrículas).

Apenas 2% dos alunos que frequentam estes cursos são de nacionalidade estrangeira, uma média inferior à média nacional que é de 5%.

Ensino Profissional em Ílhavo

Para além do tradicional ensino em contexto escolar, Ílhavo garante também oferta na vertente profissional nomeadamente através do FOR-MAR (Centro de Formação Profissional do Sector das Pescas).

O FOR-MAR promove atividades de formação profissional que visem a valorização dos recursos humanos dos setores ligados às atividades marítimas, desenvolvendo a sua atividade formativa em três eixos:

- ✓ “Assegurar a realização de formação profissional necessária à qualificação, reconversão profissional, aperfeiçoamento e progressão nas carreiras dos profissionais marítimos, nos termos legais em vigor, bem como dos outros profissionais dos setores que integram o âmbito da sua atividade.
- ✓ Assegurar a avaliação e certificação da aptidão profissional decorrente da frequência de cursos ou prestação de provas de exame, bem como proceder ao reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais adquiridas em contextos de aprendizagem formal ou informal aos profissionais dos setores que integram o âmbito da sua atividade, em particular aos profissionais marítimos dos escalões da mestrança e marinhagem.
- ✓ Promover a formação e a avaliação de competências específicas do exercício da atividade marítima legalmente requeridas a nível nacional e internacional”⁷⁶

Desta forma, no FOR-MAR através da qualificação, valorização e formação, procura-se desenvolver oportunidades e promover a competitividade na área das atividades marítimas, podendo frequentar-se os seguintes cursos nas seguintes áreas:

- ✓ Convenção STCW⁷⁷;
- ✓ Mestrança e Marinhagem;
- ✓ Aquicultura; Construção Naval;

⁷⁶ <http://www.for-mar.pt/apresentacao/>, consultado a 09 de maio de 2019

⁷⁷ Standards of Training, Certification and Watchkeeping for Seafarers (Normas de Formação, de Certificação e de Serviço de Quartos para os Marítimos)

- ✓ Eletricidade e Energia;
- ✓ Indústrias Alimentares.

Para além destes, o FOR-MAR disponibiliza outras certificações específicas e ainda Consultoria e Formação para Empresas.

O Papel do Município na Educação Extraescolar

“O Município de Ílhavo, na definição e orientação da sua Política Educativa, promove uma estratégia orientada, integrada e de cooperação com os diferentes Agentes Educativos e da Comunidade” (CMI).

Assente nos documentos normativo-legais existentes, a Câmara Municipal de Ílhavo promoveu a criação do Conselho Municipal de Educação no ano de 2003 utilizando por base o anterior Conselho Local de Educação que se encontrava em funcionamento desde o ano 2000. Esta nova instância, de coordenação e consulta, promove, a nível Municipal, a coordenação e acompanhamento da Política Educativa. Em outubro de 2007 foi homologada a vigente Carta Educativa do Município de Ílhavo, realizada em parceria com a Fundação Manuel Leão. Apresenta-se como um documento que tem por objetivo refletir sobre a realidade local, definindo objetivos a alcançar (de caráter edificante, mas também imaterial), tendo conduzido a importantes tomadas de decisão na gestão do Parque Escolar Municipal. Em 2016 decorreu a revisão da Carta Educativa do Município.”⁷⁸

Atendendo à grande preocupação com a educação dos residentes o Município de Ílhavo desenvolve também uma forte intervenção no âmbito da educação extraescolar, envolvendo, em parceria com a autarquia, diferentes entidades e associações sociais, culturais e desportivas, associações de pais (que assumem o importante papel de dinamização de atividades complementares e de apoio à família).

Em parceria com os agrupamentos de escolas e a Câmara Municipal, são desenvolvidas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC). Trata-se de um conjunto de atividades grátis e facultativas, destinadas às crianças do 1.º ciclo do ensino básico, de cariz lúdico, formativo e cultural no domínio do desporto, artístico,

⁷⁸ In <https://www.cm-ilhavo.pt/pages/397>, consultado a 15 de abril de 2019

científico e tecnológico, ligação com o meio, solidariedade/voluntariado e a dimensão europeia da educação.

Com o intuito de apoiar as famílias na conciliação dos horários profissionais com os horários escolares, são dinamizadas pelas associações de pais em parceria com a Câmara Municipal, atividades de animação e apoio à família. Estas atividades traduzem-se no prolongamento do horário de funcionamento dos Jardins de Infância e em atividades realizadas para além do horário escolar nas escolas do 1º ciclo do ensino básico. Esta intervenção é reforçada nas férias escolares.

	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano
Atividade Física e Desportiva	60min	60min	60min	60min
Atividade Lúdico-Expressiva	60min	60min	---	---
Atividade Rítmica-Expressiva	60min	60min	---	---
Ciência a Brincar	60min	60min	---	---
Digital(mente)	60min	60min	---	---
Ensino da Música	---	---	60min	60min
Jogos de Raciocínio e Estratégia	---	---	60min	60min

Tabela 39 - Distribuição de Atividades de Enriquecimento Curricular por ano letivo no concelho de Ílhavo⁷⁹

Complementando o trabalho de apoio aos projetos escolares, existe desde o ano letivo de 2011/2012, o Serviço Educativo Municipal de Ílhavo (SEMI), tem como objetivo apoiar a construção de um projeto educativo integrado que concretize os objetivos sociais e educacionais defendidos para o concelho. O SEMI “redefine objetivos e estabelece novos compromissos na construção de uma dinâmica educativa municipal ainda mais forte e coesa, indo ao encontro das necessidades reais do concelho e de toda a sua comunidade”⁸⁰.

Esta intervenção vai sendo complementada ao longo do ano por programas pontuais desenvolvidos ou apoiados pelos Pelouros da Cultura, Maior Idade, Juventude, Ambiente e da Educação e Desporto.

⁷⁹ <https://www.cm-ilhavo.pt/pages/409>, consultado a 15 de abril de 2019

⁸⁰ <http://www.23milhas.cm-ilhavo.pt/pages/27>

Para o desenvolvimento destes projetos/programas o concelho conta também com equipamentos educativos públicos, nomeadamente:

- ✓ Museu Marítimo de Ílhavo - possui um serviço educativo próprio que visa o desenvolvimento da “sensibilidade artística dos públicos, em especial o público escolar, através de ações que potenciem a cultura marítima, disponibilizando uma oferta diversificada, que alia o conhecimento ao lazer”⁸¹.
 - Navio Museu Santo André - um polo que mostra as artes do arrasto.
 - ForMarÍlhavo - uma valência do CIEMar-Ílhavo que promove a educação informal com o intuito de socializar os grandes temas da cultura marítima.
- ✓ Casa Gafanhoe - Museu Municipal - enquanto museu etnográfico replica a casa de um lavrador rico, do princípio do século XX, de Ílhavo, dando a conhecer e preservando as tradições do concelho.
- ✓ Museu da Vista Alegre - procura mostrar a evolução do fabrico da porcelana portuguesa.
- ✓ Casa da Cultura de Ílhavo - mais do que a criação e difusão artística, procura criar e formar novos públicos, estendendo-se a sua intervenção a polos como a Fábrica das Ideias, o Cais Criativo e o Laboratório das Artes.
- ✓ Escola Municipal Rodoviária (EMER) - promove a educação de crianças e jovens enquanto utentes da via pública e consciencializa a comunidade para a importância da prevenção rodoviária.
- ✓ Centro de Educação Ambiental - Eco Centro Municipal - dinamiza ações de sensibilização ambiental, em particular para os mais jovens.
- ✓ Biblioteca Municipal - para além dos seus projetos e atividades de intervenção muito ativa na comunidade, coordena, através do Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares - SABE, o conjunto de bibliotecas de Ílhavo tendo como polos de leitura:
 - Museu Marítimo de Ílhavo
 - Polo de Leitura da Gafanha da Nazaré
 - Polo de Leitura da Gafanha do Carmo

⁸¹ In www.museumaritimo.cm-ilhavo.pt

- Bibliotecas escolares

- ✓ Escola de natação - através da rentabilização das piscinas municipais, valoriza a aprendizagem da natação
- ✓ Escola de ténis - através da rentabilização dos “courts” do concelho promove a aprendizagem dos fundamentos básicos da técnica e da estratégia do ténis
- ✓ Instalações desportivas - disponíveis para escolas, associações e população em geral.

Destacam-se também outras iniciativas no âmbito da educação e formação como:

- ✓ PIN - Projeto de Iniciação à Natação e Festival de Natação - com início no ano de 2000, a Câmara Municipal de Ílhavo tem implementado o Festival de Natação do Município de Ílhavo, onde os alunos do PIN demonstram as suas aprendizagens. Destaca-se que o citado projeto consiste em aulas gratuitas de educação, para crianças do ensino pré-escolar, público e privado, tratando-se de uma medida inovadora.
- ✓ Dia Mundial da Criança - assumido como um dia muito especial de homenagem às crianças, todos os anos é celebrado como um programa recheado de surpresas, destinado às crianças do ensino pré-escolar (público e privado).
- ✓ DesportÍlhavo - implementado desde 1999 e com o objetivo de encerrar anualmente as atividades do Projeto de Expressão e Educação Físico Motora, este programa envolve toda a comunidade do 1.º Ciclo do Ensino Básico.
- ✓ Carnaval – é uma iniciativa conjunta da autarquia com a comunidade escolar e as IPSS do concelho, que apresentam, no curso carnavalesco, temáticas distintas em função dos projetos educativos de cada entidade.
- ✓ Festa de Natal - desde 1998 que Ílhavo acolhe as celebrações do Natal com a realização de uma festa de natal para todas as crianças do concelho organizada pela autarquia, em parceria com as juntas de freguesia do município, envolvendo em média 3.000 alunos por ano, provenientes do ensino Pré-Escolar (público e privado) e do 1.º Ciclo do Ensino Básico.
- ✓ Dos Pequenos aos Graúdos - é uma ação integrada no programa “Educação para Todos”. Valorizando o trabalho feito nas atividades de enriquecimento curricular de “Ensino da Música” e “Atividades Lúdico-Expressivas”, as

crianças visitam instituições de Solidariedade Social com a resposta social de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e/ou Centro de Dia.

- ✓ Concurso Jovem Literário - lançado em 2002, tem como objetivo fomentar hábitos de leitura nas camadas jovens, criar e/ou consolidar hábitos de escrita, promover a escrita e valorizar a expressão literária. Destina-se aos jovens do Ensino Básico dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos, assim como do Ensino Secundário, podendo participar alunos de qualquer estabelecimento de ensino. O concurso divide-se em duas modalidades: prosa e poesia.

Preocupações apresentadas na Carta Educativa de Ílhavo

De acordo com a Revisão da Carta Educativa de Ílhavo (abril, 2016), as grandes forças do concelho de Ílhavo são:

- ✓ Parque escolar de qualidade, com alguns centros escolares recém-construídos;
- ✓ Rede de proximidade de jardins-de-infância e escolas do 1º ciclo cobrindo todo o concelho;
- ✓ Existência de unidades de referência para apoio a alunos surdos e com perturbações do espectro de autismo;
- ✓ Recursos docentes qualificados e estáveis;
- ✓ Preocupação dos agrupamentos e escolas em melhorar o seu desempenho;
- ✓ Envolvimento das associações de pais nas atividades de apoio à família;
- ✓ Atribuição pelo município de bolsas de estudo a alunos;
- ✓ Existência de equipamentos culturais e desportivos com programas educativos próprios;
- ✓ Crescimento da taxa de pré-escolar nos últimos anos;
- ✓ Aumento da escolarização da população.

É ainda referido que Ílhavo possui como oportunidades:

- ✓ Vias de comunicação que facilitam o acesso a todos os pontos do concelho;
- ✓ Aposta, do plano estratégico de Ílhavo, na qualificação dos recursos humanos;
- ✓ Cooperação com a Universidade de Aveiro;
- ✓ Diversidade da rede de equipamentos culturais existentes no concelho;
- ✓ Existência de fundos comunitários destinados à educação.

No entanto, são também destacadas algumas fraquezas que perturbam o desenvolvimento no âmbito da educação, nomeadamente:

- ✓ Casos pontuais de escolas básicas sem todas as condições exigíveis;
- ✓ Falta de renovação do corpo docente das escolas;
- ✓ Não estão disponíveis em todas as escolas todos os cursos;
- ✓ Inexistência de oferta de ensino artístico;
- ✓ Oferta de ensino profissionalizante sem a procura desejável;
- ✓ Elevadas taxas de abandono precoce;
- ✓ Inexistência de um plano de combate eficaz ao insucesso escolar;
- ✓ Saída de alunos para escolas fora do concelho;
- ✓ Elevados níveis de insucesso nos diversos níveis de escolaridade.

Assim como algumas ameaças, tais como:

- ✓ Atratividade no “centro” da cidade de Aveiro;
- ✓ Diminuição da população jovem no concelho;
- ✓ Diminuição da natalidade.

Verifica-se no documento supra citado que a grande preocupação na vertente de educação não se prende com a melhoria das infraestruturas escolares, mas principalmente o aumento da qualidade educativa e a obtenção de melhores resultados para a comunidade, pelo que as linhas de atuação se organizam em três áreas:

- 1ª Área - conclusão da reabilitação do parque escolar, uma vez que para alcançar uma educação de qualidade é necessário disponibilizar equipamentos educativos que possuam condições favoráveis a um normal desenvolvimento das atividades tanto em espaço, como em ambiente e segurança. Destacam-se:
 - Construção do Centro Escolar da Gafanha D’Aquém;
 - Reabilitação da Escola Básica de Ílhavo;
 - Reabilitação da Escola Básica da Marinha Velha;
 - Reabilitação da Escola Básica da Chave.

- 2ª Área - combate ao abandono escolar precoce - “a promoção do acesso à escolarização, em condições de igualdade para todos, começa na qualidade dos meios humanos e materiais que são colocados à sua disposição, passa pela adequação do tipo de resposta formativa aos anseios e as particularidades de cada um e, também, pela capacidade de criar soluções que ajudem as famílias a ultrapassar os problemas, que se lhes colocam no dia a dia, relativamente ao acompanhamento dos seus filhos e educandos” Revisão da Carta Educativa de Ílhavo (abril, 2016). Destacam-se neste âmbito as sugestões apresentadas:
 - Apostar em programas de apoio à família, para além dos atualmente existentes, que permitam, nomeadamente, a ocupação dos alunos dos 2.º e 3.º ciclos de ensino básico após o horário escolar normal;
 - Constituir um fórum jovem, que envolva não só alunos dos ensinos básico e secundário, mas também ex-alunos recentes, destinado a debater questões relacionadas com a melhoria do desempenho do sistema educativo em Ílhavo;
 - Estabelecer protocolos de colaboração com as escolas, secundárias de Ílhavo e as escolas profissionais dos concelhos vizinhos, tendo em vista incentivar o melhor desempenho, nos cursos profissionais, dos alunos residentes em Ílhavo, nomeadamente através da criação de programas de estágio, a eles destinado, em empresas e organizações do concelho;
 - Apoiar o desenvolvimento do ensino artístico, estudando com as entidades que hoje, em Ílhavo, têm atuação neste campo, as formas concretas de o fazer.

- 3ª Área - promoção do sucesso escolar - considerando os níveis de insucesso superiores às médias nacionais, é necessário dar prioridade à promoção do sucesso escolar, através principalmente, do envolvimento de todos os interessados, numa ação comum. Neste âmbito de intervenção, a Revisão da Carta Educativa de Ílhavo apresenta as seguintes medidas:
 - Comprometer cada escola no estabelecimento de um plano para a melhoria dos processos de ensino de aprendizagem, faseado e com

metas exequíveis, tendo em vista a melhoria consistente dos resultados escolares, em todos os anos de escolaridade, nos próximos cinco anos;

- Focar a intervenção na promoção do sucesso no 1.º e no 2.º ciclos, com envolvimento de todos os professores e escolas, criando sempre que possível “círculos de estudo” ou grupos de trabalho de melhoria da promoção do sucesso, que possam ser apoiados por instituições externas e devidamente capacitadas, como instituições de ensino superior;
- Apoiar a aplicação das metodologias de promoção da melhoria dos resultados escolares, nomeadamente através da aplicação do Projeto Fénix ou equivalente;
- Instituir “escolas de pais” que permitam a reflexão em torno de problemas concretos da educação e do desenvolvimento dos filhos, tendo como objetivo primeiro o sucesso dos seus educandos;
- Apoiar a criação de iniciativas de formação de professores, centradas no objetivo de melhoria dos processos e dos resultados escolares e no desenvolvimento de modelos de flexibilização curricular que permitam responder às especificidades de cada aluno.
- Reconhecendo que sucesso gera sucesso, aumentar o sucesso de cada aluno pode ser um contributo decisivo para a construção de um ambiente escolar “mais alegre, disciplinado e capaz de apoiar os alunos com maiores dificuldades e, ao mesmo tempo, um ambiente capaz de estimular os alunos com melhor desempenho escolar” (Revisão da Carta Educativa de Ílhavo).

Ação Social Escolar

A prestação dos Auxílios Económicos para a educação Pré-escolar e Ensino Básico é da responsabilidade e competência dos Municípios, sendo da responsabilidade do Ministério da Educação a prestação de auxílios económicos nos restantes níveis de ensino.

Com o intuito de garantir a igualdade de oportunidades de acesso e o sucesso escolar (Lei de Bases do Sistema Educativo), o Município tem implementado um

conjunto de medidas de apoio aos Alunos e Famílias. Neste sentido, a Câmara Municipal de Ílhavo, em parceria com os Agrupamentos de Escolas, preconiza a avaliação dos processos de candidatura às medidas de apoio, que não se prende apenas com a atribuição de acordo com os escalões de Abono de Família da Segurança Social, mas também com uma avaliação das especificidades de cada Agregado Familiar, nomeadamente o valor dos rendimentos auferidos e a análise de outras situações que justifiquem a integração no processo. De acordo com o resultado de cada avaliação, pode decorrer para além da atribuição do subsídio escolar a sinalização/encaminhamento do agregado familiar para o Atendimento Social Integrado (ASI).

Assim, e de acordo com o Despacho n.º 7255/2018, de 31 julho, as famílias que apresentam baixos rendimentos são contempladas com a atribuição de Subsídios de Estudo às Crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico, assumindo a Câmara Municipal de Ílhavo, uma postura de justiça social ao intervir de forma consciente, responsável e implicada, que permite o desenvolvimento dos processos educativos das crianças do concelho, participando total ou parcialmente, de acordo com as necessidades diagnosticadas, as refeições escolares e os materiais escolares.

Na vertente do ensino pré-escolar, a ação social escolar é concretizada pela componente de apoio à família, contemplando os apoios ao nível das refeições escolares através da comparticipação da totalidade do valor da refeição para o escalão A e metade para o escalão B.

A título de exemplo, tendo como referência o mês de março de 2019, foram servidas 6.136 refeições no Ensino Pré-Escolar e 18.657 no 1º Ciclo, destas, 3.251 com total comparticipação pela autarquia por se tratarem de refeições de alunos com escalão A, e 2.234 com comparticipação familiar reduzida pelo facto de se tratarem de refeições de alunos com escalão B.

No caso do 1.º Ciclo, é também atribuída uma verba para aquisição de material escolar no valor anual de 30€ (escalão A) ou 20€ (escalão B), não havendo apoios para manuais escolares por força do regime de gratuitidade dos manuais escolares previsto no artigo 127.º da Lei n.º 7 -A/2016, de 30 de março, no artigo 156.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e artigo 170.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, bem como nos termos do artigo 64.º do Decreto -Lei n.º 33/2018, de 15 de maio.

Embora no ensino pré-escolar e no 1º ciclo, por parte da autarquia exista um cuidado especial em conhecer cada situação sinalizada por carência económica, no caso dos restantes ciclos, esta avaliação é mais linear tendo por base o escalão de abono de família para crianças e jovens⁸² e é uma responsabilidade do Ministério da Educação.

Assim, o cálculo do escalão de apoio social escolar atribuído depende do valor do abono de família do agregado familiar, sendo que nos termos de Ação Social Escolar, contam os dois primeiros escalões do abono familiar, a saber:

- ✓ Escalão A da Ação Social – Escalão 1 do Abono de Família;
- ✓ Escalão B da Ação Social – Escalão 2 de Abono de Família;

Relativamente aos apoios previstos e respetivos valores de referência, os alunos que beneficiem de escalão A terão direito a apoio no custo total da refeição, 16,00€ para despesas de material escolar e 20€ para visitas de estudo. No caso do escalão B, o aluno beneficia do mesmo tipo de apoios, embora se trate de um apoio consubstanciado em 50%.

Por sua vez, de acordo com o programa de gratuidade e reutilização de manuais escolares, todos os alunos que frequentem o ensino obrigatório têm acesso a livros gratuitos. Destaca-se, porém, que este programa não inclui os cadernos de atividades/fichas, nem os restantes componentes dos chamados packs pedagógicos. Deste modo, esses livros continuarão a ter de ser adquiridos pelas famílias.

⁸² Prestação em dinheiro atribuída mensalmente, com o objetivo de compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens.

Problemas e Diagnóstico

*Problemas identificados**Análise SWOT*

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> ○ ○ ○ 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Formação em determinadas áreas que não apresentam saída profissional ○ Formação desadequada das necessidades do mercado de trabalho ○ Não disponibilizar todas as áreas formativas, levando os jovens a procurar nas proximidades.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ○ ○ 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Proximidade ao centro de Aveiro ○

Saúde

De acordo com a Constituição da República Portuguesa, Artigo 64.º, n.º 1, “Todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover”, esta é uma das razões de em Ílhavo se procurar (e ter como aposta de intervenção municipal com recurso a parcerias) promover estilos de vida saudáveis, através da prevenção de comportamentos de risco e de práticas de consumo problemáticas.

Conscientes da importância inquestionável da área da saúde em ferramentas como o Diagnóstico Social, esta integração tem como objetivo contribuir para um cada vez melhor planeamento estratégico de base territorial. Pretende-se assim contribuir e reforçar a disseminação de uma cultura de atuação socialmente responsável, através da promoção e aprofundamento do conhecimento da realidade e dos fenómenos do concelho de Ílhavo. Visa-se que, a partir da construção de referenciais que sirvam de apoio à tomada de decisão sobre o processo de desenvolvimento social local, contribuindo para uma maior racionalização da intervenção local e para garantir uma, cada vez maior, adequabilidade das ações às necessidades da comunidade.

Para tal, é necessário continuar a alimentar as parcerias existentes em Ílhavo que permitem potenciar a intervenção através da partilha da especialização, das competências, dos recursos e da abertura de canais de comunicação entre o sector da saúde e os sectores social, político, económico e ambiental (CMI, Diagnóstico Social 2009). Por outro lado, é também através do trabalho em parceria que se consegue uma maior difusão da informação e da educação para a saúde, tendo “por objetivo capacitar as pessoas a tomarem decisões, no seu quotidiano, mais adequadas para manter ou alargar o seu potencial de saúde através da promoção de estilos de vida saudáveis”, procurando ultrapassar a difícil barreira da mudança de comportamentos, dependente de “fatores sociais, culturais e familiares, entre muitos outros, e não apenas do conhecimento científico que as pessoas possuam sobre determinada matéria” (CMI, Diagnóstico social 2009).

Instrumentos estratégicos de Promoção de Saúde

Plano Nacional de Saúde

Importa referir que existe um Plano Nacional de Saúde 2012-2016 (com revisão e extensão a 2020), instrumento base para as políticas de saúde em Portugal, que alinha toda a intervenção no quadro do Sistema de Saúde.

No referido plano encontramos explanadas orientações, recomendações e ações concretas, de carácter estratégico, com o intuitivo de capacitar e empoderar o sistema de saúde de forma a proporcionar mais ganhos à população residente.

Como grandes desígnios, a nível nacional, estão definidos:

- ✓ A redução da mortalidade prematura (abaixo dos 70 anos) para um valor inferior a 20%;
- ✓ A melhoria da esperança de vida saudável (aos 65 anos), aumentando a esperança de vida saudável aos 65 em 30%;
- ✓ A redução dos fatores de risco relacionados com as doenças não transmissíveis, a saber: obesidade infantil, consumo e exposição ao tabaco, tendo em vista a obtenção de mais valor em saúde.

Para tal, as intervenções previstas assentam em quatro eixos estratégicos:

- ✓ Cidadania e saúde;
- ✓ Equidade e acesso adequado aos cuidados de saúde;
- ✓ Qualidade em saúde;
- ✓ Políticas saudáveis.

Plano Local de Saúde

“O Plano Local de Saúde (PLS) é um instrumento de gestão estratégica no apoio à tomada de decisão de unidades prestadoras de cuidados de saúde (nos três níveis: primário, secundário e terciário) e de entidades externas com interesses na área da saúde (público ou privado). Pretende assegurar que o processo de planeamento e tomada de decisão em saúde responda aos principais problemas e necessidades de saúde específicas da população, orientados para potenciais ganhos de saúde” (in Plano Local de Saúde do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga 2016 - 2020).

O Plano Local de Saúde do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga, é um instrumento essencial de apoio à decisão, aos processos de contratualização e a uma gestão centrada nos problemas e nas necessidades da população de uma área geográfica composta por onze concelhos, dos quais faz parte o concelho de Ílhavo. Face ao exposto, é importante ter presente que o PLS do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga identificou como principais problemas de saúde na Região de Aveiro:

- ✓ Doenças do aparelho circulatório;
- ✓ Tumores malignos;
- ✓ Doenças do aparelho respiratório;
- ✓ Alterações do metabolismo dos lípidos;
- ✓ Hipertensão arterial;
- ✓ Perturbações depressivas;
- ✓ Diabetes;
- ✓ Obesidade e excesso de peso;
- ✓ Acidentes;
- ✓ Comportamentos aditivos;
- ✓ Infecções sexualmente transmissíveis;
- ✓ Violência doméstica;
- ✓ Problemas músculo esqueléticos.

Tendo em consideração a identificação destes problemas, o PLS define como objetivos gerais:

- ✓ Reduzir a mortalidade prematura;
- ✓ Aumentar a esperança de vida saudável;
- ✓ Diminuir os anos de vida potencialmente perdidos;
- ✓ Reduzir os fatores de risco relacionados com as doenças priorizadas;
- ✓ Melhorar a codificação/registo dos problemas de acordo com o ICPC2 (Classificação Internacional de Cuidados de Saúde Primários)

Por último, acresce-se que indo ao encontro dos eixos estratégicos definidos pelo PNS, as estratégias definidas no PLS foram enquadradas da seguinte forma:

- ✓ Cidadania em Saúde: o direito e dever em participar individual e coletivamente no planeamento e prestação de cuidados de saúde;
- ✓ Equidade e acesso: igual oportunidade de cada cidadão atingir o seu potencial de saúde, reduzindo as desigualdades;
- ✓ Qualidade em saúde: adequação dos cuidados de saúde às necessidades e expectativas do cidadão e o melhor desempenho possível;
- ✓ Políticas saudáveis: Políticas do governo, autarquias e outros que responsabiliza não só o setor da saúde, mas também todos os outros.

Conclui-se assim que o PLS tem como objetivo responder às necessidades de saúde da população, valorizando os recursos existentes, priorizando os problemas e potencializando sinergias através de uma abordagem integrada.

A Saúde em Ílhavo

Quando se pensa no desenvolvimento de um local, é imprescindível o conhecimento do estado de saúde, pois este é um fator primordial para a definição da qualidade de vida de uma população.

Para avaliação dos níveis de saúde de uma comunidade torna-se imprescindível a análise da Taxa Bruta de Natalidade, bem como da Taxa de Mortalidade Infantil, sendo que esta análise se encontra devidamente aprofundada no capítulo referente à “Demografia”, refletindo por isso a capacidade de resposta existente no concelho tendo em consideração a organização dos serviços de saúde e as condições oferecidas à sua comunidade.

Embora não se conheçam dados específicos de Ílhavo sobre a Esperança de Vida à Nascença, sabe-se que na Região de Aveiro, na qual se inclui Ílhavo, a Esperança de Vida à Nascença é ligeiramente superior à de Portugal. Tendência seguida pela Taxa de Mortalidade, também superior.

De acordo com o Anuário Estatístico da Região Centro 2017, neste período, Ílhavo apresentava poucos recursos no âmbito da saúde, como se pode verificar no quadro abaixo. Não existindo hospital no concelho de Ílhavo, estas necessidades são supridas pelo Centro Hospitalar do Baixo Vouga – Hospital Infante D. Pedro.

	Enfermeiros/as por 1.000 habitantes	Médicos/as por 1.000 habitantes	Farmácias e postos farmacêuticos por 1.000 habitantes	Farmácias e postos farmacêuticos moveis de				
				Total	Farmácias	Postos Farmacêuticos moveis	Farmacêuticos oficina	Técnicos de farmácia
Portugal	7.0	5.0	0.3	3.118	2.925	193	9.340	4.089
Continente	6.9	5.1	0.3	2.981	2.807	174	9.026	3.990
Centro	7.2	4.7	0.4	799	735	64	2.152	1.005
Região de Aveiro	7.7	3.3	0.3	110	109	1	346	136
Ílhavo	0.6	2.7	0.2	8	8	0	32	13

Tabela 40 - Recursos existentes na área de saúde por território

A rede de cuidados de saúde de Ílhavo, integra um conjunto de infraestruturas de base regional (Baixo Vouga), descentralizada e organizada de acordo com as necessidades da população de cada sub-região.

Desta forma, Ílhavo, em termos organizacionais, está integrado na Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC), uma instituição que procura diferenciar-se, num Sistema Nacional de Saúde Sustentável, por uma prestação de cuidados de excelência e enfoque no cidadão, tendo por base os valores da Transparência, Excelência, Equidade e Qualidade.

Por sua vez, a ARSC está subdividida em 9 Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), sendo o ACES Baixo Vouga o que responde ao concelho de Ílhavo, integrando 4 Unidades de Saúde Familiar (USF's), 1 Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) e uma Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) e é através destas unidades de saúde que são assegurados os cuidados de saúde primários.

As Unidades de Saúde Familiar, são unidades funcionais constituídas por equipas multiprofissionais, com médicos/as, enfermeiros/as, administrativos/as, com autonomia funcional e técnica, que prestam cuidados de saúde primários individuais.

De estrutura semelhante, existem também as Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados, que como o próprio nome indica prestam cuidados personalizados aos

utentes, garantindo a acessibilidade, a continuidade e a globalidade dos mesmos (Decreto-Lei nº 28/2008 de 22 de fevereiro, art.º 10º).

No caso das Unidades de Cuidados na Comunidade, estas visam a prestação de cuidados de saúde e apoio psicológico e social no domicílio e na comunidade, com intervenção especializada para pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, que estejam em situação de risco ou dependência física, funcional ou doença que exija acompanhamento de maior proximidade.

Em Ílhavo, as diferentes unidades de saúde são constituídas pelos recursos humanos que se apresentam:

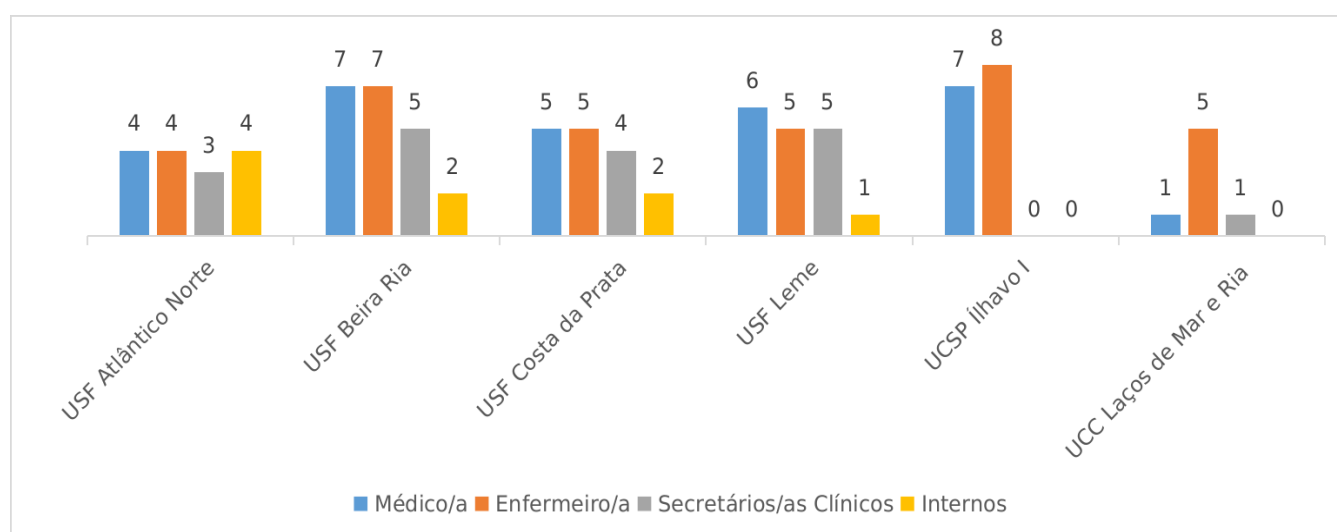


Gráfico 5 - Caracterização dos recursos humanos pelas diferentes unidades de saúde de Ílhavo⁸³

Com intervenção em diferentes localidades, cada unidade de saúde para além de ter a sua equipa técnica multiprofissional, realiza a sua intervenção também de acordo com um público específico e diferenciado, razão pela qual se considerou pertinente não só contabilizar o número de utentes em acompanhamento por cada unidade, como especificar quantos utentes, em média, são acompanhados por cada médico/a e enfermeiro/a.

⁸³ A UCC Laços de Mar e Ria não tem internos, no entanto, tem na sua composição outros profissionais, nomeadamente, 1 Assistente Social, 1 Higienista Oral, 1 Psicóloga, 1 Fisioterapeuta, 1 Nutricionista. De destacar que, de acordo com o Plano de Ação 2018, a resposta administrativa é assegurada por uma administrativa responsável pelos serviços administrativos gerais do Centro de Saúde de Ílhavo. Mais se acresce que só existe uma médica para a consulta de Alcoologia, com um total de 3 horas, correspondente a 9% de Etc.

De forma a melhor caracterizar a população com que estas equipas trabalham, optou-se também por especificar o Índice de Dependência, pormenorizando assim cada realidade.

Caracterização da população						
	Inscritos			Índice de dependência		
	Total	Valor médio por enfermeiro/a	Valor médio por secretário/a clínico	Jovens	Idosos	Total
USF Atlântico Norte	6.740	1.685,0	2.246,67	20,86%	24,09%	44,95%
USF Beira Ria	12.345	1.763,57	2.469,0	22,13%	25,77%	47,9%
USF Costa da Prata	8.373	1.675,2	2.094,0	21,11%	32,13%	53,24%
USF Leme	9.725	1.945,0	1.945,0	21,71%	33,62%	55,33%

Tabela 41 - Caraterização da população por unidade de saúde

No que se reporta à UCC Laços de Mar e Ria, a mesma tem uma intervenção alargada, abrangendo as quatro freguesias do concelho, não obstante, pode também aceitar a inclusão de população residente na área geográfica de influência e a população veraneante, na resposta de saúde e social, de acordo com o plano de ação contratualizado, devendo a equipa multidisciplinar ser ajustada às necessidades.

Tem como missão contribuir para a melhoria do estado de saúde da população do concelho de Ílhavo, promovendo os ganhos em saúde. Para tal, presta “cuidados de saúde e apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário, especialmente às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis e de risco ou dependência física e funcional ou doença que requeira acompanhamento próximo. Promove ações de educação para a saúde e participa na integração de redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção à população residente da área geográfica, garantindo a qualidade e a continuidade dos cuidados, estabelecendo parcerias com as várias instituições e órgãos do poder local (Despacho n. 10143/2009, 16 de abril)” (in Regulamento Interno - UCC Laços de Mar e Ria).

A UCC Laços de Mar e Ria é constituída por uma equipa multidisciplinar que intervêm em diferentes áreas:

 Área de atuação da Enfermagem

- ✓ Visitas domiciliárias para prevenção da doença, promoção da saúde, tratamento, reabilitação e ações paliativas no âmbito dos Cuidados Continuados;
- ✓ Consulta de Alcoologia para intervenção psicoterapêutica em contexto de tratamento do utente/família com dependência de álcool;
- ✓ Saúde Mental Comunitária para monitorização de utentes com patologia psiquiátrica a fazer neurolépticos de ação prolongada e utentes/família que necessitem de avaliação e intervenção em contexto multidisciplinar, com vista à promoção da adesão terapêutica e inserção familiar e social;
- ✓ Sessões de educação para a saúde a grupos, no âmbito de programas de: saúde escolar, saúde do adulto e do idoso, cuidados continuados integrados e grupos de risco;
- ✓ Implementação de projetos de intervenção comunitária no Agrupamento de Escolas;
- ✓ Intervenções individuais aos alunos no espaço escolar “Gabinete de Informação e Apoio ao Aluno” - Gabinete de Saúde;
- ✓ Programas de saúde materna: preparação para o Parto e Parentalidade; recuperação Pós-Parto; Amamentação Segura;
- ✓ Integração em comissões e equipas de intervenção comunitária;
- ✓ Articulação e encaminhamento de situações para parceiros / Instituições comunitárias.

 Área de atuação do Médico

- ✓ Visitas domiciliárias no âmbito do Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI);
- ✓ Consulta de Alcoologia para intervenção clínica em contexto de tratamento do utente/família com dependência de álcool

 Área de atuação da Fisioterapia

- ✓ Visitas domiciliárias para tratamento de fisioterapia no âmbito da ECCI;

- ✓ Intervenções pontuais em projetos/atividades da UCC;

Área de atuação do Serviço Social

- ✓ Visitas domiciliárias do âmbito da assistência social;
- ✓ Consulta de Alcoologia para avaliação e intervenção social em contexto de tratamento do utente/família com dependência de álcool;
- ✓ Participação nas ações de educação para a saúde;
- ✓ Intervenções pontuais em projetos e atividades da UCC;

Área de atuação de Nutrição

- ✓ Visitas domiciliárias no âmbito da nutrição;
- ✓ Intervenções pontuais em projetos/atividades da UCC;

Área de atuação de Higiene Oral

- ✓ Visitas domiciliárias no âmbito da saúde oral;
- ✓ Intervenções pontuais em projetos/atividades da UCC

Na sua atuação, os profissionais da UCC Laços de Mar tem cooperação com diferentes parceiros, tais como: Autarquias; RNCCI; Unidades funcionais de Saúde do ACeS do Baixo Vouga; Centro Hospitalar do Baixo Vouga; Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra; IPO Coimbra e Porto; Direção Geral de Reinserção e Serviços Profissionais; IPSS; Unidade de Alcoologia de Coimbra; Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do Centro Hospitalar Baixo Vouga; Agrupamentos de escolas do concelho de Ílhavo; CPCJ de Ílhavo; Rede Social de Ílhavo; NLI de Ílhavo; Núcleo de intervenção / PES Saúde Escolar; Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco; Intervenção Precoce.

O facto de intervir com diferentes populações e em diferentes pontos do concelho, com realidades também elas distintas, leva a que os principais problemas de cada unidade de saúde sejam diferentes assim como os próprios objetivos a alcançar.

Assim, e de forma muito resumida, podemos sintetizar como principais problemas e objetivos:

USF Atlântico Norte

Principais problemas	Objetivos
Doença Cardiovascular	Identificar e reduzir os fatores de risco cardiovasculares modificáveis na população
Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica (DPOC)	Diagnosticar utentes com DPOC

USF Beira Ria

Principais problemas	Objetivos
Doenças Cardiovasculares e Gestão de RCV	Assegurar a continuidade dos cuidados dos cuidados prestados pela USF aos utentes vigiados no programa de HTA; Reduzir o nível de risco CV dos utentes; Prevenir a ocorrência de eventos CV.
Doenças Oncológicas	Reduzir a taxa de incidência dos cancros da mama, cólon retal e colo do útero; Contribuir para o diagnóstico precoce destes cancros;
Diabetes	Manter os doentes com DM bem controlados; Reduzir incidência de complicações da DM; Capitação / Empowerment dos doentes dom Diabetes
Doenças Respiratórias	Aumentar a proporção de doentes com DPOC bem vigiados na USF

USF Costa da Prata

Principais problemas	Objetivos
Diabetes Mellitus	Identificar utentes em risco de diabetes; Realizar atividades de promoção de saúde em utentes pré-diabéticos e diabéticos; Garantir acompanhamento adequado dos utentes diabéticos, havendo reagendamento dos utentes que faltam a consulta; Melhorar o perfil de risco cardiovascular global e metabólico dos utentes diabéticos; Definir boas práticas para tratamento e referenciação do utente diabético a serem praticadas pelos elementos da Unidade; Diminuir as taxas de complicações macro e microvasculares associadas aos doentes diabéticos da Unidade.

USF Leme

Principais problemas	Objetivos
Doença do Aparelho Circulatório	Melhorar o indicador proporção de utentes com HTA, com idade inferior a 65 anos, com PA<150/90 mmHg (%); Promover sessões de ação de formação a nível interno, respeitantes ao tema das doenças do aparelho circulatório, com o intuito de melhorar a adequação técnico científica e boas práticas dos profissionais da USF Leme
Tumores malignos	Aumentar a percentagem de utentes inscritos entre 50 e 74 anos com rastreio oportunístico do cancro do cólon e reto efetuado

UCSP Ílhavo I

Principais problemas	Objetivos
Tempo de internamento em ECCI acima do máximo esperado	Diminuir o tempo médio de espera para transferência do utente em ECCI para outra tipologia da RNCCI Diminuir o tempo de internamento dos utentes em ECCI, cuja permanência esteja diretamente ligada às comorbilidades que estes apresentam.
Inexistência de registo de grávidas com intervenção na UCC	Registo de grávidas com intervenção da UCC
Registo insuficiente do número de crianças e jovens com intervenção da UCC	Melhorar o registo do número de crianças e jovens com intervenção da UCC
Número considerável de utentes com alta da ECCI sem os objetivos atingidos	Avaliar com maior frequência as necessidades dos utentes com vista à redução das transferências dos utentes para outras tipologias da RNCCI Prevenir e reduzir o número de agudizações dos utentes internados na ECCI que levam ao internamento hospitalar
Número considerável de utentes sem resolução eficaz da Gestão do Regime Terapêutico	Melhorar a capacitação dos utentes e cuidadores na Gestão do Regime Terapêutico Otimizar o registo da Gestão do Regime Terapêutico
Baixa adesão dos utentes e/ou familiares no curso “Caminhar para o Equilíbrio”	Aumentar a adesão dos utentes com diabetes e/ou familiares no curso “Caminhar para o Equilíbrio”

UCSP Ílhavo I (continuação)	
Principais problemas	Objetivos
Baixa adesão dos Estabelecimentos de Educação e Ensino (EEE) ao Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral	Aumentar a adesão dos EEE ao programa Nacional de Promoção de Saúde Oral
Insuficiente registo em relação aos diagnósticos de enfermagem “Equilíbrio corporal” ou “Movimento muscular”	Melhorar os registos nos diagnósticos de enfermagem “Equilíbrio corporal” ou “Movimento muscular” em utentes internados para reabilitação em ECCI
Inexistência de registos em ganhos na gestão de stress do prestador de cuidados	Efetuar registos adequados relativos ao diagnóstico de enfermagem “Stress do prestador de cuidados” Capacitar os cuidadores de utentes internados em ECCI para a gestão de stress do prestador de cuidados
Articulação inexistente entre a equipa saúde mental da UCC, as várias equipas de saúde familiar do Centro de Saúde de Ílhavo, delegada de saúde e equipa de intervenção comunitária do Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do Centro Hospitalar do Baixo Vouga no apoio, encaminhamento e prestação de cuidados aos utentes com patologia psiquiátrica	Melhorar a articulação entre a equipa de Saúde Mental da UCC, as várias equipas de saúde familiar do Centro de Saúde de Ílhavo, delegada de saúde e equipa de intervenção comunitária do Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do Centro Hospitalar do Baixo Vouga Melhorar a intervenção multidisciplinar nos cuidados a prestar aos utentes com patologia psiquiátrica residentes no Concelho de Ílhavo
Dificuldade de intervenção num maior número de crianças/jovens e famílias na Saúde Escolar	Aumentar o número de crianças e jovens com intervenção pela equipa de Saúde Escolar
Registo inadequado de utentes com ganhos no controlo da dor	Adequar o registo de utentes com ganhos no controlo da dor

No que reporta aos cuidados de Saúde Secundários e Terciários, estes são assegurados essencialmente pelo Hospital Infante D. Pedro (Aveiro), pela proximidade e fácil acesso. Os cidadãos podem beneficiar de serviços como: consulta externa, serviço de urgência geral, pediátrico, cirúrgico, ortopédico, psiquiátrico e ginecológico/obstétrico, internamento, ambulatório médico e cirúrgico, hospital de dia, cuidados domiciliários e meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

Não obstante, é possível recorrer a outros Centros Hospitalares e Hospitais de referência, de acordo com as Unidades Funcionais do ACeS Baixo Vouga, nomeadamente:

- ✚ Centro Hospital do Baixo Vouga:
 - ✓ Hospital Infante D. Pedro (Aveiro),
 - ✓ Hospital Distrital de Águeda (Águeda),
 - ✓ Hospital Visconde Salreu (Estarreja).
- ✚ Hospital José Luciano de Castro (Anadia);
- ✚ Hospital Dr. Francisco Zagalo (Ovar);
- ✚ Centro Hospital entre Douro e Vouga, EPE: Hospital S. Sebastião, EPE;
- ✚ Centro Hospital e Universitário de Coimbra, EPE:
 - ✓ Hospital Pediátrico de Coimbra,
 - ✓ Maternidade Bissaya Barreto,
 - ✓ Hospitais da Universidade de Coimbra,
 - ✓ Maternidade Dr. Daniel de Matos,
 - ✓ Hospital Geral.
- ✚ Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra - Unidade Arnes;
- ✚ Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra - Unidade Lorvão;
- ✚ Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra - Unidade Sobral Cid;
- ✚ Instituto Português de Oncologia - Francisco Gentil, EPE (Coimbra).

Complementar à resposta pública de saúde, Ílhavo tem ainda oferta no âmbito privado, nomeadamente os serviços disponibilizados pelo Hospital da Luz, Aveiro: consulta externa, internamento, maternidade, bloco operatório, imagiologia e diversas especialidades clínicas. Vários laboratórios de análises clínicas, postos de colheitas de análises, consultórios de medicina dentárias, clínicas de fisioterapia e reabilitação, centros de psicologia e clínicas médicas de pequena dimensão.

Para as situações em que sejam necessários cuidados de saúde, se não for um cidadão português mas pertencer aos 28 Países da União Europeia, Islândia, Liechtenstein, Noruega ou Suíça, poderá beneficiar de cuidados de saúde gratuitos ou com custos moderados, tal como os cidadãos portugueses, desde que se façam acompanhar do Cartão Europeu de Seguro de Doença, passaporte e/ou documento de identificação. O mesmo acontece em todo o país.

Consumos de substâncias aditivas

 **Toxicodependência**

Portugal comemora, em 2019, os 20 anos da Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga (ENLCD).

Trata-se de uma estratégia que surgiu num contexto de alterações políticas e sociais, assente em valores como o Humanismo e o Pragmatismo, com o intuito de responder aos elevados níveis de consumo de drogas, com especial preocupação pelo consumo de heroína.

A ENLCD é um instrumento orientador de políticas públicas de luta contra a droga e toxicodependência, estruturado e coerente de opções realistas, sustentadas, inovadoras, operacionalizáveis e necessárias, que tornaram Portugal num exemplo internacional.

De destacar como marcos os planos nacionais:

- ✓ **Plano Nacional 1999 – 2004:** a Descriminalização do consumo de substâncias ilícitas e criação das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência promoveu a coerência nas políticas e abordagens desenvolvidas, com especial ênfase para a redução de riscos e minimização de danos. Começou a ver-se o consumidor enquanto cidadão com necessidade de ajuda e apoio especializado, e não como um criminoso, consolidando-se a rede pública de serviços de apoio a nível nacional assente numa lógica de proximidade e centralidade no cidadão com problemas. Foram criadas equipas de rua, gabinetes de apoio, programas de substituição opiácea de baixo limiar de exigência, centros de acolhimento e abrigo...
- ✓ **Plano nacional 2005 – 2012:** são reforçadas as abordagens centradas no cidadão, na territorialidade e em respostas integradas e de proximidade. Começa a valorizar-se a pessoa e as suas necessidades em lugar das substâncias. Introduce-se o Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI), operacionalizado em Programas de Respostas Integradas (PRI). Surge também o Plano Nacional para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool, dando

origem a um Plano Nacional único onde passam a ser abordadas quer as substâncias lícitas (álcool) como ilícitas, atendendo ao facto de a intervenção ao nível destas substâncias ser comum em muitas das estratégias e metodologias de intervenção.

- ✓ **Plano nacional 2013 – 2020:** materializa-se um novo ciclo, alargando-se a abrangência das políticas na área dos comportamentos aditivos e dependências em geral, com ou sem substância, através do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências.

No caso de Ílhavo, as dependências são também uma preocupação no âmbito da intervenção social, tratando-se de uma problemática transversal a todas as freguesias.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Centro de Respostas Integradas de Aveiro (CRI) em julho de 2019 existiam em Ílhavo 62 situações em acompanhamento pela Equipa de Prevenção e 235 pela Equipa de Tratamento, sendo na Freguesia da Gafanha da Nazaré onde se verificavam mais acompanhamentos, com especial impacto junto dos cidadãos do género masculino.

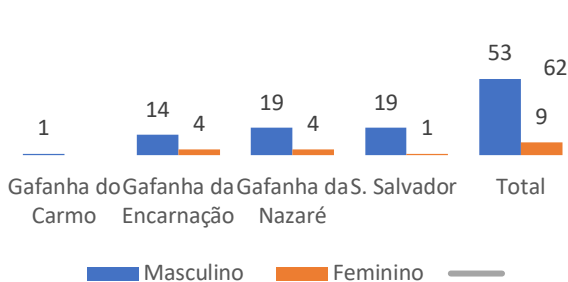


Gráfico 6 - Caracterização da população em consultas de Prevenção, por género no concelho de Ílhavo

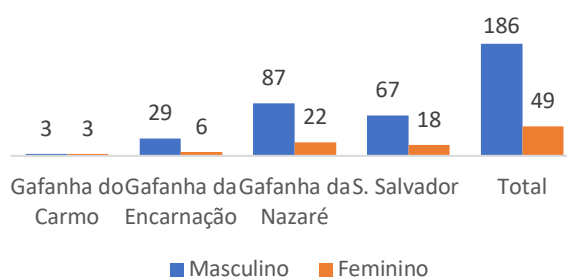


Gráfico 7 – Caracterização da população em consultas de Tratamento, por género no concelho de Ílhavo

Considerando a faixa etária, denota-se tendência para uma faixa mais jovem a ser acompanhada pela Equipa de Prevenção e mais envelhecida em acompanhamento pela Equipa de Tratamento, o que decorre do objetivo de cada uma das equipas. Como o próprio nome indica, a equipa de prevenção foca a sua intervenção em públicos potencialmente vulneráveis, que pelo seu enquadramento familiar e/ou social possam

estar expostos a comportamentos de risco. Por sua vez, as situações acompanhadas pela equipa de tratamento, incidem sobre população com problemas associados às dependências, cujo objetivo é a erradicação das mesmas.

Não se verificam acompanhamentos em menores de 10 anos ou maiores de 60 anos.

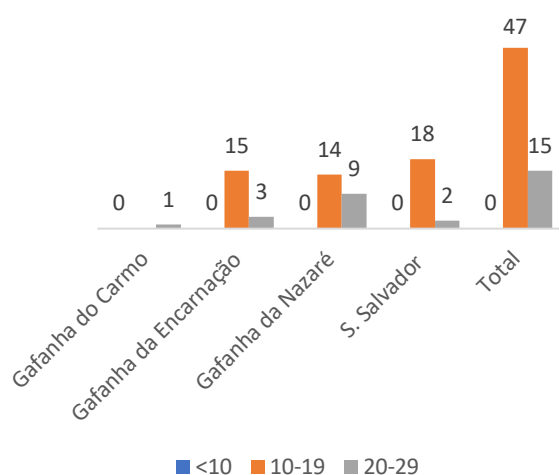


Gráfico 8 - Caracterização da população em consultas de Prevenção, por idade no concelho de Ílhavo

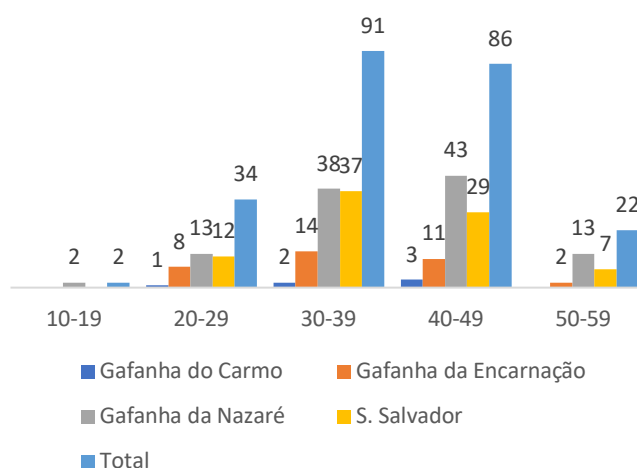


Gráfico 9 - Caracterização da população em consultas de Tratamento, por idade no concelho de Ílhavo

Analisando o perfil dos indivíduos em acompanhamento, relativamente às habilitações literárias, quer em consultas de prevenção como em tratamento, verifica-se a predominância nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básicos.

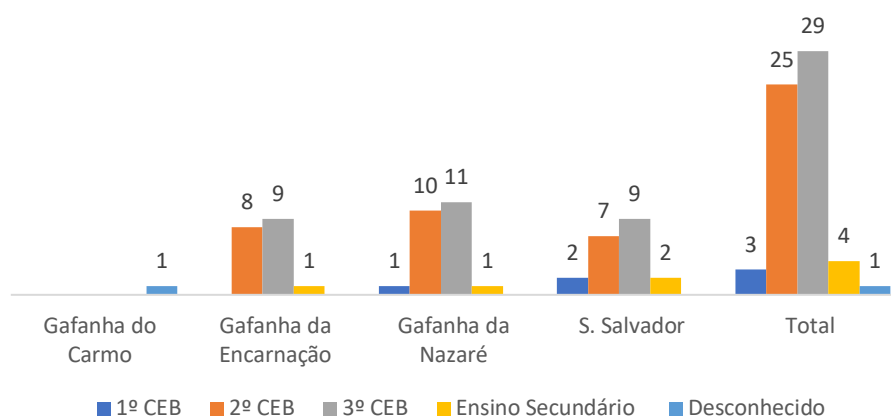


Gráfico 10 - Caracterização da população em consultas de prevenção, por habilitações literárias no concelho de Ílhavo

Porém, de acordo com o gráfico 10, percebe-se que os indivíduos que frequentam as consultas de prevenção concluíram os estudos até ao nível do Ensino Secundário, enquanto que a intervenção pela equipa de tratamento é mais abrangente, incluindo indivíduos sem escolaridade (10) até indivíduos com grau universitário (9), como demonstra o gráfico 11.

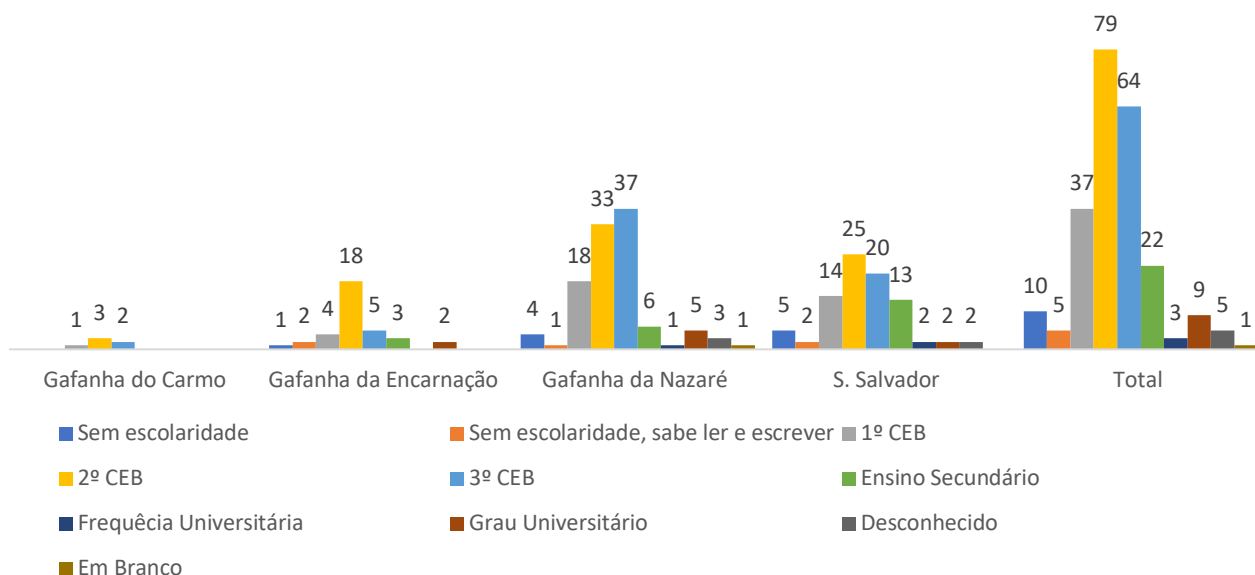


Gráfico 11 - Caracterização da população em consultas de tratamentos, por habilitações literárias no concelho de Ílhavo

No que reporta ao estado civil, todos os utentes acompanhados pela equipa de prevenção são solteiros. Já nas consultas de tratamento o estado civil é variável, no entanto, também aqui prevalece o estado solteiro (119), seguindo-se o casado/junto (79) e o separado/divorciado (31).

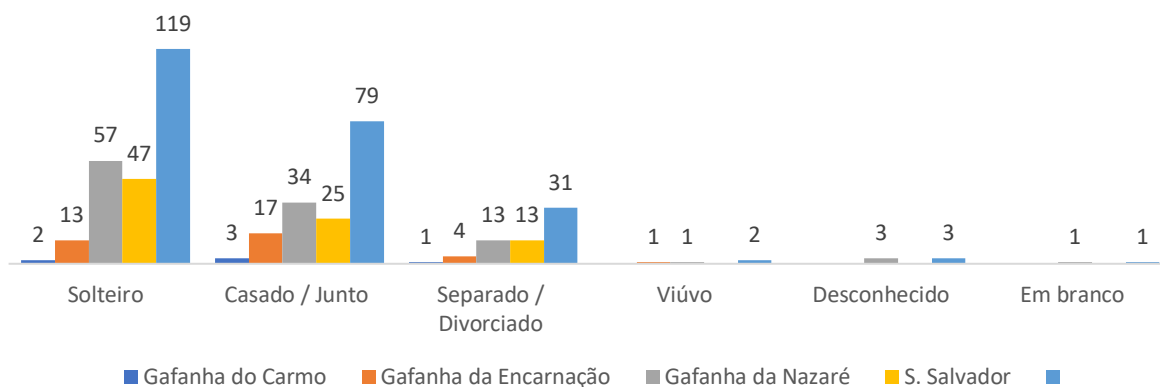


Gráfico 12 - Caracterização da população em consultas de tratamento, por estado civil no concelho de Ílhavo

No que reporta à situação profissional os indivíduos acompanhados pela equipa de prevenção são maioritariamente estudantes (44).

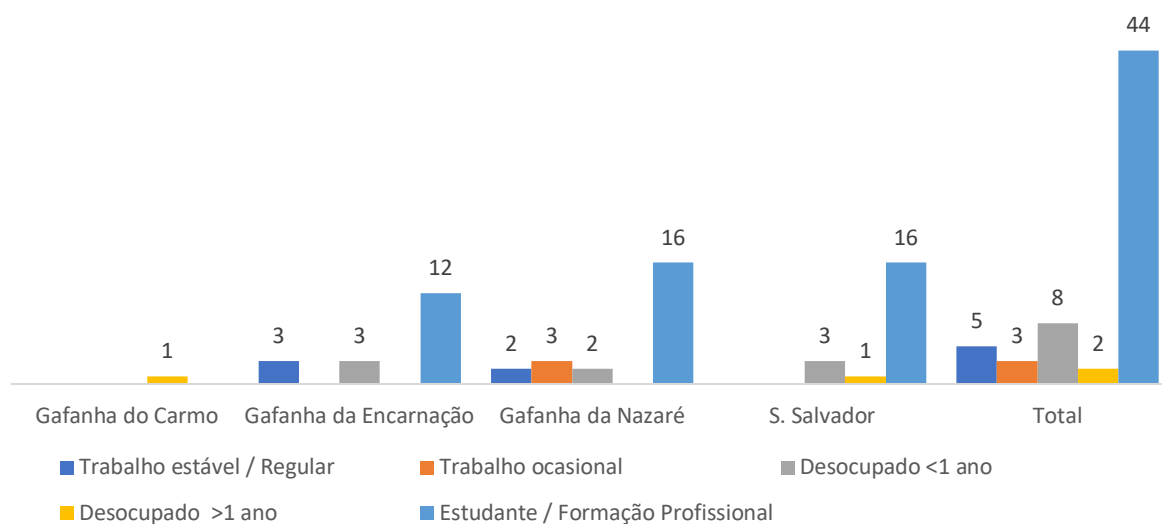


Gráfico 13 - Caracterização da população em consultas de prevenção, por situação profissional no concelho de Ílhavo

Pela equipa de tratamento, encontram-se maioritariamente indivíduos em posto de trabalho estável / regular (87) ou desocupados há mais de um ano (86).

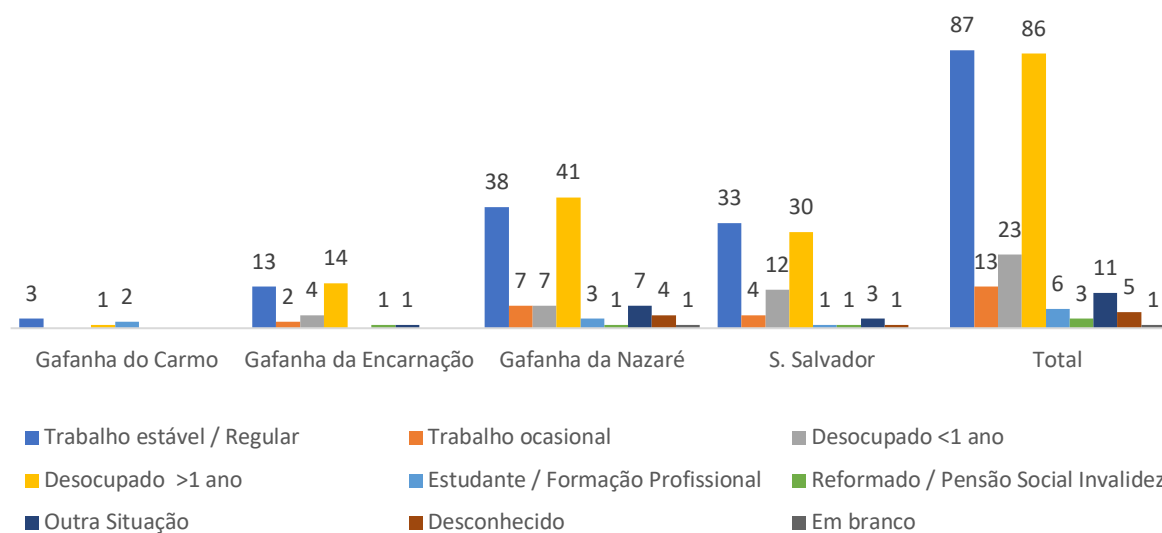


Gráfico 14 - Caracterização da população em consulta de tratamento, por situação profissional no concelho de Ílhavo

Considerando as fontes de referência, na equipa de prevenção, as sinalizações chegam essencialmente pela Comissão Dissuasão da Toxicodependência (CDT) e pela CPCJ. Não obstante ao facto de ser um público mais jovem, destaca-se que apenas uma das situações acompanhadas foi encaminhada por instituição escolar (Gafanha da Encarnação).

	Gafanha do Carmo	Gafanha da Encarnação	Gafanha da Nazaré	S. Salvador	Total
Família / Amigos	---	2	5	1	8
Médico Família / Cuidados Saúde Primários	---	---	1	---	1
Comissão Dissuasão da Toxicodependência	---	8	6	9	23
Comissão Proteção de Crianças e Jovens	---	4	6	5	15
Instituição Judicial / Instituto Reinserção Social	1	2	4		7
Instituição Escolar	---	1	---	---	1
Instituto Segurança Social (ISS)	---	1	1	2	4
Outros	---	---	---	3	3

Tabela 42 - Fontes de referência para equipa de prevenção, de acordo com freguesia no concelho de Ílhavo

Nas situações acompanhadas pela equipa de tratamento, as fontes de referência são diferentes, sendo de destacar que grande parte das sinalizações são encetadas pelo próprio consumidor (69) que reconhecendo o seu problema de dependência se desloca aos serviços para solicitar ajuda, não obstante ao facto de por vezes a consciência do problema ser resultante de pressões externas/meio social.

Por sua vez, e reforçando o papel da família tantas vezes estudado pela correlação entre a génese, manutenção e prevenção do uso de drogas, 44 das sinalizações para a equipa de tratamento provêm da família/amigos. Tal facto torna-se importante pois muitos dos estudos mostram que as relações “positivas” desencorajam o consumo de substâncias psicoactivas, enquanto a instabilidade familiar e o divórcio podem promover esse mesmo consumo (Lawrence & Vellerman, 1974)

No que reporta às situações em acompanhamento nas consultas de tratamento, são também em quantidade significativa as sinalizações por: Instituição Judicial / Instituto Reinserção Social (28), Instituição Saúde / Outro Profissional (18), Unidade Especializada (IDT) (16). Existe também um grande número de sinalizações (27) que provém de fonte desconhecida.

	Gafanha do Carmo	Gafanha da Encarnação	Gafanha da Nazaré	S. Salvador	Total
Auto-referenciado / Iniciativa Própria	3	9	24	33	69
Família / Amigos	---	8	21	15	44
Unidade Especializada (IDT)	1	2	9	4	16
Outra Unidade Especializada (Adição)	---	---	2		2
Redução Danos sem Metadona Baixo Limiar	---	---	---	2	2
Médico Família / Cuidados Saúde Primários	---	1	4	1	6
Instituição Saúde / Outro Profissional	---	4	10	4	18
Comissão Dissuasão da Toxicodependência	---	4	3	4	11
Comissão Proteção de Crianças e Jovens	---	---	1	3	4
Instituição Judicial / Instituto Reinserção Social	---	4	14	10	28
Instituição Escolar	---	1	---	---	1
Outros	---	2	4	---	6
Desconhecido	2	---	16	9	27
Em Branco	---	---	1	---	1

Tabela 43 - Fonte de referência para equipa de tratamento, por freguesia, no concelho de Ílhavo

Quanto ao tipo de droga predominante, nas camadas populacionais mais jovens, sinalizadas para a equipa de prevenção, é o consumo de cannabis que prevalece, e em 21 registos é desconhecida a droga preferencial. De destacar que nas consultas de prevenção, o álcool só é assumido como droga predominante por um dos jovens em acompanhamento na Gafanha da Encarnação.

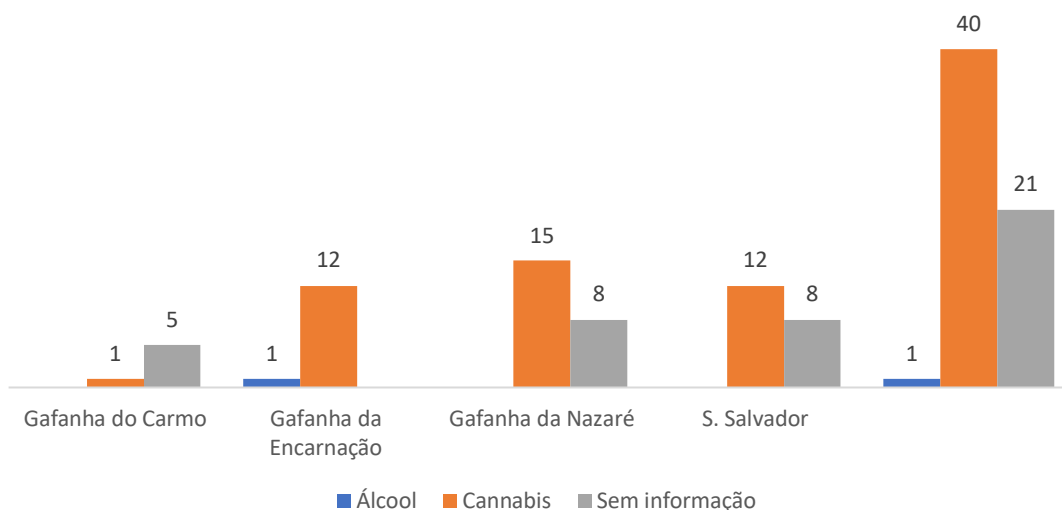


Gráfico 15 - Principal droga consumida por utente em equipa de prevenção, por freguesia, no concelho de Ílhavo

Por parte dos consumidores em acompanhamento na consulta de tratamento, a droga mais consumida é a heroína, tal como acontece a nível nacional.

De referir que começa também a notar-se em Ílhavo situações de dependência pelo jogo.

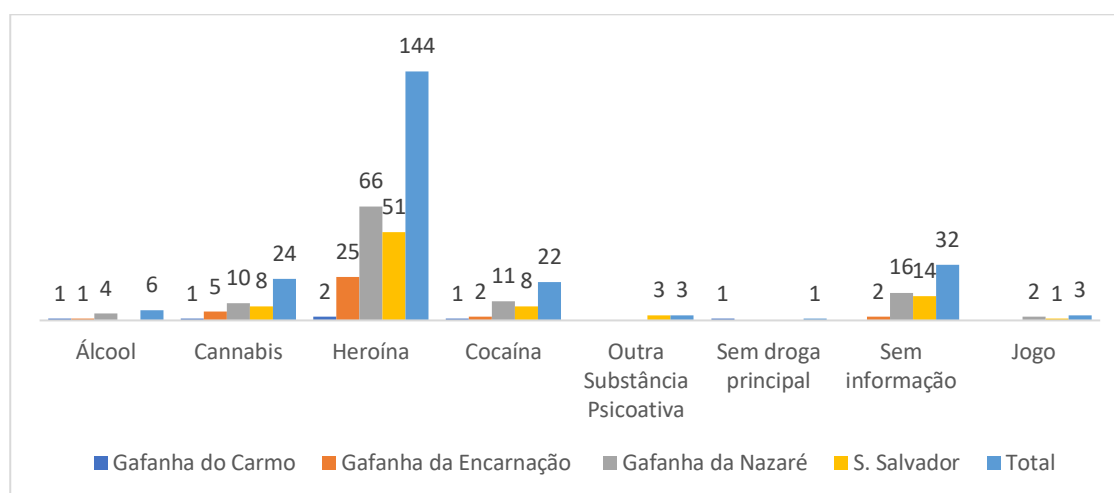


Gráfico 16 - Principal droga consumida por utente em equipa de tratamento, por freguesia no concelho de Ílhavo

Alcoolismo

De acordo com Maria Mercês de Mello e col. (2001) Portugal é um “país situado entre os países membros da União Europeia com um dos maiores consumos de bebidas alcoólicas e de prevalência de Problemas Ligados ao Álcool (PLA), tem vindo a integrar-se, nos últimos anos, na política geral europeia de controle dos PLA para uma melhor saúde do indivíduo e da comunidade.”

Considerando o impacto que os PLA podem causar não só no indivíduo, como também na sua família, no seu trabalho, ou mesmo na comunidade, é importante conhecer a realidade de Ílhavo. Denote-se, no entanto, que os dados apresentados se reportam apenas a situações com o devido acompanhamento médico. Fora das estatísticas ficam as situações em que se requer o anonimato e todas aquelas que, sendo reconhecidas pela comunidade, não o são pelos próprios doentes.

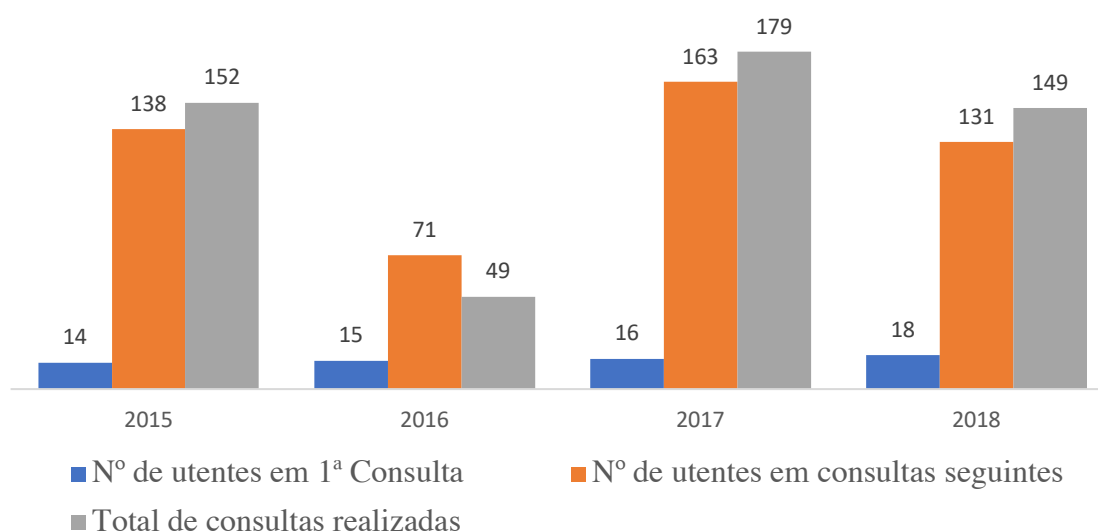


Gráfico 17 - Evolução de consultas de alcoologia na UCC Laços de Mar e Ria

Do retrato apresentado constata-se que 2016 foi um ano com menos situações em acompanhamento, motivado pela ausência de médico na equipa multidisciplinar da consulta de Alcoologia durante cerca de 1 ano, pelo que não houve primeiras consultas, só seguimento das existentes.

De acordo com os dados disponibilizados pela UCC Laços de Ria e Mar, é perceptível uma predominância de consumos entre os 41 e os 60 anos em ambos os sexos. De destacar que só no ano de 2017 é que se começaram a acompanhar, pelo consumo de

álcool, homens com idade igual ou superior a 71 anos, não havendo registo de mulheres na mesma condição.

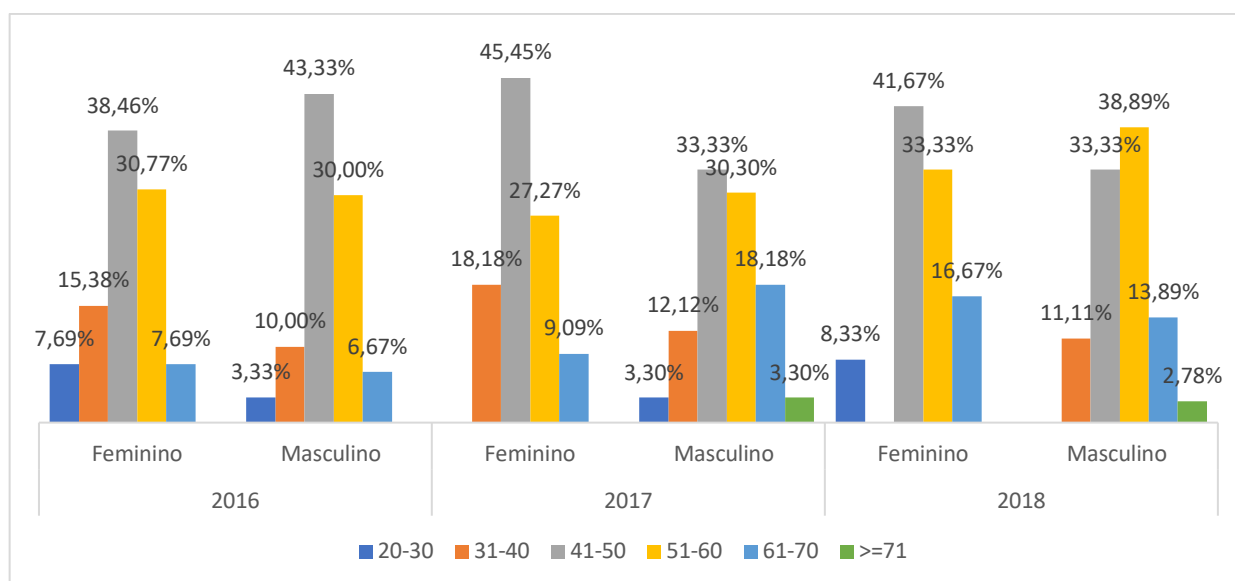


Gráfico 18 - Caracterização por género e faixa etária da população em acompanhamento na consulta de alcoologia na UCC Laços de Mar e Ria

No que se reporta à ocupação, não existe registos de estudantes em acompanhamento, predominando as situações com trabalho regular ou em situação de desemprego, realidade transversal a ambos os sexos, seguindo-se as situações de trabalho irregular e, no ano de 2018 surgem as situações de mulheres domésticas.

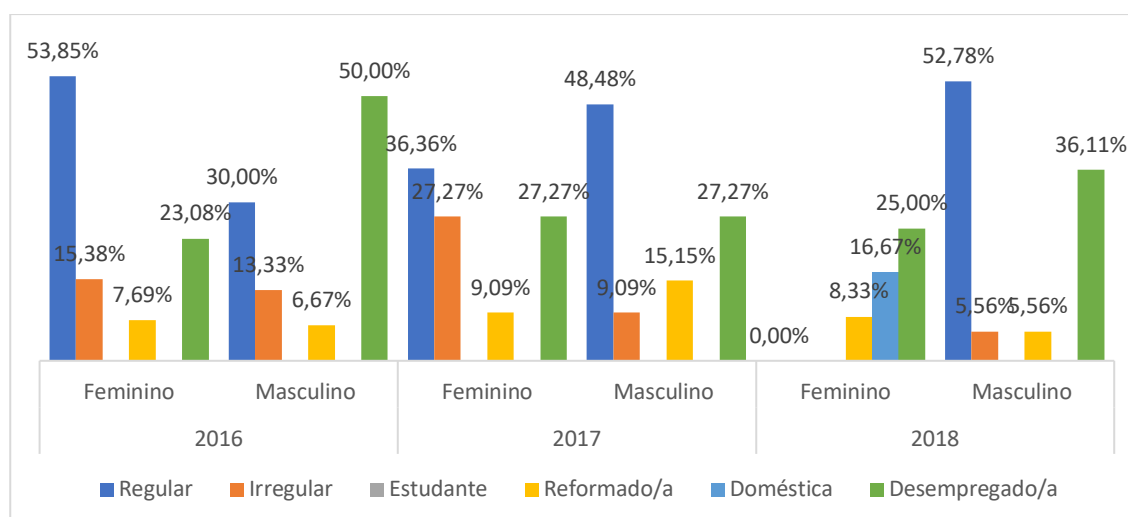


Gráfico 19 - Caracterização por género e ocupação da população em acompanhamento na consulta de alcoologia na UCC Laços de Mar e Ria

De realçar que as situações em acompanhamento surgem maioritariamente por encaminhamento pelo Médico de Família ou iniciativa própria, seguindo-se os encaminhamentos pela Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

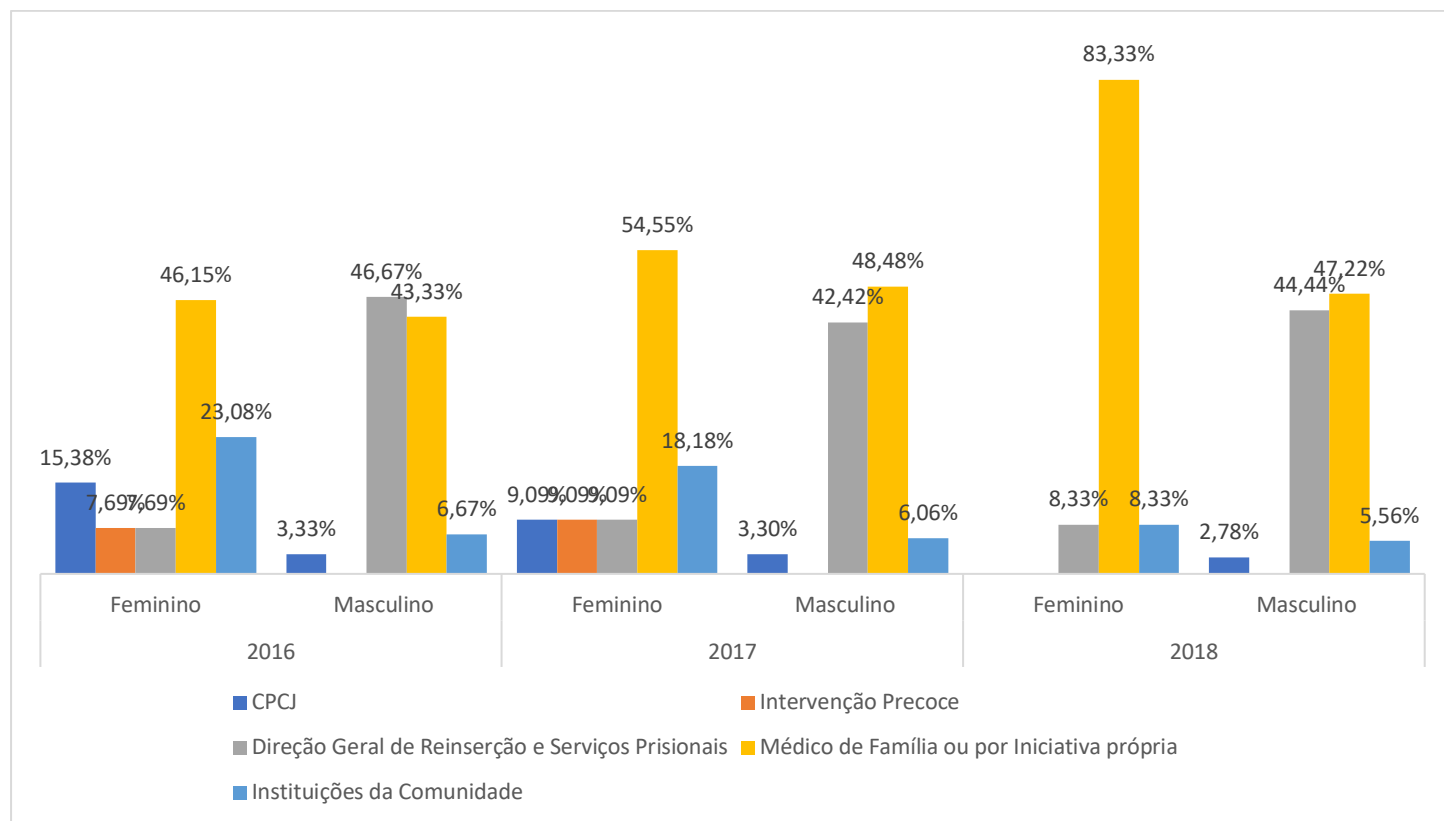


Gráfico 20 - Caracterização por género e fonte sinalizadora da população em acompanhamento na consulta de alcoologia na UCC Laços de Mar e Ria

Não obstante a escassez de dados sobre esta problemática, como foi já referido, pode concluir-se uma forte preocupação por parte de todos os técnicos gestores de processos familiares, tratando-se de um problema transversal a todos os parceiros com responsabilidades em termos de atendimento e acompanhamento. Esta preocupação advém da facilidade de identificar uma franja substancial de situações problemáticas bem como da manifesta incapacidade em motivar para o reconhecimento desta doença por parte dos beneficiários e consequente materialização do seu tratamento/mudança.

Problemas e Diagnóstico

Problemas identificados***Análise SWOT***

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> ○ ○ ○ 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Ausência de dados estatísticos que fundamentem a realidade ○
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ○ ○ 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Dificuldade na mobilização da comunidade para ações promocionais de saúde e escolhas saudáveis ○

Deficiência

A problemática da deficiência tem vindo a apresentar-se cada vez mais como uma preocupação crescente desde logo porque o número de pessoas com deficiência tem vindo a aumentar (OMS, 2011). De acordo com a mesma fonte, as pessoas com deficiência têm, em geral, uma saúde mais débil, menores realizações educacionais, menos oportunidades económicas e taxas mais altas de pobreza. Isto é em grande parte devido à falta de serviços específicos e os muitos obstáculos que enfrentam no quotidiano.

É também reconhecida uma maior consciência social sobre a deficiência, em muito devido ao aumento na participação de algumas pessoas portadoras de deficiência em diferentes esferas da sociedade.

De acordo com os Censos 2011, e como demonstra a tabela que se segue, Ílhavo apresenta:

		Tem dificuldade em efetuar a ação				Não consegue efetuar a ação			
		Gafanha do Carmo	Gafanha da Encarnação	Gafanha da Nazaré	S. Salvador	Gafanha do Carmo	Gafanha da Encarnação	Gafanha da Nazaré	S. Salvador
Ver	Homens	73	144	380	359	2	2	14	17
	Mulheres	116	235	661	739	4	5	19	22
Ouvir	Homens	47	93	308	309	1	1	13	17
	Mulheres	52	91	315	365	3	3	12	20
Andar ou subir degraus	Homens	73	134	356	380	14	16	44	54
	Mulheres	121	259	739	872	13	20	93	94
Memória ou concentração	Homens	42	94	233	255	12	17	43	55
	Mulheres	61	124	387	497	13	23	75	86
Tomar banho ou vestir-se sozinho	Homens	25	49	140	129	17	22	43	70
	Mulheres	33	83	268	299	16	30	86	129
Compreender os outros ou fazer-se compreender	Homens	30	66	175	202	9	17	32	31
	Mulheres	33	77	200	257	9	12	40	51

Tabela 44 - Identificação de limitações existentes no Concelho de Ílhavo, por freguesia

De destacar:

- ✓ 12421 cidadãos que apresentam algum tipo de limitação, dos quais 10.980 têm dificuldade, de acordo com a sua limitação, em efetuar alguma ação e 1441 que, face à sua limitação, não conseguem efetuar alguma ação;
- ✓ São as mulheres que apresentam mais dificuldades, destacando-se como principais limitações “Andar ou subir degraus” (2211), “Ver” (1801) e “Memória ou concentração” (1266). Já nos homens, as limitações que mais os afetam são “Andar ou subir degraus” (1071), “Ver” e “Ouvir” (1780)
- ✓ As freguesias com mais registos são S. Salvador e Gafanha da Nazaré, as duas maiores freguesias do Concelho;
- ✓ Relativamente ao género, verifica-se uma prevalência de limitações nas mulheres (7762), comparativamente aos homens (4659);
- ✓ São as limitações em “Andar ou subir degraus” que mais afetam a comunidade de Ílhavo (3282), seguindo-se “Ver” (2792) e “Memória ou Concentração” (2017).

Em Ílhavo, são duas as instituições (como será referido no capítulo referente a IPSS) que prestam resposta específica a esta população, nomeadamente a CERCIAV e o CASCI, que embora apresentem uma diversidade de respostas, face ao protocolo com a segurança social, estas não sejam suficientes para colmatar as necessidades do concelho, verificando-se a existência de lista de espera nas Respostas Sociais de Lar Residencial (LARR) e em Centro de Atividades Ocupacionais (CAO).

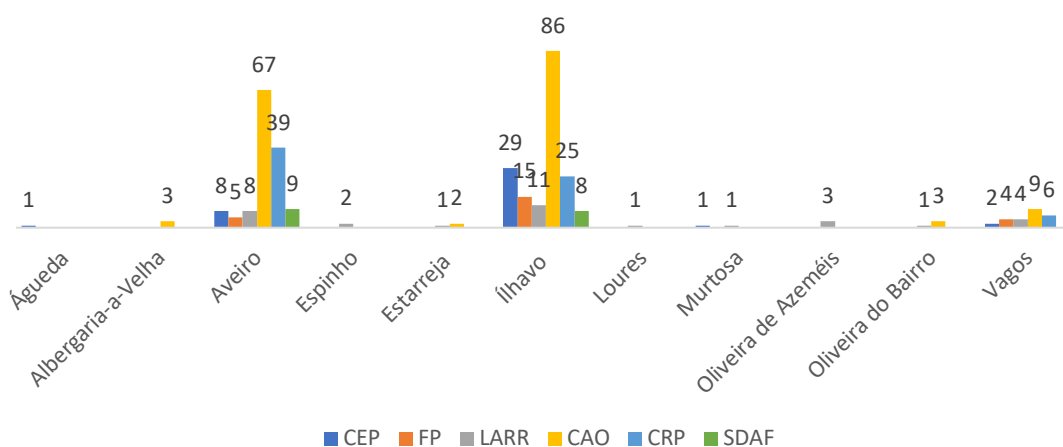


Gráfico 21 - Caracterização da população com retaguarda institucional no concelho de Ílhavo, de acordo com a área de residência, por serviço/resposta social

Embora a grande parte da população acompanhada por estas instituições seja do concelho de Ílhavo, existe um raio de intervenção mais alargado, integrando população residente e Aveiro, Vagos, entre outras zonas de proximidade.

A resposta com mais utentes é o CAO, sendo o SDAF a que menos utentes abrange, não obstante tratar-se de uma resposta também muito importante e necessária.

No gráfico 22 é notória a predominância do género feminino, não significando obrigatoriamente uma tendência para a prevalência de limitações no género feminino, uma vez que existem efetivamente mais mulheres no concelho.

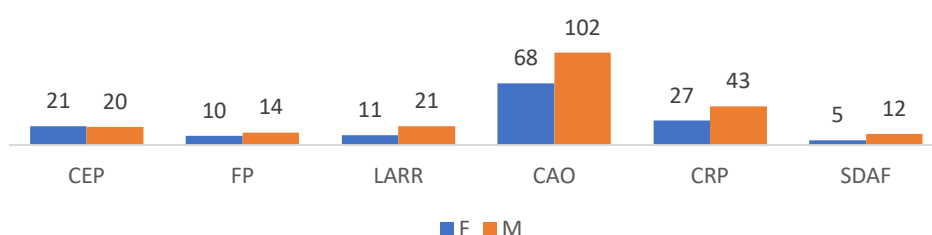


Gráfico 22 - Caracterização da população com retaguarda institucional no concelho de Ílhavo de acordo com o serviço/resposta social, por género

De acordo com a faixa etária, é a faixa que compreende as idades entre 25 e 44 anos que mais pessoas tem em acompanhamento, tal facto é justificado em parte por haver outro tipo de respostas para as outras faixas etárias, nomeadamente, para a infância tendo em consideração a existência de respostas em contexto educacional, e para as pessoas mais velhas tendo em consideração o encaminhamento para respostas como Centro de Dia (CD) e Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI).

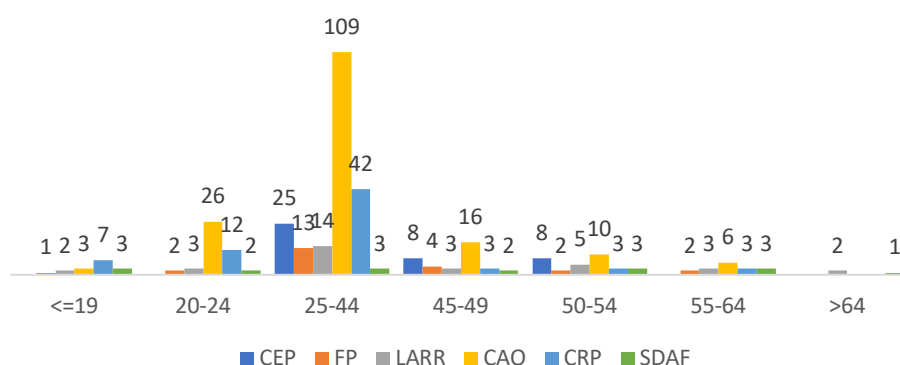


Gráfico 23 - Caracterização da população com retaguarda institucional no concelho de Ílhavo de acordo com o serviço/resposta social, por faixa etária

Atendendo às principais dificuldades do público abrangido, é a Deficiência Intelectual que afeta mais população (226), seguindo-se a Multideficiência (54) e a Perturbação do Espectro do Autismo (27). De destacar que embora estejam em acompanhamento 354 utentes, registou-se a prevalência de 450 situações de deficiência, o que se justifica pelo facto de existirem utentes com mais do que uma problemática.

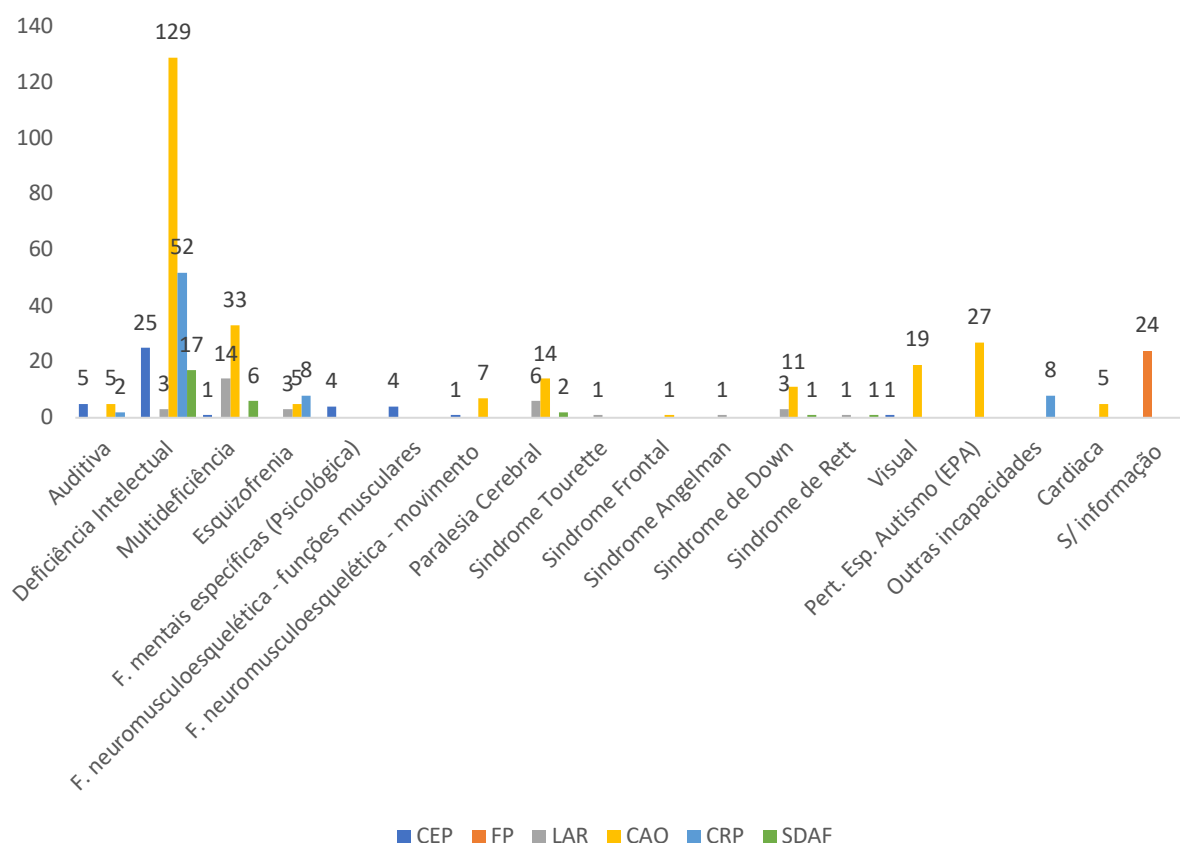


Gráfico 24 - Caracterização da população com retaguarda institucional no concelho de Ílhavo, de acordo com o serviço/resposta social, por dificuldade/deficiência/área afetada

No que reporta à forma como as situações chegam ao conhecimento destas instituições, a maioria é sinalizada pela família, no entanto, existem sinalizações também por parte de Entidades Públicas e de Solidariedade Social.

No concelho de Ílhavo, para além das instituições referidas, existem outras medidas de apoio à inclusão da Pessoa com Deficiência, nomeadamente no acesso à cultura e lazer, sendo disponibilizada na página oficial da Câmara Municipal uma listagem dos recursos e os seus acessos em função da incapacidade que cada um possa

ter, ajudando a comunidade a conhecer antecipadamente o que poderá usufruir na plenitude ou parcialmente.

Destaca-se também nas praias da Barra e da Costa Nova a ostentação da bandeira de Praia Acessível – Praia para Todos desde 2005.

Ao longo do tempo, quer por exigência legal como por consciência social registasse uma preocupação em eliminar as barreiras arquitetónicas no acesso aos serviços públicos e privados.

Problemas e Diagnóstico

Problemas identificados

Análise SWOT

Pontos fortes	Pontos fracos
<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Oportunidades	Ameaças
<input type="radio"/> <input type="radio"/>	<input type="radio"/> <input type="radio"/>

Ação Social

Ílhavo é um concelho de referência no âmbito da sua Ação Social, tendo-a como uma área de intervenção estratégica prioritária, face à consciência para a necessidade de se implementarem medidas que promovam o bem-estar dos estratos sociais mais desfavorecidos, como forma de promover uma maior elevação e coesão social.

Tendo como missão a articulação entre os serviços e as políticas locais e governamentais para alcançar o desenvolvimento social e sustentado em todo o concelho (sem esquecer o enquadramento legal nacional e local) as regras de atuação da intervenção no âmbito da ação social, têm por base princípios de uniformização e concertação de procedimentos, aliando-os aos critérios da universalidade, igualdade, subsidiariedade, legalidade, justiça e equidade social.

Valorizando uma intervenção assente na investigação/ação desenvolvida pelo contacto direto com os utentes e suas famílias, com as diferentes realidades/necessidades sociais, pelo conhecimento do contexto residencial e comunitário em que os mesmos se inserem, cada vez mais são disponibilizadas respostas concretas e adequadas à realidade individual.

Para tal, em muito contribui o trabalho que começou a ser realizado em 2008, através da implementação do Atendimento Social Integrado - ASI.

“O atendimento e acompanhamento social, enquanto medida de política social ativa, constitui-se num espaço privilegiado de manifestação e interpretação diagnosticada das necessidades e dos problemas que subjazem na comunidade local, problemas estes que pela sua natureza dimensional persistente exigem, portanto, uma intervenção continuada, global e estruturada e não setorial e estandardizada.

O atendimento e acompanhamento social visam apoiar os indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, na prevenção e/ou resolução de problemas geradores de situações de pobreza e exclusão social em áreas tão diversas como o emprego, a habitação, a ação social, a saúde, a justiça, entre outros.

A metodologia permite uma melhoria do funcionamento e articulação entre as organizações com responsabilidade no atendimento de âmbito social, indo ao encontro do princípio da subsidiariedade, um aumento significativo da capacidade no atendimento às famílias devido à descentralização e desburocratização, uma maior eficácia e eficiência no atendimento e respostas aos problemas das famílias e ainda,

uma melhoria dos níveis de satisfação dos beneficiários, quanto aos atendimentos e serviços prestados.

Assente numa relação de reciprocidade técnico/a beneficiário/a, com vista à promoção de condições facilitadoras da inserção das pessoas, mediante a elaboração, contratualização e acompanhamento de um verdadeiro “Projeto de Vida”. (in Regulamento Interno do Atendimento Social Integrado, Capítulo I, artigo 1.º, ver anexo V).

De destacar que esta metodologia de trabalho é diferenciada e inovadora por ter introduzido a figura do “Gestor/a de Processo”, isto é, por cada indivíduo ou agregado familiar que se dirija aos serviços, é atribuído, de acordo com a sua área de residência e principais problemáticas, um/a técnico/a da área das ciências sociais que assume um papel basilar na elaboração do diagnóstico e estratégias de intervenção. Com este formato pretende-se potenciar a criação de respostas mais adequadas às necessidades e problemas dos agregados familiares, o centro da intervenção social, através da rentabilização dos recursos existentes e contrariando a sobreposição de atuações. Permite um melhor planeamento e celeridade na resposta, dada assim como uma mais justa e equilibrada rentabilização dos recursos existentes na comunidade.

O ASI é constituído por duas estruturas, designadamente a Equipa de Execução e a Equipa de Cooperação, de acordo com o respetivo regulamento interno (artigos 5.º a 10.º). Em anexo pode consultar-se o regulamento interno do ASI.

Este serviço tem assumido uma postura muito dinâmica no concelho, com acentuada presença na vida dos cidadãos, como se pode ver no registo de marcações e atendimentos ao longo dos anos.

Ano	Retrospectiva das marcações	Retrospectiva dos atendimentos
2008	1299	1019
2009	1997	1652
2010	2591	2152
2011	2149	1741
2012	1962	1500
2013	1647	1358
2014	1422	1135
2015	1122	919
2016	916	738
2017	1581	1307
2018	1578	1318
2019 ⁸⁴	617	525
TOTAL	18.881	15.364

Tabela 45 - Evolução anual das marcações e atendimentos em sede do ASI, no concelho de Ílhavo

No âmbito do Atendimento Social Integrado, para além da sua componente de atendimento/acompanhamento, todas as situações inerentes à ação social (incluindo as que se reportam ao RSI), são semanalmente discutidas em contexto de reunião com os representantes das entidades parceiras onde são negociados e ratificados os acordos e contratos de inserção. Esta metodologia tem sido referência para outros concelhos que demonstram interesse em conhecer melhor os procedimentos para possível replicação.

De destacar que as diferentes intervenções abarcam áreas como: Habitação; Desemprego; Pobreza; Comportamentos aditivos; Violência doméstica; entre outras situações de vulnerabilidade social e económica.

Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados

Criado a 11 de junho de 2010, com o intuito de promover a inserção social da população em situação socioeconómica precária e de carência, o FMAFIC apresenta-

⁸⁴ Dados até 31 de maio de 2019

se como um instrumento de trabalho do ASI, contendo alguns dos apoios e medidas que são atribuídos pela Câmara Municipal.

Trata-se de um recurso que disponibiliza novas e inovadoras respostas, que para além de não se sobreporem às já existentes, são uma mais valia para as complementarem, e que permite consolidar e aprofundar mais o trabalho de parceria entre as diversas entidades de natureza pública e privada de Ílhavo.

Atualmente, é sem dúvida “um instrumento indispensável para a concretização de uma política social mais equitativa, abrangente, inovadora, inclusiva e estruturante, tendo já prestado centenas de apoios nomeadamente ao nível do arrendamento de habitação, do pagamento das quotas de condomínio de habitação social, da melhoria nas condições de habitabilidade ou da comparticipação no pagamento da fatura da água, saneamento e resíduos sólidos, para além de subsídios de estudo da ação social”, que se tornou ainda mais eficaz, eficiente e abrangente depois de se terem incluído novas medidas, como “o apoio ao empréstimo à habitação, a atribuição de produtos de apoio ou o acesso à cultura e ao desporto, e do alargamento da sua aplicação, quer aumentando o valor dos apoios, quer o número de famílias e indivíduos abrangidos, sendo de realçar o especial cuidado com situações de maior vulnerabilidade como é o caso das pessoas portadoras de deficiência, pessoas dependentes, famílias numerosas ou casais desempregados, bem como as famílias monoparentais” (in Proposta de Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, CMI).

O Fundo Municipal tem definidas as áreas de intervenção, as condições de elegibilidade, as obrigações e os deveres a cumprir, assim como os procedimentos, pretendendo contribuir para o desenvolvimento social, numa perspetiva pró-ativa que respeita os seguintes princípios:

- ✓ a promoção de igualdade de oportunidades como forma de combate às desigualdades sociais;
- ✓ o reforço da equidade do sistema educativo, alargando a política de apoio às famílias no âmbito socioeducativo, através da Ação Social Escolar;
- ✓ o reconhecimento da importância da efetiva promoção da igualdade de género, no que concerne ao combate do fenómeno da feminização da pobreza;

- ✓ o desenvolvimento de medidas territorializadas, tendo em consideração o Diagnóstico Social e a Carta Educativa do Município de Ílhavo, procurando rentabilizar os recursos e as competências locais;
- ✓ o fomentar da corresponsabilização dos munícipes, na procura de uma lógica de política social ativa que vise a reparação e a correção dos fatores promotores da pobreza e da exclusão social.

Os apoios a conceder são de natureza financeira, prestação de serviços e comparticipação e/ou redução de taxas ou tarifas, mais concretamente nas seguintes medidas:

 Habitação; Água, Saneamento e Resíduos Sólidos:

- ✓ Apoio à melhoria das condições de habitabilidade;
- ✓ Apoio ao arrendamento de habitação;
- ✓ Apoio ao empréstimo à habitação;
- ✓ Apoio no pagamento das quotas de condomínio de habitação social;
- ✓ Apoio às obras de manutenção das frações de habitação social;
- ✓ Comparticipação no pagamento da fatura da AdRA;
- ✓ Comparticipação na tarifa de suspensão e reinício da ligação dos serviços de água e saneamento;
- ✓ Comparticipação em situações pontuais, excecionais e extemporâneas, tentando colmatar a situação de crise;
- ✓ Orientação e encaminhamento de candidaturas para programas governamentais de apoio habitacional a todos os munícipes;
- ✓ Realização de projetos-tipo para autoconstrução;
- ✓ Realização de projetos e acompanhamento, de obras de beneficiação, reconstrução, recuperação, conservação ou de melhoramento das condições de segurança e conforto de indivíduos portadores de deficiência físico-motora;
- ✓ Apoio na formulação de pedidos de licenciamento ou comunicação prévia de obras particulares;
- ✓ Redução das taxas devidas pela emissão dos alvarás de obras;

 Empregabilidade:

- ✓ Apoio na procura ativa de emprego e/ou na criação do próprio emprego a todos os habitantes;

✚ Deficiência e/ou Dependência:

- ✓ Atribuição de produtos de apoio a pessoas portadoras de deficiência ou em situação de dependência, através do regime de comodato;

✚ Educação:

- ✓ Isenção/comparticipação para refeições;
- ✓ Atribuição de auxílios económicos para livros e material escolar;
- ✓ Redução das taxas devidas pelo ingresso ou frequência nos equipamentos desportivos ou culturais;
- ✓ Redução das taxas devidas pela frequência no Programa Férias Divertidas;

Medidas	Requerimentos				Deferimentos			
	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018
Ação Social Escolar	375	395	347	348	315	331	292	278
Renda	153	136	132	116	105	112	105	84
Obras	2	0	1	0	2	0	1	1
Água	227	243	259	261	212	233	239	237
Quotas Condomínio	2	2	5	5	2	2	4	5
Empréstimo habitação	7	25	9	9	1	16	4	3
Equipamentos Culturais e Desportivos	16	20	33	38	16	19	24	37
Férias Divertidas	10	23	23	27	10	21	21	17
Produtos de Apoio	4	9	6	7	3	8	3	7
Total	799	854	815	812	666	743	693	667

Tabela 46 - Evolução do número de requerimentos e deferimentos no âmbito do FMAFIC ao longo dos últimos anos

Denota-se que não há grandes oscilações entre os requerimentos e deferimentos, não obstante, é notório o decréscimo nas solicitações/deferimentos de apoio para ação social escolar.

De destacar que o FMAFIC procura ser uma medida de apoio temporário, com o intuito de apoiar os indivíduos/agregados familiares a ultrapassarem momentos de crise marcados pelo agravamento das dificuldades financeiras e económicas, pelo que está estruturado de forma a minimizar as possibilidades de dependência e acomodação dos seus beneficiários.

Pelo exposto, considerou-se pertinente responsabilizar os beneficiários dos apoios, nomeadamente do apoio à melhoria das condições de habitabilidade e o apoio ao empréstimo habitação ou arrendamento, atribuindo-lhes obrigações complementares. Assim, nos casos de apoio à melhoria das condições de habitabilidade, os beneficiários devem “disponibilizar doze dias de trabalho, em função do horário laboral da entidade de acolhimento, para a realização gratuita de tarefas de índole diversa na área do Município”, podendo estas tarefas ser realizadas por qualquer elemento do agregado familiar, que se encontre em idade ativa, desempregado e apto para atividade profissional. No caso do “apoio ao arrendamento e ao empréstimo bancário de habitação, o elemento ativo deve disponibilizar dois dias de trabalho por mês apoiado” ou “nos casos de apoio mensal inferior a 25,00€, o elemento ativo deve disponibilizar um dia de trabalho por mês apoiado” (in Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, CMI).

Este envolvimento não deve ser visto como uma penalização, mas antes como uma oportunidade de estar integrado socialmente, de cumprir horários, ser útil a quem precisa, estar envolvido no seu projeto de vida, assumir responsabilidade por si e pelos apoios que recebe, entre outros aspetos positivos que permitem inverter a cultura de pobreza estrutural que ainda vai estando instalada na cultura portuguesa ao mesmo tempo que contribui para o incremento de uma postura mais participativa na resolução dos problemas de cada núcleo familiar.

Rendimento Social de Inserção

O Rendimento Social de Inserção é uma medida que procura combater a “pobreza através de mecanismos que assegurem às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária, respeitando os princípios da igualdade, solidariedade, equidade e justiça social” (in Lei n.º 45/2005 de 29 de agosto).

Trata-se de um apoio concretizado numa prestação pecuniária, que permite assegurar a satisfação das necessidades mínimas dos/as beneficiários/as e respetivos agregados familiares e num programa de inserção que é vertido para um contrato de inserção que visa a progressiva (re)inserção social, laboral e comunitária dos seus membros.

De acordo com os dados oficiais da Segurança Social⁸⁵, no mês de abril de 2019, existiam em Portugal 218.018 beneficiários de RSI, “revelando um decréscimo pouco significativo em relação ao mês anterior (menos 78 beneficiários). Considerando abril de 2018, o RSI abrangeu menos 2,0%, o que equivale a uma diminuição de 4.533 indivíduos. A prestação média mensal de RSI, por indivíduo, foi de 118,05 euros, um incremento de 0,2% e de 4,1% face ao valor do mês anterior e homólogo, respetivamente. Por família, a prestação média de mensal RSI foi de 262,96 euros, menos 0,1% do que o valor de março 2019 e mais 2,0% do que no período homólogo” (in Síntese de informação estatística da Segurança Social, abril 2019).

No caso específico do concelho de Ílhavo, e de acordo com os dados disponibilizados pelo Gabinete de Planeamento e Estratégia (ISS, IP)⁸⁶, somos a considerar:

É na freguesia de S. Salvador que se regista um maior número de beneficiários com processo ativo de RSI, seguindo-se a Gafanha da Nazaré e depois, em número significativamente menor, as freguesias da Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo, respetivamente. Estes valores são espectáveis por serem proporcionais ao número de residentes e porque há uma comunidade grande de cidadãos de etnia cigana.

⁸⁵ <http://www.seg-social.pt/estatisticas>

⁸⁶ 25 de junho de 2019

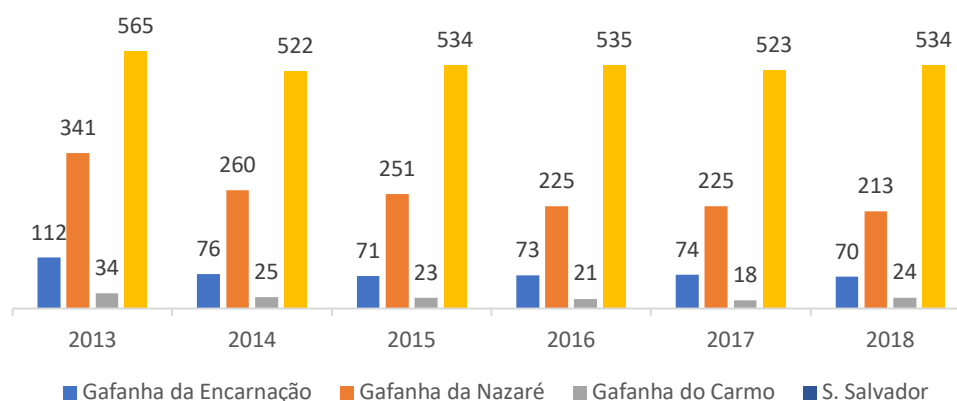


Gráfico 25 - N.º de beneficiários com processamento de RSI, por freguesia, no concelho de Ílhavo⁸⁷

De uma análise pormenorizada ao gráfico 25, verifica-se uma redução significativa de beneficiários do ano de 2013 (1.052) para o ano de 2014 (883), sendo pouco variável nos anos seguintes, onde se destaca apenas a Gafanha da Nazaré que tem tido um decréscimo constante.

Paralelamente, o número de requerimentos tem vindo também a diminuir, como demonstra o gráfico 26, registando-se no ano de 2018 o valor mais baixo de requerimentos (197), desde 2013 (tendo se registado neste ano, o valor mais alto dentro do período em análise).

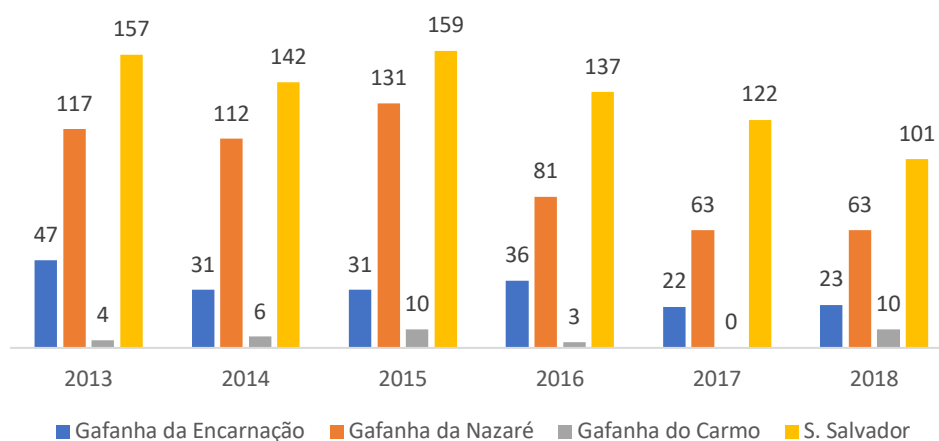


Gráfico 26 - N.º de requerimentos de RSI no concelho de Ílhavo, por freguesia⁸⁸

⁸⁷ Pode haver uma discrepância entre os dados disponibilizados em termos nacionais face aos apresentados pelos núcleos locais de inserção em virtude desta última instância realizar um apuramento à data que se pretende analisar

⁸⁸ Destaca-se que no ano de 2017, não são apresentados dados referentes à freguesia da Gafanha do Carmo

No que reporta à distribuição por sexo, o gráfico 27 demonstra que embora com valores estatisticamente pouco significativos, é o sexo feminino que predomina.

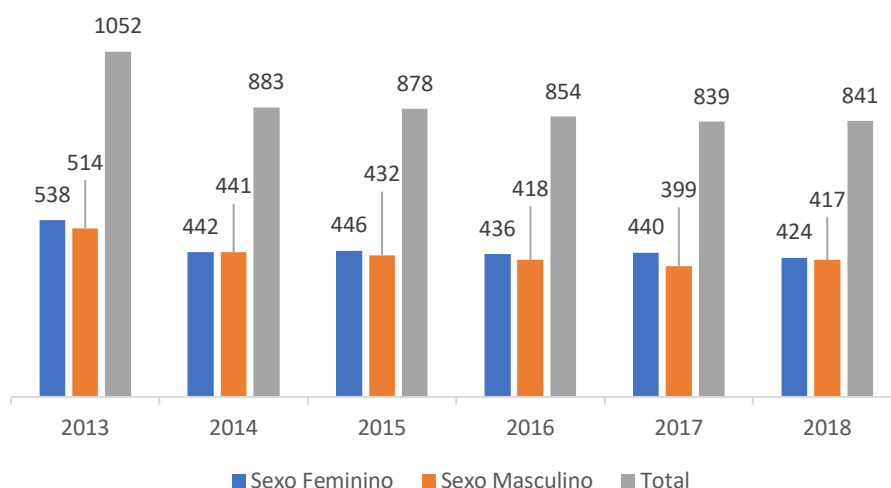


Gráfico 27 - Beneficiários com processamento de RSI no concelho de Ílhavo, de acordo com o sexo

Relativamente à dimensão do agregado familiar, tende a aumentar o número de agregados constituídos apenas por um elemento, a diminuir o número de agregados de dois a cinco elementos, e com variação pouco significativa, os agregados compostos por seis ou mais elementos, como se verifica no gráfico que se segue.

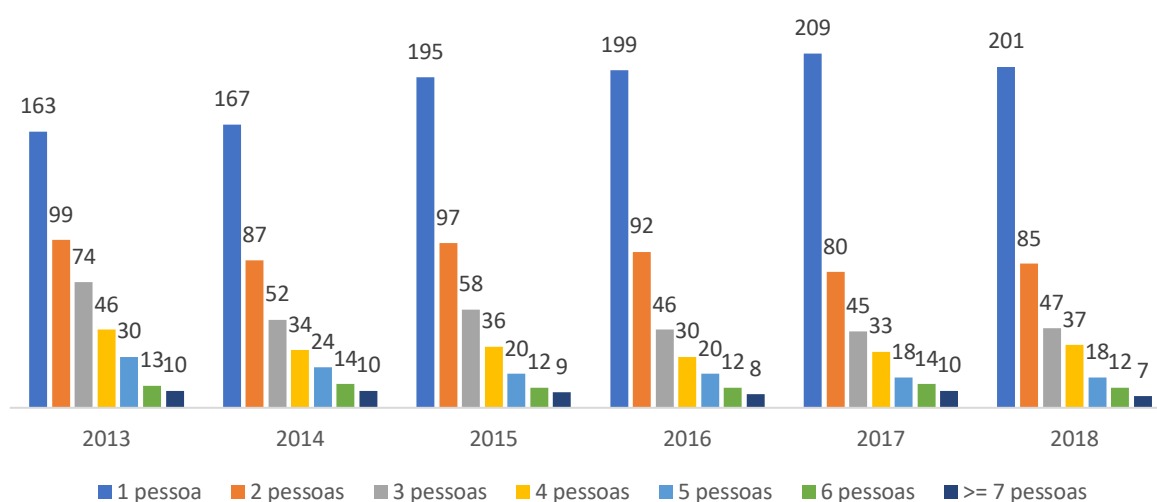


Gráfico 28 - N° de agregados no concelho de Ílhavo de acordo com a sua dimensão

Acresce-se que não é apenas o número de beneficiários/as que tem vindo a diminuir mas também o número de famílias. Em 2013, de acordo com os dados disponibilizados pelo Sistema de Estatística da Segurança Social, eram acompanhadas 435 famílias, número que reduziu até ao ano de 2018, com 407 famílias em acompanhamento, sendo de destacar que no período em análise, foi o ano de 2014 que registou o menor número de famílias em acompanhamento (388).

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
< 18 anos	383	322	307	289	294	277	1872
18 anos	19	19	17	17	15	18	105
19 anos	21	16	14	18	14	18	101
20-24 anos	79	60	56	55	54	56	370
25-29 anos	62	54	56	53	49	47	321
30-34 anos	70	60	50	39	32	35	286
35-39 anos	82	71	65	52	45	46	361
40-44 anos	78	76	66	69	60	51	400
45-49 anos	81	57	62	63	67	68	398
50-54 anos	62	57	73	79	75	71	417
55-59 anos	61	59	71	73	64	73	401
60-64 anos	36	26	33	35	47	55	232
>=65 anos	18	6	8	12	13	26	83
TOTAL	1.052	883	878	854	839	841	

Tabela 47 - Nº de beneficiários de RSI no concelho de Ílhavo, por escalão etário

No que reporta ao escalão etário dos beneficiários de RSI, em Ílhavo, regista-se um volume muito considerável de beneficiários/as com idade igual ou inferior a 18 anos, e em sentido inverso, um número mais baixo no que concerne a beneficiários/as com idades igual ou superior a 65 anos, porque gradualmente transitam para uma situação em que passam a beneficiar de pensão.

Por se tratar de uma prestação pecuniária, considerou-se pertinente a referência ao valor médio de prestação processada (PPRSI), que no concelho de Ílhavo, embora com aumento anual gradual, aumentou significativamente nos anos que balizam o período em análise, de 89€ (2013) para 122€ (2018) por beneficiário.

Núcleo Local de Inserção Social de Ílhavo

Ainda que o concelho de Ílhavo não tenha sido contemplado por projeto piloto da Medida de Rendimento Mínimo Garantido, nascida em 1996, desde a generalização da mesma, em 1997 que, e acompanhando o território nacional, houve adesão de cidadãos residentes.

Em 2005 foram assinados os primeiros Acordos de Instituições com Segurança Social para, localmente, serem acompanhados beneficiários e, caso a caso, em metodologia de “costureiro”, se delinearem, de modo negociado, os seus programas de (re) inserção/inclusão. Visava-se, como hoje, o respeito pela especificidade de cada indivíduo/agregado em que, nos seus Contratos de Inserção, deveriam estar plasmadas as necessidades sentidas e que faziam/fazem sentido aos utentes.

Parte-se do princípio de que todos temos potencial para ser trabalhado quando se visa a integração pessoal/social e/ou profissional, independentemente das limitações/constrangimentos que nos são endógenos ou exógenos.

Os Protocolos de RSI, acolhidos pela Santa casa da Misericórdia de Ílhavo e CERCIAv, têm como referência limite de acompanhamento 100 agregados/cada, ainda que, de facto, assumam, um volume superior.

Em Ílhavo, no período de 2013 a 2018, a maioria dos beneficiários apresentava idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos, seguindo-se as faixas etárias que abrangem a população em idade ativa e por último, com peso menor, a população com 65 ou mais anos.

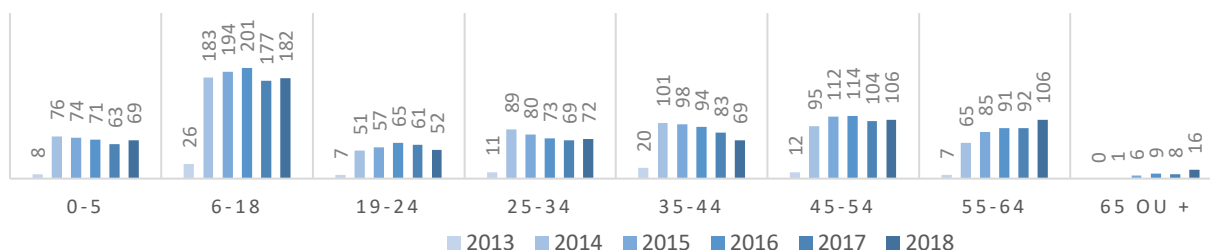


Gráfico 29 - Caracterização de beneficiários de RSI no concelho de Ílhavo por escalão etário/ano⁸⁹

⁸⁹ Fonte: Matrizes de indicadores realizadas no final de dezembro de cada um dos anos civis pelo NLI

No que se reporta à caracterização dos agregados familiares, verifica-se uma grande tendência para os agregados constituídos por agregados isolados, isto é, constituídos por um único elemento.

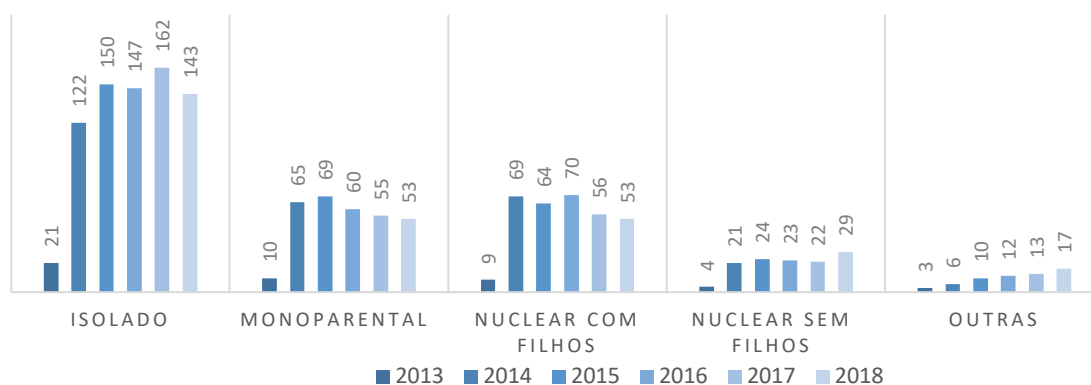


Gráfico 30 - Tipologia de Famílias beneficiárias de RSI no concelho de Ílhavo, por ano

Denota-se também um aumento na categoria por nós denominada “outras” famílias, incluindo-se neste parâmetro as tipologias famílias alargadas, avó com netos, avô com netos, composta e extensa. Esta última, a de maior prevalência.

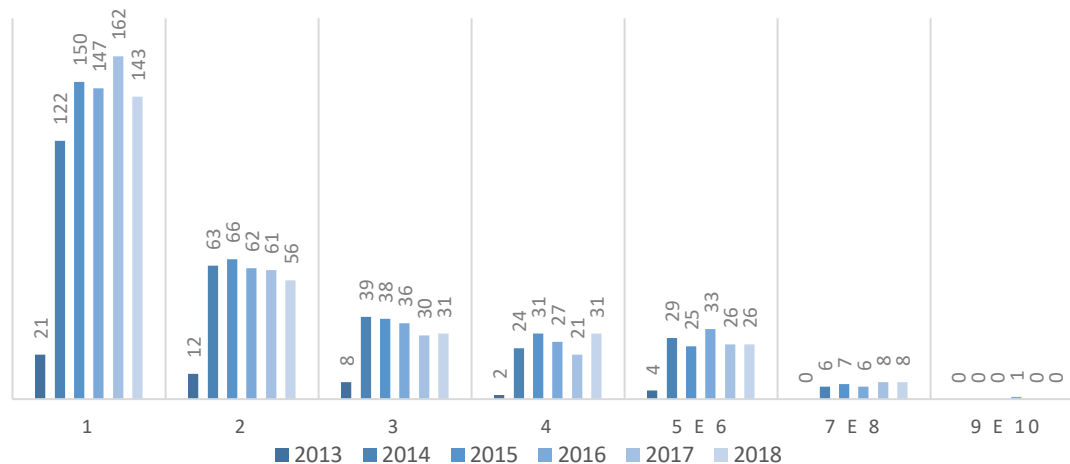


Gráfico 31 - Caracterização de famílias beneficiárias de RSI no concelho de Ílhavo de acordo com a dimensão, por ano

Tratando-se de um apoio preconizado através da atribuição de uma prestação pecuniária, considerou-se pertinente caracterizar os agregados familiares de acordo com os rendimentos, percebendo-se que a maioria dos agregados familiares possuem rendimentos inferiores a 25€.

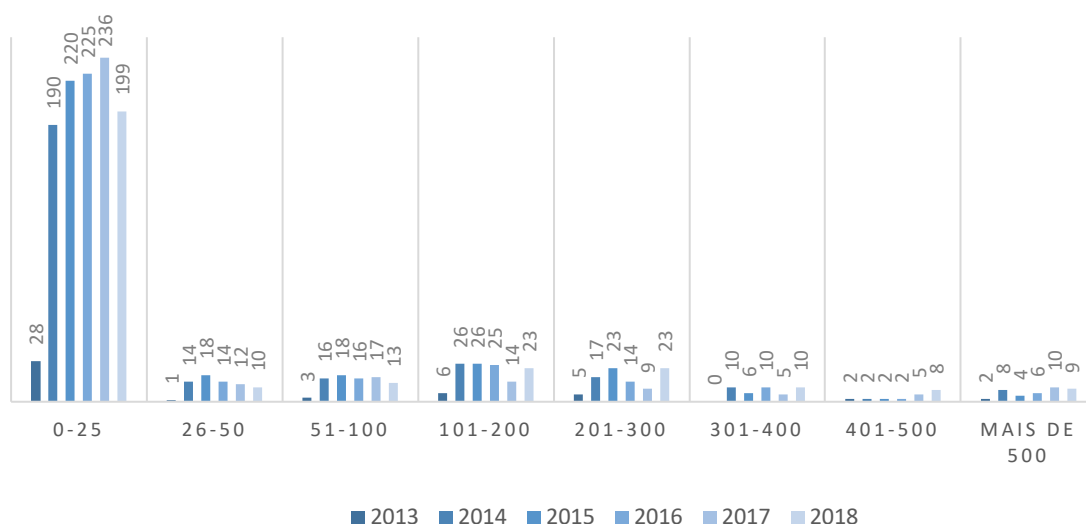


Gráfico 32 - Caraterização dos agregados beneficiários de RSI no concelho de Ílhavo, de acordo com os rendimentos, por ano

Estes baixos rendimentos permitem compreender melhor o facto de existirem tantos agregados com escalão de RSI compreendido entre os 101-200€. Destacar também que, como foi já referenciado, uma percentagem significativa de agregados é composta por apenas um elemento, o que justifica o grande número de agregados com escalão compreendido entre os 101-200€, se considerarmos o valor máximo atribuído ao titular.

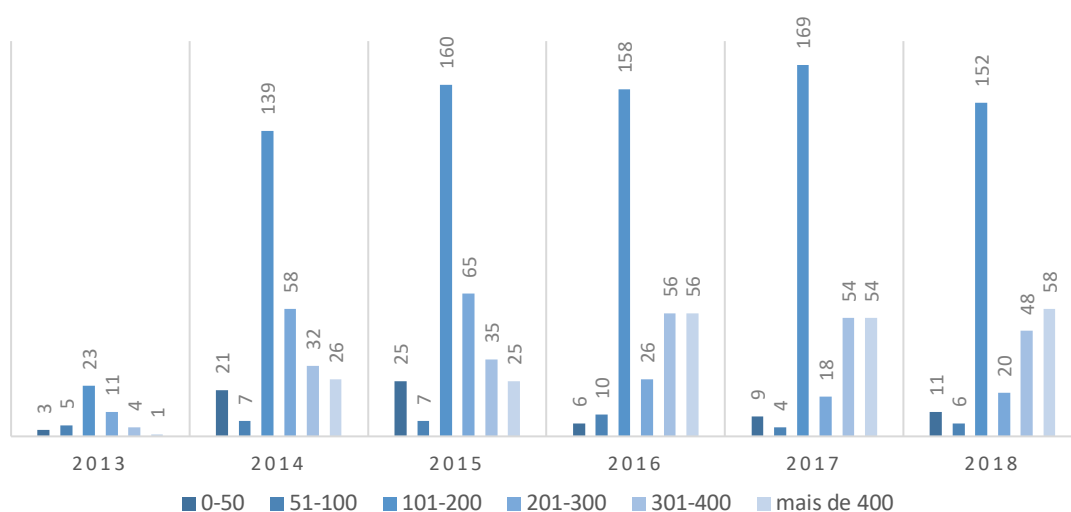


Gráfico 33 - Caraterização das famílias beneficiárias de RSI do concelho de Ílhavo de acordo com o escalão de RSI, por ano

Considerando o gráfico que se segue, é notória a existência de situações novas ao longo dos anos, no entanto, tratando-se de uma prestação que tem na sua origem o caráter temporário, é preocupante a existência de tantas “reincidências”, se considerarmos os valores atribuídos a terceiros (ou mais) requerimentos. De destacar que estas reincidências se justificam, entre outras razões, pelo facto de se observar um número muito significativo de cessações de prestação por aumento de rendimentos, advindos da integração em programas ocupacionais (Contrato Emprego Inserção +, Formação Profissional), o qual não lhes confere um vínculo a uma entidade patronal, nem mesmo o benefício ao subsídio de desemprego. Deste modo, não raras vezes, após o término deste dito contrato/formação, os sujeitos voltam à medida como modo de ver acrescidos os seus rendimentos.

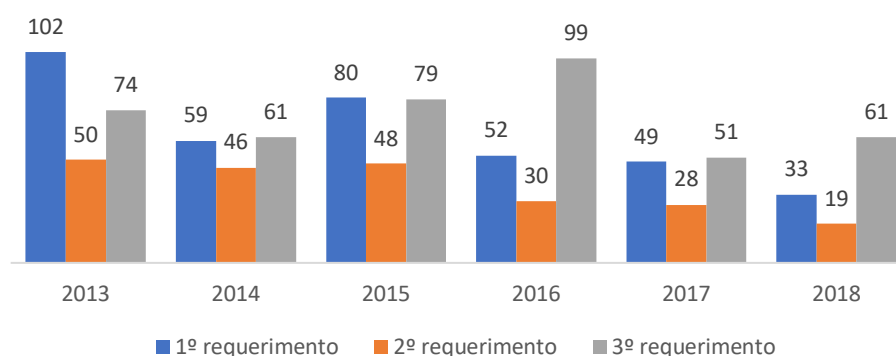


Gráfico 34 – Número e tipologia de requerimentos de RSI que deram entrada no concelho de Ílhavo, por ano

Destacando-se o decréscimo no número de processos cessados do ano de 2013 para o ano de 2014, não existem variações estatisticamente significativas no decorrer dos anos ao longo do período de referência, como se pode verificar no próximo gráfico.

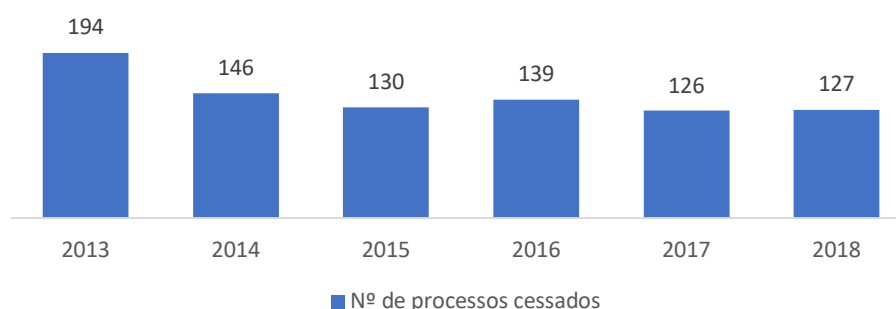


Gráfico 35 – Número de processos de RSI cessados no concelho de Ílhavo por ano

Da análise da tabela que se apresenta, sobressai como principal causa de cessação dos processos, o “aumento de rendimentos”, “outros motivos”, e a “desistência do titular”, respetivamente. No que se reporta ao item “Outros motivos”, este contempla situações em que, num período de tempo as renovações da prestação deveriam ser feitas anualmente de forma presencial, junto dos serviços da segurança social, para manutenção da prestação, o que quando tal não acontecia levava à consequente cessação. De igual modo, após período de 90 dias de suspensão por incumprimento ou aumento de rendimentos, o titular é notificado da cessação após suspensão, não ficando discriminada a sua verdadeira motivação.

Mais se acresce que o aumento de rendimentos pode advir quer da integração em mercado de trabalho, colocação em contexto de formação ou CEI+, como também pelo deferimento de prestações sociais diversas.

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Desistência do titular	22	21	19	19	12	28	121
Ausência do país	2	0	2	1	1	0	6
Falecimento do titular	3	2	5	5	3	5	23
Aumento de rendimentos	59	39	39	40	39	36	252
Alteração do Agregado familiar	4	6	8	6	1	4	29
Detenção	4	0	1	2	1	2	10
Incumprimento	21	1	10	8	22	12	74
Recusa assinatura	11	14	2	3	2	5	37
Falsas declarações	0	6	0	0	1	2	9
Residência desconhecida	1	0	0	0	0	0	1
Transferência de NLI	20	0	9	20	19	16	84
Outros motivos	46	55	34	34	25	17	211
Não entrega de meios de prova	1	2	1	1	0	0	5

Tabela 48 - Motivo de cessação dos processos de RSI no concelho de Ílhavo por ano

Tendo por objetivo a (re)integração social e profissional dos beneficiários da medida, os Contratos de Inserção contemplam ações de inserção no âmbito da Educação, Formação, Emprego, Saúde, Ação Social, Habitação. No gráfico que se

segue procede-se à caracterização dos beneficiários que se encontram afetos a ações de inserção.

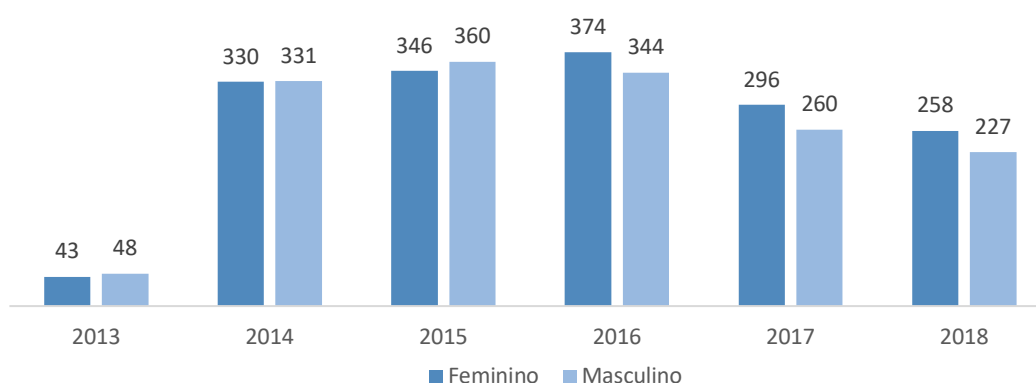


Gráfico 36 - Caracterização de beneficiários de RSI no concelho de Ílhavo de acordo com o género, por ano

Não se verificam diferenças significativas entre géneros, denotando-se inclusivamente uma oscilação muito semelhante entre os géneros ao longo dos anos do período de referência.

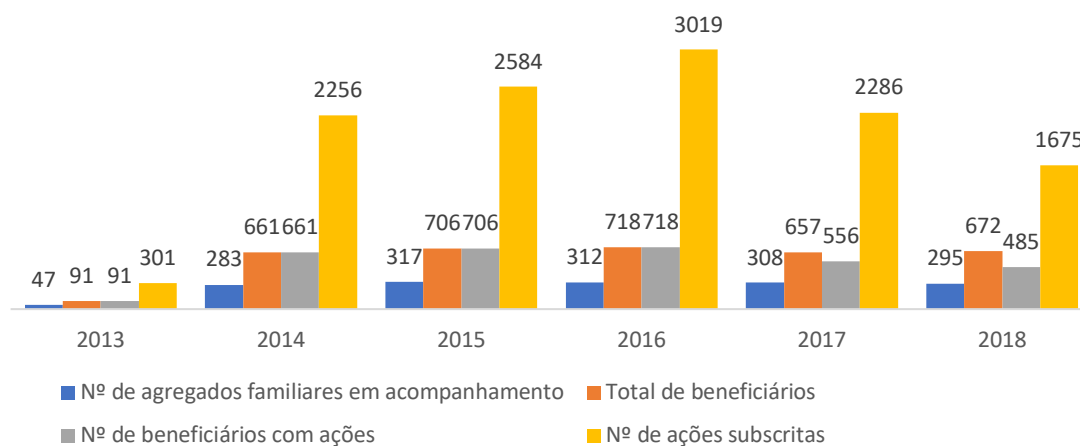





Gráfico 37 - Evolução das ações de inserção no concelho de Ílhavo por ano

Até ao ano de 2016, era entendimento do NLI de Ílhavo que, todos os beneficiários deveriam ter afetos a si, pelo menos uma ação. Assim, o número de beneficiários era sempre igual ao nº de beneficiários com ações. No entanto, por entendimento do Centro Distrital, os contratos de inserção deveriam ter menos ações,

apenas estando contemplados nos mesmos as ações prioritárias e/ou obrigatórias, como por exemplo, as que dizem respeito ao emprego.

Assim, poderá ser observado que, nos anos de 2017 e 2018, o número de beneficiários com ações é significativamente inferior ao total de quanto fazem parte dos agregados.

A 31 de julho 2019, o NLI de Ílhavo, acompanhava 292 agregados familiares, estando os mesmos sob gestão de:


-  Protocolo de RSI da Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo – 153
-  Protocolo de RSI da CERCIAV – 113
-  Segurança Social – 26

Se nos debruçarmos sobre números relativos à medida remetidos pelos canais oficiais da Segurança Social, os mesmos não são coincidentes com os espelhados pelo NLI do concelho. Tal é explicado pelo facto de ao NLI chegarem as situações já deferidas para acompanhamento e que podendo existir um tal número diminuto de agregados que tenham feito a alteração de residência de Ílhavo para o exterior ou inverso ainda não tenha chegado a conhecimento do NLI. Estas pequenas divergências advêm de discrepâncias temporais provenientes da gestão administrativa da matéria.

Quer isto dizer que as estatísticas oficiais são sempre temporalmente balizadas, o que leva a que, nem sempre se consigam aferir, “ao momento” os seus valores. No que concerne ao NLI, porque é realizada uma monitorização sincrónica, podemos aferir, em cada momento, quantos são os agregados acompanhados, assim como as suas características.

Parece-nos que, os dados do NLI são mais fidedignos no que diz respeito ao tratamento atualizado de cada item, o que facilita um diagnóstico mais real do quadro concelhio no que diz respeito ao RSI.

Em síntese, e tendo por base o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de julho de 2019, podemos concluir que:

-  A faixa etária compreendida entre os 0 e 18 anos apresenta um número muito significativo de beneficiários, face ao total;

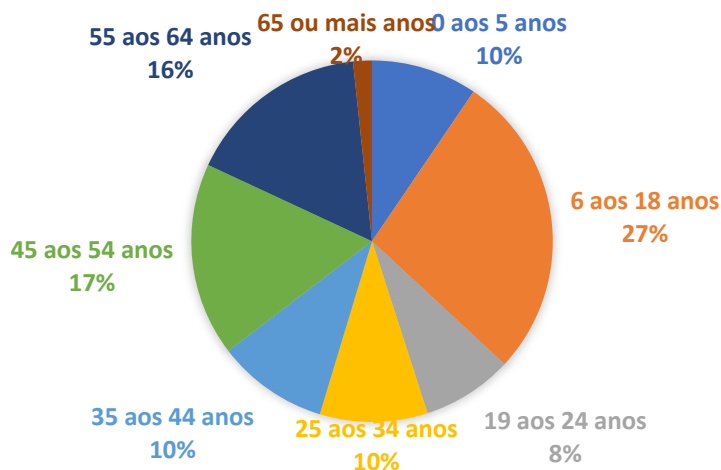


Gráfico 38 - Caracterização de beneficiários de RSI no concelho de Ílhavo por escalão etário

- ✚ O número de beneficiários com idade igual ou superior a 65 anos é pouco significativo, face ao total;
- ✚ Ainda que não tenhamos cadastrado o número de Certificados de Incapacidade Temporária (CIT) apresentados neste período, sabemos ser este um valor bastante significativo. Assim, se somarmos o número de pessoas com CITs com os beneficiários com as idades identificadas nos n.ºs 1 e 2, concluímos que, existe uma franja da população em que não se perspetiva a integração no mercado de trabalho como forma de acréscimo de rendimentos e consequente autonomização económico-financeira.
- ✚ Existe um número muito significativo de agregados isolados, isto é, apenas com elemento;

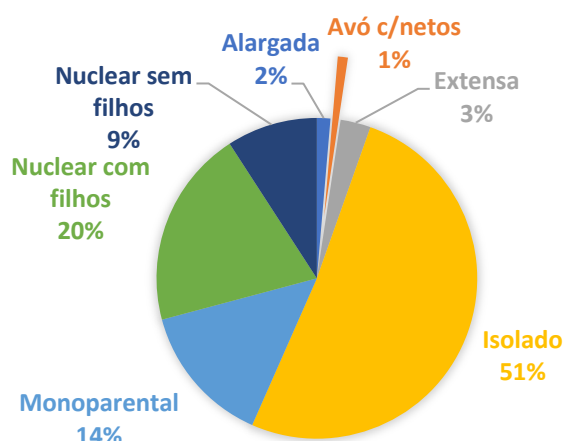


Gráfico 39 - Caracterização dos beneficiários de RSI no concelho de Ílhavo por tipologia de família

- ✚ O valor médio de prestação de RSI recebido por agregado é diminuto se tivermos em consideração o preconceito social que faz denegrir a mesma, fazendo julgar que se trata de valor que, por si só, pode fazer face a todos os encargos quotidianos;

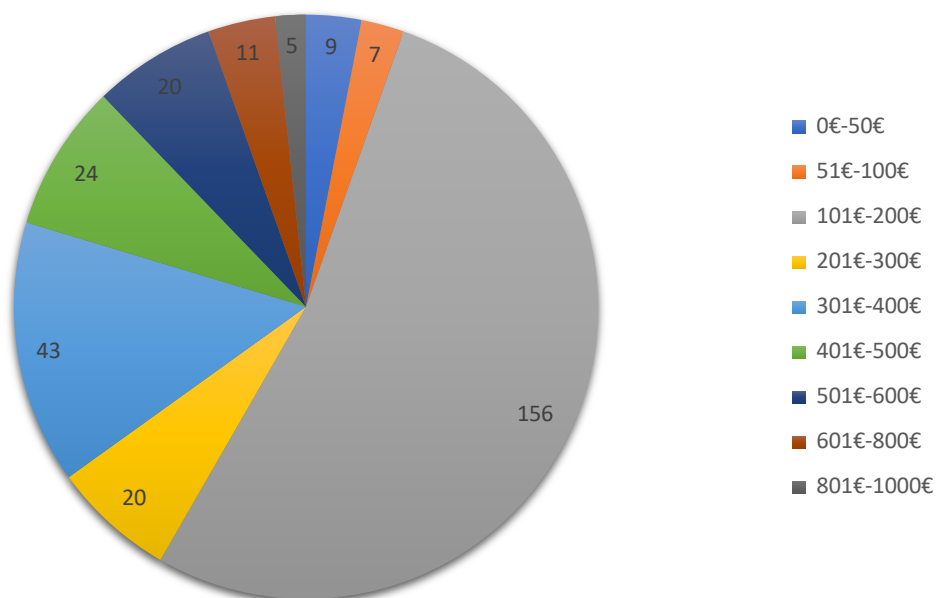


Gráfico 40 – Caraterização dos beneficiários de RSI no concelho de Ílhavo de acordo com o escalão de RSI

Plano Operacional Apoio às Pessoas Mais Carenciadas

O Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) veio substituir o antigo Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC) implementado em Portugal até 2013. Foi aprovado pela comissão Europeia em 17/12/2014 sendo financiado pelo Fundo Europeu de Apoio a Carenciadas (FEAC) e pelo Orçamento de Estado (OE). A primeira Fase do POAPMC teve uma duração de 24 meses.

O POAPMC é um instrumento de combate à pobreza e à exclusão social em Portugal, através do apoio a indivíduos/famílias que se encontrem em situação de carência económica, mediante a atribuição de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade.

No concelho de Ílhavo foi aprovada a candidatura em parceria entre o Património dos Pobres da Freguesia de Ílhavo (entidade coordenadora), a Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo, o CASCI e a Santa Casa da Misericórdia de Vagos (entidades mediadoras), prevendo-se o apoio a 342 pessoas das quais 216 em Ílhavo – (108 por cada entidades mediadora e 126 para Vagos).

Além da entrega regular de cabazes, estão ainda previstas medidas de acompanhamento a estas famílias, com o objetivo de as capacitar para a correta seleção dos géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade, para a prevenção do desperdício e a otimização da gestão do orçamento familiar.

No que reporta à distribuição dos alimentos, esta é feita de acordo com as características de cada agregado familiar, considerando o número de elementos e as faixas etárias.

O POAPMC, tem como objetivo “contribuir para a atenuação das formas mais graves de pobreza através da prestação de assistência não financeira às pessoas mais carenciadas, da concessão de alimentos e ou de assistência material de base e da realização de atividades de inclusão social vocacionadas para a integração social de pessoas nessas condições”⁹⁰.

Contudo, o desenvolvimento do programa permitiu encontrar argumentos favoráveis e outros menos favoráveis que num próximo projeto possam vir a ser melhorados.

⁹⁰ Manual do POAPMC

 Potencialidades:

- ✓ Entrega em casa a quase todos os destinatários;
- ✓ Confeção das refeições pelos próprios beneficiários potenciando competências, autonomia, criatividade e autogestão;
- ✓ O cabaz promove hábitos saudáveis de vida, nomeadamente a introdução de legumes nas principais refeições;
- ✓ É um programa essencial para colmatar a carência alimentar dos agregados mais vulneráveis;
- ✓ Educação para as boas práticas de higiene e segurança alimentar;
- ✓ Formação para a organização da gestão do orçamento familiar;
- ✓ Capacitação dos beneficiários na gestão e confeção dos alimentos;
- ✓ Todas as ações de acompanhamento promovem a troca e partilha de conhecimentos não só entre os técnicos, mas também entre os beneficiários.

 Pontos a melhorar:

- ✓ As pessoas selecionadas para este programa têm de reunir determinadas condições como frigorífico, fogão, etc., eliminando a possibilidade de as pessoas mais carenciadas integrarem este programa ou por não possuírem estes equipamentos ou pelo facto se os puderem vir a adquirir aumentar os seus encargos familiares com o seu funcionamento;
- ✓ Pouca variedade dos produtos entregues. Sendo este um programa extenso no tempo (dois anos) e que pressupõe a entrega de cabazes mensais a famílias carenciadas, leva a que enquanto estiverem no programa recebam sempre os mesmos alimentos;
- ✓ A elevada quantidade (face às suas expectativas) de determinados produtos potencia em alguns beneficiários o aumento do desperdício;
- ✓ Insuficiência/dificuldade na realização de ações de acompanhamento de proximidade individualizadas por agregado, não promovendo nestes, competências como: responsabilização na seleção de produtos, estabelecimento de prioridades, capacidade de tomar decisões e de racionamento, entre outras;

Desde o início do POAPMC no concelho de Ílhavo e até junho de 2019, o programa já contemplou 156 agregados correspondendo a 356 pessoas.

Rede Local de Inserção Social

Instituída pelo Despacho n.º 12154/2013, de 24 de setembro, a Rede Local de Intervenção Social (RLIS), traduz-se num modelo de organização fundamentado por uma intervenção articulada e integrada de entidades públicas e instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas, do setor da economia social, com responsabilidade no desenvolvimento da ação social, promoção de uma cultura de inovação social, colocadas ao serviço das necessidades do cidadão e da comunidade.

Procura a harmonização dos procedimentos e o aperfeiçoamento da intervenção social, privilegiando a comunicação entre as várias entidades, a diversos níveis, de forma a promover uma intervenção multisetorial, através de uma visão holística do cidadão e da comunidade, passando a envolver setores que até então não eram valorizados na intervenção social.

Como referido anteriormente, a RLIS foi implementada em termos nacionais, através do programa de financiamento do Portugal 2020 – Eixo Prioritário3 “Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação” do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE). Teve início formal com abertura do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social à população de Ílhavo em 20/02/2017.

O SAAS é um serviço que assegura o atendimento e o acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social. A RLIS é um projeto de proximidade que valoriza a atuação em parceria com outras entidades, com vista a informar, aconselhar e encaminhar indivíduos e/ou famílias em situação de vulnerabilidade, pobreza e exclusão social, promovendo a aquisição e fortalecimento de competências e promovendo a sua autonomia pessoal, social e profissional.

Não obstante o impacto positivo que se previa acontecer na generalidade do território nacional, na prática, no caso específico de Ílhavo a implementação não foi impactante em virtude da existência desde 2008 do ASI, onde o trabalho em parceria sempre foi uma prioridade.

Análise dos resultados referentes à Intervenção desde a implementação da RLIS em 2017 a Junho 2019

Desde o início do SAAS da RLIS do CASCI, passaram pelo serviço 778 agregados familiares, dos quais 340 (correspondendo a 837 beneficiários) se considerou a pertinência/necessidade de serem acompanhados.

Dos processos familiares que se encontram em acompanhamento em junho de 2019 salienta-se que a maioria (152) são processos que foram transferidos para a RLIS na sequência do término dos Acordos de SAAS do Centro Comunitário e do Centro Social e Paroquial da Nossa Senhora da Nazaré.

Dos agregados em acompanhamento, 115 procuraram os serviços por iniciativa própria, 46 foram sinalizados pelos serviços e 22 pelos grupos sócio caritativos, os restantes processos em acompanhamento resultaram de sinalizações feitas pela comunidade.

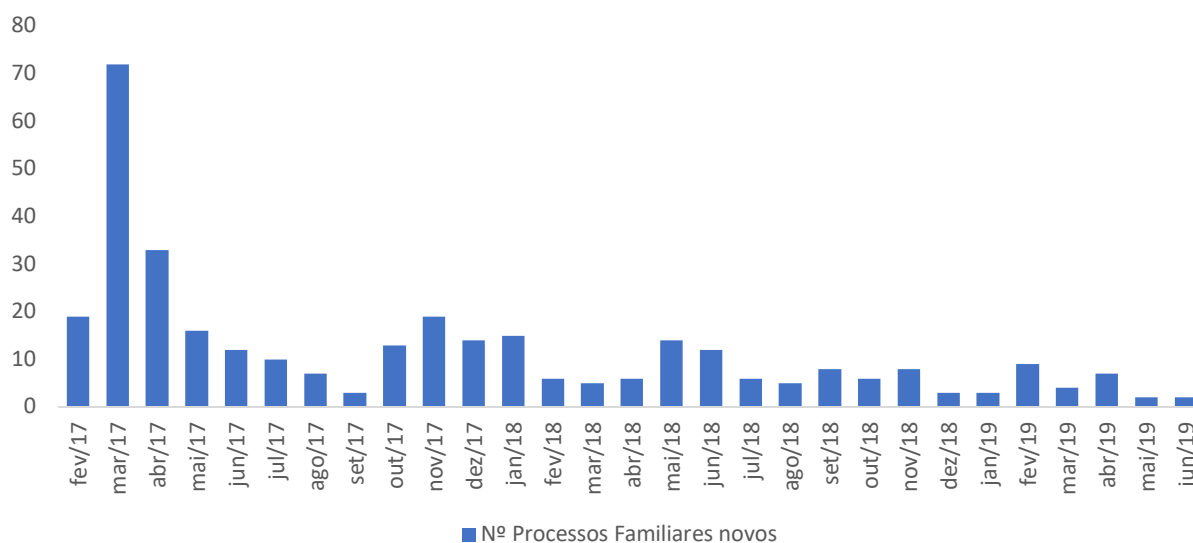


Gráfico 41 - Número de processos familiares novos em acompanhamento no concelho de Ílhavo

No que diz respeito à distribuição processual pelas quatro freguesias do concelho, como se observa no gráfico seguinte, a maior incidência de processos situa-se na Freguesia de São Salvador, com 203 processos familiares, seguindo-se a Gafanha da Nazaré com 88 processos, a Gafanha da Encarnação com 38 e a Gafanha do Carmo onde se encontra o menor volume processual com apenas 11 processos.

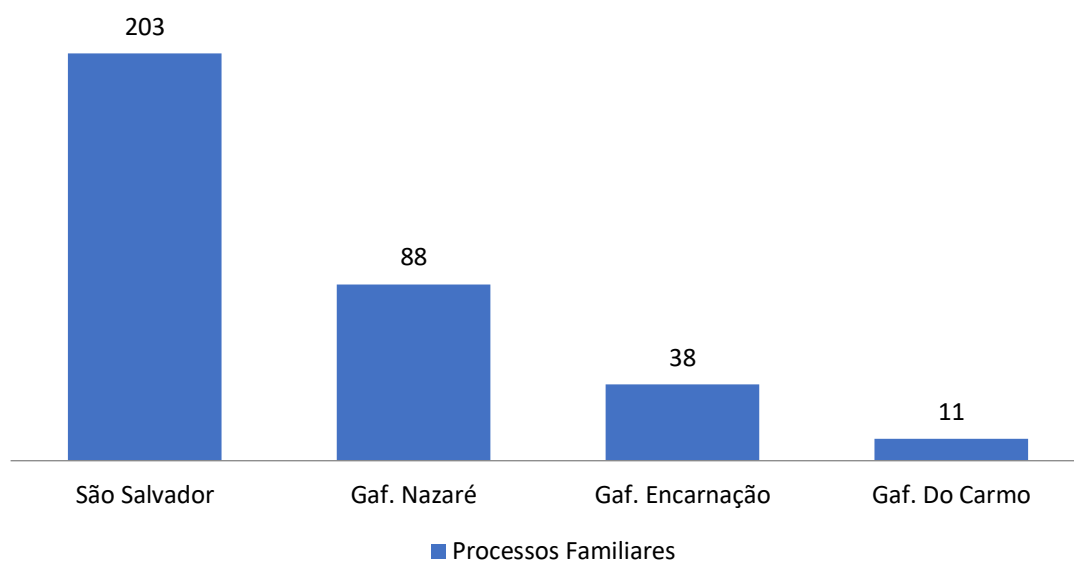


Gráfico 42 - Distribuição de processos familiares, por freguesia no concelho de Ílhavo

Diligências de Intervenção Realizadas até Junho 2019

Os gráficos 43 e 44 permitem-nos visualizar o número de diligências acumulado desde o início da vigência deste SAAS até junho de 2019 (no âmbito do Atendimento e no âmbito do Acompanhamento, respetivamente).

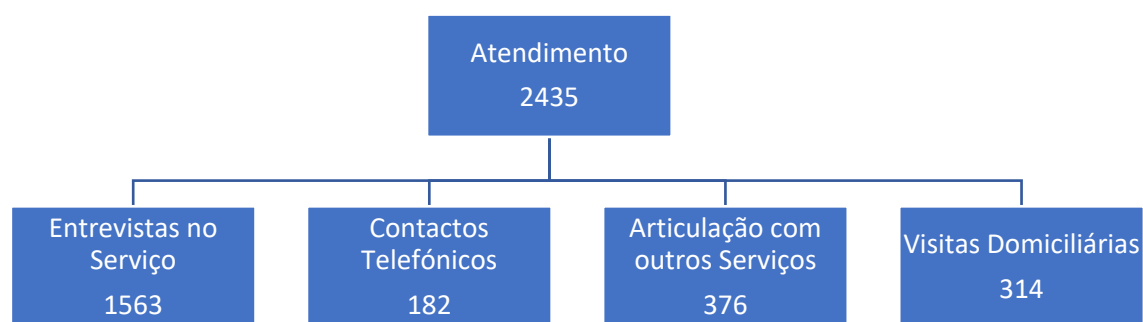


Gráfico 43 – Diligências realizadas no concelho de Ílhavo no âmbito dos atendimentos realizados até 2019

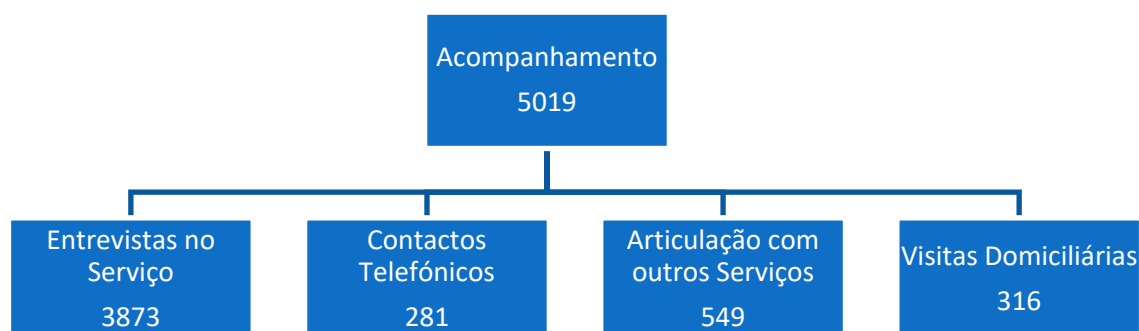


Gráfico 44 - Diligências realizadas no concelho de Ílhavo no âmbito dos acompanhamentos realizadas até junho 2019

Acordos de Intervenção

Até junho de 2019 a Equipa do SAAS da RLIS celebrou 340 Acordos de Intervenção Social, os quais contemplam, na sua maioria, ações nas áreas da saúde, ação social e habitação. Durante o acompanhamento às famílias, e com o objetivo de fazer face às despesas quotidianas, foram realizados 799 apoios económicos, sendo a sua maioria na área da saúde e da habitação. Foram ainda realizadas 299 Ações Isoladas.

A conclusão dos acordos de intervenção contratualizados com as famílias constitui um indicador de realização privilegiado. Neste domínio, a equipa do SAAS da RLIS cessou até junho de 2019, 157 processos familiares (PF) que abrangeram 406 beneficiários. Dos processos cessados 69 corresponderam a situações em que a família se autonomizou dos serviços, 53 transitaram para a medida de RSI e 18 por término do acordo, como se pode verificar no gráfico que se segue.

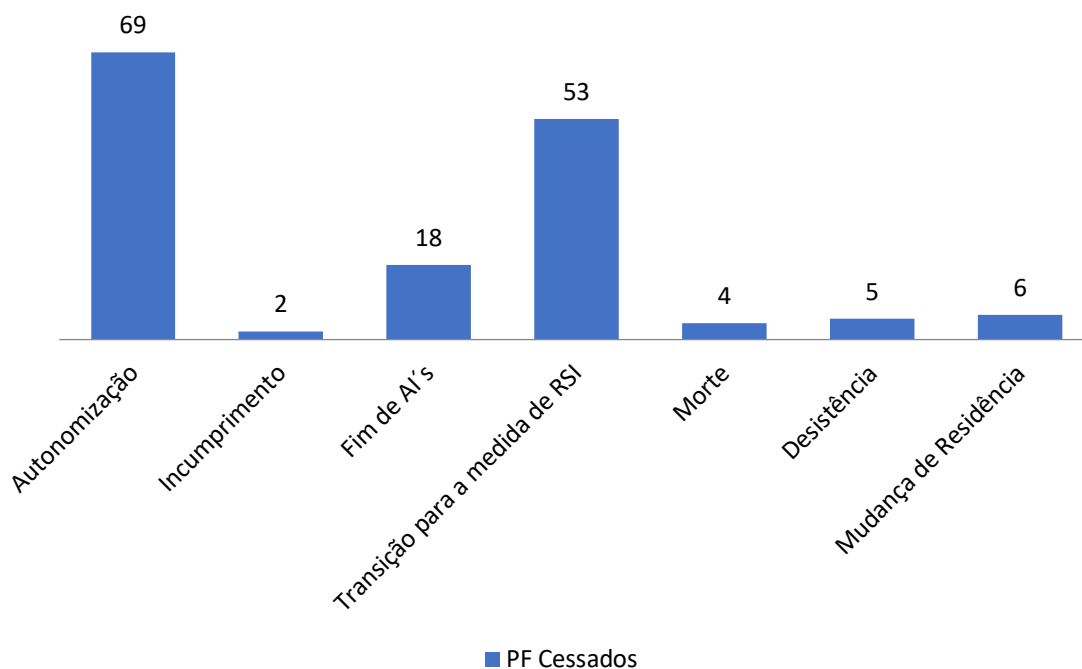


Gráfico 45 - Motivos de cessação dos acordos no concelho de Ílhavo

Breve análise da população intervencionada pela RLIS no concelho de Ílhavo

Encontram-se atualmente em acompanhamento 837 beneficiários. O gráfico abaixo permite-nos observar a distribuição da população por faixa etária.

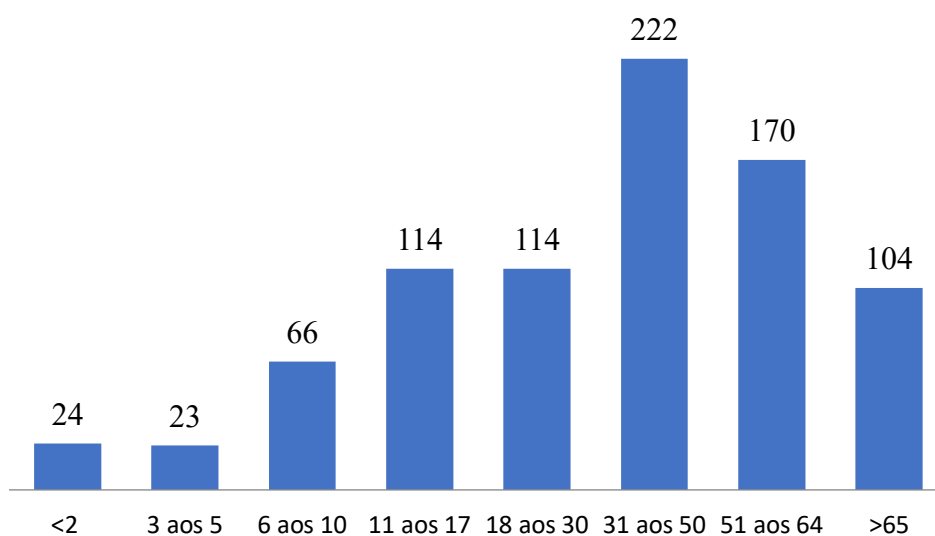


Gráfico 46 – Distribuição dos utentes acompanhados pela RLIS de Ílhavo por faixa Etária

Relativamente ao género existem em acompanhamento 465 pessoas do género feminino e 372 pessoas do género masculino, o que confirma o fenómeno da feminização da pobreza.

No que se refere à tipologia das famílias acompanhadas, 118 são famílias nucleares, 103 monoparentais e 101 indivíduos isolados, como podemos verificar no gráfico abaixo.

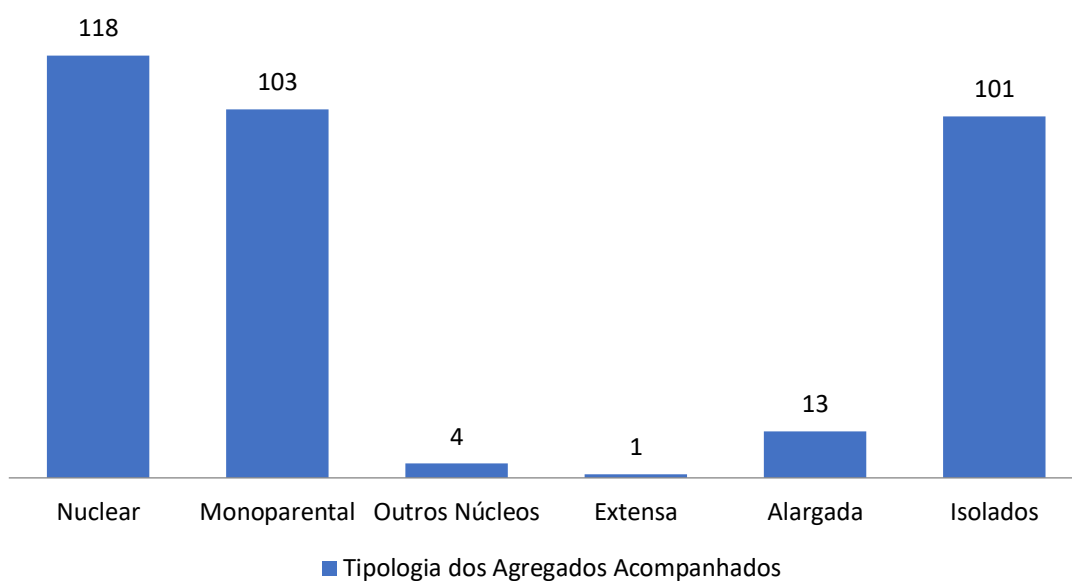


Gráfico 47 – Caracterização de agregados acompanhados pela RLIS de Ílhavo de acordo com a tipologia do agregado familiar

No que se refere às habilitações literárias dos beneficiários, em acompanhamento, salienta-se uma maioria de pessoas sem habilitações e com habilitações iguais ou inferiores ao 1º ciclo do ensino básico.

Nos gráficos seguintes iremos comparar habilitações literárias, género e idades.

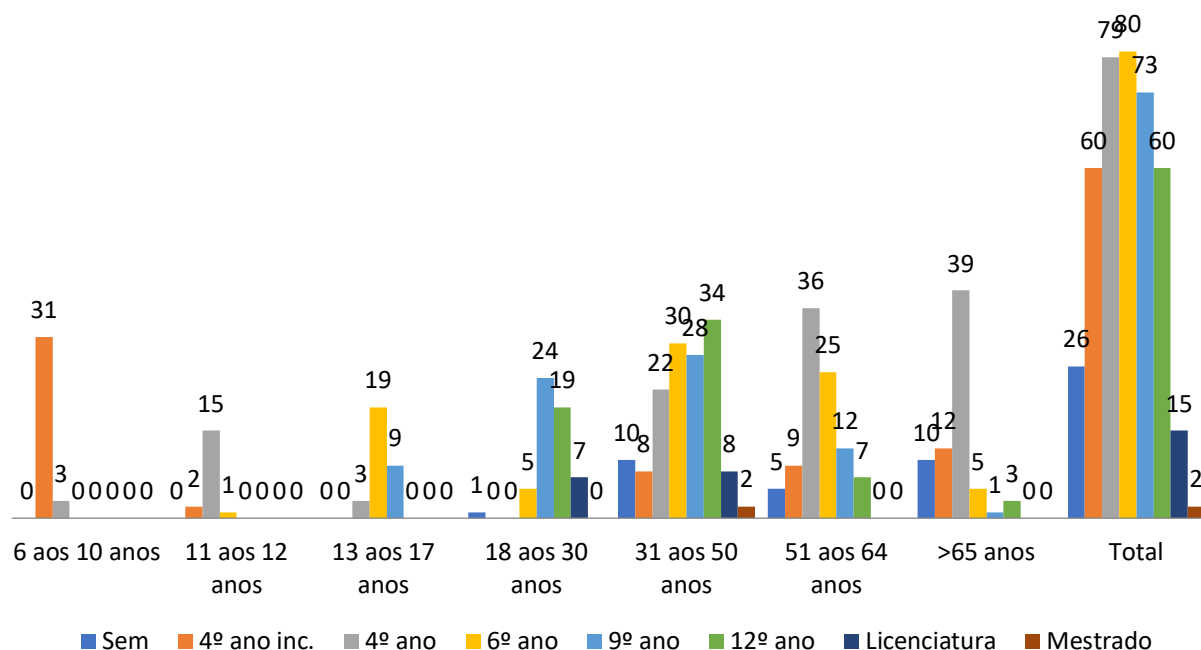


Gráfico 48 - Habilitações da população de Ílhavo em acompanhamento, do género feminino

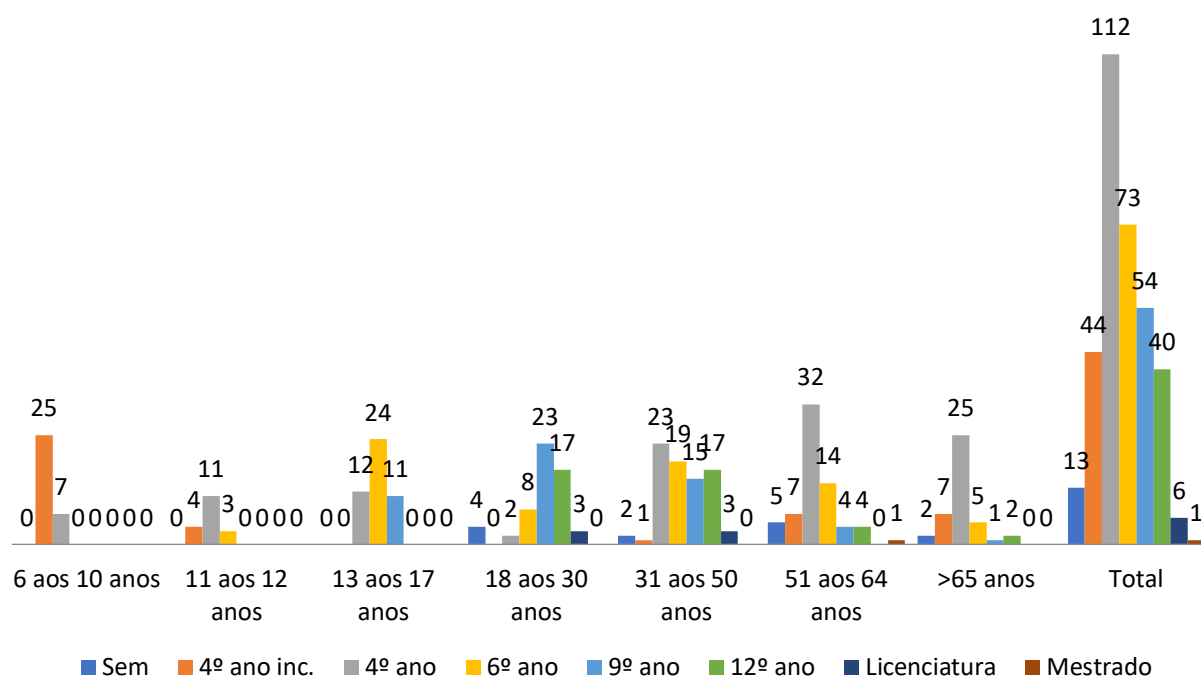


Gráfico 49 - Habilitações da população de Ílhavo em acompanhamento do género masculino

No que se refere à situação profissional podemos perceber que 26% da população acompanhada se encontra em situação de desemprego, 27% estão

dispensados ou por se encontrarem a estudar ou por terem idade inferior a 6 anos, 17% encontram-se dispensados de integrar mercado de trabalho ou por se encontrarem de Certificado de Incapacidade Temporária (CIT) ou ainda por serem pensionistas de invalidez.

Apenas 18% da população acompanhada se encontra integrada em mercado de trabalho, 2% trabalhadores por conta própria (TCP) e 16% trabalhador por conta de outro. A beneficiar de pensão de velhice estão 12%.

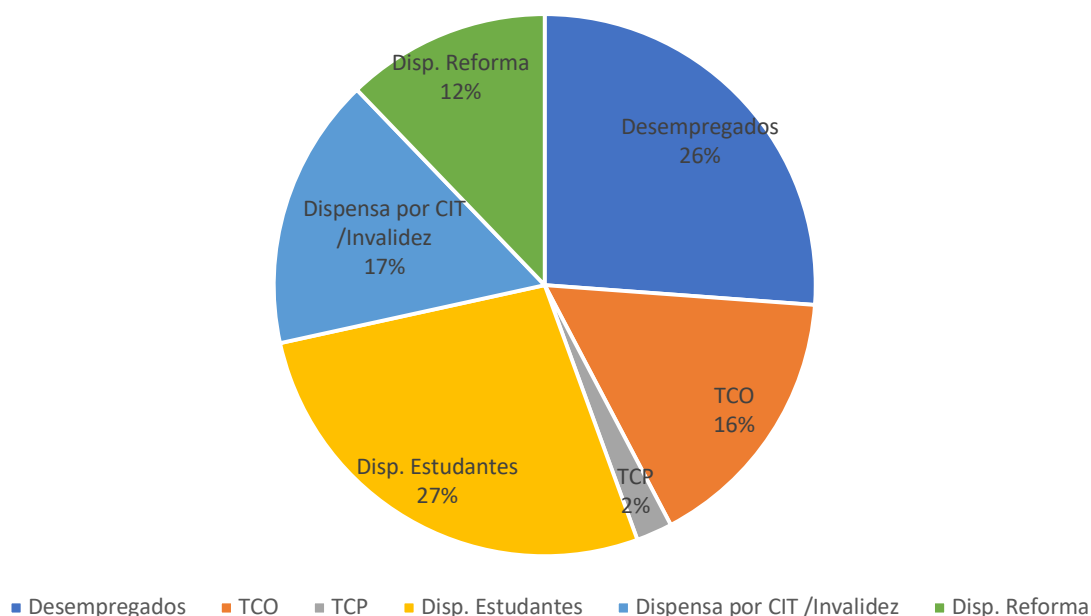







Gráfico 50 - Situação profissional dos beneficiários acompanhados pela RLIS de Ílhavo






Instituições Particulares de Solidariedade Social de Ílhavo

De acordo com o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), em termos jurídicos, as IPSS são “entidades sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público”.

As IPSS desenvolvem ações como o apoio à infância e juventude, apoio à família, a pessoas idosas e pessoas com deficiência e incapacidade e apoio à integração social e comunitária. Procuram resolver/minimizar problemas habitacionais da comunidade e também desenvolvem ações de educação e formação profissional. Na saúde, atuam na prevenção, promoção e proteção nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação. Visam a proteção social dos cidadãos em situações de doença, velhice, invalidez e morte, falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

Temos como IPSS e respetivas respostas sociais (oficiais com protocolo com a segurança social) / recursos (oficiosos):

-  Associação Aquém Renasce – Espaço Sénior;
-  Associação de Solidariedade Social da Gafanha do Carmo –Estrutura Residencial para Pessoas Idosas; Centro de Dia; Serviço de Apoio Domiciliário;
-  C.E.R.C.I.A.V – Centro de Reabilitação Profissional – Centro de Atividades Ocupacionais; Serviço de Apoio Domiciliário de Apoio às Famílias; Centro de Reabilitação Profissional; Protocolo de RSI; Formação Profissional;
-  CASCI – Creche; Educação Pré-escolar; Atendimento/Acompanhamento (RLIS); Lar Residencial; Estrutura Residencial para Pessoas Idosas; Centro de Dia; Centro de Atividades Ocupacionais; Formação Profissional; Centro de Emprego Protegido; Centro Comunitário; Cantina Social; Mediadores de POAPMC.
-  Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Nazaré – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas; Centro de Dia; Serviço de Apoio Domiciliário; Universidade Sénior;

-  Centro Social Padre José Kentenich – Creche; Educação Pré-escolar;
-  Centro Social Paroquial da Gafanha da Encarnação – Creche; Educação Pré-escolar; ATL;
-  Obra da Providência – Creche; Educação Pré-escolar; Centro de Convívio; CAFAP;
-  Património dos Pobres da Freguesia de Ílhavo – Creche; Educação Pré-escolar; Lar de Infância e Juventude; Casa Abrigo; Estrutura Residencial para Pessoas Idosas; Centro de Dia.
-  Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo – Creche; Creche familiar; Educação Pré-escolar; Espaço Sénior; Serviço de Apoio Domiciliário; Protocolo de RSI; Mediadores de POAPMC, Unidade de Cuidados Continuados Integrados, Serviço de Imagiologia, Serviço de Medicina Física e Reabilitação e Laboratório de Análises Clínicas.

Não obstante a diversidade de instituições e respostas sociais existentes, a capacidade das mesmas não é suficiente para fazer face às necessidades do concelho, pelo que se considera pertinente apresentar a capacidade de resposta de cada instituição, o número efetivo de utilizadores e o número de candidatos que aguardam resposta.

De destacar que os dados apresentados (capacidade e número de utilizadores) se reportam aos dados disponibilizados pela Carta Social⁹¹ e os dados referentes à lista de espera resultam dos dados disponibilizados pelas respetivas instituições no mês de novembro de 2018.

Infância

Creche familiar			
Instituição	Capacidade	Nº de utilizadores	Lista de espera
Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo	56	48	20

Tabela 49 - Caracterização da capacidade de resposta das instituições com a Resposta Social de Creche familiar no concelho de Ílhavo

Tem acordo firmado para 14 amas, no entanto, a setembro de 2019 apenas 12 amas exerciam funções.

⁹¹ <http://www.cartasocial.pt/> consultado a 19 de junho de 2019

Creche			
Instituição	Capacidade	Nº de utilizadores	Lista de espera
Centro Social Paroquial da Gafanha da Encarnação - Infantário da Anunciação	40	40	121
CASCI Centro de Infância da Costa Nova	35	35	
Centro de Infância da Barra	44	44	
Centro Ílhavo Social	49	49	
Centro Social Padre José Kentenich	35	35	
Obra da Providência	40	40	
Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo Centro Infantil da Lagoa	42	42	
Centro Infantil de Ílhavo	42	42	
Centro Paroquial de Assistência e Formação Dom Manuel Trindade Salgueiro	42	42	

Tabela 50 - Caracterização da capacidade de resposta das instituições com a Resposta Social de Creche no concelho de Ílhavo

Educação Pré-escolar			
Instituição	Capacidade	Nº de utilizadores	Lista de espera
Centro Social Paroquial da Gafanha da Encarnação - Infantário da Anunciação	50	50	7
Centro de Infância da Costa Nova	40	33	
CASCI Centro de Infância da Barra	66	58	
Centro Ílhavo Social	68	65	
Obra da Providência	44	41	
Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo Centro Infantil da Lagoa	46	37	
Centro Infantil de Ílhavo	55	52	
Centro Infantil da Gafanha	44	35	
Centro Paroquial de Assistência e Formação Dom Manuel Trindade Salgueiro	62	36	

Tabela 51 - Caracterização da capacidade de resposta das instituições com Resposta Social de Educação Pré-escolar no concelho de Ílhavo

Centro de Atividades de Tempos Livres			
Instituição	Capacidade	Nº de utilizadores	Lista de espera
Centro Social Paroquial da Gafanha da Encarnação - Infantário da Anunciação	30	30	7

Tabela 52 - Caracterização da capacidade de resposta da instituição com a Resposta Social de Centro de Atividades de Tempos Livres no concelho de Ílhavo

Comparativamente aos anos anteriores (2013 – 2018), pode observar-se no gráfico que se apresenta, que a Resposta Social Creche é a que apresenta mais oscilações, denotando-se a existência constante de lista de espera que aumentou significativamente no ano de 2017, e, embora com redução, se manteve alta no ano de 2018. Tais dados reforçam a possibilidade de se estar a inverter no concelho de Ílhavo a baixa natalidade.

Relativamente à educação pré-escolar, a resposta existente tem sido suficiente, não sendo as listas de espera significativas, o mesmo acontecendo com a resposta de atividades de tempos livres que não apresenta lista de espera, uma vez que existe também por parte da rede pública esta resposta.

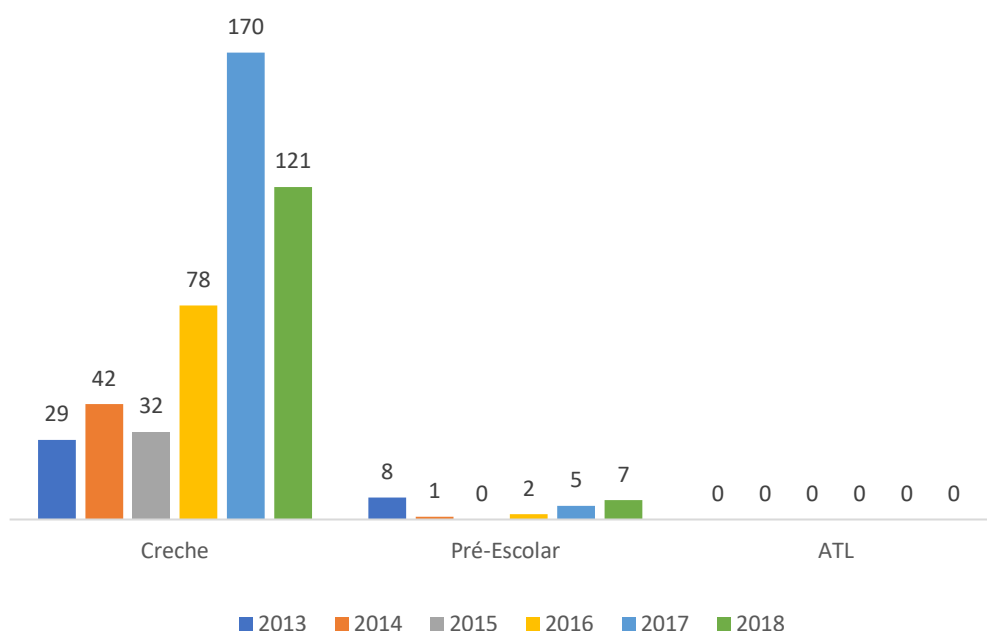


Gráfico 51 - Evolução do número de candidaturas para respostas sociais de apoio à infância no concelho de Ílhavo



Deficiência

Centro de Atividades Ocupacionais

Instituição	Capacidade	Nº de utilizadores	Lista de espera
CASCI – Centro de Reabilitação da Costa Nova	80	80	29
CERCIIV – CAO da Gafanha	90	90	

Tabela 53 - Caracterização da capacidade de resposta das instituições com a Resposta Social de Centro de Atividades Ocupacionais no concelho de Ílhavo

Lar Residencial

Instituição	Capacidade	Nº de utilizadores	Lista de espera
CASCI – Residencial Polivalente	32	32	42

Tabela 54 - Caracterização da capacidade de resposta das instituições com a Resposta Social de Lar Residencial no concelho de Ílhavo

Serviço Domiciliário de Apoio às Famílias

Instituição	Capacidade	Nº de utilizadores	Lista de espera
CERCIIV	40	34	

Tabela 55 - Caracterização da capacidade de resposta das instituições com Resposta Social de Serviço Domiciliário de Apoio às Famílias no concelho de Ílhavo

No gráfico 52, pode comparar-se a variação ao longo dos últimos anos do número de candidatos às respostas de apoio à deficiência. É notória a pouca variação na resposta de Lar Residencial, o que não acontece para a resposta de Centro de Atividades Ocupacionais, que apresentava no ano de 2013 uma lista de espera muito superior à que apresenta nos anos seguintes, até 2018.

Destaca-se, porém que estes dados absolutos em nada demonstram a grande preocupação que deverá recair sobre esta área em virtude da especificidade desta problemática tendo em consideração o impacto familiar, bem como o facto de o tempo de permanência aquando da sua integração em respostas sociais se apresentar longo.

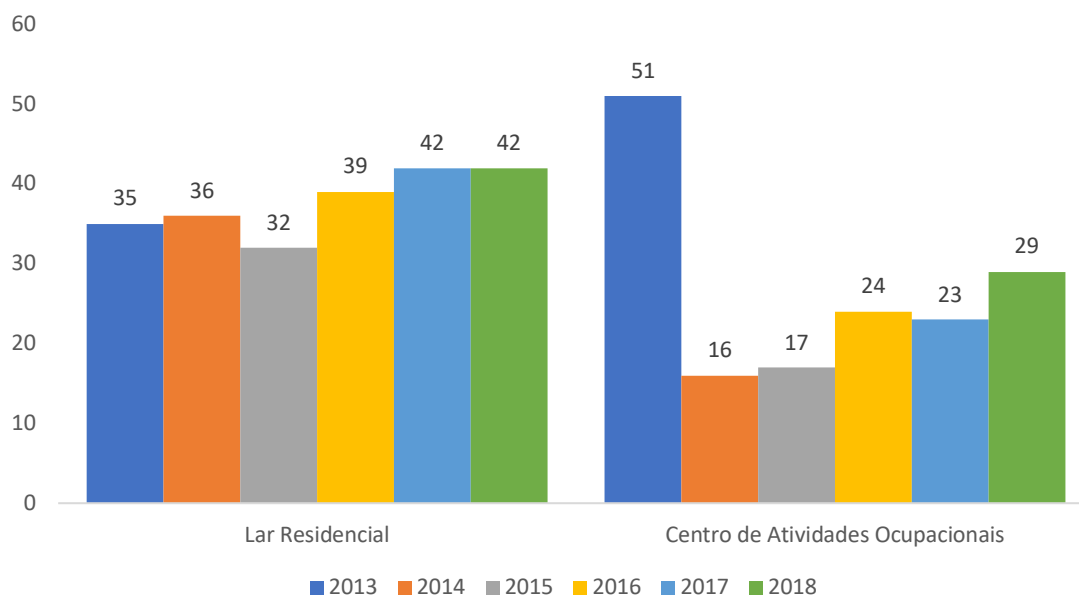


Gráfico 52 - Evolução do número de candidatos para Respostas Sociais de apoio à deficiência no concelho de Ílhavo



Envelhecimento

Centro de Dia			
Instituição	Capacidade	Nº de utilizadores	Lista de espera
Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Nazaré	20	19	16
Associação de Solidariedade Social da Gafanha do Carmo	25	19	
CASCI – Residencial Polivalente	15	6	
Património dos Pobres de Ílhavo – Lar de São José ⁹²			

Tabela 56 - Caracterização da capacidade de resposta das instituições com a Resposta Social de Centro de Dia no concelho de Ílhavo

⁹² Sem acordo com o Centro Distrital de Aveiro, do ISS, IP

Serviço de Apoio Domiciliário			
Instituição	Capacidade	Nº de utilizadores	Lista de espera
Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Nazaré	35	35	8
Associação de Solidariedade Social da Gafanha do Carmo	25	12	
Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo - Unidade de Cuidados Integrados	100	100	

Tabela 57 - Caracterização da capacidade de resposta das instituições com a Resposta Social de Serviço de Apoio Domiciliário no concelho de Ílhavo

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas			
Instituição	Capacidade	Nº de utilizadores	Lista de espera
Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Nazaré	67	67	174
Associação de Solidariedade Social da Gafanha do Carmo	20	20	
Património dos Pobres de Ílhavo – Lar de São José	54	54	
CASCI Residencial Polivalente	46	46	
Centro Ílhavo Social	28	28	

Tabela 58 - Caracterização da capacidade de resposta das instituições com a Resposta Social de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas no concelho de Ílhavo

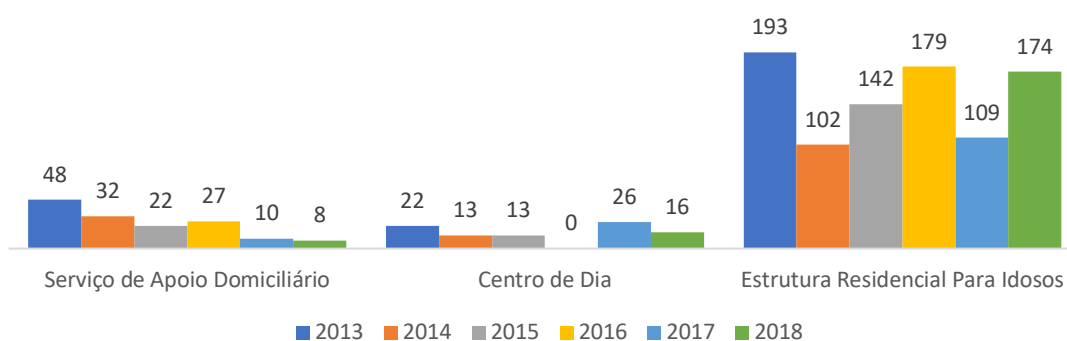


Gráfico 53 - Evolução do número de candidatos para as respostas sociais de apoio ao envelhecimento no concelho de Ílhavo

Cumpre-nos informar que no âmbito do envelhecimento, existem outras respostas, as quais não possuem acordo com o Centro Distrital de Aveiro, do ISS, IP, nomeadamente:

- ✓ Atelier Sénior – promovido pela Obra da Providência e frequentado por 10 idosos/as;
- ✓ Espaço Convívio – promovido pela Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, frequentado por 17 idosos/as;
- ✓ Espaços da Maior Idade – promovidos pela Câmara Municipal de Ílhavo, frequentados por 70 idosos/as;
- ✓ Espaço Sénior – promovido pela Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo, frequentado por 9 idosos/as;
- ✓ Universidade Sénior - promovida pelo Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Nazaré, frequentada por cerca 60 alunos/as.

Na vertente do envelhecimento, é de destacar que a lista de espera para a resposta social de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) é extensa, verificando-se atualmente situações em que o cuidado é assumido por outro familiar também de idade avançada.

Família e Comunidade

Centro Comunitário			
Instituição	Capacidade	Nº de utilizadores	Lista de espera
CASCI	150	150	

Tabela 59 - Caracterização da capacidade de resposta das instituições com a Resposta Social de Centro Comunitário no concelho de Ílhavo

Cantina Social			
Instituição	Capacidade	Nº de utilizadores	Lista de espera
CASCI	100	13	0

Tabela 60 - Caracterização da capacidade de resposta das instituições com a Resposta Social de Cantina Social no concelho de Ílhavo

Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental – CAFAP			
Instituição	Capacidade	Nº de utilizadores	Lista de espera
Obra da Providência	50	42	

Tabela 61 - Caracterização da capacidade de resposta das instituições com a Resposta Social de CAFAP no concelho de Ílhavo

Lar de Infância e Juventude

Instituição	Capacidade	Nº de utilizadores	Lista de espera
Património dos Pobres de Ílhavo			

Tabela 62 - Caraterização da capacidade de resposta das instituições com a Resposta Social de Lar de Infância e Juventude no concelho de Ílhavo

Casa Abrigo

Instituição	Capacidade	Nº de utilizadores	Lista de espera
Património dos Pobres			

Tabela 63 - Caraterização da capacidade de resposta das instituições com a Resposta Social de Casa Abrigo no concelho de Ílhavo

Formação Profissional

Instituição	Capacidade	Nº de utilizadores	Lista de espera
CASCI			

Tabela 64 - Caraterização da capacidade de resposta das instituições com a Resposta Social de Formação Profissional no concelho de Ílhavo

Emprego Protegido

Instituição	Capacidade	Nº de utilizadores	Lista de espera
CASCI			

Tabela 65 - Caraterização da capacidade de resposta das instituições com a Resposta Social de Emprego Protegido no concelho de Ílhavo

Rendimento Social Integrado⁹³

Instituição	Capacidade	Nº de agregados familiares	Lista de espera
CERCIAV	100	113	Não aplicável
Santa Casas da Misericórdia de Ílhavo	100	153	
Segurança Social	Não aplicável	26	

Tabela 66 - Caraterização da capacidade de resposta das instituições com a Resposta Social de RSI no concelho de Ílhavo

⁹³ Fonte: NLI de Ílhavo, dados referentes a 31 julho de 2019

Grupos sócio caritativos

Os Grupos sócio caritativos são organizações maioritariamente relacionadas com a Igreja Católica que se dedicam, de forma voluntária, a iniciativas de apoio à população mais concretamente de pessoas social e economicamente desfavorecidas.

No concelho de Ílhavo, os grupos sócio caritativos encontram-se presentes em todas as freguesias e trabalham em parceria com o ASI, reunindo regularmente, visando minimizar/eliminar situações de duplicação de apoios.

O ASI disponibiliza apoio técnico para que seja aferida a condição dos indivíduos/agregados e se conclua em que contexto estamos perante situações de pobreza e/ou exclusão social.

Todas as situações identificadas como vulneráveis passam a ser acompanhadas pelo SASS da RLIS do CASCI ou pelos protocolos de RSI. De referir que existe um trabalho de articulação junto de cada um destes grupos (por parte do ASI) com o objetivo de diminuir ou eliminar na totalidade a sobreposição de apoios (alimentar e/ou económico pontual), bem como de garantir que seja feita intervenção técnica junto dos agregados, de modo a que estes sejam encaminhados, no sentido de esgotarem todo e qualquer benefício a que tenham direito.

Em Ílhavo existem:

- ✓ Conferências de S. Vicente de Paulo de Ílhavo - com intervenção essencialmente na freguesia de S. Salvador, prestam apoio a 111 pessoas. Destes, 11 beneficiam de apoio medicamentoso e as restantes, a apoio alimentar⁹⁴;
- ✓ Grupo Cáritas Paroquial da Gafanha da Encarnação – com intervenção na freguesia da Gafanha da Encarnação prestam apoio maioritariamente de cariz alimentar, acompanha 25 famílias⁹⁵
- ✓ Grupo Cáritas Paroquial da Gafanha da Nazaré - com intervenção na freguesia da Gafanha da Nazaré, prestam apoio essencialmente alimentar. Acompanham 23 famílias (54 indivíduos)⁹⁶

⁹⁴ Dados disponibilizados pela instituição a 21 de fevereiro de 2019

⁹⁵ Dados disponibilizados pela instituição a 17 de setembro de 2019

⁹⁶ Dados disponibilizados pela instituição a 14 de fevereiro de 2019

✓ Grupo Cáritas Paroquial da Gafanha do Carmo - com intervenção na freguesia da Gafanha do Carmo, prestam apoio essencialmente alimentar. Acompanham 10 famílias (21 indivíduos)⁹⁷.

De destacar que as equipas de protocolo de RSI não possuem bens de natureza alimentar, pelo que, com recurso a requisições colmatam situações de carência a este nível numa estreita articulação com os citados grupos sócio caritativos.

⁹⁷ Dados disponibilizados pela instituição a 11 de março de 2019

Infância e Juventude

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

De acordo com o artigo nº 2 da Lei nº142/2015 de 8 de setembro, que procedeu à alteração da Lei 147/99 de 1 de setembro, as comissões de proteção de crianças e jovens (CPCJ) “são instituições oficiais, não judiciárias, com autonomia funcional, que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral”. As CPCJ exercem as suas atribuições em conformidade com a lei e deliberam com imparcialidade e independência.

No ano de 2018, a CPCJ de Ílhavo teve um total de 212 processos dos quais 63 transitaram do ano de 2017, 134 foram novos processos instaurados e 15 foram processos reabertos.

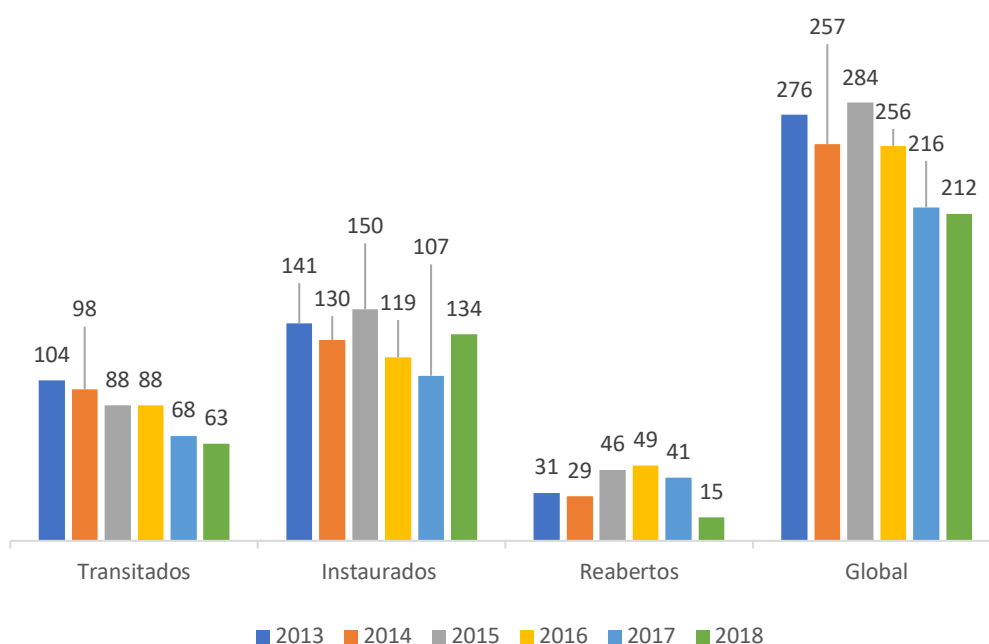


Gráfico 54 - Fluxo processual de 2013 a 2018 na CPCJ de Ílhavo

Através da análise do gráfico 54 observa-se uma redução do número global de processos, assim como no número de processos transitados de ano para ano e ainda de processos reabertos.

Do ano 2018 para o ano 2019 transitaram 46 processos, tendo-se arquivado 166 (111 cessação de acompanhamento, 5 por transferência e 50 arquivados liminarmente).

Relativamente à caracterização das crianças/jovens em acompanhamento, no ano de 2018, a maioria era do género feminino (61%). Numa distribuição por faixa etária, é na faixa dos 15 aos 17 anos que se verificam mais situações (56), seguindo-se a faixa dos 11 aos 14 (43) e dos 0 aos 2 anos (36). Também em 2018, a faixa dos 18 aos 21 anos foi a que registou menos acompanhamentos (12), como se verifica no gráfico 29.

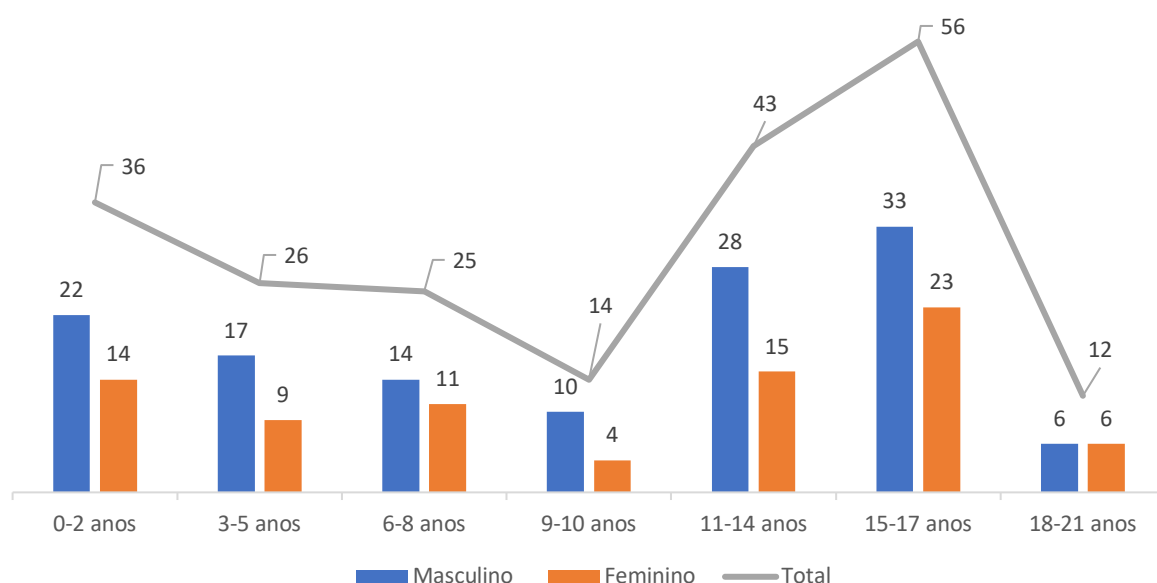


Gráfico 55 - Caracterização das crianças/jovens com processo na CPCJ de Ílhavo, por idade

Os estabelecimentos de ensino são a principal entidade sinalizadora (no ano de 2018 sinalizaram 27% dos casos), seguindo-se as provenientes da autoridade policial (18,9%) e o Ministério Público (10,1%), tendência verificada ao longo dos últimos anos.

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Estabelecimento de ensino	49	49	46	48	42	40
Autoridade Policial	7	10	54	14	22	28
Ministério Público	4	4	7	16	13	15
Projetos comunitários	---	1	---	2	1	12
Sem informação	3	16	10	18	9	8
CPCJ	37	6	14	17	12	7
Mãe	9	7	4	5	4	7
Estabelecimento de saúde	7	16	11	8	14	6
Pai	11	9	11	6	5	5
IPSS	4	4	4	6	2	4
NLI (RSI)	---	3	---	---	9	3
Familiares	14	4	8	15	3	3
Atendimento da Seg. Social	---	8	3	1	1	3
Vizinhos e particulares	17	13	9	7	2	2
Autarquia	---	3	1	---	2	2
Direção Geral de Reinserção Social	---	---	---	---	---	1
Tribunal	3	1	1	2	4	1
Projetos	---	1	---	2	---	1
Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco	---	---	---	---	2	---
Equipa Multidisciplinar de Apoio ao Tribunal /Setor de Assessoria Técnica aos Tribunais	2	5	---	4	1	---
Próprio/a	2	---	---	1	---	---
Instituição de acolhimento (Lar de Infância e Juventude / Centro de Acolhimento Temporário)	---	---	4	---	---	---
Pais	2	---	---	---	---	---

Tabela 67 - Evolução de sinalizações na CPCJ de Ílhavo por ano e entidade sinalizadora

De acordo com os dados disponibilizados pela CPCJ de Ílhavo, os principais motivos de sinalização são na generalidade:

- ✚ Exposição a comportamentos que afetam o bem-estar e desenvolvimento (embora em 2018 se tenha verificado uma redução de sinalizações por este motivo);
- ✚ Negligência, com variações muito inconstantes ao longo dos anos em análise;
- ✚ O facto de a criança/jovem assumir comportamentos que afetam o bem-estar e desenvolvimento;
- ✚ Exposição a violência doméstica (estes últimos com baixas oscilações).

Como se pode ver na tabela, as problemáticas mais diagnosticadas foram a adoção por parte da criança/jovem de comportamentos que o afetam, a negligência e o absentismo escolar.

	2015	2016	2017	2018
Assume comportamentos que o afetam	36	39	36	31
Negligência	62	43	32	18
Absentismo escolar	19	16	11	18
Exposição a Violência Doméstica	14	15	4	14
Ao cuidado de terceiros	0	3	16	9
Mau trato físico	5	7	8	7
Insucesso escolar	0	12	10	4
Mau trato psicológico/indiferença afetiva	19	11	2	4
Exposição a comportamentos que afetam o bem-estar e desenvolvimento	28	16	12	3
Abuso sexual	5	3	4	2
Abandono escolar	9	10	6	1
Outras situações de perigo	1	0	2	1
Ausência temporária de suporte familiar	0	3	2	0
Mendicidade	0	1	0	0
Crianças/jovens não acompanhados	0	1	0	0


Tabela 68 - Evolução das problemáticas diagnosticadas na CPCJ de Ílhavo


De destacar que não se verificam registos de abandono ou crianças/jovens entregues a si próprias, de práticas de facto qualificadas como crime ou situações de exploração do trabalho infantil.

Relativamente às medidas aplicadas, prevalece o apoio junto dos pais (definitiva), seguindo-se do acolhimento em residencial (definitiva) e o apoio junto de outro familiar (definitiva).


Promovido pela Comissão Nacional de Promoção de Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJCJ), o projeto “Tecer a Prevenção”, que tem como objetivo a dinamização das atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), na sua modalidade alargada, face às competências previstas no art.º18 da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, Lei n.º147/99, de 1 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, está na génese do atualmente implementado Plano Local de Promoção dos Direitos da Criança. Trata-se de um conjunto de ações de índole preventiva, em parceria com outras entidades, direcionadas à prevenção primária dos fatores de risco que, na comunidade, afetem as crianças e jovens, os seus direitos e interesses, bem-estar e desenvolvimento integral.

Em 29 de abril de 2015, a CPCJ de Ílhavo aderiu ao projeto “Tecer a Prevenção” tendo vindo a desenvolver, com envolvimento de todos os elementos da Comissão Alargada, bem como de representantes de outras entidades da comunidade com intervenção relevante na infância e juventude (ao nível da ação social, saúde, educação, cultural, desporto e associativismo juvenil), o Plano Local de Promoção de Direitos da Criança, que integrou 12 ações, em quatro eixos estratégicos, que vigorou entre maio de 2016 e abril de 2018. Depois de um período de avaliação, foi desenhado novo plano, que vigora até 2020, tendo como eixos:

 **Eixo 1** – Comunidade: com o objetivo de informar e envolver a comunidade na promoção dos direitos e dos recursos de proteção das crianças e jovens; assegurar que a comunidade conheça os direitos das crianças; diminuir a incidência dos maus tratos a crianças e jovens.

 **Eixo 2** – Vida Familiar e Competências Parentais: com o objetivo de promover espaços de reflexão sobre a vida familiar; apoiar as famílias no desenvolvimento de relações familiares promotoras do desenvolvimento saudável dos seus elementos; apoiar os pais no que se refere ao exercício do seu papel parental; diminuir os fatores de risco e potenciais fatores de proteção

associados à parentalidade nas famílias do concelho; promover a adoção e manutenção de uma parentalidade positiva.

 **Eixo 3** – Crianças e Jovens: com o objetivo de diminuir nas crianças e jovens a existência das problemáticas com maior incidência de acordo com os dados dos relatórios de atividades da CPCJ; desenvolver competências promotoras da boa integração das crianças e dos jovens na comunidade.

Família e redes de sociabilidade

Programa Municipal de Ocupação de Tempos Livres

Implementado desde 1999, o PMOTL, é um programa destinado a jovens entre os 16 e os 30 anos, que residam no concelho de Ílhavo, com o objetivo de os ocupar nos meses de julho e agosto.

Para além de permitir o envolvimento ativo, empenhado e responsável dos jovens em atividades com claro interesse para a comunidade, é também um meio de valorização pessoal que contribui muito para a formação da personalidade do jovem, desenvolvendo a sua autoconfiança, capacidade de organização, espírito de equipa e entreajuda, tornando-se também um complemento à sua formação académica.

Ao participar, o jovem pode vivenciar experiências em projetos de Animação de Espaços Lúdicos e Culturais, o Apoio Administrativo em Projetos da CMI e Educação Ambiental. Fora da autarquia, podem ainda exercer atividades através da integração em projetos de Apoio à Terceira Idade bem como de Apoio à Infância.

Totalmente suportado pela autarquia, os jovens recebem no fim da sua participação uma bolsa que varia entre os 185,00€ e os 225,00€, de acordo com a área em que participam.

No ano de 2019 o programa foi frequentado por 76 jovens.

Programa Vocação

Implementado desde 2005, o Programa Vocação é um programa destinado a jovens entre os 14 e os 25 anos, que residam no concelho de Ílhavo, com o objetivo de os ocupar durante os tempos livres em períodos de aulas, em turnos de três meses com uma carga horária de 90 horas (30 horas/mês).

Durante a participação no programa, os jovens podem experimentar diferentes áreas, tais como: Educação e Sensibilização Ambiental, Fomento da Atividade Desportiva, Apoio à Juventude, Proteção Civil, Valorização e Promoção do Património e da Cultura do Mar, Animação Cultural, Dinamização de Espaços Lúdicos e Culturais e Comunicação Institucional.

Totalmente suportado pela autarquia, os jovens recebem no fim da sua participação, uma bolsa.

Destacar que mais importante do que este ganho económico, é o facto de ser um programa que em muito contribui para o enriquecimento da formação dos jovens

do concelho, complementando a sua formação académica, entre outros benefícios como por exemplo o incentivo para a participação social e comunitária.

Totalmente suportado pela autarquia, os jovens recebem no fim da sua participação uma bolsa no valor de 200€.

No ano de 2019 o programa foi frequentado nos primeiros dois turnos por 37 jovens, estando previsto para o último turno a participação de 17 jovens.

Cartão Família

O Cartão Família surge com o intuito de proporcionar a todos os residentes em Ílhavo e integrados em agregados familiares compostos por três ou mais elementos dependentes (incluindo pessoas com deficiência e idosos dependentes), o acesso a benefícios na aquisição de bens e serviços, proporcionados por entidades públicas e privadas do Município de Ílhavo.

As famílias titulares deste cartão beneficiam de descontos nas piscinas municipais, no acesso a atividades culturais e participações na componente de apoio à família do Ensino Pré-Escolar e 1º Ciclo Básico, assim como benefícios na aquisição de bens e serviços na área da saúde, cultura, educação e desporto, assim como numa rede de parceiros privados.

Em setembro de 2019 estão ativos 49 cartões.

Gabinete de Apoio à Família

Promovido pelo Município de Ílhavo, o Gabinete de Apoio à Família é um serviço destinado a todas as famílias do concelho e tem como missão potenciar a família nas suas diferentes dimensões, proporcionando uma resposta global e integrada aos problemas apresentados.

Disponibilizado de forma gratuita, esta resposta proporciona atendimento, aconselhamento, apoio psicoterapêutico e encaminhamento, sempre que se justifique, para outras respostas e serviços adequados aos problemas apresentados. Pretende ajudar as famílias a lidar com qualquer tipo de dúvida ou problema relacionado com a vida familiar, ou com um dos elementos da família, quer se trate de uma crise esperada (como as mudanças provocadas pela entrada na escola, na adolescência ou problemas provenientes do processo de envelhecimento), quer se trate de uma crise inesperada (como o desemprego, a doença, a morte).

O gabinete é constituído por uma equipa multidisciplinar formada por técnicos das áreas de psicologia, serviço social, sociologia, direito e gerontologia.

Desde a sua génese até setembro de 2019 o Gabinete de Apoio à Família realizou 46 atendimentos, 3 encaminhamentos e tem ativos 12 processos.

Problemas e Diagnóstico

*Problemas identificados**Análise SWOT*

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> ○ Serviço Local da Segurança Social ○ RLIS ○ Resposta social de atendimento/acompanhamento social ○ CLAS ○ 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Consumo de substâncias ilícitas ○ Consumo de álcool ○ Falta de transportes / dificuldades de acesso aos serviços ○ Falta de respostas para a Saúde Mental ○ Falta de respostas para Idosos dependentes
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ○ Programa de Emergência Alimentar ○ Existência de Bancos de Recursos de Apoio às Famílias (pelas IPSS); ○ ○ 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Falta de respostas sociais e existência de lista de espera ○ Tráfico de estupefacientes ○ Dificuldade de sinalização dos casos de pobreza envergonhada ○ Falta de motivação e resistência à mudança

Segurança

Pensar o desenvolvimento social implica o conhecimento da realidade sócio criminal, visto tratar-se de um fator que afeta não só a vida das pessoas, bem como a forma de viver em sociedade. Por sua vez, estruturar o diagnóstico social de um local também remete para o estudo da criminalidade visto estar diretamente articulada com a geografia e com fenómenos que ocorrem em cada território.

Neste capítulo pretende-se dar a conhecer alguns indicadores de segurança do concelho de Ílhavo.

Em Ílhavo a segurança é garantida pela Guarda Nacional Republicana que, para além de promover a segurança da população e garantir os serviços de vigilância, fiscalização e prevenção, desenvolve também projetos de âmbito comunitário como o Policiamento de Proximidade, o Programa Escola Segura e o Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, Verão Seguro.

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE⁹⁸, os quais são plasmados na tabela que se apresenta, é perceptível que no período em análise, 2016 e 2017 foram anos com menos registos de crime de forma geral.

	2013	2014	2015	2016	2017
Portugal	376.403	351.311	356.032	330.872	341.950
Centro	68.354	63.711	63.943	58.023	59.329
Região de Aveiro	12.331	11.827	11.281	10.437	10.614
Ílhavo	1.330	1.407	1.482	1.338	1.159

Tabela 69 - Evolução do número de crimes por ano e território

Nas taxas disponibilizadas pelo INE⁹⁹, denota-se que Ílhavo apresenta uma tendência decrescente da violência, reduzindo, por exemplo, do ano 2016 para o ano de 2018, de 34,8‰ para 25,5‰, o que não acontece com as restantes unidades territoriais de referência, em que a variação tem sido estatisticamente pouco

⁹⁸ Dados obtidos em www.ine.pt consultado a 16 de julho de 2019

⁹⁹ Dados obtidos em www.ine.pt consultado a 16 de julho de 2019

significativa. São os crimes contra o património e contra a integridade física, os que mais se manifestam no concelho de Ílhavo.

		Total	Categoria de crime					
			Crimes contra a integridade física	Furto/roubo por esticção e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	Condução sem habilitação legal	Crimes contra o património
		‰						
2018	Portugal	32,4	5,1	0,8	3,3	1,8	0,9	16,6
	Centro	25,5	4,4	0,3	1,9	1,8	0,7	12,5
	Região de Aveiro	27,8	5,2	0,4	2,6	2,1	0,7	14,2
	Ílhavo	25,5	4,6	0,4	2,8	2,9	0,6	12,8
2017	Portugal	33,2	5,2	1	3,2	1,9	0,9	16,6
	Centro	26,6	4,5	0,3	1,9	1,8	0,7	12,7
	Região de Aveiro	29,2	5,3	0,4	2,4	2,2	0,9	14,2
	Ílhavo	30,1	5,7	0,3	2,5	4	0,6	14
2016	Portugal	32,1	5,1	1	3,2	2	0,9	16,7
	Centro	25,9	4,4	0,4	2,3	1,9	0,8	13,2
	Região de Aveiro	28,7	4,8	0,4	2,6	2,5	0,9	14,7
	Ílhavo	34,8	4,6	0,4	3,3	6,5	1	17,5

Tabela 70 - Taxa de criminalidade (‰) por Localização geográfica e Categoria de crime; anual

Não obstante a este decréscimo, analisando o gráfico 56, é perceptível que o crime de violência doméstica apresenta uma tendência crescente.

De referir que Aveiro surge em 4º lugar nacional com mais queixas, seguido de Lisboa, Porto e Setúbal (notícia em Diário de Aveiro de 09.09.2019), o que se pressupõe que se reflita no concelho de Ílhavo.

De sublinhar que no âmbito do desenvolvimento de políticas de prevenção de violência existe em Ílhavo um Protocolo de Compromisso com a Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção de Vítimas de Tráfico de Seres Humanos (desde 2013), que se foca na disponibilização de meios para vítimas do Tráfico de Seres Humanos.

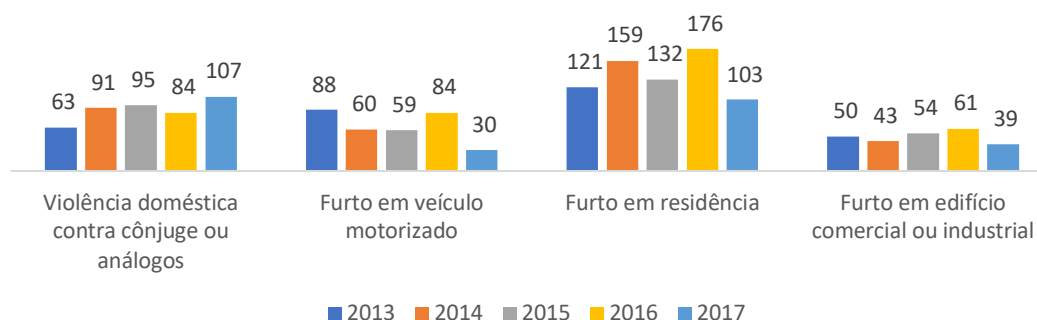


Gráfico 56 - Evolução de acordo com a categoria do crime no concelho de Ílhavo

A segurança é também influenciada pelos sinistros rodoviários ocorridos no concelho. Nos anos em análise, não se verificam grandes variações, embora seja de salientar o número de atropelamentos significativo ocorridos no ano de 2015.

Ílhavo	Acidentes com vítimas	Vítimas mortais	Feridos	Peões atropelados	Vítimas mortais por atropelamento
2013	147	3	168	10	---
2014	125	---	162	10	---
2015	156	3	188	72	1
2016	159	3	194	13	1
2017	149	4	180	17	1

Tabela 71 - Registo de sinistralidade no concelho de Ílhavo

Destaca-se, porém, que comparativamente com outras unidades territoriais, Ílhavo é o único que apresenta uma evolução crescente apresentando em 2017 um número de mortos por 100 acidentes de viação com vítimas superior às restantes unidades.

	2013	2014	2015	2016	2017
Portugal	-	-	-	-	-
Centro	2,1	1,9	2,1	1,9	1,7
Região de Aveiro	1,9	0,7	2,6	2,1	1,6
Ílhavo	2	0	1,9	1,9	2,7

Tabela 72 - Mortos por 100 acidentes de viação com vítimas por localização geográfica

Violência Doméstica

Atendendo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003, de 7 de julho, “entende-se por violência doméstica toda a violência física, sexual ou psicológica que ocorre em ambiente familiar e que inclui, embora não se limitando a, maus tratos, abuso sexual de mulheres e crianças, violação entre cônjuges, crimes passionais, mutilação sexual feminina e outras práticas tradicionais nefastas, incesto, ameaças, privação arbitrária de liberdade e exploração sexual e económica. Embora maioritariamente exercida sobre mulheres, atinge também, direta e ou indiretamente, crianças, idosas e idosos e outras pessoas mais vulneráveis, como as deficientes.”

Trata-se de um crime público, com dimensões preocupantes uma vez que os números de ocorrências tendem a aumentar, tal como o enquadramento, começando a verificar-se situações desde os períodos de namoro.

Em Ílhavo, existe uma estreita relação do ASI com o Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica (NAVVD) o qual permite uma fácil articulação relativamente às situações sinalizadas, ajudando no diagnóstico e respetivo encaminhamento para um apoio especializado. Este núcleo acede às instalações do ASI com regularidade para realizar atendimentos a vítimas.

De acordo com o NAVVD (Cáritas Diocesana de Aveiro), no ano de 2018 foram realizados 130 atendimentos a vítimas residentes no concelho de Ílhavo, num total de 39, correspondente a 33 famílias. Das situações acompanhadas em 2018, destacar que 29 delas eram situações novas e 10 transitaram do ano anterior.

No período de referência os atendimentos foram essencialmente telefónicos e a intervenção mais realizada foi o apoio psicossocial.

No que reporta ao perfil da vítima, é predominante o género feminino e na faixa dos 35-44 anos, com 9 mulheres identificadas. No caso das vítimas de sexo masculino,

no total de 5 durante o período de referência, é de destacar que 3 das vítimas tinham menos de 16 anos. Das 39 vítimas atendidas no ano de 2018, 33 eram de nacionalidade portuguesa e 6 estrangeira.

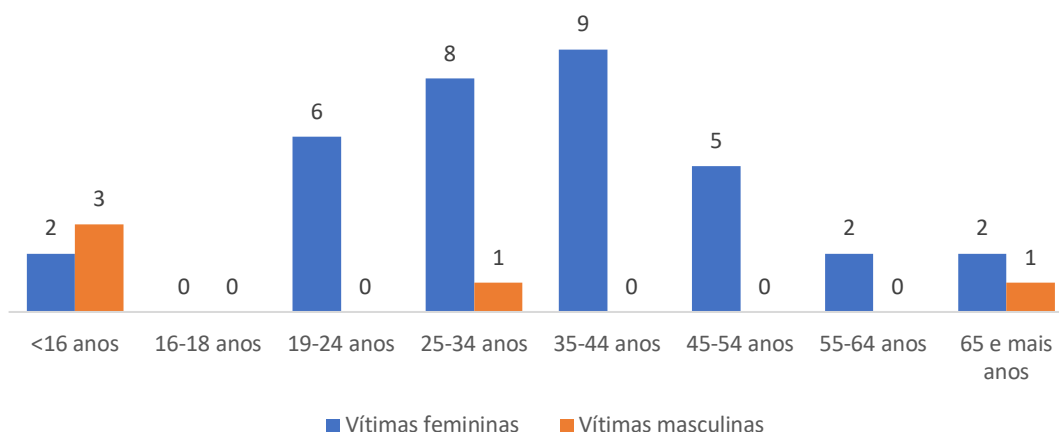


Gráfico 57 - Caracterização das vítimas do concelho de Ílhavo por faixa etária e género

Caracterizando as sinalizações de acordo com a entidade que as encaminha, grande parte dos encaminhamentos provêm do Ministério Público e de outras entidades. Apenas um dos encaminhamentos foi preconizado pela própria vítima, como se pode ver no gráfico que se apresenta.

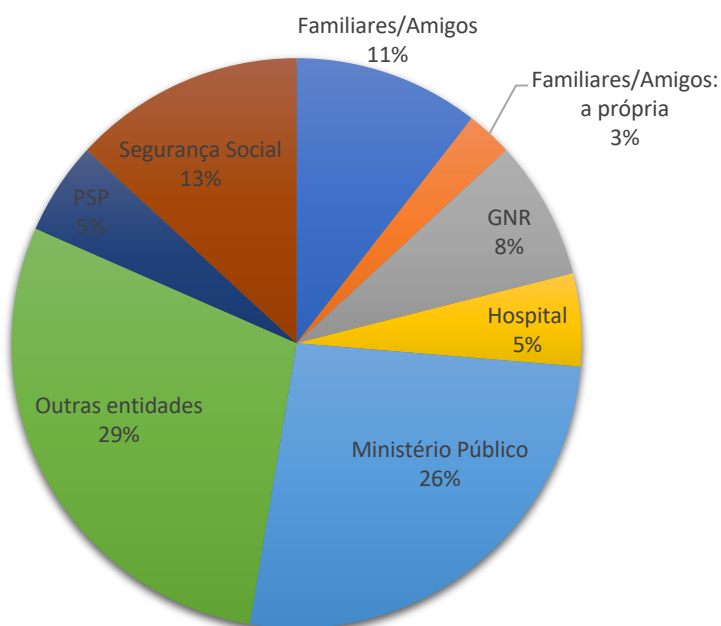


Gráfico 58 - Percentagem de encaminhamentos no concelho de Ílhavo de acordo com a entidade que encaminha

De referir que Ílhavo, no desenvolvimento de políticas orientadas para o seio familiar, possui um Protocolo de Cooperação com o Ministério da Justiça/Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios (2008), permitindo o funcionamento do Sistema de Mediação Familiar, sempre que solicitado.

No que se reporta a temática concreta da violência doméstica, considera-se que a informação quantitativa disponível é parca. Não obstante, no âmbito da prática desenvolvida pelos técnicos de atendimento e acompanhamento social, esta é uma problemática premente e que se percebe muitas vezes associada a outras, nomeadamente o alcoolismo e problemas psiquiátricos.

Problemas e Diagnóstico

Problemas identificados

Análise SWOT

Pontos fortes	Pontos fracos
<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	<input type="radio"/> <input type="radio"/>
Oportunidades	Ameaças
<input type="radio"/> <input type="radio"/>	<input type="radio"/> <input type="radio"/>

Emprego e Formação Profissional / Atividades Económicas

Desemprego em Ílhavo

O concelho de Ílhavo à semelhança do panorama nacional, não apresenta pleno emprego. Não obstante, os números de desempregados têm vindo a diminuir muito significativamente.

No ano de 2018, Ílhavo apresentava uma média de 1.180,9 desempregados, valor significativamente inferior ao registado em 2013 (2.428,4).

Para além das políticas nacionais de incentivo ao emprego, também as levadas a cabo localmente pelo Serviço de Apoio à Formação e Emprego (SAFE) promovido pela Câmara Municipal de Ílhavo e mais recentemente pelo Gabinete de Inserção Profissional (GIP) dinamizado pela Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, têm contribuído para a diminuição do desemprego. Ambos tem por objetivo o apoio aos jovens e adultos desempregados na definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, em estreita articulação com as entidades empregadoras e formativas da Região.

A tabela que se segue apresenta a caracterização dos desempregados no período compreendido entre os anos de 2013 a 2018

		2013	2014	2015	2016	2017	2018
Portugal		707.807	639.187	560.843	523.175	434.462	357.325
Região de Aveiro		21.724,1	19.053,7	16.603,6	14.791,1	11.595,6	9.641
Ílhavo (média anual)		2.428,4	2.088,5	1.809,7	1.677,6	1.301,0	1.180,9
Ílhavo (total em dezembro)		2.384	2.045	1.879	1.535	1.201	1.168
Desempregados inscritos em % da população residente com 15 a 64 anos		9,3	8,0	7,0	6,5	5,0	4,6
Tempo inscrição	menos de 1 ano	1.482,8	1.179,3	1.021,7	941,8	708,1	678,5
	mais de 1 ano	945,7	909,2	788	735,8	592,9	502,4
Por grupo etário	Menos de 25 anos	317,8	288,3	228,6	204,4	147,3	129
	Dos 25-34 anos	571,1	463,4	394,9	345,9	261,1	230,5
	35-44	626,8	504,1	415,3	372,1	284,2	271,1
	45-54	544,4	461,9	400,2	383,6	289,2	236,3
	55 ou mais	368,4	370,8	370,8	371,6	319,3	314
Género	Masculino	1.172,2	1.003	806	732,3	575,8	508,8
	Feminino	1.256,3	1.085,5	1.003,7	945,3	725,3	672,1
Tipo desemprego	1º emprego	260,7	254,1	218,8	208,8	154,3	140,3
	Novo emprego	2.167,8	1.834,4	1.590,8	1.468,8	1.146,7	1.040,7
	Sem nível escolaridade	175,1	137,4	128,8	136,4	120	105,1
Nível escolaridade	Básico/1º ciclo	501,3	410,2	362,9	335,3	222,8	190,8
	Básico/2º ciclo	436,3	364,2	304	258,8	196,2	167,8
	Básico/3º ciclo	490,4	400,4	336,4	310	235,6	238,1
	Secundário	445	435,7	382,6	374,6	285,8	267,8
	Superior	380,3	340,7	294,9	262,5	240,8	211,3

Tabela 73 - Caracterização de desempregados no concelho de Ílhavo com inscrição no IIEFP de 2013 a 2014

Importa, porém, que a caracterização das pessoas desempregadas no concelho está em linha com a caracterização do desempregado a nível nacional, destacando-se o género feminino como o género mais vulnerável, assim como a população compreendida entre os 35 e os 54 anos e por sua vez, a faixa dos 55 ou mais anos é a que apresenta menos variações.

Relativamente ao período de desemprego, a maior parte dos inscritos está desempregada há menos de 1 ano, ainda que em média tenha uma escolaridade igual ou superior ao 3º ciclo do ensino básico.

Também ao nível do vencimento se verificam discrepâncias de género, não sendo este um problema apenas verificado no concelho, como reporta o gráfico que se apresenta.

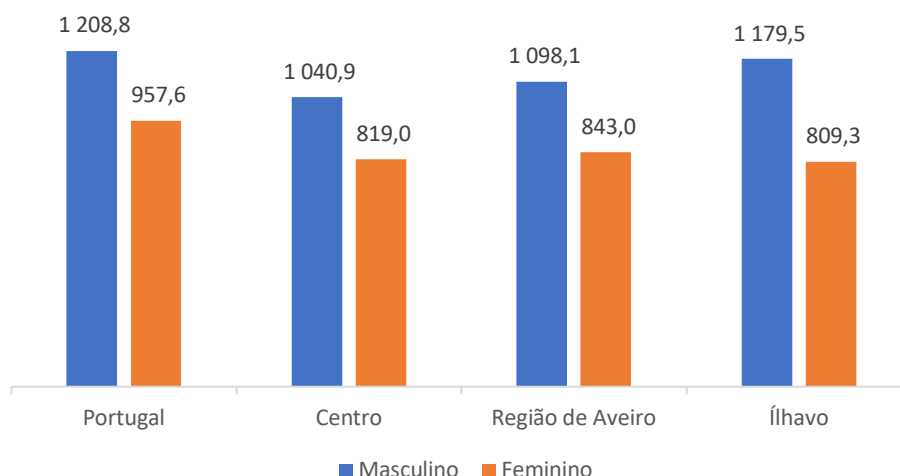


Gráfico 59 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem por sexo no ano de 2013 de acordo com a localização

Em Ílhavo a diferença entre o salário mínimo a nível nacional e a remuneração base média mensal tem vindo a reduzir, situando-se no ano de 2016 numa diferença média mensal na remuneração base de 312€, podendo verificar-se na tabela que se apresenta, que a diferença no concelho é inferior à registada na Região de Aveiro e em Portugal.

	2013	2014	2015	2016
Portugal	-427€	Rv -422€	Rv -406€	Rv -392€
Centro	-302€	Rv -303€	Rv -288€	Rv -276€
Região de Aveiro	-348€	Rv -356€	Rv -345€	Rv -330€
Ílhavo	-355€	Rv -349€	Rv -334€	Rv -312€

Tabela 74 - Diferença entre o salário mínimo nacional e remuneração base média mensal¹⁰⁰

¹⁰⁰ Dados obtidos em www.pordata.pt consultado a 01 de julho de 2019 (RV – valor revisto pela entidade).

Emprego em Ílhavo

A proximidade à A25 e à A17 veio dinamizar a economia do concelho permitindo uma maior dinamização de dois grandes fatores de desenvolvimento económico já existentes, nomeadamente o Porto de Aveiro (Gafanha da Nazaré) e as Zonas Industriais da Mota (Gafanha da Encarnação) e a das Ervasas (Ílhavo).

Relativamente à população empregada por setor de atividade, é o sector terciário que emprega mais cidadãos (65,3%), e o que emprega menor número de pessoas (4,3%) é o setor primário à semelhança do quadro nacional.

No concelho, destacam-se, de acordo com os censos 2011, outros números pertinentes para compreender a realidade do emprego, a saber:

- ✓ 16% da população empregada trabalha por conta própria e 82,3% por conta de outrem;
- ✓ 26,3% das famílias não têm indivíduos ativos;
- ✓ Tem uma taxa de atividade¹⁰¹ de 49,2% (em Portugal é de 60,5%);
- ✓ Uma taxa de desemprego¹⁰² de 26,9% (em Portugal é de 12,7%), sendo 26,9% a taxa de desemprego jovem;
- ✓ A taxa de emprego da população em idade ativa¹⁰³ é de 51,2% (77,8% em Portugal).

Pode ainda referenciar-se a distinção de “Marca Entidade Empregadora Inclusiva” (2017/2018), promovida pelo IEFP, IP., distinção pública de práticas de gestão inclusiva de entidades empregadoras do setor privado, público ou economia social, respeitantes às pessoas portadoras de deficiência e/ou incapacidade¹⁰⁴ atribuído à Câmara Municipal de Ílhavo.

¹⁰¹ A taxa de atividade representa o número de ativos por cada 100 pessoas com 15 e mais anos. Os ativos são a mão-de-obra disponível para trabalhar, incluindo-se na população ativa os trabalhadores que estão empregados e desempregados.

¹⁰² A taxa de desemprego representa o número de desempregados por cada 100 ativos. Os ativos são a mão-de-obra disponível para trabalhar, incluindo-se na população ativa os trabalhadores que estão empregados e desempregados.

¹⁰³ A taxa de emprego representa o número de empregados por cada 100 pessoas com idade ativa.

¹⁰⁴ Distinção atribuída pela primeira vez a 11 instituições de 99 candidaturas.

Formação Profissional

A formação profissional visa a empregabilidade, tendo no seu objetivo a aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e comportamentos adequados ao bom desempenho de determinada profissão.

Em Ílhavo a formação profissional é promovida pelo CASCI, pela CERCIAV e pelo FOR-Mar.

O CASCI, com o seu Centro de Reabilitação Profissional (CRP) desenvolve as suas respostas de Formação Profissional nas áreas da doçaria, carpintaria, jardinagem e auxiliar de serviços gerais. No Emprego Protegido, aposta na formação pessoal, social e profissional da população jovem e adulta com deficiência e incapacidade, tendo em funcionamento unidades produtivas ao abrigo da Medida Emprego Protegido, financiada pelo IEF, nas áreas da Agropecuária, Serração/Carpintaria, Serviços Gerais/Lavandaria e Costura, Agroalimentar (Doçaria) e Olaria.

A CERCIAV promove, através do CRP, a qualificação de pessoas com deficiência e incapacidade com vista à sua integração profissional. Os seus domínios de intervenção são:

- ✓ Conceção de intervenções, programas, instrumentos e suportes formativos;
- ✓ Organização e promoção das intervenções ou atividades formativas;
- ✓ Desenvolvimento/execução de intervenções ou atividades formativas”¹⁰⁵.

Acresce-se que este CRP assume o IAOQE - Informação, Avaliação e Orientação para a Qualificação e o Emprego, AC - Acompanhamento à Colocação e APC - Acompanhamento Pós-colocação, com o intuito de apoiar a manutenção e a consolidação do emprego das pessoas com deficiências e incapacidades.

Na CERCIAV é possível frequentar os cursos de: Ajudante de Carpinteiro/a de Limpos, Ajudante de Serralheiro/a Civil, Ajudante de Operador/a Agrícola e de Jardinagem, Ajudante de Empregado/a de Andares e Carpinteiro/a de Limpos.

No que se reporta ao FOR-Mar, Centro de Formação Profissional do setor das pescas, a caracterização da sua intervenção já se encontra devidamente escalpelizada no capítulo da educação.

¹⁰⁵ <http://www.cerciav.pt/servicos.aspx?id=3>, consultado a 09 de maio de 2019

Atividades económicas

De acordo com os dados da Associação Industrial do Distrito de Aveiro (AIDA), 29,3% da área do concelho é agrícola, 38,6% urbana e 20,7% florestal (a restante área corresponde à ria/mar).

Segundo a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, em 2017, Ílhavo apresentava uma densidade de 54,1 empresas por Km², estando aqui sediadas 3.973 empresas.

Tendo em observância os dados da referida Comissão¹⁰⁶, em 2018, a Taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens¹⁰⁷ foi de 70,1%. A proporção de exportações intracomunitárias (UE28) no total de exportações (exportação de bens com origem na região) foi 78,8% e a proporção de importações intracomunitárias no total das importações (importação de bens com destino na região) foi de 71,4%. Assim, apesar da importação de bens com destino na região ser próxima da exportação de bens com origem, esta é superior.

Recursos Locais para a Promoção da Empregabilidade

Interessado em dinamizar e promover o desenvolvimento económico, o Concelho de Ílhavo garante diversos recursos a empresários e empreendedores que se desloquem para este meio.

Serviço de Apoio à Formação e Emprego

O Serviço de Apoio à Formação e Emprego, em estreita ligação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, é uma resposta no âmbito do apoio a jovens e adultos desempregados.

Tem como objetivos o acompanhamento, a informação, orientação profissional, apoio e acompanhamento de jovens adultos e desempregados à procura de uma formação e/ou emprego, e são alcançados através da realização de atividades como:

- ✓ Informação profissional para jovens e adultos desempregados;
- ✓ Apoio na procura ativa de emprego (currículos, cartas, anúncios, entrevistas);

¹⁰⁶ Dados obtidos em <https://datacentro.ccdrc.pt/>, consultado a 5 de julho de 2019

¹⁰⁷ A taxa de cobertura das importações pelas exportações é a percentagem de compras de bens e serviços ao resto do mundo que é compensada pela venda de bens e serviços ao resto do mundo. A taxa de cobertura é inferior a 100% quando se importa mais do que se exporta e é superior a 100% quando se exporta mais do que se importa.

- ✓ Divulgação de ofertas de emprego e atividades de colocação;
- ✓ Divulgação de ofertas de qualificação e respetivo encaminhamento;
- ✓ Divulgação e encaminhamentos para medidas de apoio ao emprego, qualificação e empreendedorismo;
- ✓ Divulgação no sítio oficial da Câmara do Guia de Emprego de consulta fácil que permite a orientação para estratégias de procura ativa de emprego, ajudando na definição de um plano pessoal de emprego.

Gabinete de Inserção Profissional

A Junta de Freguesia de S. Salvador, em parceria com o IEFP, disponibiliza o Gabinete de Inserção Profissional (GIP) com o objetivo de prestar apoio a jovens e adultos desempregados na sua definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, em estreita relação com o IEFP.

Dos diferentes objetivos do GIP, podemos destacar:

- ✓ Acompanhamento personalizado dos desempregados;
- ✓ Captação de ofertas;
- ✓ Divulgação e colocação de ofertas de emprego;
- ✓ Encaminhamento para ofertas de qualificação;
- ✓ Divulgação de programas comunitários que promovam a mobilidade no emprego e na formação profissional no espaço europeu;
- ✓ Motivação e apoio à participação em ocupações temporárias ou atividades de voluntariado.

PCI – Parque de Ciência e Inovação

O PCI, reconhecido pelo seu caráter inovador ao ser único em Portugal e resulta de uma aposta de Equipa entre a Universidade de Aveiro, o Poder Local e as Empresas. É gerido em estreita ligação à gestão das incubadoras (polos da incubadora da UA) e das Áreas de Acolhimento Empresarial dos onze Municípios da Região de Aveiro.

Reunindo todas as condições para atrair empresas de dimensão internacional, que possam procurar em Ílhavo oportunidades de acesso a novos mercados, é também um elemento de projeção internacional do concelho e da região.

De destacar que também serve de instrumento para a execução de prioridades políticas nacionais de que a Universidade de Aveiro é parceira, nomeadamente no Pólo

de Competitividade das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica, do Pólo de Competitividade da Energia e do Pólo de Competitividade Agroindustrial, além de Cluster do Habitat e do Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar, entre outros.

Política Municipal de Incentivo ao Emprego

Reconhecendo a importância do estímulo ao empreendedorismo enquanto estratégia para o crescimento do concelho e para a promoção da qualidade de vida dos cidadãos, existe no concelho uma Política Municipal de Incentivo ao Empreendedorismo, a saber:

- ✓ Gabinete de Apoio ao Empreendedor;
- ✓ Banco de Ideias do Município de Ílhavo;
- ✓ Empreendedorismo nas Escolas;
- ✓ Educação Ativa;
- ✓ Empreendedorismo Social;
- ✓ Incubadora de Empresas do Município de Ílhavo.

A disponibilização de todos estes recursos locais tornou-se essencial para a melhoria das condições de procura de emprego e para uma empregabilidade sustentada, destacando-se:

- ✓ Elaboração e divulgação semanal de uma compilação de ofertas de emprego, minimizando as dificuldades de alguns inscritos em proceder à procura de emprego na internet;
- ✓ Pontos de procura de empregados por parte das entidades empregadoras integradas no concelho, que conhece o perfil dos candidatos o que facilita o encaminhamento rápido;
- ✓ Realização de uma feira de emprego anual com o intuito de dinamizar e envolver a comunidade em todo o processo de oferta e procura de emprego, motivando os inscritos nos serviços com a possibilidade de conhecerem as diferentes empresas e poderem fazer entrevistas no momento ou proceder a candidaturas espontâneas e esclarecimento de dúvidas.

- ✓ Os benefícios do acompanhamento individualizado e promoção de formação para uma procura ativa de emprego abordando temas como: elaboração do currículo, a entrevista e as medidas de apoio à contratação promovidas pelo serviço de emprego e às quais estes são elegíveis.

Existem medidas que têm contribuído para a redução do desemprego no concelho, como se pode ver no gráfico 57, onde se observa uma redução do número de desempregados de 1678 (2016) para 1181 (2018), um aumento do número de ofertas de emprego disponibilizadas e de encaminhamentos realizados.

Os dados referentes a “selecionados” não se reportam à totalidade de colocações de sucesso, mas sim aos dados disponibilizados por algumas empresas, havendo muitas que não dão feedback sobre os resultados de entrevistas de emprego.

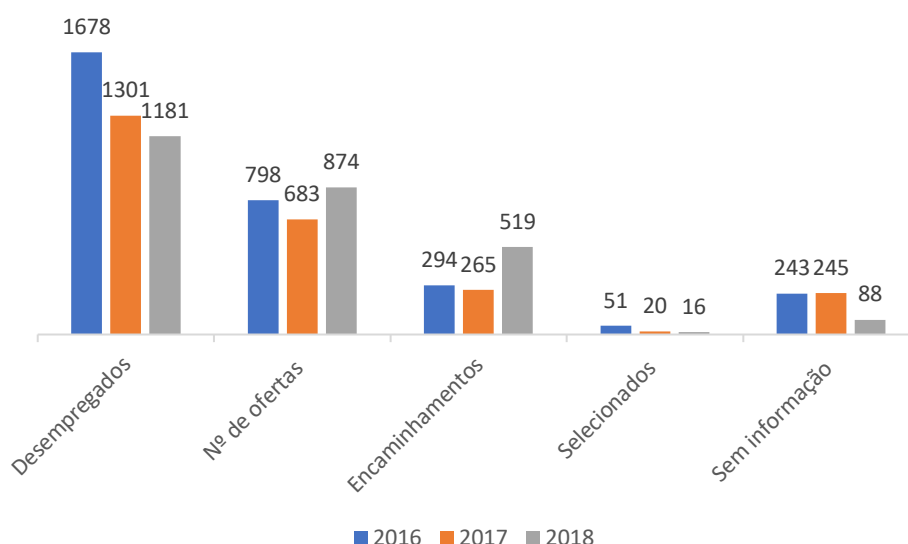


Gráfico 60 - Evolução do acompanhamento a desempregados no concelho de Ílhavo

Problemas e Diagnóstico

*Problemas identificados**Análise SWOT*

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> ○ Diminuição do número de inscritos no IEF ○ Informação profissional para jovens e adultos desempregados; ○ Apoio à procura de emprego; ○ Acompanhamento personalizado dos desempregados; ○ Captação de ofertas; ○ Divulgação e colocação de ofertas de emprego; ○ Encaminhamento para ofertas de qualificação; ○ Divulgação e encaminhamento para as medidas de apoio ao emprego, qualificação e empreendedorismo; ○ Divulgação de programas comunitários que promovam a mobilidade no emprego e na formação profissional no espaço europeu; ○ Motivação e apoio à participação em ocupações temporárias ou atividades de voluntariado. ○ GIP ○ SAFE ○ Incubadora de empresas ○ CPCJ 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Situações de nova pobreza – pobreza envergonhada; ○ Baixos rendimentos; ○ ○

<ul style="list-style-type: none"> ○ Boas práticas de articulação formal e informal entre os técnicos do terreno ○ Boas redes de parceria e articulação interinstitucional 	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ○ Proximidade a outros parques industriais com empresas consolidadas e dinâmicas, abrindo oportunidades para complementaridades e cooperações ○ Importância reconhecida da aquacultura, uma das atividades em expansão e com grande potencial exportador, em linha com as oportunidades identificadas na Região Centro ○ Excelentes acessibilidades rodoviárias e ferroviárias e proximidade ao Porto de Aveiro 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Falta de formação e baixa qualificação dos desempregados ○ Mercado de trabalho insuficiente para os licenciados

Envelhecimento Ativo

Numa visão macro, o envelhecimento populacional é uma realidade global que tem vindo a crescer a passos acelerados. Na União Europeia as projeções estimam que em 2050 o número de europeus com idade igual ou superior a 60 anos poderá atingir os 34% da população, dos quais, mais de metade terá 80 ou mais anos, assumindo os idosos uma parcela significativa da população.

Tais dados conduzem a que esta temática passe a ser assumida nas agendas políticas de todo o mundo exigindo uma maior reflexão e elaboração de planos e ações de intervenção que respondam às necessidades desta nova sociedade em constante transformação.

Em Portugal são notórios os reflexos ao nível socioeconómico e a valorização desta realidade ao nível das políticas sociais e de sustentabilidade.

Considerando a análise demográfica, o Envelhecimento Demográfico reporta-se ao aumento progressivo de indivíduos com idade avançada relativamente ao grupo total de idosos. Desta forma, Ílhavo para além de poder ser considerado um concelho velho, face à grande proporção de pessoas idosas, pode também ser considerado um território envelhecido, uma vez que paralelamente se verifica uma redução de população jovem, sendo a redução da taxa de natalidade o principal fator responsável pelo envelhecimento demográfico.

Não obstante, este aspeto apresenta também vertentes positivas, como o facto de estar associado a uma melhoria de condições de vida e consequentemente a um aumento da esperança média de vida. Tendo por base os Censos de 2011, em Ílhavo, existiam 4.516 idosos com mais de 70 anos, um valor muito superior ao registado em 1960 que era de apenas 1.123 idosos.

Considerando os dados apresentados no capítulo da “Demografia”, torna-se necessário refletir sobre as alterações e questões associadas ao envelhecimento, nomeadamente a idade da reforma, os meios de subsistência, a qualidade de vida dos idosos, o estatuto que assumem na sociedade, os relacionamentos e a solidariedade intergeracional, a sustentabilidade dos sistemas de segurança social e de saúde de acordo com o modelo social em prática.

Consequentemente, deve ter-se em atenção as oportunidades que advêm destas alterações, tais como a possibilidade de surgirem ou serem repensadas as atividades

económicas e profissões associadas, os ambientes e a arquitetura do concelho, assim como o possível ou necessário desenvolvimento de produtos e serviços que respondam às necessidades específicas desta população.

Tais reflexões devem sempre salvaguardar que os idosos de hoje são diferentes dos de gerações anteriores, e serão, com certeza, diferentes dos idosos das gerações futuras.

Reconhecendo que em Ílhavo a população ativa não tem acompanhado o desenvolvimento da população dependente, também a contribuição da população ativa não se desenvolve ao mesmo ritmo, verificando-se um aumento do número de pensionistas que é agravado com o aumento da esperança média de vida.

Não fugindo à realidade do envelhecimento populacional, urge a necessidade de repensar as estratégias de intervenção no sentido de responder às necessidades sociais e de defesa de um envelhecimento promotor de bem-estar e qualidade de vida, recorrendo a estratégias que minimizem este impacto nas diferentes áreas sociais – emprego, serviços de saúde, segurança social, exclusão social e conflitos intergeracionais.

Por sua vez, para além dos aspetos demográficos é necessário considerar os aspetos individuais, uma vez que o envelhecimento não é encarado da mesma forma por todos os indivíduos, dependendo entre outros, de fatores como a idade da reforma, a classe socioeconómica, o estado civil, o sexo e a religião.

Neste sentido, para além das tradicionais respostas sociais destinadas à população mais velha (apresentadas no capítulo destinado às IPSS), existe em Ílhavo uma oferta variada de atividades que visam a promoção de um envelhecimento ativo e que vão ao encontro das mais diferentes necessidades.

Procura-se assim constituir momentos onde o indivíduo se empenhe, com uma diversidade que permita a escolha livre e de espontânea vontade, desenvolvendo para além de um sentimento de pertença social, o crescimento individual através da promoção da aprendizagem ao longo da vida e do autoconhecimento. Mais do que a promoção de atividades lúdicas, em Ílhavo, promove-se um envelhecimento ativo, com oportunidades de inserção e participação social, que promovam no idoso o sentimento de utilidade, tornando-o participativo e ativo ao mesmo tempo que permite à sociedade tirar proveito do potencial que os idosos revelam para a comunidade.

Desde os passeios culturais na “Semana da Maior Idade” (atualmente Festival dos Cabelos Brancos), em 1999, que foram permitindo o contacto com esta população aumentando o conhecimento das suas necessidades, surge em 2006 o “Movimento Maior” que permitiu a integração dos mais velhos em atividades desportivas (institucionalizados ou não).

Em 2007, os idosos não institucionalizados começaram a poder participar nos “Espaços da Maioridade”, onde eram desenvolvidas atividades de artesanato e partilha de saberes, e no caso dos idosos institucionalizados, passou a disponibilizar-se a dinâmica “Baús da Sabedoria” que permitiram valorizar o trabalho das instituições, complementando-o com a introdução de práticas de leitura nas instituições do concelho.

Recentemente, atendendo à grande adesão da população mais velha às dinâmicas implementadas, e consequentemente a melhoria na forma como a mesma vive a sua velhice, tornou-se necessária a criação de um espaço específico para este público, que permitisse intervir nas mais diversas áreas que envolvem o envelhecimento. O Fórum Municipal da Maior Idade surge assim em 2013 e organiza-se de acordo com quatro eixos orientadores:

- ✓ **Eixo I:** Informação, Orientação e Consulta: Sensibilizar e divulgar estratégias preventivas e curativas, nomeadamente dos fenómenos de exclusão ou isolamento;
- ✓ **Eixo II:** Formação, Voluntariado e Lazer: Elevar o nível educacional e ocupacional, promovendo uma maior qualidade de vida;
- ✓ **Eixo III:** Atividade Física e Saúde: Promover hábitos de vida saudável;
- ✓ **Eixo IV:** Investigação: Conhecer a realidade Municipal.

Desde 2013 que a comunidade ilhavense tem também ao seu dispor um Pelouro dedicado a esta população e que tem como essência promover uma estratégia assente na promoção e manutenção da participação sénior através da mobilização para a sua vida comunitária. Para tal, o Pelouro da Maior Idade proporciona aos cidadãos com 60 ou mais anos um vasto conjunto de oportunidades de valorização integral do seu tempo, dando-lhes oportunidade de aproveitar esta fase de vida enquanto contribuem para o enriquecimento e desenvolvimento do concelho.

Resulta deste investimento a grande expansão de intervenções que se focam no envelhecimento, saudável e participativo e que permite o destaque a nível nacional de

projetos como “TeatrallIDADES” (desde 2014) – Teatro onde os protagonistas são os próprios idosos; as “Idolíadas – A Arte na Maior Idade” (desde 2014) – um concurso de talentos de abrangência intermunicipal; e o “Teatro Musical – Figurinos d’Ouro” (desde 2017) que como o próprio nome indica se foca no teatro musical desenvolvido pelos mais velhos. Estes projetos têm permitido chegar mais facilmente à comunidade e à exposição e promoção das vantagens do envelhecimento ativo na primeira pessoa, promovendo por sua vez o sentimento de utilidade no idoso, valorização pessoal e social, que por consequência aumentam a sua autoestima e satisfação com a vida.

Não obstante todo o trabalho já realizado, muitas vezes reconhecido fora do concelho enquanto referência de boas práticas na implementação de um envelhecimento ativo, surgiu a necessidade de ir para além da ocupação dos tempos livres. Assim, e com o intuito de saber se Ílhavo é um Município amigo da pessoa idosa, procurou-se através da implementação do projeto “Cidades Amigas das Pessoas Idosas”, avaliar o ponto de vista das pessoas mais velhas e identificar onde e como se deve intervir para estar mais próximo desta população (2019).

Ílhavo Amigo da Pessoa Idosa

O concelho de Ílhavo, depara-se atualmente com novos desafios e oportunidades proporcionados por uma sociedade cada vez mais envelhecida, razão pela qual urge a necessidade de ser estudado numa base multidimensional que sustente uma intervenção adequada às novas e reais necessidades, procurando concretizar o conceito de envelhecimento ativo criado pela OMS, em 1997, que tem por base o princípio de permitir aos idosos que permaneçam integrados e motivados na vida laboral e social.

Segundo a OMS, uma cidade é amiga da pessoa idosa quando “estimula o envelhecimento ativo através da criação de condições de saúde, participação e segurança, de modo a reforçar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem; uma cidade amiga dos idosos adapta as suas estruturas e serviços de modo a que estes incluam e sejam acessíveis a pessoas mais velhas com diferentes necessidades e capacidades” (OMS, 2009).

São cidades amigas das pessoas idosas, as cidades em que “as políticas, os serviços, os cenários e as estruturas apoiam as pessoas idosas e permitem-lhes envelhecer ativamente, ao reconhecer que as pessoas mais velhas apresentam um

alargado leque de capacidades e recursos; antecipar e dar respostas flexíveis às necessidades e preferências relacionadas com o envelhecimento; respeitar as suas decisões e escolhas de estilo de vida; proteger os mais vulneráveis; e promover a sua inclusão e contribuição em todos os aspetos da vida comunitária” (OMS, 2009, pp5).

Lançado a nível mundial em 2007, o projeto “Cidades Amigas dos Idosos”, procurou avaliar oito áreas, consideradas fundamentais ao bem-estar dos idosos, no sentido de conhecer possíveis lacunas, fragilidades, potencialidades e sugestões de melhoria, resultando numa listagem de verificação que resume as opiniões expressas por participantes de todo o mundo. Com esta lista de verificação, hoje é possível que qualquer cidade que se interesse pela sua população sénior possa, autonomamente, olhar para si, considerando o ponto de vista das pessoas mais velhas, e identificar onde e como se podem adaptar no sentido de responderem às necessidades e realidades da população sénior.

De destacar que as áreas consideradas são: Espaços exteriores e edifícios; Transportes; Habitação; Participação Social; Respeito e Inclusão; Participação Cívica e Emprego; Comunicação e Informação; Apoio Comunitário e Serviços de Saúde.

De acordo com Giddens (2009, pp 168), deve encarar-se e promover-se o envelhecimento enquanto “tempo de reflexão acerca dos feitos da vida, mas que permita continuar a crescer, aprender e explorar” e que permita aos idosos uma experiência de velhice mais gratificante e com dignidade, orientação seguida por Ílhavo.

Por sua vez, de acordo com a OMS, encara o envelhecimento ativo como um “processo de otimização das oportunidades para a saúde, participação e segurança, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas à medida que envelhecem”, conciliando a solidariedade entre gerações, a inovação social, a política, a economia, em prol de uma sociedade inclusiva e justa que vê o envelhecimento de forma global e interdisciplinar.

Face ao exposto, Ílhavo é amigo do idoso, ao desenvolver o empoderamento, a autoestima através de uma cultura que reconhece, respeita e inclui os idosos, como defende a OMS, valorizando a capacitação em lugar da incapacidade. Mas mais importante do que ser amigo do idoso, destaca-te que é amigo de todas as idades, pois ao ser um “Município Familiarmente Responsável”, preocupa-se com todas as faixas etárias, procurando dar resposta ao máximo de necessidades manifestadas pelas famílias, vendo a família em toda a sua extensão e sistemas.

Neste sentido, e de acordo com as Nações Unidas (2007), é necessário que as sociedades assegurem que os mais velhos decidam as suas vidas, que se envolvam não só na família, mas também na comunidade, tenham acesso a cuidados de saúde, vejam garantidas as suas condições de dignidade e segurança, sem exploração ou qualquer tipo de abuso físico/económico/psicológico.

Torna-se cada vez mais necessário e urgente difundir uma imagem positiva e participativa do envelhecimento, sensibilizando a comunidade para a importância e contributo que as pessoas mais velhas podem prestar à sociedade, dando-lhes oportunidades para terem voz ativa e serem vistos e reconhecidos como exemplos sociais.

Para tal, é cada vez mais importante integrar nas políticas locais conceitos como o envelhecimento ativo e o direito à participação, cidades amigas das pessoas idosas, prevenção da violência contra os mais velhos, serviços na comunidade e próximos dos cidadãos, disponibilizar informação e formação às famílias e principais prestadores de cuidados informais, promover serviços de saúde inclusivos e que acompanhem evoluções demográficas e sociais.

Por outro lado, com as alterações que se têm verificado no sentido de promover cada vez mais qualidade de vida, informação e formação, começamos a ter cada vez mais pessoas idosas que para além de melhores condições de saúde, e consequentemente maior longevidade, tem também mais qualificações, mais capacidades físicas, mentais e funcionais, aspetos que demonstram que o idoso de ontem é diferente do idoso de hoje e será certamente diferente do idoso de amanhã. Passamos assim a ter idosos que valorizam cada vez mais a vida, que estão mais ativos socialmente, mais conscientes e informados, com mais autonomia pessoal e menos dependentes, e cada vez menos “consumidores de prestações sociais”, menos “seres inativos na sociedade” ou “geradores de despesa”.

Estes aspetos conduzem não só a necessidade de pensar as respostas que têm vindo a ser dadas a esta população, mas também na revalorização do papel do idoso na comunidade, minimizando cada vez mais o risco da sua marginalização ao mesmo tempo que se oferecem respostas que permitam proteger o idoso e reivindicar os seus direitos, garantindo-lhes o acesso a todo o tipo de proteção.

Concluído a janeiro de 2019, e segundo o estudo “Ílhavo, Município Amigo das Pessoas Idosa”, foi claro que Ílhavo é amigo da Pessoa Idosa uma vez que dos 126

parâmetros avaliados, em 85 Ílhavo teve uma avaliação muito positiva, respeitando a pessoa mais velha de forma plena.

É, no entanto, necessário avaliar todos os desafios provenientes do envelhecimento ativo quer individual quer social e populacional, no sentido de criar respostas e programas que envolvam as políticas sociais (saúde, emprego, educação), serviços sociais e serviços de saúde, aspetos comportamentais, pessoais, económicos e ambiente físico, garantindo não só uma maior proteção do idoso, mas também avaliar a sobrecarga dos prestadores de cuidados, que tantas vezes sentem reflexos negativos do seu papel na sua saúde física e mental, agravada pela necessidade de conciliar o seu trabalho com o papel de cuidador.

Estas recomendações e sugestões de melhoria podem ser consultadas no projeto de estudo “Ílhavo, Município Amigo das Pessoas Idosas”.

Problemas e Diagnóstico

Problemas identificados

Análise SWOT

Pontos fortes	Pontos fracos
<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	<input type="radio"/> <input type="radio"/>
Oportunidades	Ameaças
<input type="radio"/> <input type="radio"/>	<input type="radio"/> <input type="radio"/>

Igualdade de Género

De acordo com o Decreto-Lei n.º 621-A/74, de 15 novembro, foi em 1974 que as mulheres portuguesas puderam votar (e ser eleitas), pela primeira vez, de forma universal e livre, dando-se o primeiro passo no que um dia passou a ser conhecido como igualdade de género.

Em 1976, com o Decreto-Lei n.º 474/76, de 16 de junho, foi abolido o direito do marido abrir a correspondência da mulher.

Já o Decreto-Lei n.º 496/77, de 25 de novembro, introduziu declarações ao Código Civil das quais se destacam:

- ✓ A mulher casada deixou de ter estatuto de dependência do marido;
- ✓ Desapareceu a discriminação entre marido e mulher e, bem assim, qualquer discriminação relativamente aos filhos nascidos fora do casamento;
- ✓ Introduziu a nova disciplina do poder paternal, com o reconhecimento da igualdade dos pais relativamente aos direitos e deveres para com os filhos, determinando a alteração do regime do domicílio legal dos menores (artigo 85.º). Neste âmbito, destacar também que a residência do casal passou a ser decisão de ambos os cônjuges;
- ✓ No casamento, a idade núbil foi fixada nos dezasseis anos tanto para o homem como para a mulher (artigo 1601.º);
- ✓ Consagrou o princípio de que o casamento assenta na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges (artigo 1671.º, n.º 1).
- ✓ Desapareceu o poder marital, a orientação da vida familiar passou a ser atribuída a ambos os cônjuges (artigo 1671.º, n.º 2).
- ✓ A cada um dos cônjuges foi reconhecida a liberdade de exercício de qualquer profissão ou atividade sem o consentimento do outro cônjuge (artigo 1677.º-D).
- ✓ Entre outros...

Num enquadramento mais recente, e de acordo com os dados disponibilizados pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género¹⁰⁸, em Portugal podemos destacar:

✚ Educação:

- ✓ Em cada 100 pessoas sem nenhum nível de escolaridade, 71 são mulheres e 29 são homens (poderá traduzir a falta de escolarização da população feminina mais idosa);
- ✓ Em cada 100 pessoas com ensino superior completo, cerca de 60 são mulheres e 40 são homens (poderá representar a camada mais jovem da população feminina);
- ✓ Entre os/as jovens que concluem o ensino superior, as mulheres estão em maioria em todas as áreas da educação, exceto na Engenharia, nas Indústrias Transformadoras e da Construção.

Em Ílhavo, de acordo com os Censos 2011, não obstante a redução que se vem a verificar na Taxa de Analfabetismo, continua a denotar-se, na análise entre os géneros, elevadas taxas de analfabetismo no género feminino (gráfico 61). Não obstante, comparativamente à população residente com 15 e mais anos sem o ensino secundário, o panorama inverte-se, verificando-se taxas mais reduzidas no género feminino.

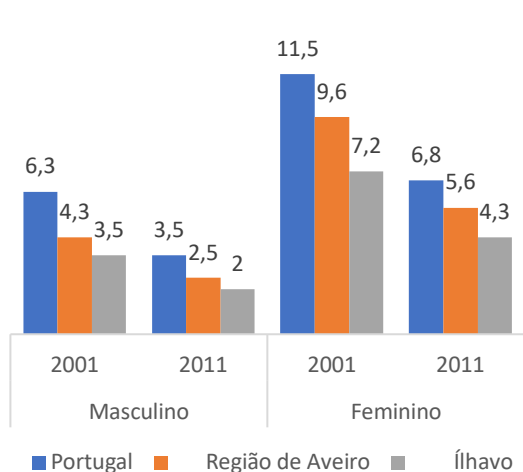


Gráfico 61 - Taxa de Analfabetismo (%), por sexo segundo os Censos 2011

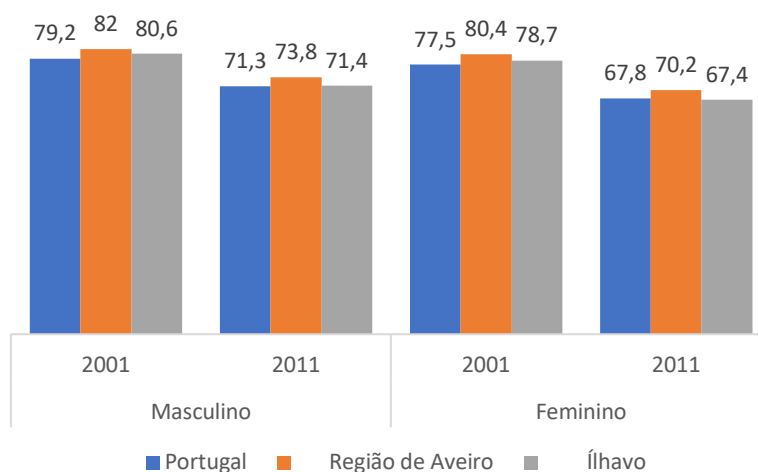


Gráfico 62 - População residente com 15 ou mais anos sem o ensino secundário segundo os Censos, por sexo (%)

¹⁰⁸ Igualdade de Género em Portugal – Indicadores-chave 2017

Emprego e desemprego:

- ✓ A taxa de emprego é superior nos homens 6,8% (poderá estar relacionado com o facto de as mulheres se manterem mais tempo no sistema de ensino ou pela, ainda reconhecida, dificuldade das mulheres na integração profissional);
- ✓ Em 2016 a taxa de desemprego foi similar para homens (11,0%) e mulheres (11,2%);
- ✓ Em Portugal, a proporção de trabalhadores e trabalhadoras a tempo parcial de forma involuntária é superior à média da UE28 (homens em 2,5% e mulheres em 28,7%), o que nos conduz à premissa de que a maioria das mulheres portuguesas trabalhem a tempo parcial por não conseguirem trabalhar a tempo inteiro);
- ✓ Existe uma diferença significativa (16,7%) nas remunerações médias de base que são superiores nos homens (824,99€ para as mulheres e 990,05€ para os homens), no ano de 2015.

Em Ílhavo, regista-se uma diferença significativa entre o rendimento médio mensal para homens e mulheres. De destacar que comparativamente à Região de Aveiro e Portugal, a diferença de género é mais acentuada em Ílhavo (gráfico 63).

No que reporta à Taxa de Atividade, de acordo com os Censos 2011, Ílhavo apresentava uma taxa de produtividade superior à Região de Aveiro e de Portugal em ambos os géneros. Não obstante, continua a denotar-se uma diferença significativa entre géneros no próprio concelho.

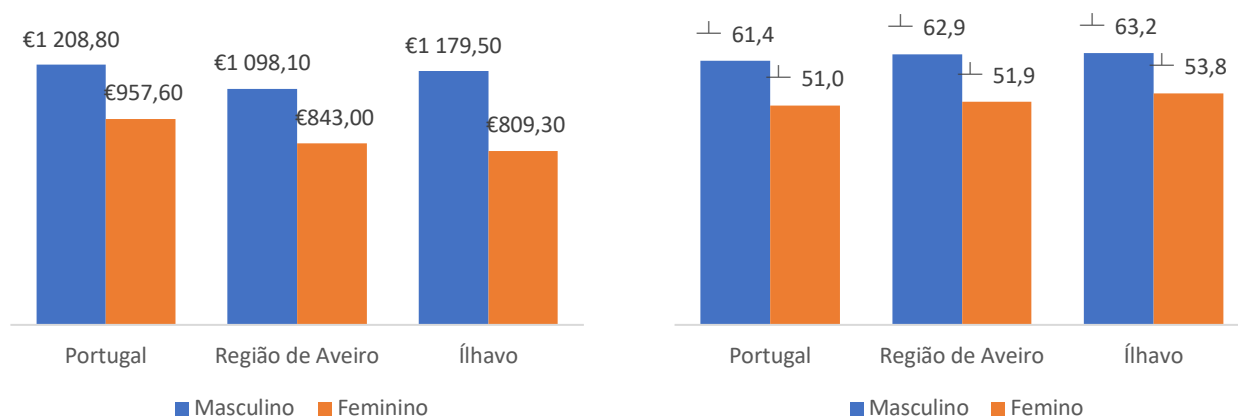


Gráfico 63 – Ganho médio mensal por género no ano de 2013

Gráfico 64 – Taxa de atividade segundo os Censos 2011, por sexo

Segundo os Censos de 2011, Ílhavo apresentava uma Taxa de Desemprego total superior à Região de Aveiro, mas inferior a Portugal, o que acontece também com a taxa de desemprego no género masculino. Destaca-se que no âmbito da igualdade de género, Ílhavo está em linha com a Região de Aveiro no que reporta à Taxa de Desemprego feminina, com valores inferiores a Portugal, mas superiores à Taxa de Desemprego do género masculino, nos diferentes territórios em comparação. (gráfico 65). Podemos ainda acrescentar que se avaliarmos o número de desempregados por cada 100 empregados, se verifica uma tendência semelhante (gráfico 66).

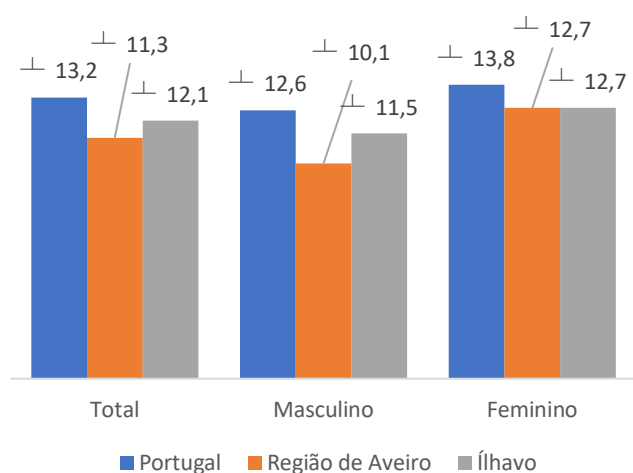


Gráfico 65 - Taxa de desemprego segundo os Censos 2011, total e por sexo

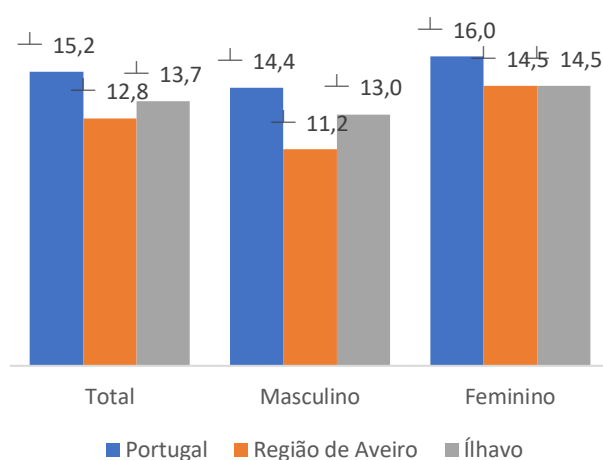


Gráfico 66 - Desempregados por 100 empregados segundo os Censos 2011, total e por sexo

Verifica-se também a existência de uma maior percentagem na taxa de inatividade¹⁰⁹ no género feminino face ao masculino, demonstrando que existem mais mulheres com 15 ou mais anos que não estão empregadas nem desempregadas, o que é agravado pelo facto de a percentagem de mulheres inativas ser superior ao total da taxa de inatividade (gráfico 64).

¹⁰⁹ A taxa de inatividade representa o número de inativos por cada 100 pessoas com 15 e mais anos. É inativo quem não está empregado nem desempregado, como é o caso da população estudantil, doméstica e reformada.

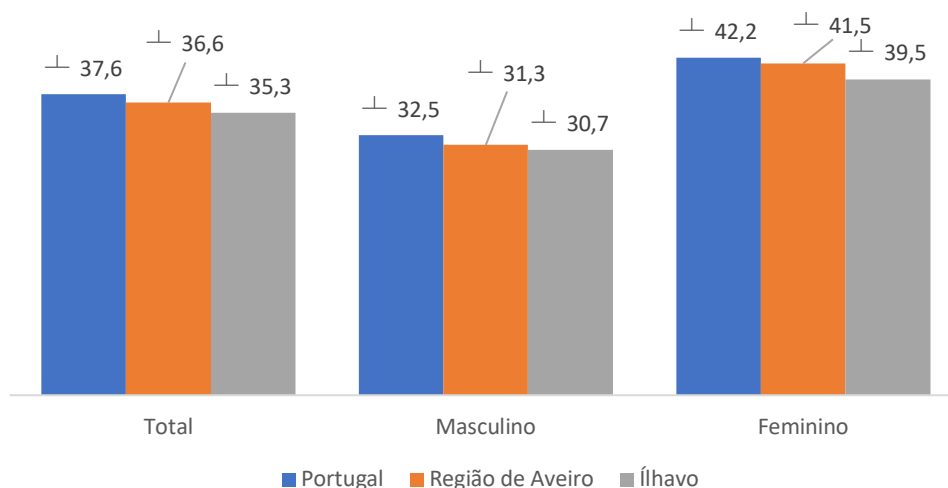


Gráfico 67 - Taxa de inatividade segundo os Censos 2011, total e por sexo (%)

Conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional

- ✓ Em cada 100 crianças que nasceram em 2015, houve 85,4% de mulheres que gozaram a licença de parentalidade e 27,5% de homens que partilharam essa licença.
- ✓ Os homens afetam, ao trabalho remunerado, em média mais 27 minutos por dia do que as mulheres;
- ✓ São as mulheres que continuam a dedicar mais tempo às tarefas domésticas e de cuidado. Em média, as mulheres trabalham, em casa, mais 1 hora e 45 minutos por dia do que os homens.
- ✓ No total do trabalho pago e não pago, as mulheres continuam a trabalhar mais 1 hora e 13 minutos por dia do que os homens.

Pobreza

- ✓ A partir de 2014 dá-se a descida da taxa de risco de pobreza, quer para homens quer para mulheres mantendo-se no género feminino os valores mais elevados.

Reconhecendo-se a ainda significativa diferença entre géneros, existe em Ílhavo a preocupação com a promoção da igualdade e qualidade de vida de mulheres e de homens na Comunidade e Administração Locais, pelo que se tem implementado o Plano Municipal para a Igualdade de Género do Município de Ílhavo. Este plano tem como principal

objetivo implementar uma política integrada que contribua para a redução/minimização das principais formas de desigualdade social e de pobreza, patentes no território.

A integração desta perspetiva de género nas políticas promovidas pelo Município, com vista a responder melhor às necessidades e aspirações das diferentes categorias de cidadãos e cidadãs, terá como consequência uma melhor utilização dos recursos humanos e financeiros, uma melhor qualidade da tomada de decisão e um melhor funcionamento da própria Democracia.

Destacar também a existência de protocolos que permitem concretizar os objetivos enunciados:

- ✓ **Município com Conselheira Municipal para a Igualdade de Género** (desde 2010), na sequência de Protocolo de Cooperação com a CIG, continuando esta figura a apresentar-se como um investimento na promoção da igualdade e qualidade de vida de mulheres e de homens na comunidade e na administração local;
- ✓ **I Plano Municipal para a Igualdade de Género (2010-2012)**, com intervenção em áreas como a Administração Local; Educação, Investigação e Formação; Independência Económica; Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal; Inclusão e Desenvolvimento Social; Educação para a Cidadania, entre outras. Plano integrado no Programa Operacional do Centro 2007-13/QREN, com execução de 100% das suas ações no prazo previsto.
- ✓ **Distinção de “Autarquia Familiarmente Responsável”** (2016, 2017 e 2018), pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis. Foram avaliadas áreas de atuação, como: Apoio à maternidade e paternidade; Apoio às famílias com necessidades especiais; Educação e formação; Saúde; Cooperação, Relações institucionais e participação social; entre outras. Foram ainda analisadas políticas dirigidas aos/às funcionários/as autárquicos/as em matéria de oscilação entre trabalho e família e igualdade de género.

Problemas e Diagnóstico

Problemas identificados

Análise SWOT

Pontos fortes	Pontos fracos
<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	<input type="radio"/> <input type="radio"/>
Oportunidades	Ameaças
<input type="radio"/> <input type="radio"/>	<input type="radio"/> <input type="radio"/>

Diversidade cultural

De acordo com o Alto Comissariado para as Migrações – ACM, “Portugal tem sido um país pioneiro na integração dos imigrantes a nível local, concretizando uma integração de proximidade, estabelecida na relação com os serviços locais e os cidadãos imigrantes, nomeadamente através das Associações de Imigrantes conferindo-lhes direitos e deveres equivalentes aos nacionais e promovendo processos de valorização da diversidade cultural existente no território nacional, desenvolvidos na interação das comunidades imigrantes com a sociedade de acolhimento. É nesta feliz conjugação de esforços entre administração central, regional e local que a proximidade se estrutura”.

No caso de Ílhavo, a realidade não é diferente e existe a preocupação por parte das entidades locais para que o acolhimento seja feito sempre com a garantia pelo respeito dos direitos e deveres, sem esquecer a disponibilidade e colaboração para a satisfação das necessidades básicas.

Face ao exposto, Ílhavo possui já um longo percurso no desenvolvimento de políticas geradoras de dinâmicas de acolhimento e integração cultural, garantindo sempre o respeito pela diversidade, a saber:

- ✓ Disponibilidade de atendimento pelo CLAIM de Aveiro – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes – do Centro Social e Paroquial da Vera Cruz (2012), no âmbito de protocolo celebrado com a IPSS.
- ✓ Município membro da Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (RMAD) do Alto Comissariado para as Migrações - ACM (2014), fomentando a construção de planos municipais transversais ao processo de acolhimento e integração dos migrantes ao nível local.
- ✓ Candidatura aprovada para o projeto “Ílhavo – Diversidade Num Minuto” (2015) que permitiu conhecer e expor o olhar das pessoas imigradas sobre o Município. Candidatura aprovada na Ação Capacitação dos Serviços de Apoio, Acolhimento e Integração dos Imigrantes do Programa Anual (2013) do FEINPT, sob a alçada do ACM. Depois de ter sido executado a 100% dentro dos prazos previstos, foi selecionado para integrar a Base de Dados das Práticas Inspiradoras do ACM.

- ✓ Entidade intermediária no “Processo de Recolocação de Pessoas Refugiadas em Portugal” (2016), por solicitação do ACM, com acolhimento de refugiados em IPSS e apoio diverso, como económico e transportes.

Salvaguarda-se, porém, que neste diagnóstico apenas se aborda a comunidade cigana uma vez que a mesma apresenta uma franja significativa da população geral do concelho, a qual face à sua especificidade cultural exige uma intervenção diferenciada e ajustada visando a sua plena inserção social, laboral e comunitária.

Comunidade Cigana

Para uma intervenção que se espera inclusiva, é necessário um conhecimento específico das condições de vida, das necessidades e expectativas e da caracterização sócio demográfica do público a quem se destina a intervenção. Neste sentido, desde o ano de 2005 que em Ílhavo se realizam estudos bienais de caracterização da comunidade cigana. Trata-se de um trabalho realizado pela Câmara Municipal de Ílhavo com a colaboração das Equipas do Protocolo do Rendimento Social de Inserção (RSI) do Concelho, por serem as respostas com mais proximidade e envolvimento com estas famílias.

A versão mais recente deste estudo foi realizada em outubro de 2017.

Face ao exposto, existem em Ílhavo 10 localizações de acampamentos de Comunidade Cigana, com um total de 297 indivíduos (152 do sexo masculino e 145 do sexo feminino), com uma média etária situada nos 21,9 anos, e com uma distribuição por género homogénea com 51% de elementos do género masculino e os restantes do género feminino.

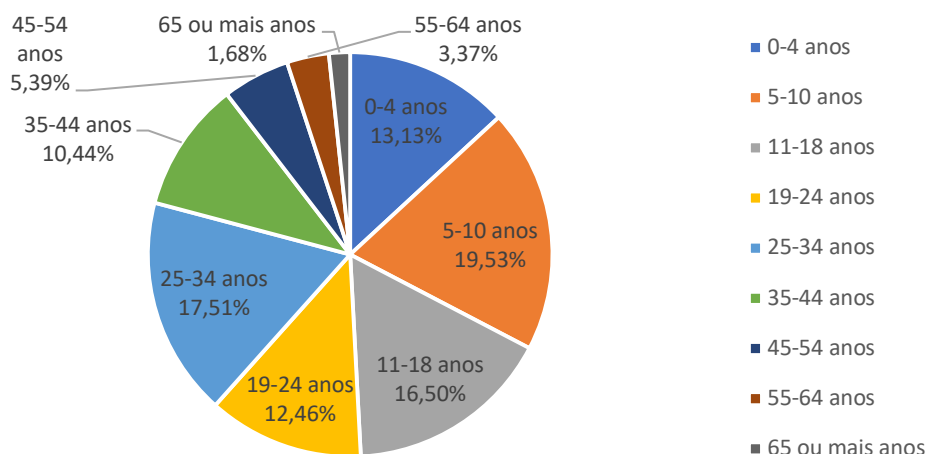


Gráfico 68 - Caracterização da população de etnia cigana no concelho de Ílhavo por idade

Do estudo é também perceptível que a maioria das famílias são nucleares com filhos, seguidas de famílias nucleares sem filhos e famílias alargadas. Em número reduzido estão as famílias reconstituídas ou constituídas por um único elemento, respetivamente, como se pode verificar no gráfico que se segue.

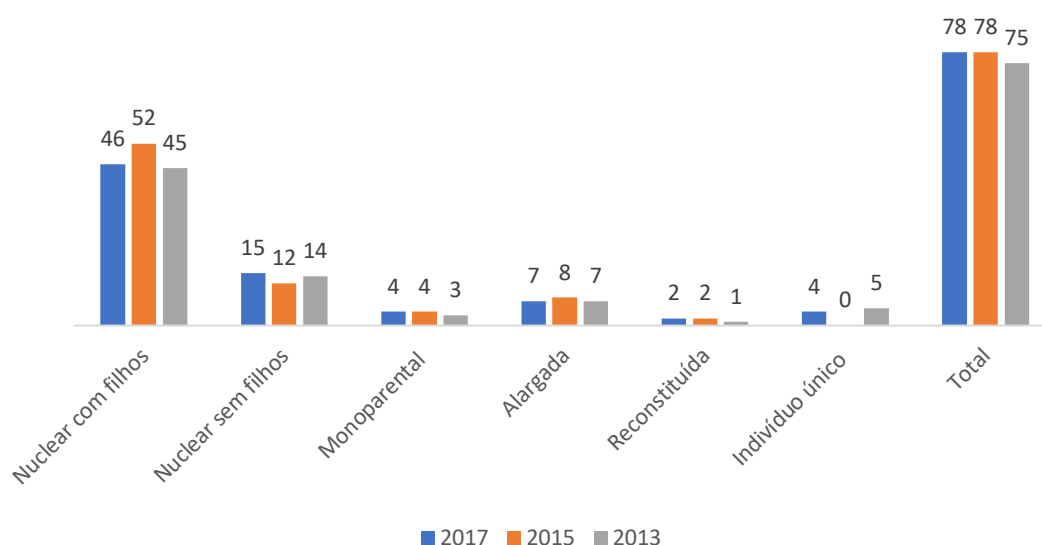


Gráfico 69 - Distribuição dos agregados de etnia cigana no concelho de Ílhavo por tipo de família

Na vertente ocupacional, dois elementos estavam, à data da concretização do estudo, integrados profissionalmente. Não obstante, os elementos que não se encontram a exercer atividade profissional começam a demonstrar interesse e disponibilidade em frequentar cursos de formação profissional, verificando-se a existência de situações de sucesso em que alcançaram a certificação profissional. A

saber que em outubro de 2017 eram 43 os elementos inseridos em contexto de formação ministrada pelo IEFP, CERCAV e em Cursos de Educação e Formação de Adultos.

De destacar que à data da realização deste diagnóstico, embora não seja conhecido o número concreto, é reconhecido pelos serviços e técnicos de acompanhamento a existência de um número significativo de elementos desta comunidade inseridos profissionalmente.

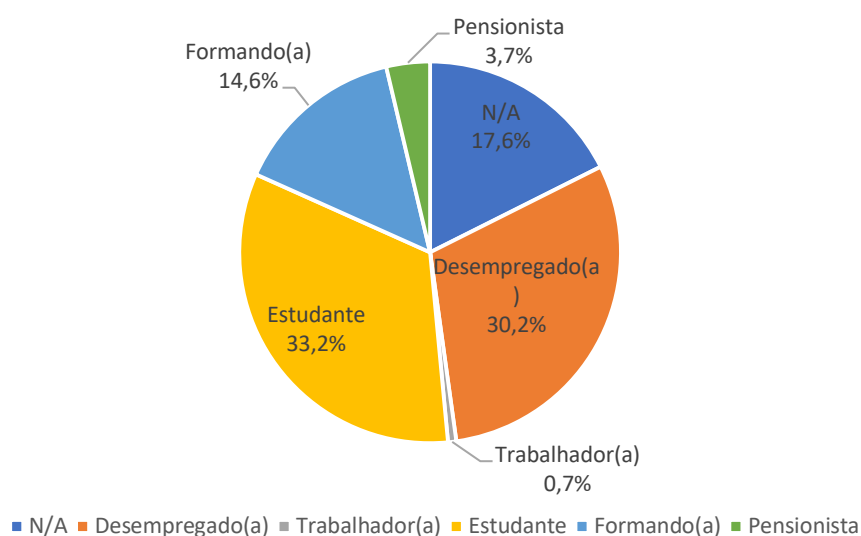


Gráfico 70 - Caracterização da população de etnia cigana no concelho de Ílhavo, por ocupação

Por sua vez, e considerando as obrigações inerentes à medida de RSI, começam a verificar-se também situações em que são vivenciados contextos de integração profissional através dos Contratos Emprego e Inserção (CEI+). Mais se acresce que considerando o elevado número de agregados a beneficiar desta medida, a intervenção com esta comunidade tem comportado reflexos muito positivos face ao cumprimento de obrigações do Contrato de Inserção, a saber, para além do aumento da frequência da formação profissional a generalização da frequência escolar das crianças e jovens, que atualmente cumprem com a escolaridade obrigatória. Pontualmente verificam-se situações de abandono e absentismo que vão sendo alvo de intervenção pelas entidades de competência, nomeadamente a CPCJ e os Tribunais.

No que se reporta às condições habitacionais, das 75 barracas ocupadas, no concelho em 2017 existiam 96 estando 21 desocupadas.

Apenas 25,6% das estruturas possuem saneamento (esgoto ou fossa séptica). Nenhuma das edificações tem acesso legal à rede pública de água, embora 83,3% tenham acesso a água por recurso a furo ou ligações ilegais. Só 24,4% das barracas possuem WC interior, destacando-se que existem seis aglomerados sem acesso a WC. Por sua vez, a existência de banheiro/chuveiro é verificada apenas em 26,9% das estruturas.

Relativamente ao acesso a energia elétrica, apenas 62,8% das estruturas tem acesso a este bem, ainda que de forma ilegal. 89,5% tem a fogão, 78,9% tem frigorífico, 76,3% possuem TV, 39,5% arca congeladora, 36,8% detém máquina de lavar e 27,6% dispõem de micro-ondas. De destacar que o acesso a estes bens é limitado a uma parte da comunidade pelo facto de muitas famílias não terem acesso a energia elétrica, tendo aumentado o número de agregados nesta situação face a uma intervenção da empresa de fornecimento de energia elétrica que procedeu em 2017 ao corte do abastecimento desse bem aos agregados, por não terem o acesso legalizado.

Como foi já referido, existe em Ílhavo uma pequena parte de população da comunidade cigana que reside em habitação social e mercado de arrendamento privado, embora a maioria tenha residido previamente em acampamento.

As motivações para esta mudança são diversificadas, resultando para 6 dos agregados, da demolição do acampamento em que residiam, devido às obras de ligação ferroviária ao Porto de Aveiro (2008); 2 agregados integraram habitação social na sequência de concurso de habitação da Câmara Municipal (2015 e 2017). De destacar que existiam também 4 agregados que por vontade própria e com apoio dos serviços de ação social, arrendaram habitações no mercado privado de arrendamento.

Tais mudanças permitiram a estes agregados alcançar melhores condições de vida no que se reporta ao contexto habitacional, uma vez que todas estas habitações reúnem condições de conforto, salubridade e existência de infraestruturas e serviços básicos.

Estas alterações envolvem um total de 81 indivíduos (48 do género masculino e 33 do género feminino) distribuídos por 17 agregados familiares. Com uma média de idades ligeiramente superior ao grupo anteriormente apresentado, continua a verificar-se uma média muito baixa (24,5 anos) que nos conduz para uma população jovem. Apenas 2,5% da população apresenta mais de 65 anos.

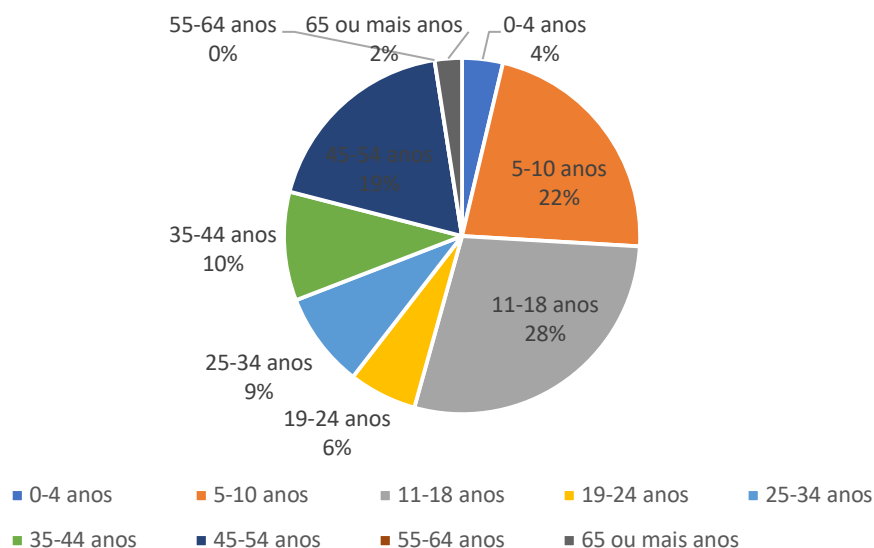


Gráfico 71 - Caracterização da população de etnia cigana a viver no concelho de Ílhavo em regime de arrendamento, por idade

Ainda tendo por base a caracterização de 2017, prevalece o género masculino (59%). No que se reporta ao tipo de famílias, predomina a tipologia de família nuclear com filhos, não se verificando registos de famílias nucleares sem filhos, como se verifica no gráfico que se apresenta.

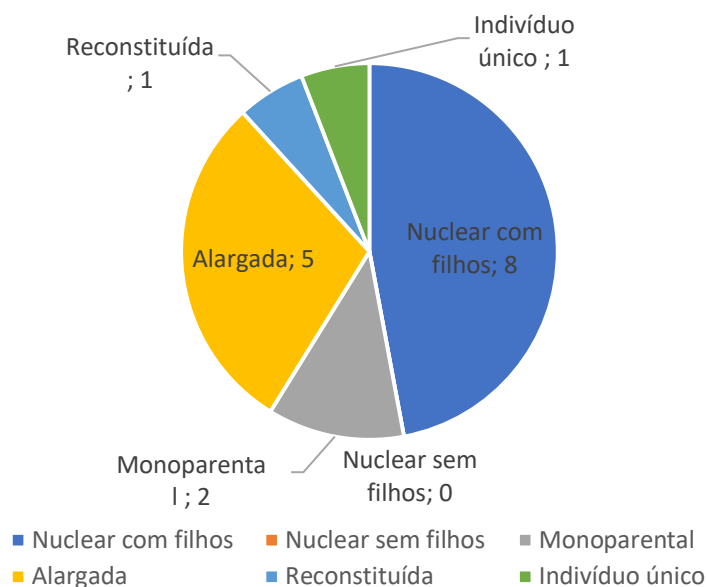


Gráfico 72 - Caracterização dos agregados em regime de arrendamento privado/habitação social, por tipo de família no concelho de Ílhavo

No que se reporta à situação ocupacional, também nos agregados que se encontram em habitação social ou regime de arrendamento privado prevalece o desemprego.

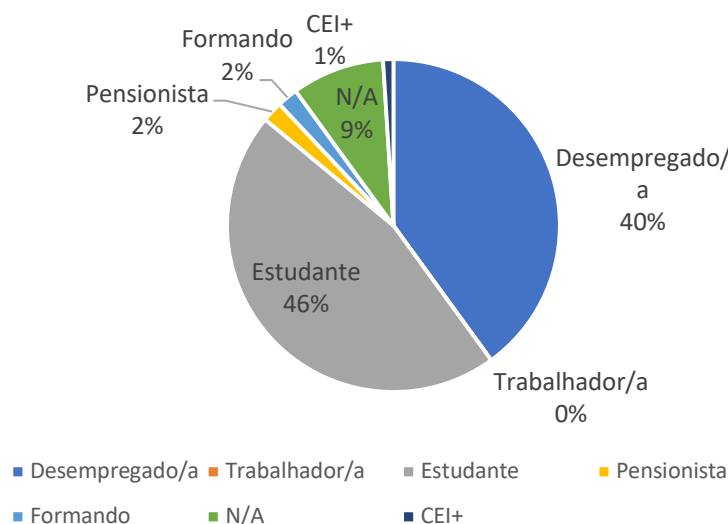


Gráfico 73 - Caracterização da população em regime de arrendamento privado/habitação social, em Ílhavo, por ocupação

A Educação e a Comunidade Cigana

Em 2017, e de acordo com a comunidade escolar, no concelho de Ílhavo a comunidade cigana apresenta como principais características, no Agrupamento de Escolas de Ílhavo:

- ✓ Existência de situações de indisciplina, com reflexo num número significativo de medidas sancionatórias aplicadas a alunos, com compromisso do clima de tranquilidade necessária à ação educativa;
- ✓ Existência de fenómenos de discriminação com necessidade de promover plena inclusão dos alunos da;
- ✓ Existência de abandono escolar precoce entre os alunos desta comunidade;
- ✓ Disponibilização do acesso destes alunos a percursos formativos adequados às suas competências, necessidades e ambições;
- ✓ Promoção da qualificação escolar dos alunos da comunidade cigana.

No Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré, as principais características identificadas são:

- ✓ Existência de situações de absentismo escolar;
- ✓ Existência de problemas de relacionamento interpessoal e de integração no grupo de pares;
- ✓ Existência de situações de incumprimento de regras e normas de âmbito escolar;
- ✓ Desvalorização do contexto escolar e das aprendizagens quer por parte dos alunos quer por parte das famílias da comunidade cigana.

A Saúde e a Comunidade Cigana

Ao nível da saúde, é de destacar a intervenção que tem vindo a ser preconizada pela Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) “Laços de Mar e Ria”, da qual resulta um levantamento das seguintes características de intervenção:

- ✓ Existência de um défice de conhecimentos sobre cuidados de higiene corporal, oral, com especial ênfase nas crianças;
- ✓ Conhecimentos deficitários a respeito da alimentação saudável, saúde sexual e saúde mental;
- ✓ Encorajamento os utentes da comunidade cigana a manifestar a sua conceção de saúde/doença, as suas dúvidas e falsas crenças, por forma a desmistificar os mesmos e garantir acessibilidade a cuidados de saúde;
- ✓ Défice de conhecimentos sobre a cultura cigana pelos profissionais da área da saúde e educação.

Destaca-se ainda a preocupação por parte da UCC em incidir a sua intervenção no domínio da Saúde na Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, procurando valorizar a equidade e acesso aos cuidados de saúde, o combate às desigualdades em saúde enquanto medidas indispensáveis para a obtenção de ganhos em saúde, garantia de coesão e justiça social, assim como para a promoção e desenvolvimento do país.

Porém, a 30 de junho de 2019, encontravam-se em atendimento/acompanhamento social 96 famílias de etnia cigana, num total de 360 beneficiários, dos quais 80 eram mulheres e 159 tinham menos de 16 anos.

Problemas e Diagnóstico

Problemas identificados

Análise SWOT

Pontos fortes	Pontos fracos
<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	<input type="radio"/> <input type="radio"/>
Oportunidades	Ameaças
<input type="radio"/> <input type="radio"/>	<input type="radio"/> <input type="radio"/>

Contactos

Ação Social

Associação Aquém Renasce

ar.aquem.renasce@gmail.com

Rua da Mota nº16 B,
Gafanha de Aquém, 3830-143 Ílhavo

Centro Social e de Promoção Maria Mãe da Igreja

Tel.: 234 321 499
Casa José Engling, Apartado nº 172,
3834-908 Gafanha da Nazaré

Centro Social Padre José Kentenich

Tel.: 234 320 920
centro.social@sementesdosantuário.pt
Rua do Santuário nº 83
3830-806 Gafanha da Nazaré

Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo

Telf: 234 329 430
geral@scmilhavo.pt ; <http://www.scmilhavo.com/>
Apartado nº 75, 3830-909 Ílhavo

CASCI - Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo

Telf: 234 326 015
geral@casci.pt ; www.casci.pt
Rua João de Deus, n.º 44
3830-201 Ílhavo

Cooperativa de Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Aveiro

Telf: 234 390 980

234 390 989

sede.cerciav@iol.pt

Rua da CERCIAV – Colónia Agrícola da Gafanha da Nazaré

3830-025 Ílhavo

Centro Social e Paroquial da Gafanha da Encarnação

Telf: 234 362 161

cspgenc@hotmail.com

Rua Padre António Diogo

3830-516 Gafanha da Encarnação

Património dos Pobres da Freguesia de Ílhavo

Telf: 234 181 850

centro.ilhavo@netvisao.pt

Av. Manuel da Maia

3830-050 Ílhavo

Centro Paroquial de Assistência e Formação D. Manuel Trindade Salgueiro

Telf: 234 181 850

centro.ilhavo@netvisao.pt

Av. Manuel da Maia nº 116

3830-050 Ílhavo

Associação de Solidariedade Social da Gafanha do Carmo

Telf: 234 391 354

assgc@hotmail.com

Rua dos Caçadores, n.º 2 E

3830-418 Gafanha do Carmo

Obra da Providência

Telf: 234 361 153

oprovidencia@mail.telepac.pt

Rua Camilo Castelo Branco nº 52

3830-582 Gafanha da Nazaré

Educação

Associações de Pais

Associação de Pais e Amigos das Crianças da Gafanha da Encarnação

Telf: 234 366 738

capge@hotmail.com

Edifício Sócio-Educativo

Rua Padre Diogo

3830–516 Gafanha da Encarnação

Associação de Pais Centro Escolar da Coutada

Telf: 234 423 449

926 022 246

Rua da Coutada

3830–134 Ílhavo

Associação de Pais da Escola de Ílhavo N° 1

Telf: 234 328 375

935 542 212

Travessa à Rua Ferreira Gordo

3830–195 Ílhavo

Associação de Pais da EB1 e JI da Gafanha D'Aquém

Telf: 234323290

964422444

Rua da Lomba

3830-140 Ílhavo

Associação de Pais da Escola da Barra

Telf: 234360415

Rua Vasco da Gama

Praia da Barra

3830-752 fanha da Nazaré

Associação de Pais Centro Escolar Santa Maria Manuela

Telf: 234367867

Rua Capitão Ferreira da Silva

3830- 583 Gafanha da Nazaré

Associação de Pais da Escola e Jardim de Infância da Chousa Velha

Telf: 234324265

Rua Palmiro Peixe

3830–213 Ílhavo

Associação de Pais Centro Escolar da Légua

Telf: 234 410 448

Rua da Capela

3830–248 Ílhavo

Associação de Pais da Escola da Costa Nova

Telf: 234 360 154

913 891 191

Rua da Companha

Costa Nova do Prado

3830–457 Gafanha da Encarnação

Associação de Pais da Escola e Jardim de Infância da Cambeia

Telf: 234 185 823

Rua Gil Eanes n.º70

3830-670 Gafanha da Nazaré

Associação de Pais da Escola da Chave

Telf: 234 138 407

Rua S. Gabriel – Apartado nº 62

3830–621 Gafanha da Nazaré

Associação de Pais da Escola da Cale da Vila

Telf: 931440199

Rua Luís de Camões

3830-695 Gafanha da Nazaré

Associação de Pais Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes

Rua da Escola Secundária

3830 – 135 Ílhavo

Associação de Pais Escola EB 2/3 José Ferreira Pinto Basto

aspeb23ilhavo@gmail.com

Rua Gabriel Ançã

3830 – 197 Ílhavo

Associação de Pais EB 2/3 Gafanha da Nazaré

apebsgn@gmail.com

Alameda Prior Sardo

3830 – 551 Gafanha da Nazaré

Associação de Pais EB 2/3 Gafanha da Encarnação

Apartado nº 53

3830 – 907 Gafanha da Encarnação

Associação de Pais da Gafanha do Carmo

Telf: 966 305 671

Rua da Igreja nº 4

3830-408 Gafanha do Carmo

Ensino Privado Pré-escolar

Centro Social e Paroquial da Gafanha da Encarnação

Telf: 234 082 316

cspgenc@live.com.pt

Rua Padre António Diogo

Gafanha Da Encarnação

Centro Infantil da Gafanha da Nazaré

Telf: 234366373

geral@scmilhavo.pt

Rua José da Silva Mariano,

3830-688 Gafanha da Nazaré, Aveiro

Centro Infantil da Lagoa - Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo

Telf: 234321225

234329431

geral@scmilhavo.pt

Rua Escola Secundária

Centro Infantil de Ílhavo - Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo

Telf: 234 329 430

geral@scmilhavo.pt

Rua Domingos Ferreira Pinto Basto N°6/10

3830-177 Ílhavo

Jardim de Infância da Obra da Providência

Telf: 234361153

oprovidencia.geral@gmail.com

Rua Camilo Castelo Branco nº 52,

3830-568 Gafanha da Nazaré

Jardim de Infância do CASCI - Costa Nova

Telf: 234369629

geral@casci.pt

Rua Das Companhas

Jardim de Infância do CASCI - Ílhavo

Telf: 234326015

geral@casci.pt

Rua João De Deus nº 40, São Salvador

3830-201 Ílhavo

Jardim de Infância do CASCI - Praia da Barra - Gafanha da Nazaré

Telf: 234369471

geral@casci.pt

Avenida Fernão De Magalhães, Barra

3830-749 Ílhavo

**Jardim de Infância do Centro Paroquial de Assistência D. Manuel
Trindade Salgueiro**

Telf: 234181850

geral@ppobresilhavo.pt

Avenida Manuel Da Maia

3830-050 Ílhavo

Ensino Profissional

CASCI - Centro de Ação Social do Município de Ílhavo

Telf: 234 321 099

crp@casci.pt

Rua do CASCI nº 36B

3830-355 Ílhavo

CERCIAv - Cooperativa para a Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Aveiro

Telf: 234390980

sede@cerciav.pt

Rua do Aires, N° 53-57, S. Bernardo

3810-205 Aveiro

FOR-MAR - Centro de Formação Profissional do Setor das Pescas

Telf: 234 325 000

963 386 704

ilhavo@for-mar.pt

Rua D. Manuel Trindade Salgueiro

3830-055 Ílhavo

Ensino Público

Agrupamento de Escolas da Gafanha da Encarnação

Telf: 234 367 570

925 765 651

secretaria@aege.pt

Rua da Lomba

3830-475 Gafanha da Encarnação

Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré

Telf: 234 390 890

egn@egn.pt

R. Dr. Joaquim António Vilão nº 19

3830-556, Gafanha da Nazaré

Agrupamento de Escolas de Ílhavo

Telf: 234 320 130

direccao@ageilhavo.pt

Rua Gabriel Ançã

3830-135 Ílhavo

Escola Básica da Cambeia

Telf: 234 367 876

Rua Gil Eanes

3830-670 Gafanha da Nazaré

Escola Básica da Chave

Telf: 234 361 394

Rua de S. Gabriel

3830-621 Gafanha da Nazaré

Escola Básica da Chousa Velha

Telf: 234 324 265

Rua Palmiro Peixe

3830-213 Ílhavo

Escola Básica da Costa Nova do Prado

Telf: 234 360 154

Rua da Companha

3830-457 Gafanha da Encarnação

Escola Básica da Gafanha da Encarnação

Telf: 234 367 570

234 367 572

Apartado nº 53

3830-907 Gafanha da Encarnação

Escola Básica da Gafanha da Encarnação – Centro

Telf: 234 365 926

Rua Prof. Francisco Corujo

3830-524 Gafanha da Encarnação

Escola Básica da Gafanha da Encarnação – Norte

Telf: 234 367 263

Rua da Parada

3830-476 Gafanha da Encarnação

Escola Básica da Gafanha da Encarnação – Sul

Telf: 234 366 568

Rua da Escola

3830-470 Gafanha da Encarnação

Escola Básica da Gafanha da Nazaré

Telf: 234 397 490/5/6

234 397 492

Alameda Pior Sardo

3830-551 Gafanha da Nazaré

Escola Básica da Gafanha de Aquém

Telf: 234 326 759

Rua da Lomba

3830-140 Ílhavo

Escola Básica da Gafanha do Carmo

Telf: 234 391 097

Rua Central

3830-404 Gafanha do Carmo

Escola Básica da Marinha Velha

Telf: 234 361 483

Rua Padre Américo

3830-705 Gafanha da Nazaré

Escola Básica da Senhora do Pranto

Telf: 234 323 017

Rua João Carlos Loureiro

3830-200 Ílhavo 234 323 017

Escola Básica de Ílhavo

Telf: 234 324 372

Travessa de Ferreira Gordo

3830-195 Ílhavo

Escola Básica de Vale de Ílhavo

Telf: 234 325 619

Largo da Escola

3830-276 Ílhavo

Escola Básica do Corgo Comum

Telf: 234327191

Rua da Coutada

3830- Gafanha da Nazaré

Escola Básica do Farol da Barra, Gafanha da Nazaré

Telf: 234 360 415

Rua Vasco da Gama

3830-752 Gafanha da Nazaré

Escola Básica José Ferreira Pinto Bastos

234 329 810

Rua Gabriel Ançã

3830-197 Ílhavo

Escola Básica n.º1 da Cale da Vila

Telf: 234 361 146

Rua Luís de Camões

3830-696 Gafanha da Nazaré

Escola Básica n.º2 da Cale da Vila

Telf: 234 361 146

Rua Luís de Camões

3830-696 Gafanha da Nazaré

Escola Secundária da Gafanha da Nazaré

Telf: 234 390 890/8

234 390 891

Rua Dr.º Joaquim António Vilão

Apartado nº 82

3834-908 Gafanha da Nazaré

Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes

Telf: 234 320 130

961 784 697

Rua da Escola Secundária

3830-135 Ílhavo

Centro Escolar da Coutada

Telf: 234 327 191

Rua da Coutada

3830-134 Ílhavo

Centro Escolar da Légua

Telf: 234 410 448

Rua da Capela nº 16

3830-248 Ílhavo

Centro Escolar de Vale de Ílhavo

Telf: 234 325 619

Largo da Escola

3830-276 Ílhavo

Emprego

SAFE – Serviço Apoio à Formação e Emprego

Tel.: 234 092 496

E-mail: safe@cm-ilhavo.pt

CieMar (Museu Marítimo de Ílhavo)

Travessa Alexandre da Conceição

3830-196 Ílhavo

GIP – Junta Freguesia S. Salvador

Telefone: 234 321 725

Av. 25 de Abril 94

3830-044 Ílhavo

Família e Comunidade

Gabinete de Apoio à Família

Telf : 234 329 625

Câmara Municipal de Ílhavo

Avenida 25 de Abril

3830-044 Ílhavo

Saúde

Farmácias

Farmácia Ançã Castro

Telf: 234 360 721

farma.ancacastro@gmail.com

Av. João Corte Real, N° 101, R/C

3830-751 Praia da Barra

Farmácia Branco

Telf: 234 361 576

Avenida José Estêvão, n.º 113

3830-555 Gafanha da Nazaré

Farmácia Diniz Gomes

Telf: 234 322 885

farmaciadinisgomes@gmail.com

Rua Arcebispo Pereira Bilhano, n.º 54

3830-111 Ílhavo

Farmácia Moderna

Telf: 234 328 222

Avenida 25 de Abril, n.º 142

3830-044 Ílhavo

Farmácia Morais

Telf: 234 361 817

Avenida José Estêvão, n.º 513

3830-554 Gafanha da Nazaré

Farmácia Ribau

Telf: 234 365 131

farmaciaribau@gmail.com

Rua de Ílhavo, n.º 45

3830-488 Gafanha da Encarnação

Farmácia Santos

Telf: 234 322 930

Rua Arcebispo Pereira Bilhano, n.º 193

3830-111 Ílhavo

Farmácia Senos

Telf: 234 322 742

farmsenos@gmail.com

Rua Arcebispo Pereira Bilhano, n.º 22-24

3830-111 Ílhavo

Gafanhafarma

Telf: 234 094 239

919 441 290

geral@gafanhafarma.pt

Av. José Estevão, n.º 315 – R/C

3830-556 Gafanha da Nazaré

Hospitais

Hospital da Luz - Hospital Privado de Aveiro

Telf: 234 400 700

808 234 400

geral.aveiro@hospitaldaluz.pt

Rua do Brail, n.º 21

3800-009 Aveiro

Centro Hospital Baixo Vouga: Hospital Infante D.Pedro - Aveiro

Telf: 234 378 300

234 378 301

comunicacao@chbv.min-saude.pt

Avenida Artur Ravara

3814-501 Aveiro

Unidade de Cuidados Continuados

Unidade Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo

Telf: 234 329 430

234 329 431

scmilhavo@armail.pt

Rua Domingos Ferreira Pinto Basto, nº 6/10

3830-117 Ílhavo

USF - Unidades Saúde Familiar e Extensões de Saúde

Centro de Saúde de Ílhavo

Telf: 234 325 876

234 322 701

Linha Azul: 234 324 102

usf_beiraria@csilhavo.min-saude.pt

Av. Dr. Rocha Madaíl

3830-193 Ílhavo

Extensão de Saúde da Gafanha da Nazaré e Unidade de Saúde Familiar da Beira Ria

Telf: 234 393 150

234 393 159

Rua Padre Rúbens

3830-596 Gafanha da Nazaré

Extensão de Saúde da Gafanha da Encarnação

Telf: 234 361 902

extgafencarnacao@csilhavo.min-saude.pt

Rua Prof. Francisco Corujo

3830 Gafanha da Encarnação

Unidade Saúde Familiar da Beira Ria (Costa Nova)

Telf: 234 369 884

234 396 309

extcostanova@csilhavo.min-saude.pt

Avenida Nossa Senhora da Saúde

Praia da Costa Nova

3830-460 Gafanha da Encarnação

Extensão de Saúde da Gafanha do Carmo

Telf: 234 361 968

Rua José Cândido Ferreira Jorge

3830-421 Gafanha do Carmo

Bibliografia

- Divisão Ação Social e Saúde. (2018). *Reunião do Concelho Municipal de Segurança de Ílhavo*. Ílhavo: Câmara Municipal de Ílhavo.
- Alenquer, C. M. (29 de janeiro de 2019). *Associação Amigos da Grande Idade*. Obtido de Pré-Diagnóstico do Concelho de Alenquer: <http://www.associacaoamigosdagrandeidade.com/wp-content/uploads/filebase/consultoria/AN%C3%83%E2%80%9CNIMO%20metodologia%20para%20diagn%C3%83%C2%B3stico%20social.pdf>
- Educação, D. d. (s.d.). *Estatísticas da Educação 2016/2017*. Lisboa: Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.
- Fialho, J., Silva, C. A., & Saragoça, J. (2017). *Diagnóstico Social - Teoria, Metodologia e Casos Práticos*. Lisboa: Edições Silabo.
- Guerreiro, A. C., Neto, M., Pimentel, J. P., Durval, M., & Araujo, F. O. (8 de maio de 2019). *Perfil Local de Saúde 2017*. Obtido de ARSCentro: http://www.arscentro.min-saude.pt/SaudePublica/PlaneamentoSaude/Documents/perfis%20de%20saude/2017/PeLS2017_A25_BM.pdf
- Idáñez, M. J., & Ander-Egg, E. (12 de Março de 2007). *Diagnóstico Social: Conceitos e Metodologias*. Porto: Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal (Versão Portuguesa). Obtido de Espaço Assistente Social: <http://www.eas.pt/wp-content/uploads/2014/01/diagnostico-social-Diagn%C3%B3stico-Social-conceitos-e-metodologias-Maria-Jos%C3%A9-Aguilar-Id%C3%A1nez-e-Ezequiel-Ander-Egg-.pdf>
- INE. (2017). *Estudos sobre o Poder de Compra Concelhio 2015*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- INE. (2018). *Anuário Estatístico da Região Centro - 2017*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- INE. (2019). *Região Centro em números - 2017*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- Justino, D., Santos, R., Batista, S., Beatriz, I., Gramaxo, L., Pascueiro, L., . . . Tomaz, M. (9 de abril de 2019). *Empresários pela Inclusão Social*. Obtido de Atlas da Educação - Contextos sociais e locais do sucesso e insucesso: <https://www.epis.pt/upload/documents/59fafbec27c55.pdf>
- Lawrence, T. S., & Vellerman, J. D. (1974). Correlates of student drug use in a suburban high school. *Psychiatry*, 129-136.
- Mello, M. L., Breda, J., & Barrias, J. (2001). *Álcool e problemas ligados ao álcool em Portugal, Saúde XXI*. Lisboa: Direção-Geral de Saúde.
- OMS. (17 de agosto de 2019). *World report on disability 2011*. Obtido de Organização Mundial de Saúde: http://www.who.int/disabilities/world_report/2011/en/
- Pordata. (5 de fevereiro de 2019). *Poder de Compra Per Capita*. Obtido de Pordata: <https://www.pordata.pt/Municipios/Poder+de+compra+per+capita-118>
- Proporção do Poder de Compra*. (5 de fevereiro de 2019). Obtido de Pordata: <https://www.pordata.pt/Municipios/Propor%C3%A7%C3%A3o+de+poder+de+compra-119>
- República Portuguesa. (28 de janeiro de 2019). *Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho*. Obtido de Diário da República Eletrónico : <https://dre.pt/application/conteudo/344943>

- República Portuguesa. (29 de janeiro de 2019). *Despacho Normativo n.º 8/2002, de 12 de fevereiro*. Obtido de Diário da República Eletrónico : <https://dre.pt/application/conteudo/284915>
- República Portuguesa. (28 de maio de 2019). *Lei n.º 45/2005 de 29 de agosto*. Obtido de Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2029&tabela=leis&so_miolo=
- Saúde, D. d. (2019). *Reunião do Conselho Municipal de Segurança de Ílhavo*. Ílhavo : Câmara Municipal de Ílhavo.
- Segurança Social. (9 de maio de 2019). *Abono de Família para Crianças e Jovens*. Obtido de Segurança Social: <http://www.seg-social.pt/abono-de-familia-para-criancas-e-jovens>
- USF Atlântico Norte. (13 de maio de 2019). *Carta Compromisso 2017 - USF Atlântico Norte*. Obtido de Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários: <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/2/20019/2011293/O%20QUE%20OFERECEMOS/2011293.pdf>
- USF Beira Ria. (13 de maio de 2019). *Carta Compromisso 2017 - USF Beira Ria*. Obtido de Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários: <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/2/20019/2011291/O%20QUE%20OFERECEMOS/2011291.pdf>
- USF Costa da Prata. (13 de maio de 2019). *Carta Compromisso 2017 - USF Costa da Prata*. Obtido de Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários: <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/2/20019/2011292/O%20QUE%20OFERECEMOS/2011292.pdf>
- USF do Leme. (13 de maio de 2019). *Carta Compromisso 2019 - USF do Leme*. Obtido de Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários : <https://bicsp.min-saude.pt/pt/pesquisa/Paginas/default.aspx?k=beira%20ria%20carta%20compromisso#k=USF%20leme%20carta%20compromisso>

Legislação

- Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10. Constituição da República Portuguesa
- Lei nº46/86 de 14 de outubro. Diário da República n.º 237/1986, Série I. Lei de Bases do Sistema Educativo
- Lei nº147/99, de 1 de setembro. Diário da República n.º 204/1999, Série I-A. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
- Lei nº45/2005, de 29 de agosto. Diário da República n.º 165/2005, Série I-A. Primeira alteração à Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, que revoga o rendimento mínimo garantido, previsto na Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho, e cria o rendimento social de inserção

- Lei nº142/2015, de 8 de setembro. Diário da República n.º 175/2015, Série I. Segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro
- Lei nº7-A/2016, de 30 de março. Diário da República n.º 62/2016, 1º Suplemento, Série I. Orçamento do Estado para 2016
- Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro. Diário da República n.º 248/2016, Série I. Orçamento do Estado para 2017
- Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro. Diário da República n.º 249/2017, Série I. Orçamento do Estado para 2018
- Decreto-Lei nº621-A/74, de 15 novembro. Diário do Governo n.º 266/1974, 2º Suplemento, Série I. Aprova a Lei Eleitoral relativamente ao recenseamento
- Decreto-Lei nº474/76, de 16 de junho. Diário da República n.º 140/1976, Série I. Revoga o n.º 1.º do artigo 405.º (lenocínio) e altera a redação do n.º 1.º do artigo 461.º (crime de abertura de cartas ou papéis fechados) do Código Penal
- Decreto-Lei nº496/77, de 25 de novembro. Diário da República n.º 273/1977, 1º Suplemento, Série I. Introduce alterações ao Código Civil
- Decreto-Lei nº115/2006, de 14 de junho. Diário da República n.º 114/2006, Série I-A. Regulamenta a rede social, definindo o funcionamento e as competências dos seus órgãos, bem como os princípios e regras subjacentes aos instrumentos de planeamento que lhe estão associados, em desenvolvimento do regime jurídico de transferência de competências para as autarquias locais
- Decreto-Lei nº28/2008, de 22 de fevereiro. Diário da República n.º 38/2008, Série I. Estabelece o regime da criação, estruturação e funcionamento dos agrupamentos de centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde
- Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho. Diário da República n.º 126/2012, Série I. Procede à segunda alteração do Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, que aprova o regime jurídico de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário
- Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de novembro. Diário da República n.º 221/2014, 1º Suplemento, Série I. Procede à quinta alteração ao Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de fevereiro, que aprova o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social
- Decreto-Lei nº33/2018, de 15 de maio. Diário da República n.º 93/2018, Série I. Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2018
- Resolução Conselho de Ministros nº197/97, de 18 de novembro. Diário da República n.º 267/1997, Série I-B. Procede ao reconhecimento público da denominada «rede social»
- Resolução Conselho de Ministros nº88/2003, de 7 de julho. Diário da República n.º 154/2003, Série I-B. Aprova o II Plano Nacional contra a Violência Doméstica
- Despacho nº10143/2009, de 16 de abril. Diário da República n.º 74/2009, Série II. Aprovação do Regulamento da Organização e Funcionamento da Unidade de Cuidados na Comunidade
- Despacho nº12154/2013, de 24 de setembro. Diário da República n.º 184/2013, Série II. Determina a criação da Rede Local de Intervenção Social (RLIS)

Despacho n.º 7255/2018, de 31 de julho. Diário da República n.º 146/2018, Série II.
Procede à alteração do Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, que regula
as condições de aplicação das medidas de ação social escolar

Despacho normativo n.º 8/2002, de 12 de fevereiro. Diário da República n.º 36/2002,
Série I-B. Regulamenta o Programa de Apoio à Implementação da Rede Social

Anexos

Anexo I – Caracterização e evolução do 1º Ciclo no Concelho de Ílhavo

Tabela 75 - Distribuição de alunos matriculados no Ensino Básico Geral, no ano letivo 2016/2017, por idade

Nome da Escola	Alunos no 1.º ano							Total no 1.º Ano	Alunos no 2.º ano							Total no 2.º Ano	Alunos no 3.º ano							Total no 3.º Ano	Alunos no 4.º ano							Total no 4.º Ano
	<=6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	> 11 anos		<=6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	> 11 anos		<=6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	> 11 anos		<=6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	> 11 anos	
Escola Básica n.º 2 de Cale da Vila	23	3	0	0	0	0	0	26	0	21	5	0	0	0	0	26	0	0	19	2	1	1	0	23	0	0	0	17	4	0	0	21
Escola Básica de Senhora do Pranto	43	2	0	0	0	0	0	45	0	48	4	1	0	0	0	53	0	0	40	4	0	1	0	45	0	0	0	45	4	1	1	51
Escola Básica de Gafanha da Encarnação-Sul	23	3	0	0	0	0	0	26	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	17	6	0	0	0	23	-	-	-	-	-	-	-	-
Escola Básica de Chousa Velha	16	4	0	0	0	0	0	20	0	26	0	0	0	0	0	26	0	0	23	1	0	0	0	24	0	0	0	8	1	0	0	9
Escola Básica de Ílhavo	21	1	0	0	0	0	0	22	0	12	5	0	0	0	0	17	0	0	12	8	0	0	0	20	0	0	0	15	5	1	0	21
Escola Básica de Farol da Barra, Gafanha da Nazaré	25	1	0	0	0	0	0	26	0	16	2	1	0	0	0	19	0	0	13	4	0	0	0	17	0	0	0	16	1	0	0	17
Escola Básica de Gafanha da Encarnação-Centro	24	1	0	0	0	0	0	25	0	19	2	0	0	0	0	21	0	0	18	4	1	0	0	23	0	0	0	19	2	1	0	22
Escola Básica de Vale de Ílhavo	3	1	0	0	0	0	0	4	0	5	3	3	0	0	0	11	0	0	3	3	1	0	0	7	0	0	0	0	1	0	0	1

Anexo I – Caracterização e evolução do 1º Ciclo no Concelho de Ílhavo

Tabela 76 - Distribuição de alunos matriculados no Ensino Básico Geral, no ano letivo 2016/2017, por idade

Nome da Escola	Alunos no 1.º ano							Total no 1.º Ano	Alunos no 2.º ano							Total no 2.º Ano	Alunos no 3.º ano							Total no 3.º Ano	Alunos no 4.º ano							Total no 4.º Ano
	<=6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	>11 anos		<=6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	>11 anos		<=6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	>11 anos		<=6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	>11 anos	
Escola Básica de Marinha Velha	14	7	0	0	0	0	0	21	0	15	4	0	0	0	0	19	0	0	12	3	1	0	0	16	0	0	0	12	1	1	0	14
Escola Básica de Presa	5	1	0	0	0	0	0	6	0	5	6	0	0	0	0	11	0	0	11	4	2	0	0	17	0	0	1	9	4	1	1	16
Escola Básica n.º 1 de Cale da Vila	18	2	0	0	0	0	0	20	0	16	5	0	0	0	0	21	0	0	15	2	1	1	0	19	0	0	0	17	4	0	1	22
Escola Básica de Gafanha de Aquém	5	1	0	0	0	0	0	6	0	10	4	1	0	0	0	15	0	0	8	2	3	0	0	13	0	0	0	8	4	2	0	14
Escola Básica de Corgo Comum	19	3	0	0	0	0	0	22	0	23	3	0	0	0	0	26	0	0	23	2	1	0	0	26	0	0	0	12	2	1	0	15
Escola Básica de Gafanha da Encarnação-Norte	-	-	-	-	-	-	-	-	0	13	4	1	0	0	0	18	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0	11	8	0	0	19
Escola Básica de Costa Nova do Prado	6	0	0	0	0	0	0	6	0	5	1	0	0	0	0	6	0	0	7	0	0	0	0	7	0	0	0	5	5	0	0	10
Escola Básica de Chave, Gafanha da Nazaré	14	4	0	0	0	0	0	18	0	22	3	0	0	0	0	25	0	0	18	8	0	0	0	26	0	0	0	31	7	0	0	38
Escola Básica de Gafanha do Carmo, Ílhavo	8	1	0	0	0	0	0	9	0	11	3	0	0	0	0	14	0	0	5	1	0	0	0	6	0	0	0	11	3	0	0	14
Escola Básica de Cambeia, Gafanha da Nazaré, Ílhavo	19	6	0	0	0	0	0	25	0	16	6	2	0	0	0	24	0	0	16	3	1	0	0	20	0	0	0	14	3	0	0	17

Anexo I – Caracterização e evolução do 1º Ciclo no Concelho de Ílhavo

Tabela 77 - Taxa de retenção ou desistência dos alunos matriculados no ensino básico geral, por ano letivo e ano de escolaridade

Nome da Escola	2013/2014				2014/2015				2015/2016			2016/2017			
	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	4.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano
Escola Básica n.º 2 de Cale da Vila	0%	0%	4%	0%	0%	14%	4%	0%	0%	12%	0%	0%	4%	0%	0%
Escola Básica de Senhora do Pranto	0%	7%	0%	2%	0%	0%	4%	2%	0%	2%	0%	0%	8%	2%	4%
Escola Básica de Gafanha da Encarnação-Sul	0%	6%	5%	0%	0%	0%	0%	11%	-	0%	0%	0%	-	0%	-
Escola Básica de Chousa Velha	0%	7%	5%	0%	0%	10%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Escola Básica de Ílhavo	0%	9%	10%	0%	0%	14%	5%	0%	0%	10%	0%	0%	24%	5%	10%
Escola Básica de Farol da Barra, Gafanha da Nazaré	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	11%	0%	0%	0%	0%	0%
Escola Básica de Gafanha da Encarnação-Centro	0%	5%	0%	5%	0%	9%	0%	0%	0%	4%	11%	0%	19%	9%	0%
Escola Básica de Vale de Ílhavo	0%	20%	57%	0%	0%	50%	0%	0%	0%	40%	0%	0%	18%	14%	0%
Escola Básica de Marinha Velha	0%	14%	7%	0%	0%	10%	0%	0%	0%	15%	0%	0%	0%	0%	0%
Escola Básica de Presa	0%	27%	7%	9%	0%	31%	0%	0%	0%	12%	0%	0%	27%	12%	0%
Escola Básica n.º 1 de Cale da Vila	0%	14%	0%	0%	0%	4%	0%	4%	0%	0%	5%	0%	10%	0%	0%
Escola Básica de Gafanha de Aquém	0%	19%	0%	0%	0%	23%	11%	0%	0%	32%	0%	0%	7%	0%	0%
Escola Básica de Corgo Comum	0%	3%	0%	0%	0%	8%	0%	0%	0%	0%	3%	0%	0%	0%	0%
Escola Básica de Gafanha da Encarnação-Norte	0%	29%	-	0%	0%	27%	0%	-	0%	67%	-	-	11%	-	5%
Escola Básica de Costa Nova do Prado	0%	25%	14%	29%	0%	14%	12%	0%	0%	9%	8%	0%	0%	0%	0%
Escola Básica de Chave, Gafanha da Nazaré	0%	7%	9%	0%	0%	13%	0%	0%	0%	18%	0%	0%	0%	0%	0%
Escola Básica de Gafanha do Carmo, Ílhavo	0%	20%	0%	0%	0%	21%	11%	0%	0%	14%	0%	0%	14%	0%	0%
Escola Básica de Cambeia, Gafanha da Nazaré, Ílhavo	0%	7%	0%	0%	0%	17%	4%	0%	0%	17%	0%	0%	4%	0%	6%

Anexo I – Caracterização e evolução do 1º Ciclo no Concelho de Ílhavo

Tabela 78 - Percentagem de alunos, por escola, que concluem o 1º ciclo do ensino básico geral em quatro anos

Nome da Escola	2014/2015			2015/2016			2016/2017			Observações
	Número de alunos da escola na amostra	% alunos da escola que concluíram o 1.º ciclo em 4 anos	% alunos do país com um perfil semelhante aos da escola que concluíram o 1.º ciclo em 4 anos (média nacional comparável)	Número de alunos da escola na amostra	% alunos da escola que concluíram o 1.º ciclo em 4 anos	% alunos do país com um perfil semelhante aos da escola que concluíram o 1.º ciclo em 4 anos (média nacional comparável)	Número de alunos da escola na amostra	% alunos da escola que concluíram o 1.º ciclo em 4 anos	% alunos do país com um perfil semelhante aos da escola que concluíram o 1.º ciclo em 4 anos (média nacional comparável)	
Escola Básica n.º 2 de Cale da Vila	24	92%	85%	26	85%	85%	21	81%	89%	
Escola Básica de Senhora do Pranto	51	90%	87%	40	83%	84%	52	87%	88%	
Escola Básica de Gafanha da Encarnação-Sul	22	64%	80%	15	93%	87%	10	90%	80%	(1)
Escola Básica de Chousa Velha	20	75%	85%	14	93%	88%	9	100%	89%	(1)
Escola Básica de Ílhavo	10	60%	77%	12	83%	79%	23	74%	80%	
Escola Básica de Farol da Barra, Gafanha da Nazaré	25	96%	88%	19	89%	90%	18	100%	88%	
Escola Básica de Gafanha da Encarnação-Centro	24	75%	76%	17	53%	81%	22	86%	87%	
Escola Básica de Vale de Ílhavo	7	43%	77%	9	56%	80%	5	20%	62%	(1)
Escola Básica de Marinha Velha	12	50%	81%	17	82%	83%	18	78%	85%	
Escola Básica de Presa	13	69%	79%	9	56%	75%	14	57%	82%	(1)

(1) - Escola com menos de 15 alunos na amostra de cálculo do indicador relativo a 2016/17.

Tabela 79 - Percentagem de alunos, por escola, que concluem o 1º ciclo do ensino básico geral em quatro anos

Nome da Escola	2014/2015			2015/2016			2016/2017			Observações
	Número de alunos da escola na amostra	% alunos da escola que concluíram o 1.º ciclo em 4 anos	% alunos do país com um perfil semelhante aos da escola que concluíram o 1.º ciclo em 4 anos (média nacional comparável)	Número de alunos da escola na amostra	% alunos da escola que concluíram o 1.º ciclo em 4 anos	% alunos do país com um perfil semelhante aos da escola que concluíram o 1.º ciclo em 4 anos (média nacional comparável)	Número de alunos da escola na amostra	% alunos da escola que concluíram o 1.º ciclo em 4 anos	% alunos do país com um perfil semelhante aos da escola que concluíram o 1.º ciclo em 4 anos (média nacional comparável)	
Escola Básica n.º 1 de Cale da Vila	20	80%	77%	21	76%	82%	20	85%	84%	
Escola Básica de Gafanha de Aquém	13	62%	82%	21	71%	73%	9	78%	84%	(1)
Escola Básica de Corgo Comum	20	100%	91%	37	89%	90%	11	91%	94%	(1)
Escola Básica de Gafanha da Encarnação-Norte	-	-	-	11	73%	81%	9	44%	86%	(1)
Escola Básica de Costa Nova do Prado	10	50%	73%	16	56%	74%	9	89%	85%	(1)
Escola Básica de Chave, Gafanha da Nazaré	20	85%	85%	26	73%	85%	45	84%	88%	
Escola Básica de Gafanha do Carmo	24	100%	81%	9	78%	76%	10	70%	81%	(1)
Escola Básica de Cambeia, Gafanha da Nazaré	43	79%	81%	26	85%	80%	18	72%	82%	

(1) - Escola com menos de 15 alunos na amostra de cálculo do indicador relativo a 2016/17.

Tabela 80 - Distribuição dos alunos matriculados no ensino básico geral no ano letivo 2016/17, por sexo

Nome da Escola	Percentagem na Escola		Percentagem Nacional		Total de alunos no ensino básico geral
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	
Escola Básica n.º 2 de Cale da Vila	42%	58%	52%	48%	96
Escola Básica de Senhora do Pranto	54%	46%	52%	48%	194
Escola Básica de Gafanha da Encarnação-Sul	49%	51%	52%	48%	49
Escola Básica de Chousa Velha	41%	59%	52%	48%	79
Escola Básica de Ílhavo	51%	49%	52%	48%	80
Escola Básica de Farol da Barra, Gafanha da Nazaré	47%	53%	52%	48%	79
Escola Básica de Gafanha da Encarnação-Centro	46%	54%	52%	48%	91
Escola Básica de Vale de Ílhavo	57%	43%	52%	48%	23
Escola Básica de Marinha Velha	43%	57%	52%	48%	70
Escola Básica de Presa	58%	42%	52%	48%	50
Escola Básica n.º 1 de Cale da Vila	52%	48%	52%	48%	82
Escola Básica de Gafanha de Aquém	50%	50%	52%	48%	48
Escola Básica de Corgo Comum	43%	57%	52%	48%	89
Escola Básica de Gafanha da Encarnação-Norte	59%	41%	52%	48%	37
Escola Básica de Costa Nova do Prado	59%	41%	52%	48%	29
Escola Básica de Chave, Gafanha da Nazaré	51%	49%	52%	48%	107
Escola Básica de Gafanha do Carmo	58%	42%	52%	48%	43
Escola Básica de Cambeia, Gafanha da Nazaré	53%	47%	52%	48%	86

Anexo I – Caracterização e evolução do 1º Ciclo no Concelho de Ílhavo

Tabela 81 - Distribuição de alunos matriculados no Ensino Básico Geral, por ano letivo e ano curricular

Nome da Escola	Alunos em 2013/2014				Alunos em 2014/2015				Alunos em 2015/2016				Alunos em 2016/2017			
	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano
Escola Básica n.º 2 de Cale da Vila	21	27	24	21	25	22	26	23	26	26	20	23	26	26	23	21
Escola Básica de Senhora do Pranto	52	41	53	49	47	55	45	52	52	46	53	44	45	53	45	51
Escola Básica de Gafanha da Encarnação-Sul	10	17	20	18	19	9	16	19	0	21	0	26	26	0	23	0
Escola Básica de Chousa Velha	9	14	21	22	26	10	12	20	25	24	9	13	20	26	24	9
Escola Básica de Ílhavo	22	23	10	15	14	28	22	10	13	20	22	22	22	17	20	21
Escola Básica de Farol da Barra, Gafanha da Nazaré	18	21	23	16	18	17	22	22	20	18	17	20	26	19	17	17
Escola Básica de Gafanha da Encarnação-Centro	22	21	23	22	17	23	18	24	23	23	21	19	25	21	23	22
Escola Básica de Vale de Ílhavo	6	10	7	16	7	4	7	1	6	10	2	8	4	11	7	1
Escola Básica de Marinha Velha	18	21	15	19	19	20	19	15	18	20	16	19	21	19	16	14
Escola Básica de Presa	13	11	15	11	15	16	7	16	6	17	15	8	6	11	17	16
Escola Básica n.º 1 de Cale da Vila	20	21	20	20	18	25	19	23	17	19	21	19	20	21	19	22
Escola Básica de Gafanha de Aquém	9	21	12	17	15	13	19	15	10	19	14	19	6	15	13	14
Escola Básica de Corgo Comum	11	38	26	24	26	12	36	25	26	27	13	35	22	26	26	15
Escola Básica de Gafanha da Encarnação-Norte	8	14	0	16	6	15	10	0	17	3	19	0	0	18	0	19
Escola Básica de Costa Nova do Prado	9	20	7	14	10	14	17	10	5	11	12	13	6	6	7	10
Escola Básica de Chave, Gafanha da Nazaré	45	27	22	32	23	45	24	22	24	28	39	24	18	25	26	38
Escola Básica de Gafanha do Carmo	10	10	27	9	7	14	9	28	12	7	15	8	9	14	6	14
Escola Básica de Cambeia, Gafanha da Nazaré	18	29	40	21	21	18	26	37	24	23	15	26	25	24	20	17

Anexo II – Caracterização e evolução do 2º Ciclo no Concelho de Ílhavo

Tabela 82 - Número de alunos matriculados no ensino básico geral e artístico por ano letivo e ano curricular

Nome da Escola	Alunos em 2013/2014		Alunos em 2014/2015		Alunos em 2015/2016		Alunos em 2016/2017	
	5.º Ano	6.º Ano	5.º Ano	6.º Ano	5.º Ano	6.º Ano	5.º Ano	6.º Ano
Escola Básica de Gafanha da Encarnação	89	87	78	99	84	64	74	81
Escola Básica de Gafanha da Nazaré	152	150	127	136	131	124	137	135
Escola Básica José Ferreira Pinto Basto	121	124	133	114	127	136	130	118

Tabela 83 - Número de alunos matriculados no ensino básico geral e artístico por ano letivo e por idade

Nome da Escola	Alunos no 5.º ano							Total de alunos no 5.º Ano	Alunos no 6.º ano							Total de alunos no 6.º Ano
	< 10 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	> 14 anos		< 10 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	> 14 anos	
Escola Básica de Gafanha da Encarnação	0	46	21	6	1	0	0	74	0	0	46	21	6	7	1	81
Escola Básica de Gafanha da Nazaré	1	105	26	4	1	0	0	137	0	2	104	23	4	2	0	135
Escola Básica José Ferreira Pinto Basto	0	85	25	10	8	1	1	130	0	1	79	21	10	5	2	118

Tabela 84 - Taxa de retenção ou desistência dos alunos matriculados no ensino básico geral e artístico, por ano letivo e ano de escolaridade

Nome da Escola	2013/2014		2014/2015		2015/2016		2016/2017	
	5.º Ano	6.º Ano	5.º Ano	6.º Ano	5.º Ano	6.º Ano	5.º Ano	6.º Ano
Escola Básica de Gafanha da Encarnação	8%	24%	18%	0%	15%	19%	12%	4%
Escola Básica de Gafanha da Nazaré	9%	6%	5%	1%	1%	2%	1%	1%
Escola Básica José Ferreira Pinto Basto	19%	11%	14%	16%	13%	7%	10%	13%

Tabela 85 - Percentagem de alunos que concluem o 2º ciclo de ensino básico em dois anos

Nome da Escola	2014/2015			2015/2016			2016/2017		
	Número de alunos da escola na amostra	% alunos da escola que concluíram o 2.º ciclo em 2 anos	% alunos do país com um perfil semelhante aos da escola que concluíram o 2.º ciclo em 2 anos (média nacional comparável)	Número de alunos da escola na amostra	% alunos da escola que concluíram o 2.º ciclo em 2 anos	% alunos do país com um perfil semelhante aos da escola que concluíram o 2.º ciclo em 2 anos (média nacional comparável)	Número de alunos da escola na amostra	% alunos da escola que concluíram o 2.º ciclo em 2 anos	% alunos do país com um perfil semelhante aos da escola que concluíram o 2.º ciclo em 2 anos (média nacional comparável)
Escola Básica de Gafanha da Encarnação	80	93%	86%	68	72%	87%	70	80%	90%
Escola Básica de Gafanha da Nazaré	140	92%	84%	120	93%	88%	125	96%	91%
Escola Básica José Ferreira Pinto Basto	105	78%	83%	115	86%	87%	112	79%	90%

Tabela 86 - Distribuição de alunos matriculados no 2º ciclo do ensino básico geral e artístico no ano letivo 2016/2017, por sexo

Nome da Escola	Percentagem na Escola		Percentagem Nacional		Total de alunos no ensino básico geral e artístico
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Escola Básica de Gafanha da Encarnação	54%	46%	52%	48%	155
Escola Básica de Gafanha da Nazaré	54%	46%	52%	48%	272
Escola Básica José Ferreira Pinto Basto	48%	52%	52%	48%	248

Anexo III – Caracterização e evolução do 3º Ciclo no Concelho de Ílhavo

Tabela 87 - Número de alunos matriculados no 3º Ciclo do ensino básico geral e artístico por ano letivo, ano curricular

Nome da Escola	Alunos em 2013/2014			Alunos em 2014/2015			Alunos em 2015/2016			Alunos em 2016/2017		
	7.º Ano	8.º Ano	9.º Ano	7.º Ano	8.º Ano	9.º Ano	7.º Ano	8.º Ano	9.º Ano	7.º Ano	8.º Ano	9.º Ano
Escola Básica de Gafanha da Encarnação	76	65	52	71	62	59	94	58	59	69	64	62
Escola Secundária de Gafanha da Nazaré	116	102	81	158	119	127	163	124	115	135	142	119
Escola Básica José Ferreira Pinto Basto	67	47	46	86	58	42	108	0	0	127	0	0
Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes	62	86	67	44	49	80	0	121	100	0	108	108

Tabela 88 - Número de alunos matriculados no 3º Ciclo do ensino básico geral e artístico por ano curricular e por idade

Nome da Escola	Alunos no 7.º ano								Total no 7.ºAno	Alunos no 8.º ano								Total no 8.ºAno	Alunos no 9.º ano								Total no 9.ºAno
	< 12 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	> 17 anos		< 12 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	> 17 anos		< 12 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	> 17 anos	
Escola Básica de Gafanha da Encarnação	0	43	12	10	4	0	0	0	69	0	1	48	11	4	0	0	0	64	0	0	0	42	11	6	2	1	62
Escola Secundária de Gafanha da Nazaré	1	93	27	12	1	1	0	0	135	0	1	90	41	8	1	1	0	142	0	0	1	81	20	13	4	0	119
Escola Básica José Ferreira Pinto Basto	0	82	26	11	6	1	0	1	127	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	71	19	12	5	1	0	108	0	0	0	70	27	9	2	0	108

Anexo III – Caracterização e evolução do 3º Ciclo no Concelho de Ílhavo

Tabela 89 - Taxa de retenção ou desistência no 3º ciclo por escola e ano letivo

Nome da Escola	2013/2014			2014/2015			2015/2016			2016/2017		
	7.º Ano	8.º Ano	9.º Ano	7.º Ano	8.º Ano	9.º Ano	7.º Ano	8.º Ano	9.º Ano	7.º Ano	8.º Ano	9.º Ano
Escola Básica de Gafanha da Encarnação	20%	18%	17%	15%	5%	7%	27%	5%	14%	14%	6%	10%
Escola Secundária de Gafanha da Nazaré	22%	14%	11%	24%	11%	9%	12%	4%	10%	10%	5%	6%
Escola Básica José Ferreira Pinto Basto	10%	6%	11%	16%	9%	5%	5%	-	-	10%	-	-
Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes	34%	17%	22%	23%	14%	5%	-	11%	6%	-	14%	5%

Tabela 90 - Distribuição dos alunos matriculados no 3º Ciclo do Ensino Básico Geral e Artístico no ano letivo 2016/17, por sexo

Nome da Escola	Percentagem na Escola		Percentagem Nacional		Total de alunos no ensino básico geral e artístico
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Escola Básica de Gafanha da Encarnação	51%	49%			195
Escola Secundária de Gafanha da Nazaré	53%	47%			396
Escola Básica José Ferreira Pinto Basto	50%	50%	51%	49%	127
Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes	50%	50%			216

Anexo IV- Caracterização e evolução do Ensino Secundário no Concelho de Ílhavo

Tabela 91 - Numero de alunos matriculados por curso

Nome da Escola	Ciências e Tecnologias	Ciências Sócio Económicas	Artes Visuais	Línguas e Humanidades	Outros	Total de Alunos
Escola Secundária de Gafanha da Nazaré	141	23	0	98	0	262
Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes	115	1	0	91	0	207

Tabela 92 - Numero de alunos matriculados por ano letivo e ano curricular

Nome da Escola	Alunos em 2013/2014			Alunos em 2014/2015			Alunos em 2015/2016			Alunos em 2016/2017		
	10.º Ano	11.º Ano	12.º Ano	10.º Ano	11.º Ano	12.º Ano	10.º Ano	11.º Ano	12.º Ano	10.º Ano	11.º Ano	12.º Ano
Escola Secundária de Gafanha da Nazaré	92	93	84	94	82	85	110	74	91	92	94	76
Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes	82	59	82	61	71	61	84	51	81	78	77	52

Tabela 93 - Distribuição dos alunos matriculados no ano letivo 2016/17 por ano letivo e idade

Nome da Escola	Alunos no 10.º ano								Total no 10.º Ano	Alunos no 11.º ano								Total no 11.º Ano	Alunos no 12.º ano								Total no 12.º Ano
	< 15 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	20 anos	> 20 anos		< 15 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	20 anos	> 20 anos		< 15 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	20 anos	> 20 anos	
Escola Secundária de Gafanha da Nazaré	0	69	21	2	0	0	0	0	92	0	1	67	18	6	2	0	0	94	0	0	1	52	15	6	2	0	76
Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes	0	47	16	14	1	0	0	0	78	0	0	45	21	6	5	0	0	77	0	0	1	29	16	3	3	0	52

Anexo IV- Caracterização e evolução do Ensino Secundário no Concelho de Ílhavo

Tabela 94 - Taxa de retenção ou desistência dos alunos matriculados em Cursos Científico-Humanísticos, por ano letivo e ano escolar

Nome da Escola	2013/2014			2014/2015			2015/2016			2016/2017		
	10.º Ano	11.º Ano	12.º Ano	10.º Ano	11.º Ano	12.º Ano	10.º Ano	11.º Ano	12.º Ano	10.º Ano	11.º Ano	12.º Ano
Escola Secundária de Gafanha da Nazaré	12%	9%	36%	14%	5%	40%	9%	7%	26%	9%	4%	29%
Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes	13%	12%	39%	15%	6%	38%	10%	18%	28%	33%	5%	31%

Tabela 95 - Indicador do alinhamento das classificações internas atribuídas pela escola face às classificações atribuídas pelas outras escolas a alunos com resultados semelhantes nos exames

Nome da Escola	Categoria da escola no indicador do alinhamento					Número de provas de exame considerados no indicador				
	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18
Escola Secundária de Gafanha da Nazaré	-2	-1	-1	0	0	183	164	185	202	198
Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes	1	0	0	0	0	104	120	125	120	120

Legenda das categorias de alinhamento:

- 2 Classificações internas na escola desalinhadas para cima com uma certeza estatística entre as 10% mais fortes do país.
- 1 Classificações internas na escola desalinhadas para cima com uma certeza estatística entre as 30% e as 10% mais fortes do país.
- 0 Classificações internas na escola alinhadas com a média das classificações internas nas outras escolas do país.
- 1 Classificações internas na escola desalinhadas para baixo com uma certeza estatística entre as 30% e as 10% mais fortes do país.
- 2 Classificações internas na escola desalinhadas para baixo com uma certeza estatística entre as 10% mais fortes do país.

Anexo IV- Caracterização e evolução do Ensino Secundário no Concelho de Ílhavo

Tabela 96 e 98 - Percursos diretos de sucesso: percentagem de alunos que obtêm positiva nos exames nacionais do 12º ano após um percurso sem retenções no 10º e 11º anos

	Número de alunos da região na amostra	Percentagem de percursos diretos de sucesso entre os alunos da região	Percentagem de percursos diretos de sucesso entre os alunos do país com um nível escolar anterior semelhante (média nacional)	Resultado da região face à média nacional (diferença entre a percentagem de percursos diretos de sucesso na região e a média nacional, em pontos percentuais)
2015/2016	149	43%	39%	4%
2016/2017	130	45%	45%	-1%
2017/2018	164	40%	43%	-3%

Nome da Escola	2015/2016					2016/2017					2017/2018				
	Número de alunos da escola na amostra	Percentagem de percursos diretos de sucesso entre os alunos da escola	Percentagem de percursos diretos de sucesso entre os alunos do país com um nível escolar anterior semelhante (média nacional)	Resultado da escola face à média nacional (diferença entre a percentagem de percursos diretos de sucesso na escola e a média nacional, em pontos percentuais)	Categoria da Escola	Número de alunos da escola na amostra	Percentagem de percursos de sucesso entre os alunos da escola	Percentagem de percursos de sucesso entre os alunos do país com um nível escolar anterior semelhante (média nacional)	Resultado da escola face à média nacional (diferença entre a percentagem de percursos de sucesso na escola e a média nacional, em pontos percentuais)	Categoria da Escola	Número de alunos da escola na amostra	Percentagem de percursos de sucesso entre os alunos da escola	Percentagem de percursos de sucesso entre os alunos do país com um nível escolar anterior semelhante (média nacional)	Resultado da escola face à média nacional (diferença entre a percentagem de percursos de sucesso na escola e a média nacional, em pontos percentuais)	Categoria da Escola
Escola Secundária de Gafanha da Nazaré	79	46%	46%	0%	0	82	41%	46%	-4%	0	100	36%	41%	-5%	0
Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes	70	40%	32%	8%	1	48	50%	44%	6%	1	64	47%	47%	0%	0

Legenda das categorias de alinhamento:

- 2 Classificações internas na escola desalinhadas para cima com uma certeza estatística entre as 10% mais fortes do país.
- 1 Classificações internas na escola desalinhadas para cima com uma certeza estatística entre as 30% e as 10% mais fortes do país.
- 0 Classificações internas na escola alinhadas com a média das classificações internas nas outras escolas do país.
- 1 Classificações internas na escola desalinhadas para baixo com uma certeza estatística entre as 30% e as 10% mais fortes do país.
- 2 Classificações internas na escola desalinhadas para baixo com uma certeza estatística entre as 10% mais fortes do país.

Anexo IV- Caracterização e evolução do Ensino Secundário no Concelho de Ílhavo

Tabela 97 - Resultados das escolas no indicador global dos percursos diretos de sucesso: cursos científico-humanísticos do ensino secundário

Nome da escola	Resultado do último triénio (2016 - 2018)			
	N.º de alunos da escola na amostra	Percentagem de percursos diretos de sucesso na escola	Percentagem de percursos diretos de sucesso entre os alunos do país com um nível escolar anterior semelhante (média nacional)	Resultado da escola face à média nacional (diferença entre a percentagem de percursos diretos de sucesso na escola e a média nacional, em pontos percentuais)
Escola Secundária de Gafanha da Nazaré	261	40,6%	43,7%	-3,1%
Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes	182	45,1%	40,4%	4,7%

Tabela 98 - Distribuição dos alunos matriculados em Cursos Profissionais no ano letivo 2016/17, por idade e escola

Nome da Escola	Alunos em cursos profissionais								Total de alunos
	< 15 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	20 anos	> 20 anos	
Escola Secundária de Gafanha da Nazaré	0	9	26	28	19	4	0	0	86
Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes	0	7	18	17	13	10	0	0	65

Anexo IV- Caracterização e evolução do Ensino Secundário no Concelho de Ílhavo

Tabela 99 - Percentagem de alunos que concluem o ensino profissional em 3 anos ou menos

	Alunos da região					Alunos do país com um perfil anterior semelhante aos da escola (média nacional comparável)			
	Número alunos amostra	% concluíram o ensino profissional em 3 anos	% não concluíram em 3 anos mas continuam inscritos no ensino profissional	% não concluíram em 3 anos e estão inscritos noutra modalidade de ensino secundário	% não concluíram em 3 anos nem estão inscritos no ensino secundário	% concluíram o ensino profissional em 3 anos	% não concluíram em 3 anos mas continuam inscritos no ensino profissional	% não concluíram em 3 anos e estão inscritos noutra modalidade de ensino secundário	% não concluíram em 3 anos nem estão inscritos no ensino secundário
2015/16	47	57%	21%	9%	13%	56%	23%	6%	16%
2016/17	47	36%	32%	6%	26%	60%	22%	5%	12%

Tabela 100 - Percentagem de alunos que concluem o ensino profissional em 3 anos ou menos no ano letivo 2014/15

Nome da Escola	2014/15									
	Alunos da escola					Alunos do país com um perfil anterior semelhante aos da escola (média nacional comparável)				
	Número alunos amostra	% concluíram o ensino profissional em 3 anos	% não concluíram em 3 anos mas continuam inscritos no ensino profissional	% não concluíram em 3 anos e estão inscritos noutra modalidade de ensino secundário	% não concluíram em 3 anos nem estão inscritos no ensino secundário	% concluíram o ensino profissional em 3 anos	% não concluíram em 3 anos mas continuam inscritos no ensino profissional	% não concluíram em 3 anos e estão inscritos noutra modalidade de ensino secundário	% não concluíram em 3 anos nem estão inscritos no ensino secundário	% não concluíram em 3 anos nem estão inscritos no ensino secundário
Escola Secundária de Gafanha da Nazaré	13	69%	31%	0%	0%	60%	27%	5%	8%	
Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes	22	68%	14%	14%	5%	52%	28%	6%	14%	

Anexo IV- Caracterização e evolução do Ensino Secundário no Concelho de Ílhavo

Tabela 101 - Percentagem de alunos que concluem o ensino profissional em 3 anos ou menos no ano letivo 2015/16

Nome da Escola	2015/16								
	Alunos da escola					Alunos do país com um perfil anterior semelhante aos da escola (média nacional comparável)			
	Número alunos amostra	% concluíram o ensino profissional em 3 anos	% não concluíram em 3 anos mas continuam inscritos no ensino profissional	% não concluíram em 3 anos e estão inscritos noutra modalidade de ensino secundário	% não concluíram em 3 anos nem estão inscritos no ensino secundário	% concluíram o ensino profissional em 3 anos	% não concluíram em 3 anos mas continuam inscritos no ensino profissional	% não concluíram em 3 anos e estão inscritos noutra modalidade de ensino secundário	% não concluíram em 3 anos nem estão inscritos no ensino secundário
Escola Secundária de Gafanha da Nazaré, Ílhavo	28	57%	21%	11%	11%	58%	23%	5%	14%
Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes, Ílhavo	19	58%	21%	5%	16%	53%	23%	6%	18%

Anexo IV- Caracterização e evolução do Ensino Secundário no Concelho de Ílhavo

Tabela 102 - Percentagem de alunos que concluem o ensino profissional em 3 anos ou menos no ano letivo 2016/17

Nome da Escola	2016/17								
	Alunos da escola					Alunos do país com um perfil anterior semelhante aos da escola (média nacional comparável)			
	Número Alunos Amostr a	% concluíram o ensino profissional em 3 anos	% não concluíram em 3 anos mas continuam inscritos no ensino profissional	% não concluíram em 3 anos e estão inscritos noutra modalidade de ensino secundário	% não concluíram em 3 anos nem estão inscritos no ensino secundário	% concluíram o ensino profissional em 3 anos	% não concluíram em 3 anos mas continuam inscritos no ensino profissional	% não concluíram em 3 anos e estão inscritos noutra modalidade de ensino secundário	% não concluíram em 3 anos nem estão inscritos no ensino secundário
Escola Secundária de Gafanha da Nazaré, Ílhavo	25	56%	28%	8%	8%	66%	22%	4%	8%
Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes, Ílhavo	22	14%	36%	5%	45%	54%	23%	6%	17%

REGULAMENTO INTERNO DO ATENDIMENTO SOCIAL INTEGRADO

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

(Disposições Gerais)

O atendimento e acompanhamento social, enquanto medida de política social activa, constitui-se num espaço privilegiado de manifestação e interpretação diagnosticada das necessidades e dos problemas que subjazem na comunidade local, problemas estes que pela sua natureza dimensional persistente e que exigem portanto, uma intervenção continuada, global e estruturada e não sectorial e estandardizada.

O atendimento e acompanhamento social visam apoiar os indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, na prevenção e/ou resolução de problemas geradores de situações de pobreza e exclusão social em áreas tão diversas como o emprego, a habitação, a acção social, a saúde, a justiça, entre outros.

A metodologia permite uma melhoria do funcionamento e articulação entre as organizações com responsabilidades no atendimento de âmbito social, ao encontro do princípio da subsidiariedade, um aumento significativo de capacidade no atendimento às famílias, devido à descentralização e desburocratização, uma maior eficácia e eficiência no atendimento e respostas aos problemas das famílias e ainda, uma melhoria dos níveis de satisfação dos beneficiários, quanto aos atendimentos e serviços prestados.

Assente numa relação de reciprocidade técnico/beneficiário, com vista à promoção de condições facilitadoras da inserção das pessoas, mediante a elaboração, contratualização e acompanhamento de um verdadeiro “Projecto de Vida”.

No âmbito dos objectivos definidos no protocolo de parceria para a implementação do Serviço de Atendimento Social Integrado, celebrado em 7 de Abril de 2008, tendo em consideração os objectivos, actividades e funcionamento naquele determinados, nomeadamente para o serviço específico de Atendimento Integrado, este reger-se-á pelo seguinte Regulamento.

Artigo 2.º

(Objectivos do Regulamento)

O presente regulamento tem por finalidade definir o funcionamento do Atendimento Social Integrado, estrutura responsável pelo atendimento e acompanhamento social no Município de Ílhavo.

CAPÍTULO II

Organização e Funcionamento

Artigo 3.º

(Instalações)

O Serviço de Atendimento Social Integrado funcionará nas instalações da Câmara Municipal de Ílhavo, organizadas especificamente para o efeito.

Artigo 4.º

(Horário de Funcionamento)

O horário de funcionamento será de Segunda-Feira a Sexta-Feira, das 9H30M às 12H30M e das 14H00 às 16H30M, à excepção das Quintas-Feiras e dos dias feriados.

Às Quintas-Feiras o Serviço de Atendimento Social Integrado contará apenas com a presença do Assistente Administrativo, que em caso de emergência solicitará o apoio do Gestor do Processo Familiar (que se encontrará em reunião no espaço afecto ao Atendimento Social Integrado).

Artigo 5.º

(Estrutura do Atendimento Social Integrado)

O Atendimento Social Integrado é constituído por duas estruturas, designadamente a Equipa de Execução e a Equipa de Cooperação.

Artigo 6.º

(Constituição da Equipa de Execução)

Da constituição da Equipa de Execução, fazem parte as seguintes instituições parceiras:

- Câmara Municipal de Ílhavo;
- Centro Distrital de Aveiro do ISS, I.P.;
- CASCI (Centro de Acção Social do Concelho de Ílhavo);
- Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo;
- Fundação Prior Sardo;
- CERCIAM (Cooperativa para a Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Aveiro);
- Obra da Providência;
- Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC), representado pelo Centro de Saúde Ílhavo e / ou pelo Serviço de Saúde Pública de Ílhavo;

- Direcção Regional Educação do Centro, mediante o Representante no Conselho Local de Acção Social (CLAS).

Artigo 7.º

(Constituição da Parceria da Equipa de Cooperação)

Da constituição da Equipa de Cooperação, fazem parte as seguintes instituições parceiras:

- Associação Solidariedade Social da Gafanha do Carmo;
- Centro Paroquial de Assistência e Formação D. Manuel Trindade Salgueiro;
- Centro Social e Paroquial da Gafanha da Encarnação;
- Centro Social e Paroquial N. Sr.ª da Nazaré;
- Conferência S. Vicente de Paulo de Ílhavo;
- Clube Stella Maris;
- FORPESCAS de Ílhavo;
- Grupo Cáritas Paroquial da Costa Nova;
- Grupo Cáritas Paroquial da Gafanha da Encarnação;
- Grupo Cáritas Paroquial da Gafanha da Nazaré;
- Grupo Cáritas Paroquial da Gafanha do Carmo;
- Grupo Cáritas Paroquial da Praia da Barra;
- Grupo Cáritas Paroquial de Vale de Ílhavo;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional de Aveiro;
- Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação;
- Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré;
- Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo;
- Junta de Freguesia de S. Salvador;
- Património dos Pobres da Freguesia de Ílhavo.

Artigo 8.º

(Competências da Equipa de Execução)

1. A cada parceiro da Equipa de Execução compete a:

- Disponibilização de um Técnico de Intervenção Social que assegurará, o que corresponde a um dia por semana, o Atendimento de 1.ª linha – situações que não estejam em Acompanhamento Social e situações de emergência – e o Acompanhamento Social – Gestão dos Processos em Acompanhamento da comunidade, com excepção do Centro de Saúde de Ílhavo e/ou do Serviço de Saúde Pública de Ílhavo e do representante da Direcção Regional Educação do Centro no CLAS.

- Facultação do acesso à informação relativa aos recursos do seu âmbito, com vista à sua operacionalização a nível local.

Anexo V- Regulamento Interno do Atendimento Social Integrado

2. Os parceiros da Equipa de Execução, Fundação Prior Sardo e CASCI, no âmbito dos seus Acordos de Cooperação com Centro Distrital de Aveiro do ISS, I.P. farão o Acompanhamento Social da comunidade, podendo sempre que o número de processos existentes for superior à capacidade de Acompanhamento dos referidos parceiros, a Equipa de Execução designar outra de entre os seus membros.

3. A escala do atendimento é a seguinte:

- Segunda-Feira, de manhã – Técnico do parceiro CASCI;
- Segunda-Feira, à tarde - Técnico do parceiro Fundação Prior Sardo;
- Terça-Feira, de manhã – Técnico do parceiro Fundação Prior Sardo e Técnico do parceiro CERCIAV;
- Terça-Feira, à tarde – Técnico do parceiro CASCI e Técnico do parceiro Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo;
- Quarta-Feira, todo o dia – Técnico do parceiro do Serviço Local de Segurança Social;
- Sexta-Feira, todo o dia - Técnico do parceiro Câmara Municipal de Ílhavo e Técnico do parceiro Obra de Providência;

4. O Técnico do parceiro Centro Distrital de Aveiro do ISS, I.P. coordenará com o parceiro Câmara Municipal de Ílhavo o funcionamento do Atendimento Social Integrado e fará representar-se nas reuniões semanais dedicadas àquele.

5. O Técnico do parceiro designado pela Administração Regional de Saúde do Centro, far-se-á representar nas reuniões do Atendimento Social Integrado, comparecendo de modo interpolado, quinzenalmente, criando as condições necessárias de articulação entre o Centro de Saúde de Ílhavo e o Serviço de Saúde Pública de Ílhavo.

6. O Representante do parceiro designado pela Direcção Regional Educação do Centro far-se-á representar nas reuniões semanais do Atendimento Social Integrado, criando as condições necessárias de articulação entre aquele e o âmbito de intervenção da Educação.

7. À Equipa de Execução compete a definição das acções a contratualizar pelo Gestor do Processo com a família ou pessoa objecto do acordo de inserção, a qual terá lugar nas reuniões de Quinta-Feira.

7A. Na definição das acções a contratualizar participarão os parceiros da Câmara Municipal de Ílhavo, Centro Distrital de Aveiro do ISS, I.P., Centro de Saúde de Ílhavo e/ou Serviço de Saúde Pública de Ílhavo, Representante da Direcção Regional Educação do Centro no CLAS e o parceiro responsável pelo Acompanhamento Social (Gestor do Processo).

7B. Compete a cada Gestor do Processo preparar a apresentação das situações a contratualizar, assim como fazer a respectiva marcação junto do Assistente Administrativo.

8. Cada parceiro responsabilizar-se-á por informar a Coordenação, com o mínimo de antecedência, sempre que não conseguir assegurar a presença do técnico da sua instituição.

9. Cada gestor do processo realizará o atendimento e acompanhamento da família em Serviço de Atendimento Social Integrado ou, em atendimentos subsequentes, nas instalações do próprio parceiro.

Artigo 9.º

(Competências da Equipa de Cooperação)

À Equipa de Cooperação compete o:

- Encaminhamento de situações sujeitas à pobreza e exclusão social para o Atendimento Social Integrado;
- Apresentação de propostas de intervenção nas situações sociais sinalizadas;
- Disponibilização de recursos (géneros alimentares, vestuário e outros) das respectivas instituições, através da mediação entre a Equipa de Execução e a Equipa de Cooperação;
- Disponibilização de respostas sociais das respectivas instituições, através da mediação entre a Equipa de Execução e a Equipa de Cooperação;
- Partilha de informação relativa a situações sociais, quando solicitada;
- Cada parceiro da Equipa de Cooperação deverá estar presente nas reuniões de Equipa de Execução sempre que solicitada para o efeito pelos parceiros com funções de coordenação.

Artigo 10.º

(Zonas Geográficas de Intervenção da Equipa de Execução)

1. Cada parceiro fará os atendimentos respeitando as seguintes zonas geográficas, preferencialmente:

- Câmara Municipal de Ílhavo – concelho de Ílhavo;
- Serviço Local de Segurança Social – concelho de Ílhavo
- CASCI - freguesia de S. Salvador e Costa Nova;
- Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo - freguesia de S. Salvador;
- Fundação Prior Sardo – freguesias da Gafanha da Nazaré, da Gafanha da Encarnação e da Gafanha do Carmo;
- CERCIAV - freguesias da Gafanha da Nazaré, da Gafanha da Encarnação e da Gafanha do Carmo;
- Obra de Providência - freguesias da Gafanha da Nazaré, da Gafanha da Encarnação e da Gafanha do Carmo.

2. Os parceiros que farão o Acompanhamento Social, de modo preferencial, serão o CASCI e a Fundação Prior Sardo nas zonas geográficas acima expostas.

3. Os parceiros Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo e CERCIAV farão os atendimentos, exclusivamente, atinentes à medida de Rendimento Social de Inserção.

Artigo 11.º

(Ficheiro)

No ficheiro do Atendimento Social Integrado, devem constar todos os elementos de identificação disponíveis e a identificação do técnico que irá atender o cidadão.

Artigo 12.º

(Marcações)

A marcação para o atendimento será concretizada pelo Assistente Administrativo, por ordem de chegada e/ou para o técnico solicitado pelo beneficiário, que já realize o seu acompanhamento.

Artigo 13.º

(Suportes Processuais)

Para o seu funcionamento, o Serviço de Atendimento Social Integrado adoptará suportes e instrumentos processuais, de acordo com os normalizados no atendimento e acompanhamento social, usados pelo Centro Distrital de Aveiro do ISS, I.P.

CAPÍTULO III

Requisitos de Acessibilidade e de Saída

Artigo 14.º

(Critérios de Admissão)

O processo de acesso ao Serviço de Atendimento Social Integrado, inicia-se quando um beneficiário procura este serviço por iniciativa própria ou encaminhado por outra instituição, sendo condição fundamental a residência comprovada no concelho de Ílhavo, excepto quando se trate de passantes e sem abrigo.

Artigo 15.º

(Critérios de Prioridade de Admissão)

Têm prioridade de admissão, indivíduos ou grupos da população que estejam em situação de emergência, na sequência de grave vulnerabilidade e exclusão social.

Artigo 16.º

(Critérios de Saída)

A saída efectua-se quando:

- O beneficiário alterar a sua residência para outro concelho;
- O falecimento do titular do processo e a inexistência de outros elementos no agregado familiar;
- O indivíduo manifestar expressamente não pretender manter-se em acompanhamento no Serviço de Atendimento Social Integrado;
- A equipa de parceiros considerar que a família se autonomizou e concretizou a sua inserção social, dispensando a continuidade do acompanhamento.

CAPÍTULO IV

Recursos Humanos

Artigo 17.º

(Competências da Presidência e de Coordenação)

1. O Serviço de Atendimento Social Integrado é presidido pelo Presidente do Conselho Local de Acção Social, ao que compete a:

- Convocação e a coordenação das reuniões anuais de avaliação e delineamento do Plano de Actividades, a aprovar pelo CLAS;
- Apoio logístico ao funcionamento do Serviço de Atendimento Social Integrado;
- Acompanhamento do trabalho desenvolvido pelo serviço.

2. Na continuidade do artigo 7º, ponto 1 e 2 do referido Protocolo, o Serviço de Atendimento Social Integrado é coordenado pelos parceiros Câmara Municipal de Ílhavo e Centro Distrital de Aveiro do ISS, I.P., aos quais compete a:

- Orientação e direcção da actividade da estrutura, segundo os planos estabelecidos, os procedimentos adoptados e os regulamentos existentes;
- Criação e actualização do Regulamento Interno, a aprovar pelo CLAS, sempre que se manifeste necessário e sujeitá-lo à aprovação dos parceiros;
- Elaboração do plano de actividades e o relatório de avaliação anual, ambos a aprovar pelo CLAS;
- Organização dos ficheiros e documentação do Serviço de Atendimento Social Integrado;
- Elaboração das actas das reuniões,
- Recebimento, encaminhamento e assinatura da correspondência enviada, enquanto Serviço de Atendimento Social Integrado;

- Promoção das reuniões que se considerem necessárias, para a atribuição de gestor do processo e análise de situações.

Artigo 18.º

(Gestor de Caso e Competências do Técnico de Intervenção Social)

1. O Gestor de Processo (Técnico de Intervenção Social) é o gestor do Processo Familiar, quando assim designado em reunião de equipa, partindo-se do pressuposto que será o único a intervir socialmente naquela família – Acompanhamento Social-, articulando e recorrendo às restantes instituições parceiras, quando necessário.

2. Ao Técnico de Intervenção Social compete o estudo e diagnóstico da situação apresentada pelo beneficiário, que permita a elaboração com aquele de um plano de inserção, a contratualizar com o mesmo, bem como o posterior acompanhamento, com vista à concretização da inserção.

Artigo 19.º

(Competências do Assistente Administrativo)

Ao Assistente Administrativo compete realizar o acolhimento, para avaliar se se trata de um assunto do Serviço de Atendimento Social Integrado, procedendo à respectiva marcação de atendimento ou o seu encaminhamento para outro serviço, quando o beneficiário dispensar o atendimento do Técnico de Intervenção Social.

CAPÍTULO V

Direitos e Deveres

Artigo 20.º

(Direitos dos Beneficiários)

1. Todo o cidadão maior de 18 anos ou de 16 anos, no caso de comprovar ter menores a seu cargo, tem direito a ser atendido, no horário normal de funcionamento do Serviço de Atendimento Social Integrado, desde que se identifique, comprove a sua residência no concelho de Ílhavo, com excepção dos passantes e sem abrigo, e autorize o registo informático dos seus dados de identificação;

2. Todo o cidadão tem direito à igualdade de tratamento, independentemente da raça, religião, nacionalidade, sexo ou condição social;

3. O sigilo profissional é um direito inestimável do utente;

4. Todo o cidadão em situações de emergência, será atendido no próprio dia, pelo técnico de piquete ou ser-lhe-á marcada entrevista pelo Assistente Administrativo, para o respectivo técnico de acompanhamento;

5. É um direito do cidadão a aceitação das suas declarações escritas e assinadas, nos casos em que não possa apresentar parte ou totalidade da documentação solicitada;

6. O utente tem direito de declinar a autorização de intervenção ou manifestar o seu descontentamento face ao funcionamento do Serviço de Atendimento Integrado, no Livro de Reclamações.

Artigo 21.º

(Deveres dos Beneficiários)

1. Todo o beneficiário tem o dever de apresentar os documentos necessários e meios de prova, que lhe forem solicitados, para a adequada análise e acompanhamento da sua situação sócio-familiar;

2. Sem prejuízo do número anterior, o beneficiário deve autorizar que os serviços procedam às diligências necessárias à averiguação e comprovação da veracidade das declarações prestadas, nomeadamente mediante a realização de visitas domiciliárias;

3. O beneficiário compromete-se a concretizar as diligências conforme plano de intervenção acordado;

4. O beneficiário tem o dever de informar o técnico sobre as alterações da sua situação sócio-familiar, designadamente alteração de morada, de rendimentos e da composição do agregado familiar;

5. O beneficiário deve respeitar as normas de funcionamento do Atendimento Social Integrado, bem como o pessoal com intervenção naquele serviço.

Artigo 22.º

(Direitos dos Intervenientes do Serviço de Atendimento Social Integrado)

Os intervenientes do Serviço de Atendimento Social Integrado (pessoal administrativo e técnico), para além dos direitos inerentes à estrutura que representam, têm direito:

1. A uma atitude e a um tratamento de respeito, por parte dos beneficiários;
2. A serem devidamente informados pelos beneficiários e pelos representantes das instituições, aquando da solicitação de informações;
3. Ao cumprimento e respeito do estabelecido no presente Regulamento e Manual de Procedimentos.

Artigo 23.º

(Deveres dos Intervenientes do Serviço de Atendimento Social Integrado)

1. Informar os beneficiários sobre os objectivos e funcionamento do Atendimento Social Integrado, bem como seus direitos e deveres;
2. Assegurar a avaliação das necessidades específicas de cada beneficiário e sua família, promovendo as respostas adequadas ou encaminhando para serviços que as promovam;
3. Definir em acordo com o beneficiário e/ou agregado familiar dos planos de intervenção adequados à prossecução do “Projecto de Vida”;
4. Elaborar Informações Sociais quando solicitadas por outras entidades competentes.

CAPÍTULO VI

Livro de Reclamações

Artigo 24.º

(Livro de Reclamações)

No Serviço de Atendimento Social Integrado existe um livro de reclamações para utilização.

CAPÍTULO VII

Disposições Finais

Artigo 25.º

(Alterações ao Regulamento)

Em tudo o que não se encontra previsto no presente Regulamento, será regido pelo normalizado no âmbito do atendimento e acompanhamento social acordado pela Equipa de Coordenação.

Artigo 26.º

(Casos Omissos)

Nos casos omissos do presente regulamento, deve a equipa reger-se pela:

- Constituição da República Portuguesa;
- Código Civil;
- Bases Gerais do Sistema de Segurança Social;
- Princípios éticos e deontológicos de cada instituição e de cada categoria profissional;

- Critérios de justiça, equidade e racionalidade.

Artigo 27.º

(Entrada em Vigor)

O presente regulamento entra em vigor no dia 7 de Abril de 2008, após aprovação pelo Conselho Local de Acção Social, no dia 31 de Março de 20

